

LUIZ ALFREDO FERNANDES LOTTERMANN

QUEM É QUEM? A ELITE POLÍTICA PASSO-FUNDENSE (1945-1988)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo como requisito parcial e final para obtenção do grau de mestre em História sob a orientação do Prof. Dr. Alessandro Batistella.

PASSO FUNDO

2020

CIP – Catalogação na Publicação

L884q Lottermann, Luiz Alfredo Fernandes
Quem é quem? : a elite política passo-fundense (1945-1988) / Luiz Alfredo Fernandes Lottermann. – 2020.
196 f.: il. ; 30 cm.

Orientação: Prof. Dr. Alessandro Batistella.
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, 2020.

1. Passo Fundo (RS) – Política e governo. 2. Eleições.
3. Partidos políticos. 4. Candidatos políticos. I. Batistella, Alessandro, orientador. II. Título.

CDU: 981.65

Catalogação: Bibliotecária Juliana Langaro Silveira - CRB 10/2427

Dedico este trabalho a todos aqueles que acreditam que a democracia é o caminho para tornar o mundo um lugar justo, igual e solidário.

AGRADECIMENTO

Desde muito cedo tive clareza de que nada na vida se constrói de forma individual. Todas as nossas conquistas são fruto de um pedaço da dedicação e carinho que recebemos de todos aqueles que nos rodeiam. É por isso que será difícil agradecer nominalmente os familiares, amigos, colegas e professores que tem parte nesse trabalho sem cometer a injustiça de esquecer alguém.

Entretanto, não posso deixar de citar aqueles que estiveram presentes de forma mais direta nessa conquista. Agradeço aos meus pais, Osmar e Kátia, pelo amor, pelos conselhos, pelas discussões sobre as coisas da vida, e principalmente pelo privilégio que me deram por terem me criado sempre rodeado de livros. Meus irmãos, Pedro e Álvaro, por sempre me fazerem acreditar que tudo é possível e por sempre estarem ao meu lado. Aos meus avós, Alfredo (*in memorian*), Jovita e Amália, que sempre vibraram com cada passo dado em minha trajetória, e com este não foi diferente.

Agradeço ao Professor Alessandro Batistella por ter me orientado no desafio da construção deste trabalho. Às professoras Ana Luíza e Marluza Harres por aceitarem o convite para fazer parte da banca. Aos professores e funcionários do Programa de Pós-graduação em História da Universidade de Passo Fundo. Por fim, agradeço ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, cuja política de qualificação de seus servidores me possibilitou cumprir mais esta etapa de minha formação.

“Se o político é uma construção abstrata, assim como o econômico ou o social, é também a coisa mais concreta com que todos se deparam na vida, algo que interfere na atividade profissional ou se imiscui na sua vida privada”.

René Rémond

RESUMO

O presente trabalho analisa, através do método prosopográfico, a elite política do município de Passo Fundo entre os anos de 1945 e 1988. Para traçar o perfil coletivo da elite política municipal, são aferidas as idades, o gênero, as profissões, a etnia, a naturalidade e a formação superior dos prefeitos e vice-prefeitos, e dos vereadores eleitos e suplentes que assumiram o mandato na Câmara de Vereadores do município em algum momento das legislaturas. Como fontes, são utilizados os jornais *Diário da Manhã* e *O Nacional*, e a publicação *Galeria de ex-vereadores de 1947 a 1988*, além de documentos disponíveis no Arquivo Histórico Regional, na Câmara de Vereadores de Passo Fundo, na Prefeitura Municipal e dados disponibilizados pelo TRE-RS sobre as eleições no Rio Grande do Sul. Discute-se o processo de abertura política durante a crise que leva à queda do regime ditatorial do Estado Novo, comandado por Getúlio Vargas, e o surgimento do sistema pluripartidário, dos partidos políticos nacionais, e sua organização no Rio Grande do Sul e em Passo Fundo, entre os anos de 1945 e 1964. Bem como, após o golpe civil-militar de 1964, busca-se analisar o reordenamento da estrutura política do país durante a ditadura, os efeitos do Ato Institucional nº II no município e o surgimento do sistema bipartidário, que leva ao realinhamento das lideranças políticas locais em torno da ARENA, partido de sustentação do regime ditatorial, e do MDB, de oposição vigiada. Do mesmo modo, é abordado o processo de transição, a partir de 1979 e o restabelecimento da democracia ao final da ditadura militar iniciada em 1964. Trata-se também dos resultados eleitorais a nível nacional e estadual, nas cinco eleições ocorridas durante o período democrático e nos cinco pleitos que aconteceram durante ditadura militar, além disso o desempenho dos candidatos e forças políticas na disputa pelo poder e dos representantes locais nas esferas nacional e estadual.

Palavras-chave: Elite política. Disputa eleitoral. Partidos políticos. Passo Fundo.

Abstract

Through prosopographic method, this thesis analyses the political elite of Passo Fundo city between 1945 and 1988. In order to profile the political elite, the age, gender, professions, ethnicity, place of birth and level of education of mayors, vice mayors and councilmen are measured. Especially the ones who took office in the city council at some moment in the legislatures. As sources, it was used the newspapers *Diário da Manhã* and *O Nacional*, and the publication Gallery of ex-councilmen from 1947 to 1988, as well as the documents that are available at Regional Historical Archive, at Passo Fundo City Council, the City Hall and data provided by the TRE-RS on the elections in Rio Grande do Sul. In addition to that, this research discusses the process of political openness during the crisis that is responsible for the fall of the dictatorship of the Estado Novo, led by Getúlio Vargas, and the emergence of the multi-party system, national political parties, and its organization in Rio Grande do Sul and Passo Fundo, between 1945 and 1964. Besides, after the 1964 civil-military coup, this work seeks to analyze the reordering of the country's political structure during the dictatorship, the effects of Institutional Act No. II on the municipality and the emergence of the bipartisan system, which leads to the realignment of local political leaders around ARENA, support party of the dictatorial regime, and MDB, whose opposition was controlled. Similarly, this work discusses the transition process from 1979 and the restoration of democracy at the end of the military dictatorship that began in 1964. Also, this thesis observes the electoral results in national and regional level, particularly in five elections that took place during the democratic period and in five elections that took place during the military dictatorship, as well as the performance of the candidates and political forces in the power struggle, and the representatives national and regional levels.

Keywords: Political elite. Electoral dispute. Political parties. Passo Fundo city.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - faixa etária da 1ª legislatura.....	47
Gráfico 2 - profissões da 1ª legislatura.....	49
Gráfico 3 - faixa etária da 2ª legislatura.....	60
Gráfico 4 - profissões da 2ª legislatura.....	62
Gráfico 5 - faixa etária da 3ª legislatura.....	73
Gráfico 6 - profissões da 3ª legislatura.....	74
Gráfico 7 - faixa etária da 4ª legislatura.....	85
Gráfico 8 - profissões da 4ª legislatura.....	86
Gráfico 9 - faixa etária da 5ª legislatura.....	98
Gráfico 10 - profissões da 5ª legislatura.....	99
Gráfico 11 - faixa etária da 6ª legislatura.....	125
Gráfico 12 - profissões da 6ª legislatura.....	126
Gráfico 13 - faixa etária da 7ª legislatura.....	136
Gráfico 14 - profissões da 7ª legislatura.....	137
Gráfico 15 - faixa etária da 8ª legislatura.....	146
Gráfico 16 - profissões da 8ª legislatura.....	147
Gráfico 17 - faixa etária da 9ª legislatura.....	164
Gráfico 18 - profissões da 9ª legislatura.....	165
Gráfico 19 - faixa etária da 10ª legislatura.....	177
Gráfico 20 - profissões da 10ª legislatura.....	178

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – deputados federais (por partido) em 1945 no Rio Grande do Sul.....	38
Tabela 2 - deputados estaduais (por partido) em 1947 no Rio Grande do Sul.....	40
Tabela 3 - vereadores eleitos em 1947.....	45
Tabela 4 - suplentes que assumiram o cargo em algum momento na 1ª legislatura.....	46
Tabela 5 - faixa etária (por partido) 1947.....	48
Tabela 6 - Profissões (por partido) 1947.....	50
Tabela 7 - deputados estaduais (por partido) em 1950 no Rio Grande do Sul.....	53
Tabela 8 - deputados federais (por partido) em 1950 no rio Grande do Sul.....	53
Tabela 9 - vereadores eleitos em 1951.....	58
Tabela 10 - suplentes que assumiram o cargo em algum momento na 2ª legislatura.....	59
Tabela 11 - faixa etária (por partido) em 1951.....	61
Tabela 12 - profissões (por partido) em 1951.....	63
Tabela 13 - deputados federais (por partido) em 1954 no Rio Grande do Sul.....	65
Tabela 14 - deputados estaduais (por partido) em 1954 no Rio Grande do Sul.....	66
Tabela 15 - vereadores eleitos em 1955.....	71
Tabela 16 - suplentes que assumiram o cargo em algum momento na 3ª legislatura.....	72
Tabela 17 - faixa etária (por partido) em 1955.....	74
Tabela 18 - profissões (por partido) em 1955.....	75
Tabela 19 - deputados federais (por partido) em 1958 no Rio Grande do Sul.....	77
Tabela 20 - Deputados estaduais (por partido) em 1958 no Rio Grande do Sul.....	77
Tabela 21 - vereadores eleitos em 1959.....	83
Tabela 22 – suplentes que assumiram o cargo em algum momento na 4ª legislatura.....	84
Tabela 23 - faixa etária (por partido) em 1959.....	86
Tabela 24 - profissões (por partido) em 1959.....	87
Tabela 25 - deputados federais (por partido) em 1962 no Rio Grande do Sul.....	92

Tabela 26 - deputados estaduais (por partido) em 1962 no Rio Grande do Sul.....	92
Tabela 27 - vereadores eleitos em 1963.....	96
Tabela 28 - suplentes que assumiram o cargo em algum momento na 5ª legislatura.....	97
Tabela 29 - faixa etária (por partido) em 1963.....	99
Tabela 30 - profissões (por partido) em 1963.....	100
Tabela 31 - média de idade por legislatura.....	101
Tabela 32 - profissões por legislatura.....	103
Tabela 33 – formação superior por legislatura.....	104
Tabela 34 – perfil dos prefeitos e vice-prefeitos.....	105
Tabela 35 – deputados estaduais (por partido) em 1966 no Rio Grande do Sul.....	117
Tabela 36 – deputados federais (por partido) em 1966 no Rio Grande do Sul.....	118
Tabela 37 – vereadores eleitos em 1968.....	123
Tabela 38 – suplentes que assumiram o cargo em algum momento na 6ª legislatura.....	124
Tabela 39 – faixa etária (por partido) em 1968.....	125
Tabela 40 – profissões (por partido) em 1968.....	127
Tabela 41 – deputados estaduais (por partido) em 1970 no Rio Grande do Sul.....	128
Tabela 42 – deputados federais (por partido) em 1970 no Rio Grande do Sul.....	128
Tabela 43 – vereadores eleitos em 1972.....	134
Tabela 44 – suplentes que assumiram o cargo em algum momento na 7ª legislatura.....	135
Tabela 45 – faixa etária (por partido) em 1972.....	136
Tabela 46 – profissões (por partido) em 1972.....	137
Tabela 47 – deputados estaduais (por partido) em 1974 no Rio Grande do Sul.....	139
Tabela 48 – deputados federais (por partido) em 1974 no Rio Grande do Sul.....	139
Tabela 49 – vereadores eleitos em 1976.....	144
Tabela 50 – suplentes que assumiram o cargo em algum momento na 8ª legislatura.....	145
Tabela 51 – faixa etária (por partido) em 1976.....	146
Tabela 52 – profissões (por partido) em 1976.....	147
Tabela 53 – deputados estaduais (por partido) em 1978 no Rio Grande do Sul.....	149
Tabela 54 – deputados federais (por partido) em 1978 no Rio Grande do Sul.....	149
Tabela 55 – deputados estaduais (por partido) em 1982 no Rio Grande do Sul.....	156
Tabela 56 – deputados federais (por partido) em 1982 no Rio Grande do Sul.....	156
Tabela 57 – vereadores eleitos em 1982.....	162
Tabela 58 – suplentes que assumiram o cargo em algum momento na 9ª legislatura.....	163

Tabela 59 – faixa etária (por partido) em 1982.....	164
Tabela 60 – profissões (por partido) em 1982.....	166
Tabela 61 – deputados estaduais (por partido) em 1986 no Rio Grande do Sul.....	168
Tabela 62 – deputados federais (por partido) em 1986 no Rio Grande do Sul.....	168
Tabela 63 – vereadores eleitos em 1988.....	175
Tabela 64 – suplentes que assumiram o cargo em algum momento na 10ª legislatura.....	176
Tabela 65 – faixa etária (por partido) em 1988.....	177
Tabela 66 – profissões (por partido) em 1988.....	179
Tabela 67 – média das idades por legislatura.....	180
Tabela 68 – profissões por legislatura.....	181
Tabela 69 – formação superior por legislatura.....	182
Tabela 70 – perfil dos prefeitos e vice-prefeitos.....	183

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC – Ato Complementar
ADP – Aliança Democrática Popular
AI – Ato Institucional
AI-2 – Ato Institucional nº 2
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
CEE – Companhia Estadual de Energia Elétrica
CGT – Central Geral dos Trabalhadores
CPERS – Centro de Professores do Estado do Rio Grande do Sul
CPP – Coligação Popular Passofundense
CRT – Companhia Rio-grandense de Telefonia
CTN – Companhia Telefônica Nacional
ED – Esquerda Democrática
FMP – Frente de Mobilização Popular
FPN – Frente Parlamentar Nacionalista
JK – Juscelino Kubitschek
LEC – Liga Eleitoral Católica
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MTR – Movimento Trabalhista Renovador
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PDC – Partido Democrático Cristão
PDS – Partido Democrático Social
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PFL – Partido da Frente Liberal
PL – Partido Libertador
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP – Partido Popular
PRL – Partido Republicano Liberal
PRP – Partido de Representação Popular
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSD – Partido Social Democrático

PSDA – Partido Social Democrático Autonomista

PSP – Partido Social Progressista

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PTN – Partido Trabalhista Nacional

TRE RS – Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul

UDN – União Democrática Nacional

UNE – União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1 A ELITE POLÍTICA DE PASSO FUNDO NO PERÍODO DEMOCRÁTICO (1945-1964).....	25
1.1. A Crise do Estado Novo e a redemocratização.....	25
1.1.1 Os novos partidos.....	28
1.2. As eleições de 1945 e 1947 no Rio Grande do Sul.....	36
1.3. As eleições municipais de 1947 em Passo Fundo.....	40
1.3.1. Perfil da legislatura 1947-1951.....	44
1.4. As eleições de 1950 no Rio Grande do Sul.....	51
1.5. A eleição municipal de 1951 em Passo Fundo.....	54
1.5.1. Perfil da legislatura 1951-1955.....	57
1.6. As eleições de 1954 e 1955 no Rio Grande do Sul.....	64
1.7. A eleição municipal de 1955 em Passo Fundo.....	67
1.7.1 Perfil da legislatura 1955-1959.....	70
1.8. As eleições de 1958 no Rio Grande do Sul.....	76
1.9. A eleição municipal de 1959 em Passo Fundo.....	80
1.9.1. Perfil da legislatura 1959-1963.....	82
1.10. As eleições de 1960 e 1962 no Rio Grande do Sul.....	88
1.11. A eleição municipal de 1963 em Passo Fundo.....	93
1.11.1. Perfil da legislatura 1963-1969.....	95
1.12. Conclusão do capítulo.....	101
2 A ELITE POLÍTICA MUNICIPAL NA DITADURA MILITAR E NA TRANSIÇÃO (1964-1988).....	107
2.1. O golpe civil-militar e a Operação Farroupilha.....	107
2.1.1. O bipartidarismo e o processo de organização da ARENA e do MDB.....	113
2.2. As eleições de 1966 no Rio Grande do Sul.....	116
2.3. As eleições municipais de 1968.....	118

2.3.1. Perfil da legislatura 1968-1972.....	122
2.4. As eleições de 1970 no Rio Grande do Sul.....	127
2.5. As eleições municipais de 1972.....	129
2.5.1 Perfil da legislatura 1972-1976.....	133
2.6. As eleições de 1974 no Rio Grande do Sul.....	138
2.7. As eleições municipais de 1976.....	140
2.7.1. Perfil da legislatura 1976-1982.....	143
2.8. As eleições de 1978 no Rio Grande do Sul.....	148
2.9. O retorno ao pluripartidarismo.....	149
2.10. As eleições de 1982 no Rio Grande do Sul.....	155
2.11. As eleições municipais de 1982.....	157
2.11.1. Perfil da legislatura 1982-1988.....	161
2.12. As eleições de 1986 no Rio Grande do Sul.....	166
2.13. As eleições municipais de 1988.....	169
2.13.1. Perfil da legislatura 1988-1992.....	174
2.14. Conclusão do capítulo.....	179
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	185
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	189
ANEXO	195

INTRODUÇÃO

“Se o político é uma construção abstrata, assim como o econômico ou o social, é também a coisa mais concreta com que todos se deparam na vida, algo que interfere na atividade profissional ou se imiscui na sua vida privada”. Nas palavras de Rémond (2003, p. 442-444) se pode perceber que a política assume uma dimensão tão ampla que abrange todos os espaços da vida cotidiana. A mais constante dessas dimensões é a relativa ao poder e a disputa por ele na sociedade global, que se constitui como Estado. Entretanto, não se pode reduzir a isto, visto que os mais diversos setores ou atividades da sociedade se relacionam politicamente.

O político não possui fronteiras naturais, podendo expandir-se e contrair-se, conforme a realidade histórica em questão (RÉMOND, 2003a, p.442). Assim, a História Política possui diferentes realidades que se relacionam e se complementam. Ela é feita por diversos sujeitos individuais ou coletivos, com diferentes interesses, sendo os sujeitos individuais os homens e mulheres que dedicaram suas vidas à política e os sujeitos coletivos as instituições, partidos e organizações que reúnem indivíduos por interesses em comum (DELGADO, 2016, p.129).

Entretanto, é uma visão mais recente. A escola dos *Annales* desde seu início, em 1929, desprezou a História Política, considerada factual, em prol da História das estruturas e da longa duração (ALBERNAZ, 2011, p. 13). Até a década de 1970, “Era uma história que permanecia narrativa, restrita a uma descrição linear e sem relevo, concentrando sua atenção nos grandes personagens e desprezando as multidões trabalhadoras.” (FERREIRA, 1992, p. 266). Julliard (1976, p. 181) revela ferrenha crítica à essa maneira de se fazer a História Política dizendo que ela “confunde-se com a visão ingênua das coisas, que atribui a causa dos fenômenos a seu agente o mais aparente, o mais altamente colocado, e que mede a sua importância pela repercussão imediata na consciência do espectador”.

A partir dos anos de 1970 a História Política passou por um processo de renovação. A introdução de novas perspectivas ao estudo do político converge para introdução de novas temáticas a serem abordadas pela História Política. As sugestões apresentadas por diversos autores passam por temas como eleições, partidos políticos, elites e massas, biografias coletivas, instituições, sistemas políticos, opinião pública, dentre outros (FALCON, 2011, p.73). Essas novas perspectivas de estudo se colocam como viáveis, pois a História passa a dialogar com outras áreas do conhecimento – como a Ciência Política e a Sociologia –

possibilitando a introdução novas questões aos estudos históricos da política (RÉMOND, 2003b, p.30). De acordo com Ferreira (1992, p. 267),

As fronteiras que delimitavam o campo do político ampliaram-se significativamente, incorporando novas dimensões e abrindo espaço para o surgimento de novos objetos de estudo. A idéia de que o político tinha consistência própria e dispunha de uma certa autonomia em relação a outras instancias da realidade social ganhava credibilidade.

Nesse sentido, é possível perceber que o campo da História Política se define pelos temas em que a noção de poder está inscrita. Os antigos objetos de estudo da linha tradicional da História Política passam a ser revisitados e dotados de novos olhares pela historiografia. Bem como, ganham notoriedade as relações políticas entre os mais diferentes grupos sociais e passam ao interesse da História Política temas caros para a História Social, como as ideologias e os movimentos políticos, sociais e as representações políticas, entre outros (BARROS, 2009, p.150).

Rémond (2003c, p. 45) observa a importância do estudo das eleições no sentido da História Política renovada, uma vez que

Os historiadores redescobriram o papel muitas vezes decisivo do político até mesmo em outros domínios. Ao mesmo tempo, perceberam que o estudo dos fenômenos políticos é de natureza a satisfazer as exigências mais rigorosas em matéria de história nova ou renovada. Esta se interessa pelos grandes números, trata de quantidades: ora, que fenômeno se presta melhor a uma abordagem estatística e envolve mais os indivíduos que a prática eleitoral?

As eleições revelam de qual maneira as disputas pelo poder atingem a sociedade como um todo. Dão notoriedade aos anseios e expectativas, consagram projetos de poder do mesmo modo que podem demonstrar fim da validade de determinadas ideias. Ainda, são capazes de evidenciar as disparidades na representação política dos diversos segmentos da sociedade. Para além dos resultados, as eleições se fazem também de campanhas eleitorais. Esta é o ponto fundamental da disputa pelo poder.

A campanha é parte integrante de uma eleição, é seu primeiro ato. Não é a simples manifestação das preocupações dos eleitores ou a explicação dos programas dos candidatos e dos temas dos partidos, é a entrada em operação de estratégias, a interação entre os cálculos dos políticos e os movimentos de opinião. Ela modifica a cada dia as intenções e talvez a relação de forças (RÉMOND, 2003c, p. 49).

Os partidos políticos também são parte importante na História Política. O partido é “o lugar onde se opera a mediação política” (BERSTEIN, 2003, p. 60). As agremiações partidárias são as responsáveis por estabelecer as relações entre os discursos e as necessidades da população. Ou seja, o partido político é o pivô entre a disputa pelo poder e as aspirações da população, desempenhando papel fundamental nessa disputa, tendo em vista que organizam os diferentes projetos de poder. Além disso, é da responsabilidade dos partidos a seleção daqueles que representarão os seus projetos diante dos eleitores. Assim,

os partidos têm um papel primordial de seleção das elites políticas. É dentro dele que começam as carreiras políticas, é através de seus aparelhos, dos meios que fornecem a seus representantes, do apoio que eles lhes trazem, que se fazem conhecer aqueles que almejam as funções dirigentes, e que se constroem os destinos nacionais (BERSTEIN, 2003, p. 93).

A renovação enfrentada pela História Política trouxe, então, a sua legitimação ao longo dos anos. Assim, Domingos, Batistella e Angeli (2018, p.7) advogam que não há mais a necessidade do embate para a afirmação da História Política, visto que

Nas últimas décadas, a produção historiográfica no âmbito da História Política se multiplicou e avançou em direção à pluralidade de abordagens, incorporando fontes não produzidas por meios oficiais, mas também retornando às fontes estatais com novos problemas metodológicos. As interfaces com a História Social e a utilização de suas ferramentas metodológicas levaram ao que pode ser chamada de História Social da Política

É nesse sentido, de História Social da Política, que se apresentam as elites como tema, e a utilização do método prosopográfico para a pesquisa histórica.

Norberto Bobbio (1998, p.385) aponta que “em toda a sociedade, existe, sempre e apenas, uma minoria que, por várias formas, é detentora do poder, em contraposição a uma maioria que dele está privada”. Essa minoria é denominada de elite, e exerce o poder político sobre a grande massa da sociedade que, por diferentes motivos, é privada do exercício desse poder. O poder político, então, se traduz na possibilidade de tomar decisões impondo-as à toda sociedade, mesmo que isso necessite do uso da força para acontecer. O autor ainda sintetiza as características da sociedade e da execução do poder pela elite e suas formas de manutenção do *status* privilegiado que possui diante da massa (BOBBIO, 1998, p.391):

1) em toda sociedade organizada, as relações entre indivíduos ou grupos que a caracterizam são relações de desigualdades; 2) a causa principal da desigualdade está na distribuição desigual do poder, ou seja, no fato de que o poder tende a ficar concentrado nas mãos de um grupo restrito de pessoas, 3) entre as várias formas de

poder, o mais determinante é o poder político; 4) aqueles que detêm o poder, especialmente o poder político, ou seja, a classe política propriamente dita, são sempre uma minoria; 5) uma das causas principais por que uma minoria consegue dominar um número bem maior de pessoas está no fato de que os membros da classe política, sendo poucos e tendo interesses comuns, têm ligames entre si e são solidários pelo menos na manutenção das regras do jogo, que permitem, ora a uns, ora a outros, o exercício alternativo do poder; 6) um regime se diferencia de outro na base do modo diferente como as Elites surgem, desenvolvem-se e decaem, na base da forma diferente como se organizam e na base da forma diferente com que exercem o poder; 7) o elemento oposto à Elite, ou à não-Elite, é a massa, a qual constitui o conjunto das pessoas que não têm poder, ou pelo menos não têm um poder politicamente relevante, são numericamente a maioria, não são organizadas, ou são organizadas por aqueles que participam do poder da classe dominante e estão portanto a serviço da classe dominante (a teoria da sociedade de massa é a contrapartida da teoria das Elites e ambas se desenvolveram neste último século paralelamente).

Para Heinz (2006, p. 7), a elite consiste naquelas pessoas que ocupam cargos chave, o topo, na estrutura de poder ou de distribuição de recursos. Nesse sentido, têm-se essas pessoas como os dirigentes, os abastados, os privilegiados, grupos que dispõe de poderes, influência e privilégios. A noção de elite, portanto, em sua essência, está em relação direta com a posição que determinados indivíduos ocupam na sociedade e exercem seu poder em relação à não-elite, sobretudo na tomada decisões políticas.

Nos trabalhos historiográficos sobre a História Política do município de Passo Fundo não há qualquer referência a estudos específicos sobre os atores da política municipal, o que revela uma possibilidade de estudo que ainda precisa ser concretizada pela historiografia, visto que “analisar as elites é procurar a fundo penetrar em um dos meios que detêm o poder e conhecer seus mecanismos concretos” (CHARLE, 2006, p.30). É nesse sentido que a essa pesquisa se apresenta, como uma forma de contribuir para o estudo da elite política passo-fundense entre os anos de 1945 e 1988, partindo das seguintes questões fundamentais: quem é a elite política passo-fundense? Qual é o seu perfil? Para isso, serão analisados os prefeitos, vereadores e suplentes que assumiram em algum momento das legislaturas, além dos deputados estaduais e federais que representaram o município.

Em que pese possa existir transformações características da elite política municipal, esta pesquisa busca também evidenciar aspectos que predominam com o passar dos anos. A hipótese que se pretende comprovar é a que define os prefeitos e vereadores eleitos (e suplentes que assumiram em alguma ocasião) nas eleições entre 1945 e 1988, eram, em sua maioria, homens brancos, profissionais liberais e políticos profissionais, pertencentes às classes médias e altas. Dessa forma, os objetivos aqui propostos são analisar o perfil da elite

política passo-fundense em diferentes conjunturas históricas; e evidenciar as transformações e permanências das características da elite política do município.

Para o desenvolvimento da presente pesquisa, é utilizado o método prosopográfico, ou método das biografias coletivas. Na definição de Lawrence Stone (2011, p.115),

A prosopografia é a investigação das características comuns de um grupo de atores na história por meio de um estudo coletivo de suas vidas. O método empregado constitui-se em estabelecer um universo a ser estudado e então investigar um conjunto de questões uniformes – a respeito de nascimento e morte, casamento e família, origens sociais e posição econômica herdada, lugar de residência, educação, tamanho e origem da riqueza pessoal, ocupação, religião, experiência em cargos e assim por diante. Os vários tipos de informações sobre os indivíduos no universo são então justapostos, combinados e examinados em busca de variáveis significativas. Eles são testados com o objetivo de encontrar tanto correlações internas quanto correlações com outras formas de comportamento ou ação.

Portanto, o método prosopográfico consiste na delimitação do grupo a ser estudado e na aplicação de uma série de questionamentos capazes de evidenciar as principais características do grupo em questão. Conforme Charle (2006, p.41), quando aponta as fases do método: “definir uma população a partir de um ou vários critérios e estabelecer, a partir dela, um questionário biográfico cujos diferentes critérios e variáveis servirão à descrição de sua dinâmica social, privada, pública, ou mesmo cultural, ideológica ou política (...)”.

Peter Burke (2011, p. 63) aponta o método prosopográfico como um método quantitativo de estudo histórico. O autor também, defende que “esse método é apropriado para o estudo de elites relativamente pequenas ou para sociedade sobre as quais há poucas informações, de forma que os historiadores dedicados a esses campos devem coletar todos os dados que puderem encontrar”. Entretanto, não se pode conceber a prosopografia apenas como um método quantitativo. Nos dizeres de Flávio Heinz e Adriano Codato (2015, p. 253):

A prosopografia não se resume à produção de tabelas de frequência com informações sócio-profissionais e de carreira sobre agentes políticos do passado, a partir de dados pré-construídos, mas à produção de uma base de dados que, em boa medida, reúna um conjunto de evidências fabricadas pelo pesquisador, isto é, informações que reconheçam o aspecto lacunar do perfil produzido como estruturado socialmente. E que busque superar esse aspecto com pesquisa documental minuciosa.

Quando se trata do estudo das elites por meio da prosopografia, busca-se compreender os movimentos da história através das características permanentes ou transitórias desse grupo determinado, sejam elas mais contínuas ou não. Trata-se de entender quais os atributos mais valorizados ou desvalorizados na constituição da elite através do tempo. Com isso, pode-se

dizer que a pesquisa histórica através do método em questão é de um enfoque de tipo sociológico pelo fato de buscar as características de um grupo social em um período da história (HEINZ, 2006, p. 9). Essa visão acerca do estudo das elites pela História através do método das biografias coletivas é corroborada por Vargas (2017, p. 135-136), quando ele afirma que

trata-se de um método que busca definir perfis coletivos de um grupo determinado de indivíduos a partir de alguns de seus dados biográficos, com o intuito de identificar padrões que ajudem a explicar permanências e mudanças históricas a partir do recrutamento/comportamento deles (...). Portanto, a prosopografia parte do pressuposto de que é possível interpretar condicionantes sociais a partir de dados empíricos recolhidos das biografias de indivíduos do grupo que se quer estudar.

Além do mais, é necessário considerar a prosopografia de elites como uma possibilidade de estudo para a História local e regional. A partir do estudo das elites locais/regionais pelo método das biografias coletivas, existe a possibilidade de ampliar a capacidade de análise dos grupos privilegiados de determinada comunidade (NORONHA, 2011, p. 98). Além ainda, caso seja possível, é importante o exercício de comparação das características evidenciadas com outras elites locais ou regionais.

Tratando-se de História Regional, é necessário definir que “A História Regional é a que vê o lugar, a região e o território como a natureza da sociedade e da história, e não apenas o palco imóvel onde a vida acontece” (MARTINS, 2009, 143). Assim, é preciso compreender que o regional ou o local é onde a História acontece, tendo suas particularidades. Conforme Reckziegel (1999, p. 20), o regional possui sua própria história, com sua formação identitária, suas relações sociais e práticas políticas específicas.

Entretanto, é imprescindível dar atenção à advertência que faz Reckziegel (1999, p. 21) no que diz respeito à História Regional:

Uma proposta de história regional não deve pensar em abordar o regional de forma estanque em si mesmo, mas, sim, em ser veículo para uma leitura do regional por meio de uma análise que reconheça a efetiva complexidade da realidade concreta e suas representações, sem, contudo, perder de vista o modo como as regiões se articulam com as diferentes dimensões dos sistemas que as contêm.

Se a história for concebida como campo de propensões (tendências), então poderemos admitir que a parte – a região – está historicamente inserida nesse quadro. Porém, fenômenos observáveis em nível regional podem pertencer a uma tendência mais ampla – nacional ou mundial – ou constituir exclusivamente uma tendência interna do contexto particular.

Em outras palavras, não se pode perder de vista que, embora se esteja trabalhando com o âmbito regional, este está inserido num contexto maior e tem suas relações estabelecidas com uma dimensão mais ampla. Seja com características semelhantes, seja com diferenças latentes.

As fontes a serem utilizadas para a realização da presente pesquisa serão, como fontes primárias, os jornais *Diário da Manhã* e *O Nacional*, e documentos encontrados no Arquivo Histórico Regional e nos arquivos da Câmara Municipal de Vereadores e da Prefeitura Municipal de Passo Fundo, como atas e fichas cadastrais, e dados eleitorais disponíveis no arquivo eletrônico do Tribunal Regional Eleitoral. Também será utilizada como fonte secundária a referência *Galeria de ex-vereadores de 1947 a 1988*, um documento do tipo *Who's Who*.

O periódico *O Nacional* foi fundado em 1925, por Theófilo Guimarães. A partir da década de 1940 passou ao controle de Múcio de Castro, de postura republicana e trabalhista. Na década de 1960, Castro rompe com o Partido Trabalhista Brasileiro e adere ao Movimento Trabalhista Renovador (MTR) e passa a utilizar o periódico como instrumento de oposição ao PTB e ao trabalhismo. Já o jornal *Diário da Manhã* era de propriedade do jornalista e político Túlio Fontoura, estreitamente ligado a Nicolau de Araújo Vergueiro, também de ideal republicano. Em 1945, Fontoura ingressou no PSD. O jornal marcou forte oposição ao trabalhismo e a Getúlio Vargas. O jornal foi alvo de “conflituosos acontecimentos em 1954”, após a morte de Getúlio (BENVEGNÚ, 2006, p.19).

Diante disso, é fundamental o que aponta Zicman (1985, p. 90) quando salienta que o jornal como fonte histórica oferece algumas vantagens ao historiador, tais como a periodicidade, formando arquivos do cotidiano, bem como a possibilidade de ver o fato num contexto histórico mais amplo. Entretanto, a autora ainda alerta que as notícias apresentadas nos jornais não são apenas reproduções dos fatos ou registros das ocorrências diárias, os periódicos organizam as notícias e os acontecimentos segundo seu próprio filtro.

Conforme Karawejczyk (2010, p. 43) “não se deve esquecer da ilusão de transparência, verdade e objetividade que a linguagem jornalística impõe ao nosso imaginário e, assim, deve-se ficar atento a esse ponto, ao incorporar qualquer matéria de um periódico no corpus documental de uma pesquisa.” Portanto, tendo em vista a origem dos jornais locais que serão utilizados como fontes, Batistella (2007, p. 22) alerta que

ao se utilizar o jornal como fonte empírica não se deve simplesmente considerar o que foi noticiado como uma verdade absoluta, pois o jornal, como outros veículos

de imprensa, pertence a alguém, que por sua vez, possui interesses (sejam eles, político-partidário, econômicos, comerciais, religiosos, etc.) em jogo. Em suma, o jornal, como fonte empírica, nos fornece indícios que precisam ser confrontados com outras fontes. Ademais, o uso do jornal requer alguns cuidados metodológicos para não cairmos em armadilhas ideológicas disfarçadas de imparcialidade.

Contudo, Elmir (1995, p. 23) sinaliza para a necessidade de o historiador estabelecer com o jornal certa qualidade de interpretação do documento, para que se possa perceber a significância do que está sendo lido. Desse modo, para a correta interpretação do jornal como fonte, a ideia transmitida pelo periódico deve ser constante, vista por diversas vezes nas páginas do documento, sendo possível assim qualificar a informação como útil ou descartável.

Os documentos do tipo *Who's Who* funcionam como a reunião de informações de um conjunto de indivíduos que pertencem à elite, e que apontam determinadas características que levam esses sujeitos a comporem o grupo seletivo ao qual pertencem. Para o historiador, tais documentos oferecem certas vantagens, pois

têm o mérito de reposicionar, através do relato sistemático de características pessoais intransferíveis dos biografados – ascendência e descendência familiares, participação em clubes sociais e associações seletas, formação universitária, excelência profissional, etc. –, o indivíduo na condição de membro de grupo de elite, fornecendo ao historiador um espaço comparativo não apenas das propriedades valorizadas socialmente nos meios de elite em diferentes períodos, mas sobretudo um panorama das trajetórias e tipos de carreiras predominantes realizadas pelos membros da classe dominante (HEINZ, 2011, p.158).

Em suma, a utilização das fontes do tipo *Who's Who* na pesquisa histórica possibilita perceber quais são as características mais relevantes que se pode evidenciar dentro do grupo que se está estudando. O que se aplica para a presente pesquisa é a possibilidade de analisar os atributos que elevam determinados atores políticos à ascensão na carreira eleitoral.

O presente trabalho está estruturado em dois capítulos em que será analisado o perfil da elite política passo-fundense entre os anos de 1945 e 1988, compreendendo assim cinco legislaturas no período democrático, entre 1945 e 1964, e outras cinco durante a ditadura militar e o período de transição para a democracia, entre os anos de 1964 e 1988. Serão aferidos aspectos referentes à idade, profissão, formação superior, naturalidade, gênero e etnia em cada legislatura e o perfil geral da elite política a cada recorte temporal proposto em cada capítulo, como também associar determinadas características aos partidos políticos em questão. Além disso, serão analisados os resultados das eleições municipais, buscando se

houve ou não renovação no quadro de eleitos, bem como as disputas entre os partidos políticos pela hegemonia da política municipal.

Cabe ressaltar que, por motivos metodológicos, serão considerados como “empresários” aqueles sujeitos com profissões relacionadas às atividades dos setores de indústria, comércio e prestação de serviços. Também, quando houver duplicidade de ocupações profissionais, como, por exemplo, “Advogado/Agropecuário”, será considerada a profissão que está relacionada à formação superior, seguindo as orientações de Flávio Heinz (2005, p. 87). Serão considerados “funcionários públicos” aqueles que tiverem suas atividades profissionais ligadas à burocracia do Estado, como juizes, escrivães, militares e outros. Por vezes, os funcionários públicos acumulam atividades empresariais além do trabalho nas repartições públicas.

No primeiro capítulo, trataremos do chamado “período democrático” (entre 1945 e 1964). O processo de redemocratização dado pelo fim do regime varguista do Estado Novo estabeleceu uma nova ordem política no país pela qual se organizaram diversos novos partidos políticos de caráter nacional como o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Social Democrático (PSD), a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Social Progressista (PSP), entre outros, dentro do sistema pluripartidário. Além disso, da formação e organização desses partidos no município de Passo Fundo.

No capítulo seguinte, será analisado o perfil dos vereadores e prefeitos eleitos durante o período da ditadura militar e a transição para a democracia (1964-1988). Após quase vinte anos de democracia, militares e civis derrubaram o presidente João Goulart em abril de 1964. Por meio do Ato Institucional nº2, a ditadura militar extinguiu os partidos políticos existentes desde 1945, implantando o bipartidarismo, introduzindo a formação de um partido governista (a Aliança Renovadora Nacional – ARENA) e um frágil e dócil partido oposicionista (o Movimento Democrático Brasileiro – MDB).

Em ambos os recortes temporais, serão analisadas também as eleições ao legislativo estadual e federal, Senado, e Executivos estadual e federal. Dessa forma, é possível comparar os padrões de resultado das eleições no estado do Rio Grande do Sul com Passo Fundo. Busca-se também apresentar quem foram os candidatos que concorreram pelo município e a quantidade de sufrágios recebidos por essas lideranças em âmbito local e estadual. É preciso apontar que não será objeto deste estudo o mapeamento dos votos dos candidatos de Passo Fundo aos cargos legislativos do estado e da federação.

Desse modo, este estudo busca compreender o realinhamento da elite política passo-fundense na nova conjuntura política do país. Ademais, busca verificar se essa nova conjuntura alterou o perfil da elite política de Passo Fundo. Ainda, a partir do momento em que se inicia o processo de reabertura política, em 1979, tem-se o retorno do pluripartidarismo e o processo de organização dos novos partidos políticos. Neste período de transição, analisaremos a formação destas novas agremiações em Passo Fundo, bem como a participação da elite política local nesse processo.

CAPÍTULO 1

A ELITE POLÍTICA PASSO-FUNDENSE NO PERÍODO DEMOCRÁTICO (1945- 1964)

Este capítulo analisa o perfil da elite política do município de Passo Fundo entre os anos de 1945 e 1964. Para tanto, em um primeiro momento, busca-se refletir sobre o processo de abertura política a partir da crise do regime varguista do Estado Novo em 1945 e a fundação de novos partidos políticos de caráter nacional, que estabelecem uma nova ordem política no país. Além disso, visando compreender a disputa política local, busca-se apresentar a origem das agremiações e sua formação em Passo Fundo.

Após o estudo da conjuntura do estabelecimento da democracia e dos partidos políticos, cada seção é subdividida em tópicos que procuram de analisar as disputas eleitorais no Rio Grande do Sul, apresentando os resultados obtidos pelas agremiações políticas nas eleições para o Executivo federal e estadual, da mesma maneira que para o legislativo federal e estadual, elucidando os políticos de Passo Fundo que buscaram representar o município nessas esferas. Então, parte-se para a análise das disputas pelo poder local nas eleições municipais e do perfil da elite política municipal em cada legislatura.

Ao final do capítulo, são apresentados os resultados da presente pesquisa no que se refere ao perfil da elite política de Passo Fundo entre 1945 e 1964 de modo geral. Assim, é feita a análise das características que predominam nos atores da política municipal no período, evidenciando as permanências e mudanças.

1.1. A crise do Estado Novo e a redemocratização

Getúlio Dornelles Vargas assumiu o poder após a Revolução de 1930, governando por cerca de quinze anos, passando pelo governo provisório de 1930 a 1934 e pelo governo constitucional entre 1934 e 1937. Em 1937, através de um golpe de Estado, implementou uma ditadura que fechou o Congresso Nacional e os partidos políticos. O governo ditatorial de Getúlio Vargas ficou conhecido como Estado Novo.

Sob o comando de Vargas, o Brasil assistiu um acentuado crescimento do seu parque industrial, especialmente durante o Estado Novo. “A política econômico-financeira do Estado Novo representou uma mudança de orientação relativamente aos anos 1930-1937”

(FAUSTO, 2018, p. 203). Foi durante o regime autoritário que o país tomou para si a responsabilidade de substituir a economia de importações pela produção interna e do estabelecimento de uma indústria nacional fortalecida.

Aliado ao processo de industrialização, a promulgação de leis sociais e trabalhistas pelo governo Vargas à classe trabalhadora foi talvez a grande marca deixada pelo presidente durante seu primeiro período no Catete. Tais medidas foram aprofundadas no regime autoritário, o que revela uma “dicotomia: ao mesmo tempo em que eram suspensos os direitos civis e políticos por um bom período, os direitos sociais, especialmente os direitos do trabalho continuaram a ser implementados” (BATISTELLA, 2007, p. 116). Conforme aponta Fausto (2018, p.206),

a política trabalhista do Estado Novo pode ser vista sob dois aspectos: o das iniciativas materiais e o da construção simbólica da figura de Getúlio Vargas como protetor dos trabalhadores. Quanto ao primeiro aspecto, o governo levou adiante e sistematizou práticas que vinham desde o início da década de 1930.

Tais políticas faziam parte da estratégia de Vargas, com o objetivo lógico de controlar a grande massa trabalhadora e manter-se no poder com o apoio da população. Porém, no que se refere às liberdades e à democracia

Durante o período autoritário do Estado Novo os partidos foram excluídos da cena política nacional brasileira. Na sequência, foram fechadas todas as casas legislativas do Brasil, desde as Câmaras de vereadores nos municípios, às Assembleias Legislativas nos Estados, à Câmara dos Deputados e ao Senado na instância federal. A filosofia e a política do governo estado-novista eram incompatíveis com a prática da democracia eleitoral, competitiva, descentralizada e ancorada nos pressupostos liberais, tal qual prevalecera ao longo da República Velha (DELGADO, 2016, p. 130)

Contudo, “a derrocada dos países do Eixo e a iminente vitória dos países aliados, comprometidos formalmente com os valores da liberal democracia, influenciaram de forma determinante a queda do regime autoritário que vigorava no Brasil” (DELGADO, 2016, p. 133). Então, o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, trouxe uma onda liberal que buscava a valorização do princípio democrático no ocidente. Esse movimento liberal pode ser observado no Brasil com as pressões internas, com mais força desde o segundo semestre de 1944, para o fim do regime do Estado Novo e o retorno do regime democrático.

Ao início de 1945, Vargas perdeu o apoio do comando das Forças Armadas e a base de sustentação de seu poder. Não havia mais condições políticas para sua manutenção na presidência da república (FERREIRA, 2016a, p.16). O movimento que pedia a saída de

Getúlio da presidência era composto essencialmente por estudantes, políticos liberais e empresários. Diversas manifestações e atos políticos ocorreram no país pedindo o fim do Estado Novo e o retorno da democracia. Entretanto, o que os opositores de Getúlio não contavam era com a grande massa trabalhadora. Aqueles que haviam experimentado as benesses sociais oportunizadas durante o governo do ditador temiam que a saída do presidente resultasse também no fim dos direitos adquiridos durante a primeira era Vargas (FERREIRA, 2016a, p.16-18).

A população saiu às ruas para defender a permanência do então presidente no poder. Com o grito “Queremos Vargas!”, o movimento ficou conhecido como “queremismo”. Ganhando força, passou a receber, em abril de 1945, certo apoio do governo através do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). O movimento quemista colocava em jogo um novo ator na disputa política brasileira: o povo. Tendo a população tomados as ruas com objetivos políticos e não econômicos – surpreendendo a ala opositora – a transição do regime autoritário para a democracia não ficaria, então, relegada somente aos interesses das elites, da oposição e do governo (FERREIRA, 2016a, p. 18-19).

Para Delgado (2016, p. 134), o presidente, então, tentou conduzir o processo de reabertura política objetivando não sair do cenário nacional por completo. Desse modo, buscou a criação de instrumentos de controle do processo de transição. Assim, convocou as eleições para o Parlamento, que funcionaria como Assembleia Nacional Constituinte logo que começasse a legislatura, em 1946, e convocou eleições para a presidência da República e a instauração do sistema pluripartidário de bases nacionais.

As regras para o estabelecimento dos novos partidos políticos foram adotadas por meio da “Lei Agamenon”, decretada em 28 de maio de 1945. As novas agremiações deveriam ter seu registro em pelo menos cinco estados da federação, configurando sua atuação em âmbito nacional; ser referendada por pelo menos dez mil eleitores e ter personalidade jurídica. Conforme aponta Delgado (2016, p. 134)

Pela primeira vez na história republicana adotou-se como condição obrigatória para registro de qualquer agremiação partidária seu caráter nacional essa medida rompeu, de forma definitiva, com a velha tradição brasileira de estruturação partidária regional, que durante anos consecutivos alimentou o poder das oligarquias estaduais.

Na esteira da crise do regime do Estado Novo e do processo de redemocratização do país, surgiram os novos partidos políticos que viriam a disputar o poder no Brasil. Com destaque, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Democrático Nacional (PSD) e a

União Democrática Nacional estiveram sempre em voga nas disputas eleitorais dos anos subsequentes.

1.1.1. Os novos partidos

Cabe lembrar o que Berstein (2003, p. 67) define como necessário para a formação dos partidos políticos um momento de crise e uma profunda ruptura nas bases da sociedade, que justifique a emergência de organizações partidárias. Não obstante, Soares (1981, p. 7) aponta que as circunstâncias que levaram ao aparecimento dos partidos brasileiros, no período 1945 a 1964, não alteraram em nada a lógica da sociedade, pois “limitou-se a remover Getúlio Vargas e sua equipe do poder federal e dos governos estaduais, sem se preocupar com uma modificação substancial nas bases latentes do sistema político nos Estados e nos Municípios.” Com a Lei Agamenon, de 28 de março de 1945, foram estabelecidas as regras para a participação das forças políticas na democracia que sucederia o regime autoritário do Estado Novo. A partir dela, os partidos políticos deveriam garantir representatividade em ao menos cinco estados da federação, constituindo-se como partidos nacionais. Segundo Batistella (2015, p. 439),

Durante o período pluripartidário de 1945-1965, os três principais partidos políticos brasileiros – excluído o PCB, novamente posto na ilegalidade em 1947 – foram o PSD, a UDN e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que estavam se articulando antes mesmo da promulgação da Lei Agamenon e que são considerados “criaturas de Vargas”, uma vez que gravitavam –de maneiras distintas – em torno da figura do então ditador estadonovista. Portanto, Vargas é considerado o eixo divisor do sistema partidário que se inaugurava em 1945.

Soares (1981, p. 8) salienta que a participação dos novos partidos nas eleições de 1945 e 1947 foi fundamental para a sua estruturação em nível nacional, apesar das disparidades que tinham tendo em vista a suas origens. O autor afirma que PSD e UDN levaram vantagem nesta questão, já que contavam com estruturas organizacionais em todos os estados, o que o PTB alcançaria somente em 1947. Ao serem considerados os resultados eleitorais, a condição de partido nacional de PSP e PRP pode ser discutida (SOARES, 1981, p. 10)

Ainda, a estruturação dos partidos fez com que a delimitação ideológica entre eles ficasse mais nítida com o passar do tempo, pois

O processo político democrático acelerou o nível de ideologização do sistema, por um lado, e de definição ideológica dos partidos, pelo outro. Em 1945, muitas classes

interessadas na reforma do sistema sócio-econômico deram seus votos aos partidos conservadores dado o pouco tempo disponível para uma definição ideológica dos partidos. A partir de 1947, a definição do PTB e do PSP como partidos de orientação populista, levaram muitos membros destas classes a votar nesses partidos, deixando o PSD e a UDN, que na melhor das hipóteses, não se definiram ideologicamente pelos interesses dessas classes e, na pior das hipóteses, não se definiram como partidos conservadores (SOARES, 1981, p. 11)

A União Democrática Nacional (UDN) surgiu como um movimento de contestação ao autoritarismo do regime varguista do Estado Novo. Oficialmente fundada em sete de abril de 1945, o movimento anti-Vargas já se organizava em fins de 1944, com o início da decadência do Estado Novo em torno do nome do Brigadeiro Eduardo Gomes, que viria ser o candidato udenista nas eleições de 1945 e derrotado pelo pessedista Eurico Gaspar Dutra.

A UDN foi, *de fato*, um partido político. Embora tenha surgido como um *movimento*, a UDN organizou-se como partido, e não apenas como uma facção em luta pelo poder ou um grupo de pressão. Em termos concretos isso significa uma série de considerações sobre a “vida” da UDN. Ao contrário das facções ou cliques a UDN teve uma estrutura permanente e uma organização “burocrática” extensa da cúpula dirigente ao nível municipal em todos os estados do país. Um partido deve promover a mobilização e aspirar o apoio popular, tanto ao nível dos militantes quanto dos eleitores; apesar de sua aura inofensivamente “elitista” a UDN, através de seus políticos mais realistas, sempre revelou pretensões expansionistas nos meios populares, conseguidas, muitas vezes, graças a malabarismos “de princípios”: lembrem-se as aproximações estaduais com seu inimigo histórico, o PTB, ou com o eleitorado mais sensível aos populismos de Ademar e Jânio. (BENEVIDES, 1981b, p.93).

Para Maria Victoria Benevides (1981a, p. 29), a UDN tem origens em diferentes grupos políticos: as oligarquias derrotadas na Revolução de 1930; antigos aliados de Getúlio que foram preteridos depois de 1930 ou 1937; grupos que participaram da ditadura varguista, mas afastaram-se antes de 1945; liberais com identificação regional; e segmentos da esquerda nacional. Para Delgado (1989, p. 27),

À época de sua fundação, encarnando um “espírito liberal”, os udenistas tomavam para si as bandeiras de oposição ao estado de arbítrio e à ausência de liberdade política, características primordiais do regime estadonovista. O principal objetivo dos udenistas era, portanto, o da reconquista da liberdade política, ainda que entendida como liberdade política formal. E reconquistar a liberdade política significava romper com a cadeia de sustentação do Estado Novo, que era bastante sólida, pois se formara, gradativamente, desde a ascensão de Vargas ao poder em 1930.

Apesar do ímpeto liberal-democrático apresentado em sua formação, a UDN mostrou-se, por diversas vezes, com inclinações ao golpismo e movimentações antidemocráticas, após suas derrotas eleitorais e na crise de 1964.

Tanto no pleito de 1950 quanto no de 1955, inconformada com os resultados que não a favoreciam, a UDN tentou impugnar as eleições, alegando que os candidatos vitoriosos não haviam alcançado a maioria absoluta dos votos, requisito que não estava previsto pela legislação eleitoral do Brasil. A UDN, durante esses acontecimentos, já deixava despontar certa orientação antidemocrática, que se exacerbava em momentos históricos subsequentes, como nas conjunturas da renúncia de Jânio Quadros à presidência da República em 1961 e no contexto que antecedeu ao golpe de estado de 1964 (DELGADO, 2016, p. 138).

Assim, é possível dizer que, apesar da formação inicial udenista de valorização da democracia, sua orientação contra o trabalhismo, o nacionalismo e o veemente combate ao comunismo fizeram o partido assumir características golpistas e autoritárias.

No Rio Grande do Sul, a estruturação da UDN ocorreu a partir de conhecidos políticos do estado, que dominaram a cena política rio-grandense antes do Estado Novo. Oswaldo Aranha, Flores da Cunha e Borges de Medeiros aglutinaram suas forças em torno da candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes (BODEA, 1992, p. 17). Os partidos rio-grandenses Republicano e Liberal uniram-se novamente, agora em torno de uma sigla nacional. Os três líderes que formam a UDN no Rio Grande do Sul representam três momentos de relação de Getúlio com seus antigos companheiros de partido (CÁNEPA, 2005, p. 106). Em Passo Fundo “observamos que, em torno da UDN, concentrou-se o republicano Victor Graeff que já havia exercido o cargo de prefeito municipal, nomeado pelo interventor federal Cordeiro de Farias de 1941 a 1944” (BEVENGNÚ, 2006, p.36).

Planejado por Vargas, o Partido Social Democrático, por sua vez, é a agremiação em que estrutura burocrática do Estado Novo se organizou. As bases do PSD concentraram-se, principalmente nas interventorias estaduais e na máquina administrativa do regime varguista. Dessa forma, o PSD se constituiu como a agremiação responsável por acolher os aliados de Getúlio nos estados. O PSD buscou exercer um papel de conciliador dentro da disputa política do pós-Estado Novo. Ao não se definir pela defesa de uma ou outra classe social, o partido trazia em sua filosofia o sentido da conciliação entre capital e trabalho, não tomando parte na disputa classista. Entretanto, a conciliação não fazia parte da estrutura interna do partido uma vez que

O Partido manteve sempre distintas esferas de decisão, consagrando ao nível da prática partidária uma estrutura vertical de poder específica, o que se pode ilustrar com o exemplo de um tipo de comportamento político aprendido e praticado pela liderança pessedista: “só se faz reunião depois que a decisão já foi tomada” (OLIVEIRA, 1981, p. 111).

A formação dos novos partidos dá-se sustentada no pressuposto de que os interesses particulares devem ser alijados da política, e que esta deve sim representar os interesses da sociedade. O interesse privado é visto com preconceito no meio político. Porém, o PSD, embora pudesse também defender tal discurso, nunca se viu com moralismos na política, defendendo para si “aqueles postos que, na administração federal, permitiam mais diretamente a distribuição de recursos, favores, ao nível industrial (arena distributiva), sem que isto envolvesse a participação dos beneficiários nas decisões da cúpula partidária” (OLIVEIRA, 1981 p.112).

O PSD, no Rio Grande do Sul, se construiu a partir do então interventor Ernesto Dornelles e de Protásio Vargas, primo e irmão, respectivamente, de Getúlio, além de outras lideranças políticas do estado, como Cylon Rosa e Walter Jobim. De forma a constituir as bases partidárias com a estrutura da burocracia governamental do Estado, os líderes pessedistas buscaram o apoio principalmente dos prefeitos do interior do estado. Inclusive, Ernesto Dornelles enviou telegramas políticos locais os convidando para ingressarem nas fileiras do PSD. Na sequência disso, a partir do mês de maio de 1945,

intensificou-se a organização de núcleos pessedista pelo estado, sendo o diretório municipal de Porto Alegre o responsável por percorrer os municípios e articular as forças locais. José Diogo Brochado da Rocha e o secretário estadual de Obras Públicas, Walter Jobim eram responsáveis por negociar com os diretórios libertadores e republicanos “no sentido de sua extinção”, orientando-os para ingressarem no PSD. O chefe de gabinete de Cylon Rosa, advogado e jornalista Damasso Rocha, foi o responsável pela organização dos comitês em toda a zona colonial, além de atuar como redator chefe do jornal do PSD gaúcho *Correio da Noite*. (OLIVEIRA, 2008, p.41).

O pessedismo do Rio Grande do Sul teve, entretanto, uma divisão interna entre suas principais lideranças. Conforme aponta Bodea (1992, p. 19), “um conflito que afetaria profundamente o futuro do PSD estadual: o choque entre líderes políticos tradicionais e “elitistas” como Walter Jobim, Carneiro da Fontoura e Cylon Rosa de um lado, e líderes getulistas de massa de estilo getulista de outro”. Os dissidentes formaram, então, um PSD independente da organização nacional do partido, um partido autônomo, o PSDA.

A cisão do pessedismo sul-riograndense tem origens no processo de escolha do candidato à sucessão presidencial nas eleições de 1950. Em 15 de maio, dirigentes do PSD nacional definiram a candidatura de Cristiano Machado à presidência, e ele deveria propor a Vargas e ao PTB a vice, o que não ocorreu. Os dissidentes não concordaram com uma candidatura do partido ao cargo máximo da República sem o aval do ex-presidente. Os

próceres do pessedismo varguista, capitaneados por João Neves da Fontoura, formaram então o Partido Social Democrático Autonomista (PSDA), apoiando a candidatura de Vargas para presidente e lançando Ernesto Dornelles ao Palácio Piratini (OLIVEIRA, 2008, p. 210).

Em Passo Fundo, a organização do PSD ficou a cargo de lideranças como Nicolau de Araújo Vergueiro, Arthur Ferreira Filho e Bittencourt de Azambuja. A formação local do partido seguiu as características do diretório estadual, com algumas orientações próximas a Dutra, e outras próximas a Vargas. Gatti (2008, p. 59) salienta que

A recepção do PSD em Passo Fundo foi satisfatória quanto à composição de suas fileiras. Um mês antes da formação do partido, além de somar intelectuais, estudantes, população urbana e rural, conseguem o apoio de muitos integrantes do Círculo Operário e ferroviários, que se declararam solidários com o partido local.

A mesma autora ainda afirma que o movimento queremista de 1945 causou a primeira crise interna do PSD passo-fundense, tendo o então secretário do diretório, Daniel Dipp, solicitado desligamento de seu cargo junto ao partido (GATTI, 2008, p. 65).

O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), segundo Bodea (1992, p.15) surge do descontentamento das camadas operárias urbanas e da visão de Vargas, que percebeu a necessidade de organizar as massas urbanas em torno de um partido político. O autor salienta que o PTB conseguiu, gradualmente entre 1945 e 1964, mobilizar significativa parcela de votos do movimento operário brasileiro, tendo se tornado o partido com maior bancada no Congresso Nacional em 1962. Cabe ainda ressaltar que também coube ao PTB a tarefa de contrapor-se a um possível crescimento do PCB.

Para Lucilia Delgado (2016, p.141), o PTB foi a agremiação que apresentou a plataforma mais nítida quanto a metas e projetos defendidos pelo partido. Destacam-se as questões de ordem política e social, bem como as de cunho social. Dentre as propostas defendidas pelo novo partido, se pode destacar: a defesa do regime democrático e do voto universal; defesa da CLT; amparo dos trabalhadores rurais na legislação social; direito ao trabalho, salário razoável e jornada de oito horas; reforma agrária a partir de latifúndios improdutivos; autonomia maior aos sindicatos; planificação da economia pelo Estado; dentre outras.

O PTB formou-se no Rio Grande do Sul a partir do agrupamento de três diferentes correntes: a corrente sindicalista, a doutrinário-pasqualinista e pragmático-getulista. A primeira era composta por lideranças sindicais do Estado Novo, ou que resistiram à ditadura varguista em suas funções sindicais. A corrente doutrinário-pasqualinista era formada por um

círculo de intelectuais progressistas – profissionais liberais e bacharéis – que acompanhavam o teórico Alberto Pasqualini. Por fim, a pragmático-getulista ingressou no partido já em 1946, após as eleições. Composta por políticos profissionais advindos do PSD que se transferiram para o PTB pela orientação direta de Getúlio Vargas (BODEA, 1992, p. 20-30).

No dia 13 de novembro de 1945, formou-se em Passo Fundo o Partido Trabalhista Brasileiro, a partir dos entusiastas do movimento queremista na cidade. O movimento de apoio a Vargas foi organizado no município “por um grupo de caixeiros que organizados e liderados por Urbano Ribas e César Ribas da Silva fundaram em 11 de julho de 1945 o comitê pró-candidatura de Getúlio Vargas [...]” (BENVEGNÚ, 2006, p.29) e recebeu a adesão de figuras importantes do quadro social local, como o conhecido médico e cientista César Santos. Com a deposição do presidente, o movimento teve sequência na fundação do PTB. Para Batistella (2007, p. 161)

a fundação do diretório do PTB passofundense diferencia-se do processo verificado na fundação dos diretórios nacional e estadual, constituindo-se em um desdobramento das orientações petebistas de englobar os queremistas para dentro das hostes do partido e, nas cidades que não tinham diretórios do PTB, de transformar os comitês queremistas em diretórios petebistas. Isso pode ser comprovado pelo fato dos principais líderes queremistas locais estarem vinculados ao partido, alguns, inclusive, assumindo a direção do diretório local.

Em seus quadros, o PTB passo-fundense possuía de trabalhadores assalariados e sindicalizados, “tais como Urbano Ribas, César Ribas da Silva, Maturino Ribeiro, Waldir Ceconi, Inocêncio Pinto, Filomeno Pereira Gomes, os mais proeminentes, alguns ligados à ala trabalhista do PSD, assim como Celso Fiori” (BENVEGNÚ, 2006, p.33), a profissionais liberais como César Santos, médico, e Daniel Dipp, advogado que saiu do PSD e ingressou nas fileiras do PTB. Ainda, segundo a mesma autora, é possível perceber uma formação heterogênea do PTB passo-fundense, o que revela uma constituição diferenciada em relação ao PTB nacional e estadual.

A relação PSD/PTB dispôs de uma peculiaridade em relação ao que ocorria em âmbito nacional, tendo em vista que “os partidos políticos se organizaram mais em função de clivagens ligadas ao padrão político-eleitoral anterior do que definidas pelas lideranças emergentes no pós -45” (TRINDADE; NOLL, 1991, p. 64). No Rio Grande do Sul, devido a sua formação essencialmente sindicalista e da vertente pasqualinista, o PTB negou-se a apoiar a candidatura de Dutra à presidência da República em 1945 (BODEA, 1992, p. 31). Ademais, nas eleições que viriam a ocorrer nos anos subsequentes à redemocratização, PTB e

PSD protagonizariam grandes disputas eleitorais para o governo do estado. No seio pessedista, houve uma cisão, como visto anteriormente, e a ala “getulista” formaria o PSDA, que em seguida seria absorvido pelo PTB (CÁNEPA, 2005, p. 124).

O PSD será, então, a representação maior das forças anti-PTB no Rio Grande do Sul, contrariando a lógica do restante do país, que tinha na UDN a principal força antagônica ao trabalhismo.

A curva ascensional do PTB será um fator decisivo na mudança da dinâmica das forças políticas regionais, provocando, como reação à tendência de sua hegemonia eleitoral, uma progressiva aglutinação das forças anti-PTB, nucleadas em torno de um PSD “udenizado” que entra em dissidência com a linha nacional de aliança com o PTB. O antipetebismo se costura através da coligação que incorpora, num primeiro momento, a UDN e o PRP, e, mais tarde, o PL. Com a candidatura de Brizola ao governo do Estado em 1958, forma-se a Frente Democrática (PSD-PL-UDN e PRP), mas seu arco mais abrangente será a Aliança Democrática Popular (ADP) que inclui PSD, PL, UDN, PDC e PSP. (TRINDADE; NOLL, 1991, p.68-69).

Trindade e Noll (1991, p. 72) ainda evidenciam que a polarização das forças conservadoras-liberais *versus* PTB se repete nos municípios do interior do estado. Em análise das alianças para as eleições para prefeito demonstram que em 88% dos conchavos locais entre 1951 e 1963 estão dentro desta lógica.

O Partido Comunista Brasileiro (PCB), único partido de formação originariamente nacional, fundado em 1922. Desestruturado na década de 1930, encontrou na luta contra o fascismo no início dos anos de 1940 a sua reorganização, ainda que na ilegalidade imposta pelo Estado Novo. Em 1945, porém, com o novo código eleitoral, foi conquistada a liberdade de organização dos partidos políticos, inclusive a para o PCB. Na legalidade, o partido consegue tomar espaços nas lutas operárias, bem como ter uma militância ativa que conquista operários e intelectuais. (SEGATTO, 2016, p. 220-221). Nas eleições de dezembro de 1945, os comunistas alcançam resultados bastante expressivos. Elegeram 4,9% dos deputados federais, bem como Luís Carlos Prestes fora eleito senador da República. O candidato comunista à presidência da República, Yedo Fiúza, alcançou 9,7% dos votos naquela eleição. (DELGADO, 2016, p. 135-142).

Entretanto, a legalidade do PCB não durou muito. Com o advento da Guerra Fria, o presidente eleito em 1945, Eurico Gaspar Dutra, impõe uma série obstáculos às lutas operárias, da mesma forma que passa a perseguir os comunistas. Segundo Segatto (2016, p. 223)

Em maio de 1947, o PCB tem seu registro cassado e é posto na ilegalidade. E mais: a Juventude Comunista tem seu funcionamento suspenso, as sedes do PCB são fechadas e seus arquivos e fichários são apreendidos. Em outubro, é aprovada no Senado a demissão de todos os funcionários públicos suspeitos de serem comunistas e o governo rompe relações diplomáticas com a União Soviética.

O PCB, após a suspensão de seu registro, passaria por uma série de reformulações com o objetivo de inserir-se na luta operária e política nacional. Entre 1948 e 1954, os comunistas passam a fazer ferrenha oposição aos governos Dutra e Vargas. Entre 1954 e 1958, diante da nova conjuntura política, têm sua orientação política voltada à unidade com os trabalhistas e apoia as candidaturas de Juscelino Kubitschek e João Goulart. Posteriormente, irão apoiar as reformas de base no governo de Jango, após a renúncia de Jânio Quadros em 1961 (SEGATTO, 2016).

No Rio Grande do Sul, o Partido Comunista Brasileiro enfrentou a forte resistência da Igreja Católica. “Organizado em 30 de julho de 1945, com a presença de seu Secretário Nacional de Divulgação, Maurício Grabois, o PCB já possuía comitês municipais em 18 cidades, em geral os centros urbanos com maior concentração da classe operária”. O partido integrou-se à campanha queremista no estado, passou a defender a candidatura do único candidato civil a presidente (Yedo Fiúza) (CÁNEPA, 2005, p. 109-110).

No município de Passo Fundo, imediatamente legalizado, o diretório do PCB passou a participar ativamente da vida política da cidade. Entretanto, não obtiveram sucesso na luta sindical pelo fato de os sindicatos estarem estreitamente ligados ao Círculo Operário local. A atuação comunista na cidade não logrou muitos proveitos, e em 1946 teve início o “Movimento Anticomunista de Passo Fundo”, para combater o comunismo na cidade. (BATISTELLA, 2007, p. 171-172). “Mais tarde, seria fundada a Liga Passofundense Contra o Comunismo”, em 9 de fevereiro de 1953 (BATISTELLA, 2007, p. 183).

Raul Pilla, histórico opositor de Vargas no Rio Grande do Sul, capitaneou a formação do Partido Libertador (PL), apesar de ter assinado a fundação da União Democrática Nacional. Embora de característica regional, o PL conseguiu ter amplitude nacional e obter seu registro em setembro de 1945. Entusiasta da candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes, Pilla e o PL uniram-se à UDN para as eleições de 2 de dezembro de 1945 (CÁNEPA, 2005, p. 104). O PL ocupou no cenário estadual, como um partido de elites, antigetulista e liberal, o espaço que a UDN ocupava em nível nacional (BODEA, 1992, p. 18).

Ainda, pode-se destacar a formação do Partido de Representação Popular (PRP), com seu líder nacional Plínio Salgado. O PRP surge como herança da Ação Integralista Brasileira,

de inspiração fascista, tem forte penetração nas zonas coloniais alemã e italiana, com apoio das paróquias do interior do RS (CÁNEPA, 2005, p. 110). O Partido Socialista Brasileiro (PSB) surgirá da cisão dos setores de esquerda ainda presentes na União Democrática Nacional. Os insurgentes formariam a Esquerda Democrática para disputar as eleições de 1947, e em seguida formaram o PSB. O Partido Social Progressista forma-se a partir das ambições do político paulista Adhemar de Barros, em aliança com João Café Filho, e da fusão entre os Partidos Popular Sindicalista, Republicano Popular e Agrário Nacional. (SAMPAIO, 1981, p. 176).

Mais tarde, já nas décadas de 1950 e 1960, surgiriam ainda outros dois partidos de considerável expressão nacional e regional: o Partido Democrata Cristão (PDC), de Jânio Quadros, eleito presidente em 1960, e o Movimento Trabalhista Renovador (MTR), do dissidente do PTB Fernando Ferrari. Luiz Werneck Vianna (1981, p. 135) resume o que foi a existência do PDC no pluripartidarismo brasileiro:

seu discurso não se pautou pelo reformismo e, ademais, não se empenhou como um projeto modernizante, tendo cumprido um papel inócuo. Ressalvado o curto interregno dos anos 60, quando alguns líderes tentaram aproximá-lo da doutrina social da Igreja, constitui-se numa legenda a mais, posta a serviço de políticos profissionais sem compromissos pragmáticos. Quando muito, veio a representar o ritualismo moralizante de certos círculos das camadas médias de alguns centros urbanos de São Paulo e Paraná

O MTR tem seu surgimento a partir da expulsão de Fernando Ferrari do PTB por ter ferido o estatuto do partido concorrendo à vice-presidência pelo PDC, em 1960. Porém, não só com isso se explica a cisão no interior do petebismo. Suely Bastos (1981, p. 121) explica que a expulsão de Ferrari foi um modo de evitar a ampliação da polarização no PTB, que vinha sendo comandado por Jango e Brizola. A autora ainda afirma que “problemas como o de corrupção clientelística e concentração de poder partidário (em Jango e Brizola principalmente) foram motivos frequentemente aventados por Ferrari para justificar sua “Campanha de Mãos Limpas” e seus objetivos ‘renovadores’”.

1.2. As eleições de 1945 e 1947 no Rio Grande do Sul

Após oito anos de governo ditatorial comandado por Getúlio Vargas, a população voltava a exercer a cidadania pelo voto, e a novidade despertou grande interesse. Bóris Fausto (2018, p. 220) aponta que

Pacientemente, os brasileiros formaram longas filas para votar. Nas últimas eleições diretas para a presidência da República, em março de 1930, tinham votado 1,9 milhão de eleitores, representando 5,7% da população total; em dezembro de 1945 votaram 6,2 milhões, representando 13,4% da população.

Quatro lideranças surgiram na disputa pela presidência da República: Eduardo Gomes era o principal líder da oposição ao Estado Novo e representava os anseios dos liberais brasileiros; Dutra, por sua vez, foi o candidato que recebeu o apoio de Getúlio Vargas, tendo o ex-presidente, nas vésperas do pleito, feito uma declaração de apoio ao candidato pessedista; o comunista Yeddo Fiúza; e a inexpressiva candidatura de Marcos Rolim Teles do Partido Agrário Nacional (DAMIAN, 20110, p. 114).

Ambos os candidatos principais, Dutra e Gomes, começaram suas campanhas ainda antes do fim do regime varguista. Fausto (2018 p. 219) observa que, durante a disputa eleitoral, a candidatura de Eduardo Gomes parecia mais promissora que a de Dutra. Os comícios do Brigadeiro eram mais procurados pela população que os do pessedista. O primeiro presidente da República eleito no novo sistema político foi o Marechal Eurico Gaspar Dutra, que venceu as eleições de 2 de dezembro de 1945 obtendo 55,3% dos votos pela coligação PSD/PTB. A UDN, capitaneada pelo Brigadeiro Eduardo Gomes obteve 34,7% (DELGADO, 2016, p. 137). Em terras sul-riograndenses, Dutra obteve 71,50% dos sufrágios, contra apenas 17,54% de Gomes e 8,02% do comunista Yeddo Fiúza (CÁNEPA, 2005, p. 111). A vitória esmagadora de Dutra no Rio Grande repetiu-se em Passo Fundo, tendo o pessedista conquistado 9.812 sufrágios. O candidato da UDN alcançou apenas 1.659 votos e o comunista Fiúza 846 (DAMIAN, 2010, p. 114).

No Rio Grande do Sul, as eleições gerais de 1945 ocorreram de forma que promoveram o distanciamento entre PTB e PSD, devido às características da formação de cada partido. As duas principais alas que compunham o PTB no estado eram avessas à candidatura de Eurico Gaspar Dutra, apesar do esforço de Getúlio Vargas em buscar a conciliação entre os dois partidos em âmbito regional. Também, na esteira da disputa nacional, os dois partidos lançam seus candidatos para as eleições estaduais de 1947: Walter Jobim, pelo PSD e Alberto Pasqualini, pelo PTB (BODEA, 1992, p. 32).

O PSD, nas eleições para a Câmara Federal, em 1945, mostrou expressiva força política. O partido conquistou 17 das 22 vagas a que o Rio Grande do Sul tinha direito, enquanto a UDN ficou com duas, PL, PTB, e PCB com uma cada, conforme a tabela abaixo:

Tabela 1: deputados federais (por partido) em 1945 no Rio Grande do Sul

Partido	Cadeiras
PSD	17
UDN	2
PL	1
PTB	1
PCB	1
PRP	-
TOTAL	22

Fonte: TRE-RS apud CÁNEPA, 2005, p. 112

Passo Fundo conseguiu eleger dois representantes para Câmara Federal: os pessedistas Antônio Bittencourt Azambuja¹, que recebeu 812 votos no município e conquistou um total de 9.596 sufrágios, e Nicolau Araújo Vergueiro², que contou com 2.709 votos em Passo Fundo e somou 9.219 em todo o estado. Por outro lado, não obtiveram êxito Victor Oscar Graeff, da UDN e Celso da Cunha Fiori do PTB (DAMIAN, 2010, p.147).

Para o Senado, o PSD levou as duas vagas, elegendo Getúlio Vargas – que também foi eleito deputado federal pelo PTB – e Ernesto Dornelles (CÁNEPA, 2005, p. 112). Miguel Bodea (1992, p. 31), atribui o fraco desempenho eleitoral do PTB nessa primeira eleição se deve à pouca penetração do partido no interior do estado do Rio Grande do Sul. Mas também a outros dois pontos, que são “a) o relativo desinteresse de Pasqualini e seus seguidores da USB nas eleições nacionais; b) a frieza dos trabalhistas diante da candidatura do general Dutra”.

No início de 1947 ocorreram as eleições para o governo do estado e para escolha dos deputados estaduais. Nesse pleito enfrentaram-se Walter Jobim (PSD/PRP/PCB), em uma aliança que contaria com integralistas e comunistas, Alberto Pasqualini (PTB) e Décio Martins Costa (PL/UDN), em uma coligação de forte tom antigetulista. O primeiro venceu as eleições com apenas cerca de 20.000 votos a mais (41,23%) que o petebista, que obteve 37,54%. Décio Martins Costa alcançou 18,91% dos sufrágios. Segundo Cánepa (2005, p. 114-115), uma série de acontecimentos marcam as eleições de 1947 e os resume desse modo:

¹ Antônio Bittencourt Azambuja, advogado, nascido em Encruzilhada do Sul iniciou sua carreira política aos 45 anos de idade nas eleições de 1945 (ABREU, 2010).

² Nicolau Araújo Vergueiro era farmacêutico e médico que nasceu em Passo Fundo em 1882. Foi um destacado líder municipal e regional, tendo iniciado sua carreira política em 1908, quando foi eleito conselheiro municipal e a partir de então ocupou diversos outros cargos políticos (NASCIMENTO; DAL PAZ, 2012, p 129).

1) afastamento das lideranças do PSD gaúcho de seu principal inspirador, Getúlio Vargas, abrindo caminho para a aproximação com PL e UDN; cisão no PSD provocando a emigração de suas lideranças “getulistas” para o PTB; 3) aproximação do PTB gaúcho com Getúlio Vargas; 4) emergência do PTB como maior partido do Estado, posição que manterá durante todo o período; 5) identificação de diferenças doutrinárias entre as duas lideranças (Getúlio e Pasqualini, permitindo certo doutrinário no PTB gaúcho (nacionalismo/antiimperialismo em Vargas e Capitalismo Solidarista em Pasqualini); 6) emergência de novas lideranças no PTB, que terão grande presença no cenário regional e nacional (ex: João Goulart, Brizola e Ferrari); 7) projeção do PTB do Rio Grande do Sul na direção do PTB nacional, etc.

No município de Passo Fundo, a disputa entre Rosa e Pasqualini também foi acirrada. Entretanto, o petebismo consagrou mais votos para o candidato apoiado por Getúlio, que obteve 4.270 sufrágios, contra 3.648 de Walter Jobim e 2.869 de Décio Martins Costa (DAMIAN, p. 135).

Apesar da derrota de Pasqualini, o PTB fez uma grande bancada na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul – cabe lembrar que esta legislatura também seria a constituinte. Embora a diferença da votação na proporcional entre PSD e PTB tenha sido de menos de mil votos, os trabalhistas lograram 23 cadeiras, beneficiados pela legislação eleitoral, os pessedistas 16, o PL cinco, a UDN e o PRP quatro e o PCB três, de um total de 55 vagas (BODEA, 1992, p. 55).

Passo Fundo também elegeu seus representantes no legislativo estadual. O presidente do PTB local César José dos Santos³, elegeu-se com 3.389 sufrágios sendo 1.946 somente no município, e Victor Oscar Graeff⁴, da UDN, com 2.337 votos, tendo recebido a confiança de 648 passo-fundenses. Concorreram, também, Arthur Ferreira Filho, pelo PSD, Jatyr Giacomo Foresti, pelo PRP, Eduardo José Barreiro, pelo PCB, João Issler pelo Partido Libertador, e João Bugre Machado, pelo PSP.(DAMIAN, 2010, p. 159).

³ Nascido em soledade, em 1904, César José dos Santos era médico e cientista (BENVENGNUÍ, 2006, p. 14).

⁴ Victor Oscar Graeff era advogado.

Tabela 2: deputados estaduais (por partido) em 1947 no Rio Grande do Sul

PARTIDO	CADEIRAS
PTB	23
PSD	16
PL	5
UDN	4
PRP	4
PCB	3
PSP	-
ED	-
Total	55

Fonte: TRE-RS apud CÁNEPA, 2005, p. 118

A corrida pela vaga ao Senado foi vencida pelo trabalhista Salgado Filho, que obteve 35,21% dos votos contra 27,95% de Oswaldo Vergara dos PSD, João Carlos Machado (UDN/PL), com 15,35%, Félix Contreiras Rodrigues, do PRP, com 7,81%, o comunista Trifino Corrêa obteve 5,13% dos sufrágios e Mendonça Lima, da Esquerda Democrática conquistou apenas 0,33% dos votos (CÁNEPA, 2005, p. 118).

Contudo, Walter Jobim não teve grandes problemas para aplicar seu plano de governo para o estado do Rio Grande do Sul, apesar da ampla maioria da Assembleia Legislativa ser da oposição. Seu governo foi “essencialmente vinculado ao PSD, inaugurando a prática de *governos partidários*, que persistiria no Rio Grande do Sul durante todo o período de 1947-64” (BODEA, 1992, p. 60). Mas, isso não quer dizer que o primeiro governador eleito no período democrático não tenha sofrido pressões de seus opositoristas. PTB e PCB estavam sempre altivos para questionar e atacar o governo pessedista. Bem como, tendo em vista o tamanho do PTB no legislativo estadual, era impossível Jobim não tentar a colaboração trabalhista. Porém, a conjuntura nacional acabou afastando ainda mais o PSD e o PTB regional, da mesma forma que Getúlio Vargas afastou-se de Dutra (CÁNEPA, 2005, p. 126).

1.3. As eleições municipais de 1947 em Passo Fundo

O ano de 1947 já começara em grande efervescência política dada pela disputa do governo estadual ocorrida em janeiro. A vitória de Walter Jobim e o excelente rendimento do PTB nas eleições legislativas acirravam a disputa entre os dois principais partidos políticos do estado, e esta rivalidade se refletia na disputa local.

Em abril, os jornais locais começam a divulgar as movimentações dos partidos locais face à realização do pleito. Armando Araújo Annes foi destacado como o “1º candidato ao governo municipal” pelo jornal *O Nacional*. A candidatura de Annes viabilizava-se pelo acordo firmado pelo Partido Trabalhista Brasileiro e pela União Democrática Nacional, sendo que o último contava com maior simpatia do candidato. Tão logo fora aclamado como o protagonista da coligação na disputa política do município, Annes declarou: “Espero, oportunamente, poder contar com o apoio de outros partidos que, possivelmente, evidenciarão uma sã-cooperação em benefício de nosso município” (*O Nacional*, 3 de abr. 1947, p. 01).

Conforme aponta Sandra Mara Bevengnú (2006, p. 52), a candidatura de Armando Annes foi uma decisão acertada quando tomada pelo PTB, tendo em vista que essa agremiação ainda não tinha nomes capazes de disputar os rumos da cidade com os políticos tradicionais do município. Assim, a candidatura Annes, tendo o trabalhista Daniel Dipp como seu companheiro na disputa, poderia aglutinar as forças municipais para o pleito. A autora ainda ressalta que Armando Araújo Annes não era vinculado ao PTB. O tradicional líder político local era mais próximo à UDN, seguindo a orientação do líder estadual Flores da Cunha, que era do Partido Republicano Liberal e, na nova configuração dada a partir de 1945 na política nacional, alinhou-se à União Democrática Anteriormente, Armando Annes foi intendente de Passo Fundo entre 1924 e 1928 e prefeito entre 1932 e 1934.

Entretanto, apesar do objetivo trabalhista para buscar o apoio dos outros partidos da cidade à candidatura Armando Annes, outras candidaturas formaram-se para a disputa do poder municipal. Dionísio Lângaro, pelo PSD, e Carlos Galves pela Coligação Democrática Cristã (PL-PRP).

Em reunião ocorrida no dia 10 de abril, o PSD de Passo Fundo deliberou sobre seus rumos na política municipal. Na oportunidade, além do afastamento da possibilidade de apoio ao candidato da coligação PTB-UDN, os pessedistas afirmaram que buscariam apresentar um candidato próprio ao pleito municipal. Contudo, não fechavam as portas para a possibilidade de apoio ao candidato da união entre PL e PRP, Carlos Galves (*O Nacional*, 11 de abr. 1947, p. 01). Porém, ainda houve a tentativa de fechar acordo entre PTB, UDN e PSD,

houve um encontro entre César Santos pela coligação PTB-UDN e Nicolau Vergueiro, líder do PSD. Denominado pela imprensa local de “histórico acordo”, o mesmo não se efetivou. César Santos, ciente da possível disposição de um apoio por parte do PSD à candidatura Annes, condicionou como única prioridade para que se efetivasse tal acordo, a assinatura em primeiro lugar na proclamação do ajuste, do representante do PSD. (BEVENGNUÍ, 2006, p. 53).

A proposta petebista foi imediatamente recusada pelo líder do PSD, Nicolau Araújo Vergueiro. O deputado irritou-se e alegou que os termos apresentados por César Santos não representavam um acordo, mas um apoio incondicional do PSD ao candidato Armando Annes (*O Nacional*, 23 de abr. 1947, p. 01).

Sem entrar em acordo com trabalhistas, libertadores e perrepistas, o PSD alçou o nome de Dionísio Lângaro ao pleito. A candidatura pessedista foi noticiada com grande entusiasmo pelo jornal *Diário da Manhã*, de propriedade de Túlio Fontoura, também pessedista. Após a convenção partidária que determinou a candidatura de Lângaro, o periódico afirmava que em todos os setores da sociedade passo-fundense se rasgavam elogios ao candidato, tendo seu nome sido bem aceito principalmente pelos setores católicos. Tecendo elogios ao candidato do PSD, o jornal afirma que é um

Cidadão dotado das mais elevadas virtudes morais, industrial de larga visão, católico praticante e até há pouco presidente da LEC, exemplar chefe de família e membro de tradicional família passofundense, o Sr. Dionísio Lângaro apresenta-se como o candidato com maiores possibilidades para conseguir a vitória no próximo pleito eleitoral. (*Diário da Manhã*, 28 de abr. 1947, p. 04).

Somente dias antes da eleição de 15 de novembro o PSD decidiu sobre seu candidato à vice-prefeito. Ivo Pio Brum, o então prefeito do município, foi escolhido pelos pessedistas para estar ao lado de Dionísio Lângaro pelo partido. Porém, o aceite do mandatário do município para concorrer teve como condição a sua saída do comando da prefeitura. Assim, o deputado federal e principal líder do PSD de Passo Fundo, Nicolau de Araújo Vergueiro, foi ao encontro do governador Walter Jobim para acordar a substituição de Pio Brum por Mário Daniel Hoppe. Sendo assentada a troca, Ivo Pio Brum foi aclamado pelos pessedistas como o candidato a vice-prefeito. (*Diário da Manhã*, 22 de out. 1947, p. 04).

O Partido Libertador, em conjunto com o Partido de Representação Popular, elevou o nome do jovem jurista Carlos Galves à disputa do pleito municipal. Libertadores e perrepistas formaram a *Coligação Democrática Cristã*, que contaria com importante apoio de membros da igreja católica local (*O Nacional*, 11 de abr. 1947, p. 01). A candidatura de Galves foi sustentada pelo dissidente pessedista deputado Bittencourt de Azambuja. A ação do deputado da dissidência do PSD buscou com engajamento a aprovação de seu sobrinho como o candidato comum dos pessedistas e libetadores, tendo proposto, inclusive, uma eleição prévia entre os candidatos Dionísio Lângaro e Carlos Galves, num formato em que o vencedor seria apoiado incondicionalmente pelo vencido. Tal estratégia teria sido cogitada a partir de um

apelo feito por Protásio Vargas ao deputado, no sentido de unificar as forças eleitorais em Passo Fundo (*Diário da Manhã*, 15 de jul. 1947, p. 03).

Houve ainda a tentativa de aproximação entre as forças do Partido Libertador e a coligação PTB-UDN tendo em vista o apoio dos libertadores ao candidato Armando Annes. Os termos da aliança se dariam em torno da homologação da candidatura de Carlos Galves a prefeito substituto de Annes. Caso eleito, o candidato apoiado por petebistas e udenistas renunciaria ao cargo após certo tempo para que o jovem advogado assumisse o comando do município (*Diário da Manhã*, 17 de jul. 1947, p. 04). Porém, a contraproposta feita pelos libertadores tinha igual tom: enquanto Carlos Galves concorreria a prefeito, Armando Annes buscaria o cargo de prefeito-substituto. A resposta do PL não agradou os trabalhistas, tornando inviável o acordo entre as forças políticas (*Diário da Manhã*, 25 de jul. 1947, p. 04).

A proximidade entre os candidatos Carlos Galves e Armando Annes foi alvo de ataques proferidos pelos partidários da candidatura de Dionísio Lângaro e Ivo Pio Brum. No espaço *A pedido* do jornal *Diário da Manhã* o Centro Cívico Walter Jobim acusou as candidaturas libertadora e trabalhista de estarem aliados e dispostos a derrotar os pessedistas. Os entusiastas de Lângaro denunciavam que a candidatura de Galves estaria no pleito apenas para tirar votos católicos do PSD, tendo em vista que Annes era maçom e teria dificuldade de conquistar alguns setores do eleitorado católico⁵. (*Diário da Manhã*, 13 de nov. 1947).

A disputa seguiu seu curso com diversos ataques pessoais desferidos através da imprensa local e de materiais de divulgação dos partidos. Como exemplo, se tem as entrevistas de Nicolau Vergueiro ao *Diário da Manhã*, em que o deputado acusa o ex-prefeito e intendente Armando Annes como responsável pelo problema do abastecimento de energia da cidade (*Diário da Manhã*, 24 de set. 1947, p. 04), que teria caído como uma “bomba atômica” no meio trabalhista (*Diário da Manhã*, 25 de set. 1947, p. 02). As repostas eram dadas através do *O Nacional*, sob o título “Esmagadora Contestação”.

Para além das acusações pessoais, outro elemento é importantíssimo quando tratamos da disputa eleitoral de 1947 em Passo Fundo: o anti-comunismo. As duas principais forças políticas tentavam se desvencilhar das proximidades que poderiam ter com os comunistas. As declarações proferidas pelo conhecido comunista Eduardo Barreiro ao *O Nacional*, em que garantiu o apoio de seus companheiros ao candidato Dionísio Lângaro, deram base para os ataques da coligação PTB-UDN aos pessedistas (BEVENGNÚ, 2006, p. 56). Contra-atacando, os correligionários de Lângaro inundavam as páginas do *Diário da Manhã* nos

⁵ Sobre a disputa entre maçons e católicos em Passo Fundo ver DALLA ROSA (2007).

espaços *A pedido* buscando rechaçar o apoio comunista ao seu candidato dizendo: “PASSOFUNDENSE! A luta está travada: de um lado o PSD, com Dionisio Langaro, contra o comunismo. De outro, os demais partidos, com os comunistas, contra Dionisio Langaro e o Partido Social democrático!” (*Diário da Manhã*, 13 de nov. 1947, p. 02).

No dia 15 de novembro ocorreram as eleições. Em disputa acirradíssima, após seis dias de apuração, Armando Araújo Annes venceu seus adversários com 5.560 votos, contra 5.395 de Dionísio Lângaro e 1479 de Carlos Galves. Para vice-prefeito, A diferença entre o petebista Daniel Dipp e o pessedista Ivo Pio Brum também foi muito pequena, tendo o primeiro alcançado 5.448 sufrágios, contra 5.309 do segundo. O perrepista Francisco Foresti, que concorria com Galves, conseguiu 1.427 votos (DAMIAN, 2010, p.38).

Armando Araújo Annes era filho do coronel Gervásio Annes. Nasceu em Passo Fundo em 13 de fevereiro de 1881. Foi intendente municipal em 1924 e 1932. Nas eleições de 1947 tinha 66 anos de idade, e suas atividades profissionais eram ligadas ao comércio, sendo também proprietário da *Casa Bancária Armando Annes & Cia* (MIRANDA, 2012). Já Daniel Dipp era uma das jovens lideranças políticas que despontavam no município, foi eleito vice-prefeito aos 32 anos. Formou-se em direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul exerceu a profissão de advogado em sua terra natal, Passo Fundo (NASCIMENTO, 2010).

1.3.1 Perfil da legislatura 1947-1951

Para a Câmara de Vereadores, os trabalhistas não tiveram o mesmo êxito. Das quinze vagas em disputa, o PSD conquistou nove. O PTB elegeu apenas cinco vereadores e o PRP um. Desse modo, será analisado o perfil coletivo dos quinze vereadores eleitos, e também, outros quatorze suplentes assumiram o cargo de vereador transitória ou definitivamente ao longo dos quatro anos. Desse modo, teremos um total de vinte e nove políticos analisados.

Tabela 3: vereadores eleitos em 1947

Nome	Partido	Idade no dia da eleição	Profissão	Formação Superior	Local de Nascimento
Arno Fett	PSD	37	Profissional Liberal	Contabilista	Lajeado/RS
Aurélio Eugênio Brunetto	PSD	35	Empresário	S/I	Veranópolis/RS
Basílio Osmundo Rambo	PTB	26	Profissional Liberal	Direito	Selbach/RS
Carino Canali	PRP	51	Agricultor	S/I	Caxias do Sul/RS
Elpídio Fialho	PSD	38	Profissional Liberal	Medicina	Guaporé/RS
Fabrizio Oliveira Pilar	PSD	54	Funcionário Público	S/I	Passo Fundo/RS
Jandir Lima da Cruz	PTB	42	Ferrovário	S/I	Passo Fundo/RS
João Gasperin	PSD	40	Empresário	S/I	Bento Gonçalves/RS
Manoel Araújo Bastos	PSD	60	Empresário	S/I	Passo Fundo/RS
Mário Goelzer	PSD	46	Agricultor	S/I	S/I
Miguel Tabal	PSD	30	Profissional Liberal	Medicina	Elias Fausto/SP
Pedro dos Santos Pacheco	PSD	62	Funcionário Público	Direito	Guarapuava/PR
Policarpo Nunes Vieira	PTB	41	Proprietário rural e empresário	S/I	Passo Fundo
Tranquilo Basso	PTB	28	Profissional Liberal	S/I	Porto Alegre
Wolmar Antônio Salton	PTB	36	Empresário	S/I	Bento Gonçalves

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir dos dados disponíveis em *Galeria de ex-vereadores de 1947 a 1988*.

Tabela 4: suplentes que assumiram o cargo em algum momento na 1ª legislatura

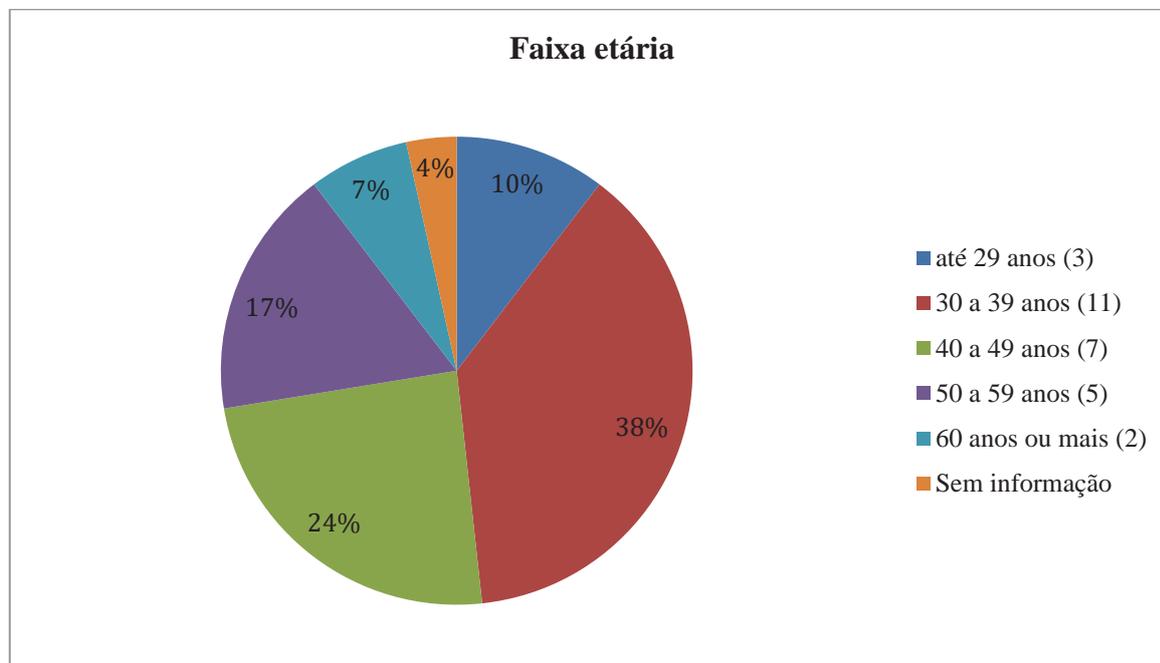
Nome	Partido	Idade no dia da eleição	Profissão	Formação Superior	Local de Nascimento
Antônio Col Debela	PSD	50	Empresário	S/I	Veranópolis/RS
Aquelino Luigi Translatti	PSD	55	Profissional liberal	Direito	Caxias do Sul/RS
Auhyldo Veloso de Linhares	PRP	37	Profissional liberal	S/I	Nonoai/RS
Cantídio Lamaison	PSD	43	Ferrovário	S/I	Júlio de Castilhos/RS
Diogo Morsch	PSD	39	Empresário	S/I	Passo Fundo/RS
Guilherme Knack	PTB	36	Empresário	S/I	Porto Alegre/RS
Herminio Tagliari	PSD	32	Agricultor	S/I	Passo Fundo/RS
Honório Luiz de Almeida	PTB	53	Empresário	S/I	Passo Fundo/RS
Jatyr Francisco Foresti	PRP	26	Profissional liberal	2	Bento Gonçalves/RS
João José Herpen	PRP	S/I	S/I	S/I	S/I
Otacílio Moura Escobar	PL	37	Funcionário público	Ciências econômicas	São Borja/RS
Sabino Ribas Santos	PSD	38	Professor	S/I	Alegrete/RS
Túlio Fontoura	PSD	42	Jornalista/Proprietário de jornal	S/I	Santana do Livramento/RS
Willibaldo Neuhaus	PRP	45	Empresário	S/I	Estrela/RS

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir dos dados disponíveis em *Galeria de ex-vereadores de 1947 a 1988*.

Considerando os dados obtidos no que se refere à idade dos políticos aqui analisados, quando da realização das eleições em quinze de novembro de 1947, temos que a média das idades é de 41,39 anos. Três políticos possuíam menos de 29 anos (10%). Há a predominância da faixa entre 30 e 39 anos que conta com 11 sujeitos, o que representa 38% do total. Na faixa entre 40 e 49 anos encontram-se sete indivíduos, ou 24% dos estudados, enquanto que, na casa entre 50 e 59 anos de idade, são 5 (17%). Com 60 anos ou mais,

apenas dois indivíduos foram eleitos para esta legislatura sendo 7% do total. Não foi possível obter a informação de um dos sujeitos.

Gráfico 1: Faixa etária da 1ª legislatura



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor a partir dos dados disponíveis em *Galeria de ex-vereadores de 1947 a 1988*.

Ao observarmos a idade dos sujeitos em questão, relacionando com a força política a qual pertenciam no momento da eleição, teremos que a média de idade dos eleitos pelo Partido Social Democrático é de 43,06 anos. Pertenciam ao PSD os dois políticos na faixa dos 60 anos ou mais, ao mesmo tempo que nenhum dos pertencentes à agremiação possuía menos de 30 anos quando ocorreram as eleições. Sete pessedistas tinham entre 30 e 39 anos, quatro entre 40 e 49 anos, e três entre 50 e 59 anos de idade.

Já os pertencentes ao Partido Trabalhista Brasileiro alcançam a média de 34,86 anos, tendo dois dos mais jovens políticos a ingressarem na Câmara de Vereadores. Figuram entre os petebistas dois dos mais jovens (até 29 anos), sendo que ambos foram eleitos. Dois estão presentes na faixa entre os 30 e 39 anos, e outros dois com idades entre 40 e 49 anos. Honório Luiz de Almeida, de 53 anos, estava entre os suplentes, tendo concorrido nas eleições pela coligação PTB-UDN, entretanto não foi possível identificar a qual partido pertencia.

Dentre os políticos do Partido de Representação Popular, um estava na faixa entre 50-59 anos, um entre 40 e 49, um entre 30-37 e um com até 29 anos de idade. A média das idades dos perrepistas é de 39,75 anos de idade, considerando que não foi possível precisar a

idade do suplente de vereador João José Herpen. Pelo Partido Libertador, figura apenas um suplente, que tinha 37 anos na data da eleição.

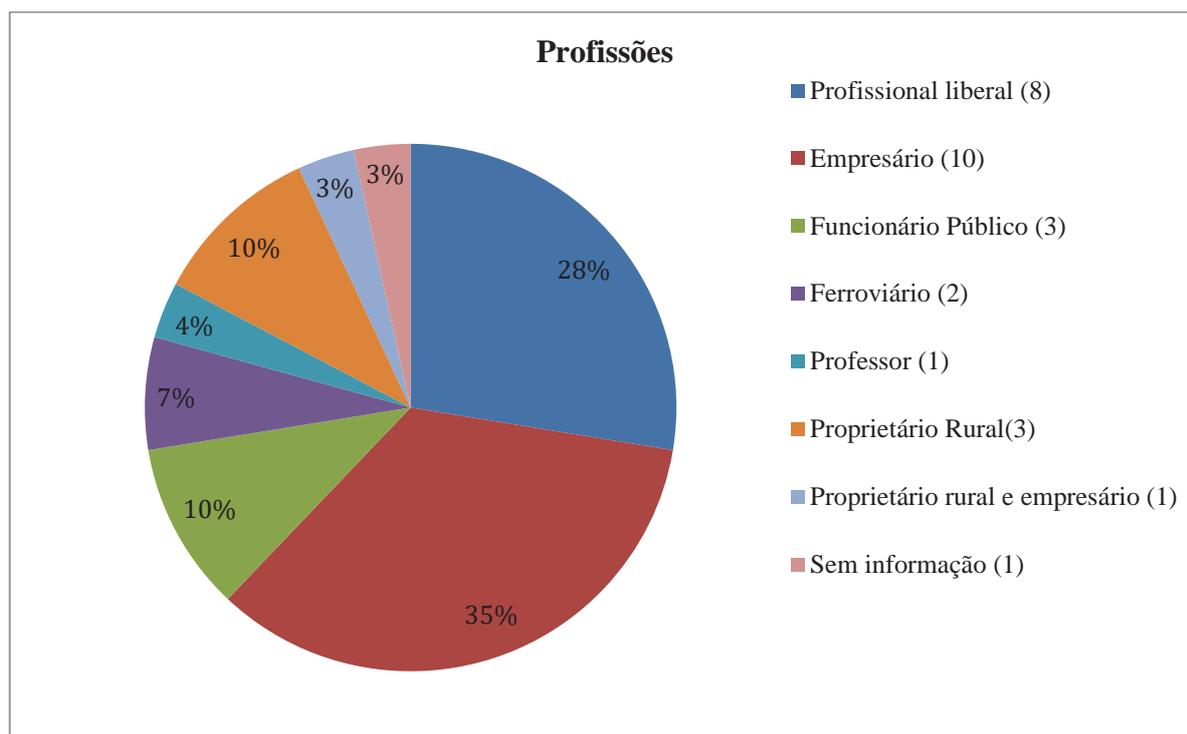
Tabela 5: faixa etária (por partido) em 1947

Partido/Faixa	Até 29 anos	30-39 anos	40-49 anos	50-59 anos	mais de 60
PSD	-	7	4	3	2
PTB	2	2	2		
PRP	1	1	1	1	
PL	-	1	-	-	-
PTB-UDN	-	-	-	-	1

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir dos dados disponíveis em *Galeria de ex-vereadores de 1947 a 1988*.

Considerando que a maioria dos políticos possuía na data da eleição até 39 anos de idade, é possível concluir que havia a possibilidade de permanência destes sujeitos em meio à elite política municipal. Bem como, tendo em vista a vitória de Armando Araújo Annes, da coligação PTB-UDN nas eleições para o Executivo municipal, a oposição representada pelo PSD apresenta a maior média, com os dois políticos mais velhos dentre os relacionados.

Com relação à ocupação profissional dos políticos aqui estudados no momento da eleição, é clara a predominância dos profissionais liberais e empresários. As duas categorias somam dezoito, sendo oito representantes dos profissionais liberais e dez empresários, dos vinte e nove indivíduos sem estudo. Enquanto que, três eram funcionários públicos (escrivão, coronel da Brigada Militar e Promotor Público), três proprietários rurais, dois empresários, dois ferroviários (classe importante e bastante organizada), um professor, um apresentava duas ocupações, a de proprietário rural e empresário. Não foi possível apurar a informação de apenas um dos sujeitos em questão.

Gráfico 2: profissões da 1ª legislatura

Fonte: Gráfico elaborado pelo autor a partir dos dados disponíveis em *Galeria de ex-vereadores de 1947 a 1988*.

Ao relacionarmos as profissões com os partidos políticos, temos que os empresários pertenciam majoritariamente ao PSD, sendo que seis dos dez eram do partido, ainda, dois pertenciam ao PTB, um ao PRP e outro à coligação PTB-UDN. Dentre os profissionais liberais a distribuição partidária é um pouco mais equilibrada, sendo que quatro eram pessedistas, dois pertenciam ao PTB, e dois ao PRP. Dos funcionários públicos, dois pertenciam ao Partido Social Democrático e um ao Partido Libertador. Com relação aos dois ferroviários que figuram na amostra, um pertencia ao PTB e outro ao PSD. Entre os agricultores, dois pertenciam ao PSD e um ao PRP. O único professor que aparece dentre os políticos pertencia ao PSD, ao passo que o indivíduo que apresentou duas ocupações era petebista.

Tabela 6: profissões (por partido) em 1947

Partido/Profissão	Profissional	Liberal	Empresário	Funcionário público	Ferrovário	Professor	Agricultor	Proprietário rural e empresário
PSD	4		6	2	1	1	2	
PTB	2		2	-	1	-		1
PRP	2		1	-	-	-	1	
PL	-		-	1	-	-	-	-
PTB-UDN	-		1	-	-	-	-	-

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir dos dados disponíveis em *Galeria de ex-vereadores de 1947 a 1988*.

Quanto à formação em ensino superior, foi possível identificar a de seis dos vinte e nove políticos. Desses, três cursaram Ciências Jurídicas e exerciam as profissões de advogado e promotor público. Dois eram oriundos de escolas de medicina e exerciam suas profissões adquiridas pela formação. Ainda, um dos que foi possível identificar estudou Ciências Econômicas, Estatística e Educação Física, e estava no quadro de oficiais da Brigada Militar, e foi aqui considerado na categoria dos funcionários públicos.

Não há mulheres figurando entre os eleitos e os suplentes para Câmara de Vereadores de Passo Fundo. Dos 52 candidatos que disputaram as eleições de 15 de novembro de 1947, apenas uma mulher disputou uma vaga no legislativo municipal. A comunista Albertina Rosado⁶, que era professora (*O Nacional*, 6 nov. 1947), e concorreu pelo Partido Social Progressista (PSP). Quanto à etnia, foi possível extrair informação de vinte e oito políticos, sendo que nenhum era afro-brasileiro ou indígena.

Apenas sete dos vinte e nove políticos estudados eram naturais de Passo Fundo. Os demais teriam nascido nas mais diversas cidades de diferentes regiões do estado do Rio Grande do Sul. É possível destacar que aparecem com mais frequência cidades das regiões serrana do estado, tais como Caxias do Sul, Bento Gonçalves e Veranópolis. Ainda, dois dos sujeitos aqui pesquisados nasceram fora do Rio Grande do Sul, sendo um do estado de São Paulo e outro de Santa Catarina. Tal pulverização das cidades de origem nos permite acreditar que, ou os indivíduos em questão vieram de suas regiões com vistas a construir suas

⁶ Ver BROTTTO (2005).

vidas em Passo Fundo, ou suas famílias acreditaram nas possibilidades ofertadas pela cidade e a escolheram para viver.

1.4. As eleições de 1950 no Rio Grande do Sul

Nas eleições presidenciais de 1950 Getúlio Vargas, pelo PTB, triunfou sobre o Brigadeiro Eduardo Gomes, novamente indicado pela UDN como candidato à presidência da República, e Christiano Machado (PSD) e retornou ao comando do país. Apesar do que aconteceu com seu último mandato presidencial, Vargas ainda tinha o apreço da grande massa trabalhadora. Alçando o trabalhismo ao posto mais alto da nação, o petebista venceu as eleições com 48,7% dos votos. Eduardo Gomes recebeu a confiança de 29,7% dos eleitores e Machado assegurou 21,5% dos sufrágios.

No Rio Grande do Sul, seu berço político, Vargas conquistou 48,21% do total de votos, seguido por Cristiano Machado, com 28,86%, e em terceiro lugar no estado, com 20,51%, o udenista Eduardo Gomes (CÁNEPA, 2005, p. 151). Em Passo Fundo, Getúlio comandou uma expressiva vitória do trabalhismo conseguindo 9.367 votos. As urnas passo-fundenses ainda reservaram 5.612 sufrágios para o pessedista e 2.030 para o Brigadeiro Eduardo Gomes (DAMIAN, 2010, p.115).

As eleições de 1950 foram as únicas em que, durante o período democrático, a escolha do presidente e do governador do estado ocorreram simultaneamente. Os arranjos políticos que determinariam as alianças foram extremamente marcados pela conjuntura nacional e tiveram na figura de Getúlio seus pontos principais. O ex-presidente e agora candidato foi o pivô da cisão no PSD, com a saída de políticos importantes da sigla como Ernesto Dornelles, para formarem uma nova o PSDA.

Tendo em vista o afastamento entre o PTB e o PSD nacionalmente, os pessedistas buscaram efetivar novamente a aliança com o PRP atraindo também a UDN e o PL e formando uma aliança liberal. No entanto, como a nível nacional UDN e PSD teriam candidatos, a união entre as duas siglas no Rio Grande do Sul tornava-se mais complicada. O PL lançou a candidatura de Edgar Schneider ao governo do estado e de Décio Martins Costa ao senado derrubando a possibilidade da aliança liberal. Assim, o PSD aceitou a candidatura do integralista Plínio Salgado e lançou Cylon Rosa para o governo com o apoio da UDN e do PRP (BODEA, 1992, p. 63).

Os petebistas, no entanto, centralizados na candidatura de Vargas e fortalecidos com os resultados das eleições legislativas de 1947 e com acréscimo do PSDA à suas fileiras,

lançou o nome do ex-ministro de Vargas, Salgado Filho, para o governo do estado. A aliança PTB/PSDA/PSP lançou o trabalhista Alberto Pasqualini para o senado (BODEA, 1992, p.62). Entretanto, em 30 de julho de 1950, vítima de um acidente aéreo, o candidato do PTB ao governo do Rio Grande do Sul morreu, tendo sido substituído pelo dissidente pessedista Ernesto Dornelles.

No dia 3 de outubro de 1950 ocorreram as eleições e o candidato da coligação PTB/PSDA/PSP venceu com 45,85% dos votos, seguido por Cylon Rosa da coligação PSD/UDN/PRP, com 39,47% e Edgar Schneider, do PL, com 11,23% dos votos. Além disso, é expressivo o resultado de Dornelles em solo passo-fundense. O candidato getulista venceu no município com 9.080 votos contra 6.678 do candidato da coligação PSD/PRP/UDN. O candidato libertador conquistou apenas 844 sufrágios na capital do planalto (DAMIAN, 2010, p. 135).

Para a Assembleia Legislativa nova vitória dos petebistas, que alcançaram 21 das 55 cadeiras. O PSD conquistou dezessete, o PL seis, PRP e UDN quatro, o PSP duas e o PSB uma. Para Passo Fundo, a disputa pelas vagas da Assembleia foi extremamente positiva. A cidade elegeu três deputados: Daniel Dipp⁷, do PTB, com 6.652 votos no município e 7.377 no total; Odalgiro Gomes Corrêa⁸, do PSD, com 4.166 em Passo Fundo e 5.384 no total; e o udenista Victor Oscar Graeff, que obteve uma votação menos expressiva no município, apenas 185 sufrágios, mas alcançou 2.803 no total. Outros seis candidatos concorreram pelo município, Verdi de César, pelo PL, Eduardo Zasso e Pedro Silveira Avancini, pelo PRP, José de Mamam e Antônio Donin pelo PSP, e José Cúrio de Carvalho pela UDN (DAMIAN, 2010, p. 160).

⁷ Dipp, nascido em Paso Fundo em 1915, era advogado havia sido eleito vice-prefeito pelo PTB em 1947, elegeu-se prefeito na disputa de 1951.

⁸ Odalgiro Gomes Corrêa nasceu era natural de Palmeira das Missões. Nascido em 1907, mudou-se ainda jovem para Passo Fundo a fim de exercer suas atividades como advogado (ABREU, 2010).

Tabela 7: deputados estaduais (por partido) em 1950 no Rio Grande do Sul

PARTIDO	CADEIRAS
PTB	21
PSD	17
PL	6
UDN	4
PRP	4
PSB	1
PSP	2
Total	55

Fonte: TRE-RS apud CÁNEPA, 2005, p. 154

Para a Câmara Federal o PTB obteve dez cadeiras, os pessedistas oito, o PL duas, a UDN e o PRP uma cada. Passo Fundo em relação à eleição anterior acabou perdendo um de seus representantes, tendo eleito o petebista César José dos Santos, até então deputado estadual, com 10.449 votos, sendo 6.821 em Passo Fundo. Nicolau Araújo Vergueiro, maior líder do PSD local não conseguiu a reeleição, tendo obtido 4.830 votos em Passo Fundo e 9.276 no total. Outros dois candidatos concorreram por Passo Fundo ao legislativo federal: Múcio Martins de Castro, pelo PSP, e Victor Loureiro Issler, pelo PTB (DAMIAN, 2010, p. 148).

Tabela 8: deputados federais (por partido) em 1950 no Rio Grande do Sul

PARTIDO	CADEIRAS
PTB	10
PSD	8
PL	2
UDN	1
PRP	1
Total	55

Fonte: TRE-RS apud CÁNEPA, 2005, p. 153

As eleições para o Senado Federal corroboraram as forças trabalhistas no estado em 1950. O candidato a governador derrotado em 1947, Alberto Pasqualini, foi o senador eleito

pelo estado com 47,48%, contra 34,02% de Plínio Salgado, e 12,31% de Décio Martins Costa. (CÁNEPA, 2005, p. 151-153).

Em seu governo, Dornelles fez com seu secretariado oposto do que Vargas fez ao compor seu ministério no início do governo

Durante a primeira fase de seu governo, até o final de 1952, Vargas governaria com um ministério bastante conservador, de hegemonia pessedista. Este quadro só se alteraria a partir de fins de 1952, em parte como reflexo das alterações no contexto internacional.

Já no Rio Grande do Sul, ao contrário, o governador Ernesto Dornelles, apesar de oriundo das hostes do PSDA, manteria a tradição gaúcha de governos essencialmente partidários. O seu secretariado seria composto, exclusivamente, por políticos trabalhistas do PTB e da dissidência getulista do PSD. (BODEA, 1992, p. 95)

Da mesma forma que o governo anterior, Ernesto Dornelles não enfrentou grandes problemas para aprovar seus projetos na Assembleia Legislativa, tendo a oposição recrudescido sua ação a partir de 1953, com a crise do governo Vargas. O mandato do trabalhista foi marcado pelo forte alinhamento ao governo federal, bem como atribuía as questões do desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul à sua integração econômica com a união (CÁNEPA, 2005, p. 170).

1.5. A eleição municipal de 1951

A disputa eleitoral de 1951 começa na esteira da vitória de Getúlio Vargas nas eleições presidenciais de 1950, que levou o ex-ditador novamente ao posto político mais alto da república. A vitória de Vargas na corrida presidencial e de Ernesto Dornelles, da dissidência do PSD do Rio Grande do Sul, apoiado pelo PTB, ocorreram apesar da forte oposição que o trabalhismo vinha sofrendo.

As movimentações políticas em torno da sucessão de Armando Annes na Prefeitura de Passo Fundo começaram logo no início de 1951. O Partido Libertador, na tentativa de trazer para si o protagonismo da disputa local, iniciou as negociações para a construção de um acordo político que pudesse levar os partidos locais a um entendimento que visasse o lançamento de uma candidatura de consenso. O líder dos libertadores no município pontuou os objetivos do seu partido, salientando que a iniciativa tinha por bem elaborar em conjunto com as demais forças políticas do município um programa mínimo que seria apresentado ao voto popular. Ainda, Verdi de César colocou que se “este entendimento pender para a escolha comum do realizador desse programa, a direção do meu partido sentir-se-á muito à

vontade e sem qualquer constrangimento para esta iniciativa” (*Diário da Manhã*, 3 mar. 1951, p. 04).

A iniciativa libertadora foi vista com bons olhos por diversas agremiações e lideranças políticas. Inclusive o prefeito Armando Annes manifestou-se favorável à construção de uma frente ampla, dizendo que "A formação de uma mesa redonda, para soluções de casos políticos essencialmente com o objetivo de escolher homens públicos para cargos de alta responsabilidade, como são os de governança, é uma forma de expressiva modalidade democrática, porém tem fracassado”. Entretanto, colocou-se alheio às negociações quando foi questionado pelo *Diário da Manhã* (*Diário da Manhã*, 21 de fev. 1951, p. 04).

A denominada “Mesa Redonda” teve a adesão de importantes partidos do município. PSD, UDN e PRP aceitaram o convite do Partido Libertador para comporem a mesa de negociações proposta pelos libertadores com o objetivo de buscar um projeto e um candidato comuns a todas as forças políticas. Entretanto, os trabalhistas não fizeram questão de participar da mesa mesmo que tenham respondido aos libertadores que os interessava a construção de um programa político comum ao município (*Diário da Manhã*, 27 mar. 1951). As declarações proferidas por César Santos, então presidente do Partido Trabalhista, em entrevista ao *Diário da Manhã*, deixavam claras as pretensões dos trabalhistas de manifestarem-se sobre a escolha do candidato a prefeito municipal somente às vésperas do pleito (*Diário da Manhã*, 26 fev. 1951).

Além do desejo dos trabalhistas de Passo Fundo de indicarem um candidato próprio à sucessão de Armando Annes, o periódico *O Nacional*, denunciava a estratégia por trás da Mesa Redonda.

Não resta dúvida de que por trás do movimento que se procura estabelecer para uma solução elevada do problema sucessório municipal, existem ainda espíritos de competições, sendo mesmo de estranhar que esse movimento de lutas esteja sendo preparado pelo próprio Partido Social Democrático, apesar de suas democráticas intenções com que procura justificar o seu desejo de uma solução harmoniosa, para o caso, dentre todas as agremiações políticas. (*O nacional*, 7 mar. 1951, p. 01)

Essa passagem do periódico de inclinações trabalhistas revela a leitura feita pelos correligionários de Vargas acerca das movimentações em torno da sucessão da prefeitura municipal. A desconfiança trabalhista para com a iniciativa dos libertadores que foi corroborada pelos pessedistas.

O fracasso da iniciativa do Partido Libertador, anunciado pelo então prefeito Armando Annes (*Diário da Manhã*, 21 fev. 1951, p. 04), culminou na formação da Frente Democrática. PSD, UDN, PL e PRP uniram-se para dar forma à aliança que buscaria a vitória no pleito de 1951. Ia se repetindo em Passo Fundo a aliança de partidos, com exceção do PL, que fora derrotada nas eleições estaduais de 1950. Contudo, presença dos perrepistas na coligação não durou muito tempo.

As direções estaduais do PRP e do PTB firmaram um acordo para as eleições municipais no Rio Grande do Sul, sendo os perrepistas obrigados a apoiar os candidatos trabalhistas nas disputas locais. Os dirigentes do PRP passo-fundense colocaram como condição ao apoio a indicação do candidato a vice-prefeito (*Diário da Manhã*, 26 jul. 1951, p. 04) o que não se concretizou tendo em vista a candidatura do petebista Mário Menegaz à vice-prefeitura. Mesmo assim, o Partido de Representação Popular em sua convenção, em 2 de setembro, deliberou pelo apoio às candidaturas trabalhistas (*O nacional*, 3 set. 1951, p. 03).

Desse modo, colocavam-se na disputa pela sucessão da chefia do Executivo de Passo Fundo duas forças políticas: a Frente Democrática, composta pelo PSD, UDN e PL e a Coligação Popular, formada por PTB, PSP e PRP. Ambas tiveram dificuldades para definir seus candidatos. A decisão das candidaturas pelas duas frentes políticas gerou inúmeras especulações e dúvidas no cenário político municipal. Até que, por fim, pela Frente Democrática foram escolhidos os nomes de Dionísio Lângaro, derrotado em 1947 por Armando Annes, e o médico Elpídio Fialho⁹, vereador mais votado nas eleições anteriores, ambos do PSD. Do outro lado, as candidaturas de Daniel Dipp e Mário Menegaz conduziram petebistas, pessepistas e os partidários de Plínio Salgado ao pleito municipal.

Episódio marcante da disputa daquele ano foi a decisão judicial proferida pelo juiz César Dias Filho, da 33ª zona eleitoral determinando que Daniel Dipp seria inelegível. A decisão do magistrado, que teve por base o fato de que Dipp, como vice-prefeito no período imediatamente anterior, assumiu o comando da prefeitura e por isso não poderia ser candidato a prefeito. A decisão, se mantida, afetaria não somente o candidato do PTB passofundense, mas diversas outras candidaturas pelo estado tanto do PTB, quanto do PSD (*O nacional*, 11 out. 1951, p. 01). O fato causou “pânico nas fileiras do PTB” (*Diário da Manhã*, 12 out. 1951, p. 06), que teve que correr para escolher o candidato que substituiria o deputado nas eleições que se avizinhavam.

⁹ Elpídio Fialho foi ainda o segundo prefeito de Marau eleito, em 1959.

Tão logo a decisão foi tomada pela Justiça Eleitoral, os petebistas em convenção escolheram o presidente municipal do partido e deputado federal, César Santos, que dadas a circunstâncias colocou seu nome à disposição da coligação. Entretanto, um recurso produzido pelos advogados Ney Menna Barreto, Carlos Galves e Verdi de César e apresentado à alta Corte da Justiça Eleitoral do Estado. O apelo foi aceito e a decisão de César Dias Filho revertida, tornando Daniel Dipp novamente o candidato da coligação PTB-PSP-PRP a prefeito municipal. Face aos desdobramentos dos fatos, César Santos declarou: “Foi motivo de grande regozijo para todos nós do povo a notícia de que nosso candidato maduramente escolhido é verdadeiramente elegível”. (*O Nacional*, 18 out. 1951, p. 03).

No dia 1º de novembro ocorreram as eleições que determinaram o desfecho da batalha pelo poder municipal. Os candidatos petebistas Daniel Dipp e Mário Menegaz sagraram-se vitoriosos no pleito. Dipp conquistou a preferência de 9.905 eleitores, contra 8.105 que optaram por Dionísio Lângaro. O médico Elpídio Fialho foi derrotado por Menegaz por 9.873 votos contra 8.124 (DAMIAN, 2010, p. 42). A diferença de votos entre os candidatos nos leva a crer na consolidação da força trabalhista em Passo Fundo. Se as eleições de 1947 puderam causar dúvidas sobre a força política hegemônica, tendo eleito o prefeito de uma frente e a maioria dos vereadores de outra, o pleito de 1951 mostrou com clareza os ideais que predominavam na cidade.

Após ser vice-prefeito, o advogado Daniel Dipp elegeu-se deputado estadual em 1950 e logo depois prefeito municipal, em 1951, aos 36 anos de idade tendo ao seu lado o industrial Mário Menegaz. O vice-prefeito eleito aos 36 anos era natural de São Francisco de Paula, e chegou em Passo Fundo em 1937, quando fundou a *Menegaz & Cia Limitada*. Mário Menegaz assumiu o comando da prefeitura após Daniel Dipp sair vitorioso das eleições ao parlamento federal em 1954. Novamente temos a associação de um profissional liberal e um empresário nas eleições para o comando do Executivo municipal, sendo que ambos pertenciam ao PTB, partido que a rigor tinha uma base de trabalhadores.

1.5.1. Perfil da legislatura 1951-1955

A vitória expressiva de Dipp e Menegaz associou-se à importante vitória do PTB nas eleições ao legislativo municipal, que elegeu sete das quinze vagas da Câmara Municipal, inclusive com o vereador mais votado, o industrial Wolmar Antônio Salton. O PSP conquistou apenas uma vaga e os libertadores duas. O PSD, principal legenda de oposição, elegeu cinco parlamentares. Apenas quatro políticos eleitos em 1947 conquistaram

novamente a vaga para o legislativo municipal, o que representa uma renovação de, aproximadamente, 73,3%.

São analisados aqui o perfil dos quinze vereadores eleitos para a legislatura 1951-1955 e de outros doze políticos que alcançaram a suplência tendo em algum momento da legislatura assumido o cargo de vereador de forma definitiva ou temporária. Dessa forma, a amostra que analisaremos neste tópico possui vinte e sete indivíduos.

Tabela 9: vereadores eleitos em 1951

Nome	Partido	Idade no dia da eleição	Profissão	Formação Superior	Local de Nascimento
Aquelino Luigi Translati	PTB	59	Profissional Liberal	Direito	Caxias do Sul/RS
Arthur Culmann Canfield	PTB	36	Funcionário Público	S/I	Passo Fundo/RS
Augusto Pigoso Homrich	PTB	30	Funcionário Público	S/I	Passo Fundo/RS
Avelino Júlio Pimentel	PTB	51	Funcionário público	Farmacêutico	Passo Fundo/RS
Ernesto Morsch	PL	72	Empresário	S/I	Passo Fundo/RS
João Gasperin	PSD	44	Empresário	S/I	Bento Gonçalves/RS
João Jacques	PSD	47	Agropecuário	S/I	Lagoa Vermelha/RS
José Lamaison Porto	PSP	25	Profissional Liberal	Direito	Passo Fundo/RS
Lauro Ricieri Bortolon	PSD	41	Empresário	S/I	Lagoa Vermelha/RS
Ney Menna Barreto	PTB	S/I	Profissional liberal	Direito	S/I
Pedro dos Santos Pacheco	PSD	66	Funcionário público	Direito	Guarapuava/PR
Romano Busatto	PSD	37	Empresário	S/I	São Luiz de Casca/RS
Theomiro José Branco	PTB	25	Empresário	S/I	Erechim/RS
Tibério Francisco Amantéa	PL	48	Empresário	S/I	Veranópolis/RS
Wolmar Antônio Salton	PTB	40	Empresário	S/I	Bento Gonçalves/RS

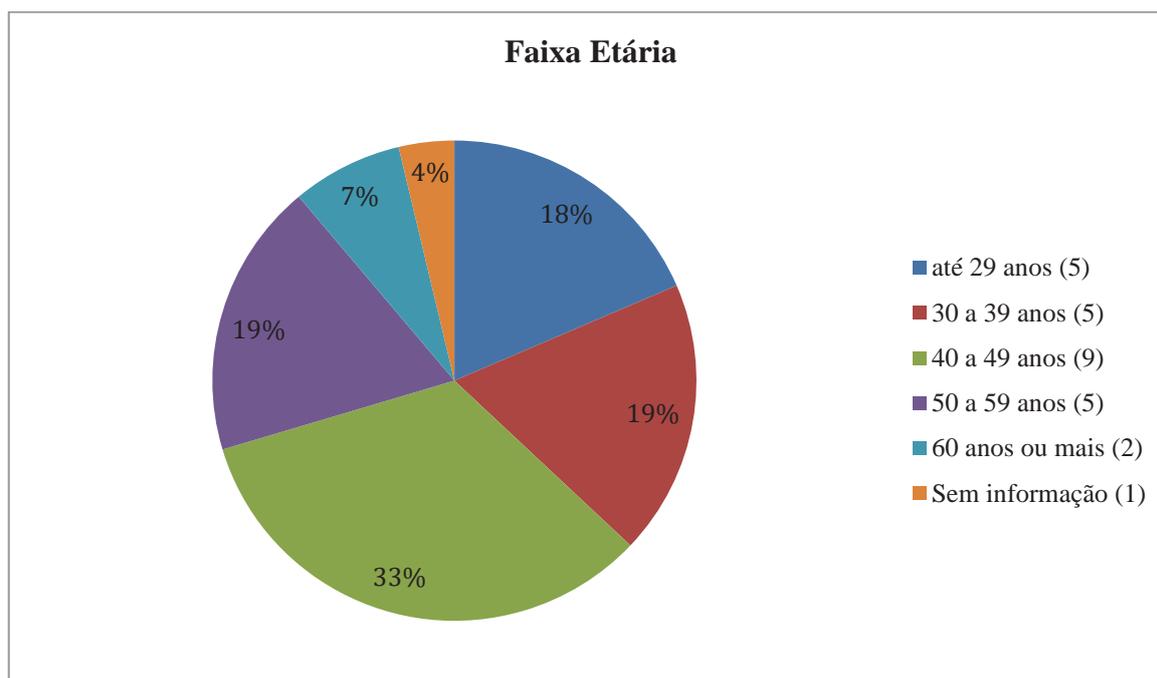
Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir dos dados disponíveis em *Galeria de ex-vereadores de 1947 a 1988*.

Tabela 10: suplentes em 1951 que assumiram em algum momento na 2ª legislatura

Nome	Partido	Idade no dia da eleição	Profissão	Formação Superior	Local de Nascimento
Anildo José Sarturi	PSP	30	Profissional liberal	Medicina	Tapera/RS
Angelino Raphael Jacini	PTB	57	Ferrovário	S/I	São Vicente/RS
Honorino Pereira Soares	PSD	46	Profissional liberal	Odontologia	Vacaria/RS
Juliano Poletto	PL	47	Comércio	S/I	Guaporé/RS
Mário Daniel Hoppe	PSP	34	Profissional liberal	Direito	Passo Fundo/RS
Mário Goelzer	PSD	50	Proprietário rural	S/I	S/I
Odaciano Vieira	PTB	45	Profissional liberal	S/I	Passo Fundo/RS
Odolyr Giacomo Foresti	PL	26	Profissional liberal	Odontologia	Marau/RS
Oswaldo Pacheco Geyer	UDN	25	Profissional liberal	Direito	Osório/RS
Pedro Piran	PTB	25	Profissional liberal	2	Erechim/RS
Túlio Fontoura	PSD	46	Empresário	S/I	Santana do Livramento/RS
Victor Leão Benincá	PSD	50	Empresário	S/I	Jaguari/RS

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir dos dados disponíveis em *Galeria de ex-vereadores de 1947 a 1988*.

Na segunda legislatura do período democrático da Câmara de Vereadores de Passo Fundo a média das idades subiu em relação à anterior. Considerando os 27 políticos analisados têm-se que a média das idades é 42,38. Cinco, ou 19%, dos vereadores e suplentes estudados tinham até 29, o mesmo número dos que presentes na faixa entre 30 e 39 anos. Predomina aqui a faixa entre 40 e 49 anos de idade com nove representantes (35%). Foram cinco (19%) os políticos que possuíam entre 50 e 59 anos. Os mais velhos, da faixa com mais de 60 anos, são dois (8%). Não foi encontrada a informação de um dos sujeitos estudados.

Gráfico 3: Faixa etária da 2ª legislatura

Fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados disponíveis em *Galeria de ex-vereadores de 1947 a 1988*..

É possível perceber que, na disputa eleitoral de 1951, mais jovens ingressaram na vida política do município. Em relação à eleição de 1947, saltou de três para cinco o número de políticos com menos de 30 anos de idade. Entretanto, há uma drástica redução da faixa entre 30 e 39 anos, que caiu de onze em 1947 para cinco em 1951. A média em 1951 é projetada para cima, tendo em vista a predominância da faixa entre 40 e 49. Os indivíduos com mais de 60 anos de idade continuam sendo dois, conforme ocorrido em 1946, mas temos em 1951 um dos políticos com 72 anos, o que contribui para o aumento da média.

Tendo como referência o Partido Trabalhista Brasileiro, dos dez políticos pertencentes à agremiação, foi possível encontrar informações a respeito da idade de nove, ficando em 36,8 anos de idade a média. Sendo que dois dos trabalhistas tinham menos de 29, outros dois estavam na faixa 30- 39, dois entre 40 e 49 anos de idade. Três petebistas tinham entre 50 e 59 anos, enquanto que não figuraram trabalhistas na faixa que considera os políticos com mais de 60.

Entre os políticos que disputaram o pleito de 1951 pelo PSD a média das idades é de 47,12 anos, sendo consideravelmente superior à média do partido situacionista. Os pessedistas não contavam com jovens políticos com até 29 anos de idade. O mais jovem está na faixa que vai dos 30 aos 39 anos. Cinco opositoristas tinham entre 40 e 49, dois na faixa

dos 50-59, e um com mais de 60 anos de idade. O único político que pertencia à UDN compunha a faixa dos sujeitos com até 29 anos.

Para os libertadores, a média de idade dos quatro sujeitos que aparecem na amostragem é de 48,25. O mais velho político que figura dentre os estudados na legislatura 1951-1955 pertencia ao PL e tinha 72 anos de idade. O partido ainda contava com um sujeito com menos de 29 anos, e dois com idades na faixa entre 40 e 49. O Partido Social Progressista, com seus três representantes dentre os vereadores eleitos e os suplentes que assumiram o mandato em algum momento, teve os políticos mais jovens, com um tendo até 29 e outros dois na faixa entre 30-39 anos, alcançando uma média de 29,66.

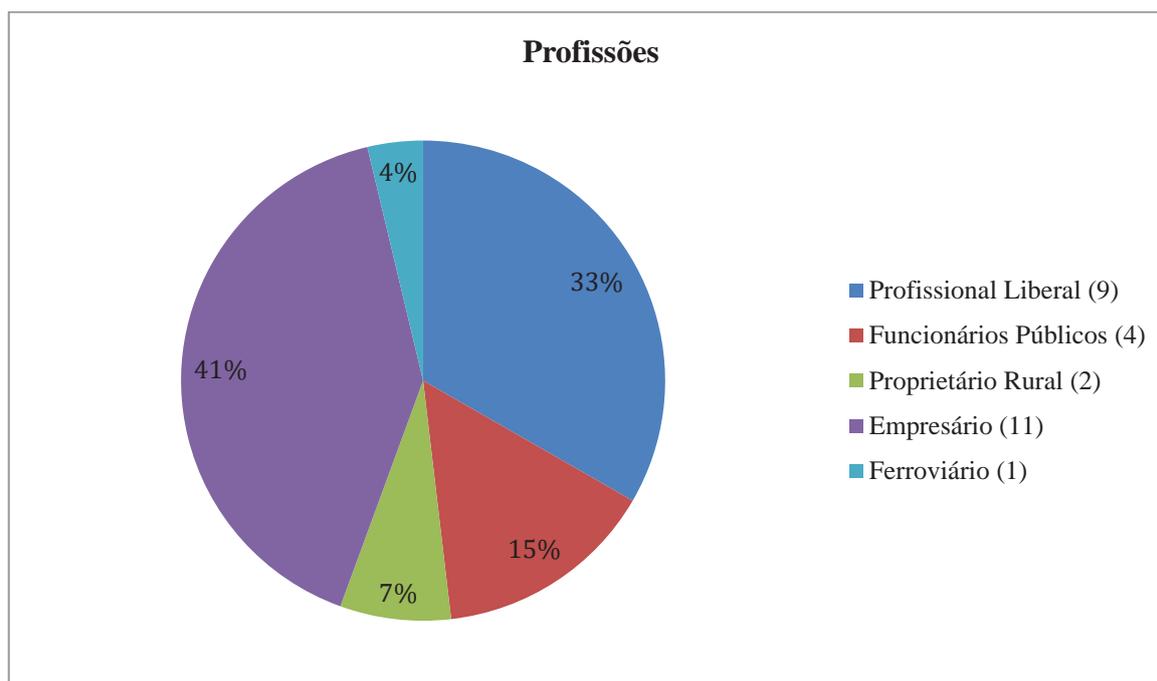
Tabela 11: faixa etária (por partido) em 1951

Partido/Faixa	Até 29 anos	30-39	40-49	50-59	mais de 60
PTB	2	2	2	3	-
PSD	-	1	5	2	1
UDN	1	-	-	-	-
PSP	1	2	-	-	-
PL	1	-	2	-	1

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir dos dados disponíveis em *Galeria de ex-vereadores de 1947 a 1988*.

Novamente, à exemplo do que ocorreu na legislatura 1947-1951, há a predominância de indivíduos com atividades empresariais no meio político da cidade de Passo Fundo, sendo onze, ou 41% do total. A preferência do eleitorado passo-fundense também pende para a escolha dos profissionais liberais, sendo que nove dos vinte e sete políticos pertenciam a esta categoria (33%). Quatro eram funcionários públicos (15%), dois políticos exerciam atividades ligadas ao meio rural (7%) e um era trabalhador ferroviário (4%).

Em comparação com a legislatura anterior, cresceu a representação dos profissionais liberais (de oito para nove representantes), enquanto que a presença de empresários também cresceu em face de legislatura iniciada em 1947, indo de dez para onze. Já os funcionários públicos ganharam um representante a mais, saindo de três para quatro. A importante classe dos ferroviários passofundenses, que na legislatura anterior tinham dois representantes dentre os políticos estudados, figuram com apenas um. Percebe-se que se mantém uma sub-representação das classes trabalhadoras nas duas legislaturas.

Gráfico 4: profissões da 2ª legislatura

Fonte: Gráfico elaborado pelo autor a partir dos dados disponíveis em *Galeria de ex-vereadores de 1947 a 1988*.

Quando consideramos a relação entre profissão e força política pela qual concorreu ao pleito municipal de 1951, temos que faziam parte do Partido Trabalhista Brasileiro três dos quatro funcionários públicos constantes na amostragem. São três profissionais liberais trabalhistas e três empresários. O único ferroviário que aparece dentre os vinte e sete sujeitos investigados também pertencia ao PTB. Os ademaristas do Partido Social Progressista figuram com três profissionais liberais, sendo dois advogados e um médico.

Os dois proprietários rurais que figuram entre os sujeitos eram pessedistas, ao mesmo tempo em que cinco da categoria empresários, um profissional liberal e um funcionário público também pertenciam à agremiação. Completa o quadro de políticos do partido de Dionísio Lângaro um funcionário público que exercia o cargo de promotor. Ao Partido Libertador, estavam relacionados três empresários e um profissional liberal. O único representante da UDN era profissional liberal.

Tabela 12: profissões (por partido) em 1951

Partido/Profissão								
	Profissionais	Liberais	Funcionários	Público	Proprietários	Rurais	Empresários	Ferrovários
PTB	3		3		-		3	1
PSD	1		1		2		5	-
UDN	1		-		-		-	-
PSP	3		-		-		-	-
PL	1		-		-		3	-

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir dos dados disponíveis em *Galeria de ex-vereadores de 1947 a 1988*.

Com relação à formação de nível superior dos políticos estudados nesta legislatura, foi possível identificar a de dez dos vinte e sete sujeitos. Assim, seis eram formados em Ciências Jurídicas, sendo que cinco exerciam a profissão de advogado e um a de promotor público. Outros dois atores da política municipal eram formados em Odontologia e exerciam suas profissões adquiridas pela formação superior. Completam a lista, um médico e um farmacêutico, este último sem informação se exercia sua profissão ou não, apenas se sabe que era funcionário público.

Não temos a presença de mulheres no meio dos principais atores políticos que disputaram as eleições municipais de 1951. A única figura feminina que concorreu a uma vaga na Câmara de Vereadores de Passo Fundo para a segunda legislatura do pós-Estado Novo foi a membro do Partido Libertador Elza Salles, que conquistou apenas 42 votos (DAMIAN, 2010, p. 44). Ademais, não foi constatada a presença de descendentes afro-brasileiros ou indígenas dentre os vinte e sete que compõem a lista de eleitos e suplentes aqui estudados. Cabe ressaltar que não foi possível identificar a origem étnica de apenas um dos sujeitos.

Em se tratando da naturalidade dos políticos, apenas oito eram passo-fundenses de nascimento. De um deles não foi possível identificar a cidade onde nasceu. Assim, temos que dezenove nasceram fora da cidade. Destes, somente um nasceu fora do estado do Rio Grande do Sul.

1.6. As eleições de 1954 e 1955 no Rio Grande do Sul

O segundo governo de Vargas foi marcado pelas crises econômica e política, que se agravou após o atentado da rua Toneleros. Arquetada pelo chefe da segurança pessoal de Vargas, Gregório Fortunato, uma tentativa de assassinato do maior opositor do governo, o jornalista Carlos Lacerda, terminou com a morte do guarda-costas do opositor, o Major da Aeronáutica Rubens Vaz acabou morto. A situação ficou insustentável à medida que Vargas não conseguiu desvencilhar sua imagem da morte do Major. Grupos militares e civis passaram a exigir sua renúncia ou clamavam por um golpe militar. A saída encontrada pelo então presidente para não passar pela humilhação de uma renúncia e para evitar ser deposto por um golpe de Estado foi o suicídio em 24 de agosto de 1954. A morte do ex-ditador foi recebida pelo povo com grande revolta contra os adversários políticos de Vargas (FERREIRA, 2016b, p. 309-310).

Em meio a crise generalizada no cenário nacional pela morte de Getúlio e pela questão da sucessão presidencial, ocorreram as eleições estaduais. No Rio Grande do Sul, cinco candidatos colocaram seus nomes a disposição para disputa pelo o palácio Piratini. Ildo Meneguetti pela coligação, PSD/UDN/PL, Alberto Pasqualini, pelo PTB, Wolfran Metzler, pelo PRP, José Diogo Brochado da Rocha, pelo PSP, e de Pereira Sampaio, pelo PSB, que retirou sua candidatura ao final da campanha eleitoral (CÁNEPA, 2005, p.201).

Crucial para a compreensão do desenrolar dos resultados das eleições estaduais de 1954 é saber da derrota trabalhista nas eleições municipais de 1951 em Porto Alegre. O PTB vinha com a extraordinária força acumulada com a eleição de Vargas, a vitória de Dornelles e a eleição de Pasqualini. Mesmo assim, Leonel Brizola foi derrotado pela chamada “Frente Democrática”, que colocou Ildo Meneguetti na prefeitura da capital do estado. Conforme Bodea (1992, p. 100), uma das características da política sul-riograndense no período compreendido entre 1945 e 1964 é a alternância do poder entre os blocos popular-trabalhista e liberal-conservador. Pois enquanto no interior as disputas tendiam a acompanhar o resultado do governo estadual, na capital já surgia certa hostilidade à força vitoriosa no plano estadual.

A disputa no pleito estadual de 1954 teve cinco candidaturas. Entretanto, foi polarizada entre os nomes de Meneguetti e Pasqualini. O primeiro derrotou seus opositores alcançando 46,17% dos votos, contra 42,51% de Pasqualini, 8,48% de Wolfran Metzler, e 0,88% de Brochado da Rocha. Segundo Bodea (1992, p. 120-121),

À primeira vista, poderia se crer que a tragédia de 24 de agosto fosse favorecer, eleitoralmente, o PTB e a candidatura de Pasqualini. O voto no candidato trabalhista constituiria uma espécie de desforra e homenagem póstuma dos gaúchos ao mais importante de seus líderes políticos. A própria Carta-Testamento entrava no cenário como símbolo e galvanizador das paixões populares e nacionalistas, acalutando o “espírito de 1930” e desfraldando as bandeiras antiimperialistas.

Mas ocorria também o efeito contrário: os quebra-quebras e a fúria popular do 24 de agosto, semearam pânico na pacata classe média da capital e assustaram os pequenos e médios produtores do campo. Os partidos liberal-conservadores souberam explorar habilmente o medo da classe média gaúcha, responsabilizando diretamente o PTB pelos incidentes de 24 de agosto.

Em solo passo-fundense, o vencedor conquistou 9.973 votos, 131 a menos que o petebista, com 10.104 (DAMIAN, 2010, p. 136). A votação de Metzler e Brochado da Rocha são irrisórias em Passo Fundo.

O bloco liberal-conservador ainda conseguiria eleger os dois senadores, Armando Câmara e Daniel Krieger, com 24,01% e 22,85% dos votos, respectivamente, deixando para trás João Goulart, um dos maiores expoentes do trabalhismo do sul-rio-grandense. Para a Assembleia Legislativa e para a Câmara Federal o PTB, apesar das derrotas para governo e para o Senado fez as maiores bancadas, tendo eleito vinte e três deputados estaduais e onze deputados federais (CÁNEPA, 2005, p. 201-203).

Tabela 13: deputados federais (por partido) em 1954 no Rio Grande do Sul

PARTIDO	CADEIRAS
PTB	11
PSD	7
PL	3
UDN	1
PRP	2
PSB	-
PSP	-
Total	24

Fonte: TRE-RS apud CÁNEPA, 2005, p. 202

Tabela 14: deputados estaduais (por partido) em 1954 no Rio Grande do Sul

PARTIDO	CADEIRAS
PTB	23
PSD	15
PL	7
UDN	3
PRP	4
PSB	1
PSP	2
Total	55

Fonte: TRE-RS apud CÂNEPA, 2005, p. 203.

Para o legislativo federal, Passo Fundo elegeu dois representantes, ambos pelo PTB: Vitor Loureiro Issler, com 13.065 sufrágios, sendo 1.956 em Passo Fundo; e o prefeito Daniel Dipp¹⁰, com 12.366 votos, 9.264 no município. Outros três candidatos do município disputaram o eleitorado local: Odalgiro Gomes Corrêa, pelo PSD, que obteve 10.262 votos, sendo 5.313 em urnas passo-fundenses; Anildo José Sarturi, do PSP, que conquistou 1.417, desses 789 em Passo Fundo; e Eduardo Zasso, do PRP que apesar de ter sido votado por 2.874, não recebeu sufrágios no município (DAMIAN, 2010, p. 148).

Por sua vez, para o legislativo estadual, elegeram-se três candidatos por Passo Fundo: Múcio Martins de Castro¹¹, do PTB, que alcançou a confiança de 6.676 eleitores, sendo 6.415 do município; o udenista Victor Oscar Graeff logrou êxito nas urnas com 4.756 sufrágios, 258 em Passo Fundo; e José Lamaison Porto¹², que concorreu pelo PSP, e recebeu 3.716 votos, sendo 3.300 em urnas do município. Ainda, buscaram representar Passo Fundo no legislativo do Rio Grande do Sul o ex-vereador Elpídio Fialho, Túlio Fontoura, Ernani Seeger Coitinho, Erwin Crusius e Oscar de Oliveira Cesar (DAMIAN, 2010, p.160).

Apesar da aparente calma das eleições para a Câmara Federal, Assembleia Legislativa, Senado e Governo Estadual a crise política pôs em risco a realização das eleições

¹⁰ Eleito deputado federal em 1954, Daniel Dipp renunciou à prefeitura de Passo Fundo em janeiro de 1955. Dessa forma, o vice-prefeito Mário Menegaz (PTB) assumiu a prefeitura municipal.

¹¹ Múcio Martins de Castro era proprietário do jornal *O Nacional*. Nasceu em Passo Fundo em 1915.

¹² O pessepista José Lamaison Porto, nascido em Passo Fundo em 1926, era advogado e radialista, elegeu-se vereador em 1951. A partir de 1954, conquistou sucessivas eleições à Assembleia Legislativa, tendo seu mandato cassado em 1964 pela ditadura militar (PROC. N. 5311/04 P.L.L. N. 225/04, <https://www.camarapoa.rs.gov.br/processos/67504>)

presidenciais de 1955. Com a morte de Getúlio, seu vice, Café Filho, assumiu o poder. Com a crise, a alta cúpula das forças armadas preferiu garantir a legalidade do processo de transição ao invés de irromper o poder e as instituições democráticas através de um golpe de Estado. Café Filho montou seu ministério com maioria de membros da UDN, e assegurando as eleições marcadas para outubro de 1955.

O pleito ocorreu e teve como vitoriosa as candidaturas PSD/PTB, com Juscelino Kubitschek (JK) presidente e João Goulart vice. JK recebeu 36% dos votos, enquanto que Juarez Távora 30%, Ademar de Barros 26%, e Plínio Salgado apenas 8%. Em terras passo-fundenses, Juscelino e João Goulart venceram seus opositores com larga diferença. JK conquistou a confiança de 7.520 eleitores no município, contra 4.828 de Juarez Távora, 2.480 de Ademar de Barros, e 582 de Plínio Salgado. Para a vice-presidência, Jango fez mais votos inclusive que JK, 8.904. Seus adversários, Milton Soares Campos e Danton Coelho, obtiveram 5.384 e 613 votos, respectivamente (DAMIAN, 2010, p. 116).

Em 11 de novembro de 1955, após o impedimento de Café Filho, com o objetivo de garantir a posse dos eleitos, o Marechal Lott comandou uma breve intervenção militar (FAUSTO, 2018, p.232-233). Após episódios de atrito com Carlos Luz, presidente da Câmara dos Deputados e imediato substituto do presidente na linha sucessória, Lott, com apoio do Exército, depôs Carlos Luz e garantiu o cumprimento da Constituição, tendo o vice-presidente do Senado, Nereu Ramos, sido escolhido para comandar o país até a posse de Juscelino (FERREIRA, 2016b, 323).

1.7. A eleição municipal de 1955

As eleições municipais de 1955 ocorreram no mesmo dia que as eleições presidenciais daquele ano. Como visto anteriormente, Juscelino Kubitschek e João Goulart levaram a aliança PSD/PTB a uma importante vitória, com um grande resultado em Passo Fundo, apesar da crise que antecedeu o pleito, com a morte de Vargas e a tentativa de golpe, com a intervenção do marechal Henrique Lott para garantir o cumprimento da Constituição.

A disputa de 1951 acabou por liquidar com o PSD, principal antagonista dos trabalhistas de Passo Fundo e, assim, os pessedistas abriram espaço para os outros partidos da oposição ao trabalhismo local, que vinha de duas vitórias seguidas em 1947 e 1951. Benvengnú (2006, p. 69) observa que

Convém lembrar que o PSD sofreu sucessivas derrotas eleitorais desde 1947, quando perdeu a prefeitura primeiramente para Armando Annes, e em 1951 quando

o PTB elegeu Daniel Dipp ao executivo municipal. Túlio Fontoura um dos fundadores do partido em Passo Fundo, por sua vez, desde 1947 postulava um cargo no Legislativo Municipal sem sucesso, ficando sempre na suplência, o mesmo acontecendo em 1954, quando concorreu à Assembleia do Estado (...). Em 1950, Nicolau Vergueiro candidato ao parlamento federal, ficou na quinta suplência, amargando a primeira derrota em sua história política.

Desse modo, em meados de agosto de 1955 os dirigentes do Partido Libertador local tomam a frente na discussão sobre a sucessão de Mário Menegaz, que substituiu Daniel Dipp, que havia renunciado no início daquele ano para assumir uma vaga na Câmara dos Deputados. Os esforços dos libertadores passo-fundenses seguiam no sentido de buscar um candidato que não tivesse compromissos partidários. Encontraram na figura de Gervásio Araújo Annes, irmão do ex-prefeito Armando Annes, o expoente de seus anseios políticos que seria acompanhado por Ítalo Benvegnú na candidatura oposicionista (*Diário da Manhã*, 17 ago. 1955, p. 06).

A candidatura de Gervásio Araújo Annes reuniu em torno de si as demais agremiações que compunham o bloco da oposição. PL, PSD e UDN reeditaram a Frente Democrática derrotada no último pleito em torno da candidatura Annes. O candidato escolhido

trata-se de um nome digno e pertencente a uma das mais tradicionais famílias passofundenses e que por certo reunirá em torno de si não somente os eleitores dos partidos da Frente Democrática, mas reunirá também os votos de todos os passofundenses democratas e desejosos de eleger Prefeito de Passo Fundo um cidadão que reúna as qualidades tanto eleitorais como de administrador, como a sabe ser o Sr. Gervasio Araujo Annes (*Diário da Manhã*, 24 ago. 1955, p. 06).

A Frente Democrática depositava suas esperanças em um candidato que não tinha qualquer compromisso partidário e se considerava “apolítico”.

Em um “manifesto” (*Diário da Manhã*, 26 ago. 1955, p. 02), os presidentes dos partidos coligados ressaltaram as qualidades do candidato oposicionista afirmando que por sua procedência familiar e suas conquistas pessoais seria um grande administrador dos negócios da Prefeitura de Passo Fundo. Sendo “apolítico”, reiteravam que Annes não era o candidato dos partidos, mas sim do povo, que lideraria os passo-fundenses sob a bandeira da “renovação municipal” colocando novamente a cidade no rol dos municípios mais bem-sucedidos do Rio Grande do Sul, o que teria sido perdido durante a administração petebista.

Enquanto a oposição ia para a luta política com um candidato sem compromissos com qualquer um dos partidos, os trabalhistas decidiram lançar um dos seus grandes líderes locais. Wolmar Antônio Salton, que foi o vereador mais votado pelo PTB nas eleições anteriores, em “deliberação unânime” do seu partido foi escolhido o representante do trabalhismo na disputa

pela prefeitura de Passo Fundo. Para acompanhar Sallton, os petebistas decidiram que Benoni Rosado seria o candidato a vice-prefeito, também de forma unânime. Ao final das votações, “os presentes prorromperam em calorosos aplausos aos candidatos a Prefeito e Vice-prefeito” (*O Nacional*, 27 ago. 1955, p. 01).

Uma terceira força chegou a articular-se mesmo antes da Frente Democrática e do PTB com vistas às eleições municipais. Mário Daniel Hoppe, do PSP, foi lançado candidato a prefeito em uma articulação entre pessepistas e o PRP para a sucessão prefetural (*Diário da Manhã*, 30 ago. 1955, p. 04). O Partido de Representação Popular chegou, através de declarações do mandatário do diretório local, Erwin Crussius, a lançar a candidatura de João Andrade à prefeitura municipal (*O Nacional*, 30 ago. 1955, p. 04). Porém, em seguida, o próprio João Andrade desmentiu o anúncio feito pelos integralistas passo-fundenses, declarando que “não serei candidato a coisa alguma” (*O Nacional*, 31 ago. 1955, p.04). Por fim, a aliança não se concretizou tendo ambos os partidos lançado somente candidatos à vereança.

A campanha eleitoral seguiu com as frentes políticas buscando demonstrar as suas forças através de excursões e comícios pela cidade e pelo interior. As visitas dos candidatos à presidência da República inflamavam ainda mais a disputa local. Como, por exemplo, a vinda de Juscelino e João Goulart ao município em um “comício realizado no Altar da Pátria, num *meeting* portentoso, elegante, monumental que se elevava a mais de 15 mil pessoas, que em aclamações entusiásticas e vibrantes “gritavam em uníssono, a plenos pulmões, Juscelino! Juscelino!” (BEVENGNÚ, 2006, p. 68).

Também, as discussões sobre as finanças da Prefeitura Municipal, sob o comando do PTB, tomaram as páginas dos periódicos locais, em que as forças políticas se retrucavam. Em voga, estava um empréstimo de dez milhões de cruzeiros, que serviria para custear as comemorações do centenário do município e foi sido aprovado pelo Poder Legislativo Municipal. A Frente Democrática acusava o governo trabalhista de, ao invés de utilizar o dinheiro para as festividades do município, estaria destinando-o para cobrir déficits dos cofres públicos municipais. Essa acusação foi prontamente rebatida nas páginas do *O Nacional*, quando diz que são “déficits que não existem na escrituração da Prefeitura, existindo apenas na imaginação fértil de elementos da Frente Democrática” (*O Nacional*, 12 set. 1955, p. 01).

Ao final da corrida pelo comando do Executivo municipal, os trabalhistas lograram expressiva vitória em cima dos opositores. Wolmar Salton foi eleito com 8.728 contra 6.017

votos de Gervásio Araújo Annes. Também, foi expressiva a margem de diferença entre os candidatos para a vice-prefeitura, tendo Benoni Rosado alcançado a preferência de 8.483 eleitores, e o opositorista Ítalo Benvegnú 5.967 (DAMIAN, 2010, p. 46). Conforme ressalta Sandra Mara Benvegnú (2006, p. 70), a crescente diferença de votos obtida pelo PTB nas disputas eleitorais entre 1947 e 1955 demonstram a consolidação do partido como força hegemônica no município, sendo seus opositores incapazes de, até então, estremecerem as bases do poder do trabalhismo local.

O industrial do setor madeireiro Wolmar Salton era natural de Bento Gonçalves e chegou a Passo Fundo em 1926. Nascido em 1912, tinha 43 anos de idade à época de sua eleição para prefeito municipal. Salton havia sido eleito vereador nas duas eleições anteriores, 1947 e 1955, sendo na última o candidato mais votado. Benoni Rosado, natural de Soledade aos 31 foi eleito vice-prefeito municipal. Era contabilista formado pelo Instituto Educacional. Ao contrário de Salton, Rosado não possuía experiência política até o pleito de 1955.

1.7.1. Perfil da legislatura 1955-1959

Na disputa pelas cadeiras do Legislativo Municipal, o Partido Trabalhista Brasileiro também demonstrou sua supremacia. Das quinze vagas pleiteadas nas eleições de 3 de outubro de 1955, os petebistas conquistaram oito, enquanto que a oposição pessedista alcançou três cadeiras. Os ademaristas do PSP lograram duas vagas. As outras duas se dividiram entre o Partido Liberal e os udenistas. Em comparação com a disputa de 1951, novamente apenas quatro políticos conquistaram a reeleição, apontando para uma renovação de 73,3% no quadro de vereadores.

Para a análise do perfil coletivo da elite política municipal na legislatura eleita em 1955, teremos um universo de trinta e três sujeitos investigados, sendo quinze vereadores eleitos e outros dezoito políticos que assumiram o posto em caráter definitivo ou transitório.

Tabela 15: vereadores eleitos em 1955

Nome	Partido	Idade no dia da eleição	Profissão	Formação Superior	Local de Nascimento
Agenor Fagundes de Oliveira	PTB	38	Escrivão Distrital	S/i	Passo Fundo
Anildo José Sarturi	PSP	34	Médico	Medicina	Tapera
Aquelino Luigi Translati	PTB	63	Advogado	Direito	Caxias do Sul
Arthur Culmann Canfield	PTB	40	Funcionário Público	S/I	Passo Fundo
Centenário Índio do Amaral	PSP	33	Bancário	S/i	Passo Fundo
Ernani Coitinho	PL	29	Profissional liberal	Direito	São Pedro do Sul/RS
João Junqueira Rocha	PSD	59	Profissional liberal	Direito	Santa Maria/RS
Justiniano Augusto de Araújo Trein	PTB	25	Profissional liberal	Direito	Passo Fundo/RS
Marciano Pereira da Silva	PSD	47	Funcionário público	S/i	Palmeira das Missões/RS
Oswaldo Pacheco Geyer	UDN	29	Profissional liberal	Direito	Osório/RS
Romeu Martinelli	PTB	24	Funcionário Público	Direito	Passo Fundo/RS
Sady Cavalheiro Marinho	PSD	22	Funcionário Público	Economia	Xanxerê/SC
Telmo Correa	PTB	43	Ferroviário	S/i	São Vicente/RS
Theomiro José Branco	PTB	29	Empresário	S/I	Erechim/RS
Wilson Correa Garay	PTB	25	Funcionário público	Direito	Passo Fundo/RS

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir dos dados disponíveis em *Galeria de ex-vereadores de 1947 a 1988*.

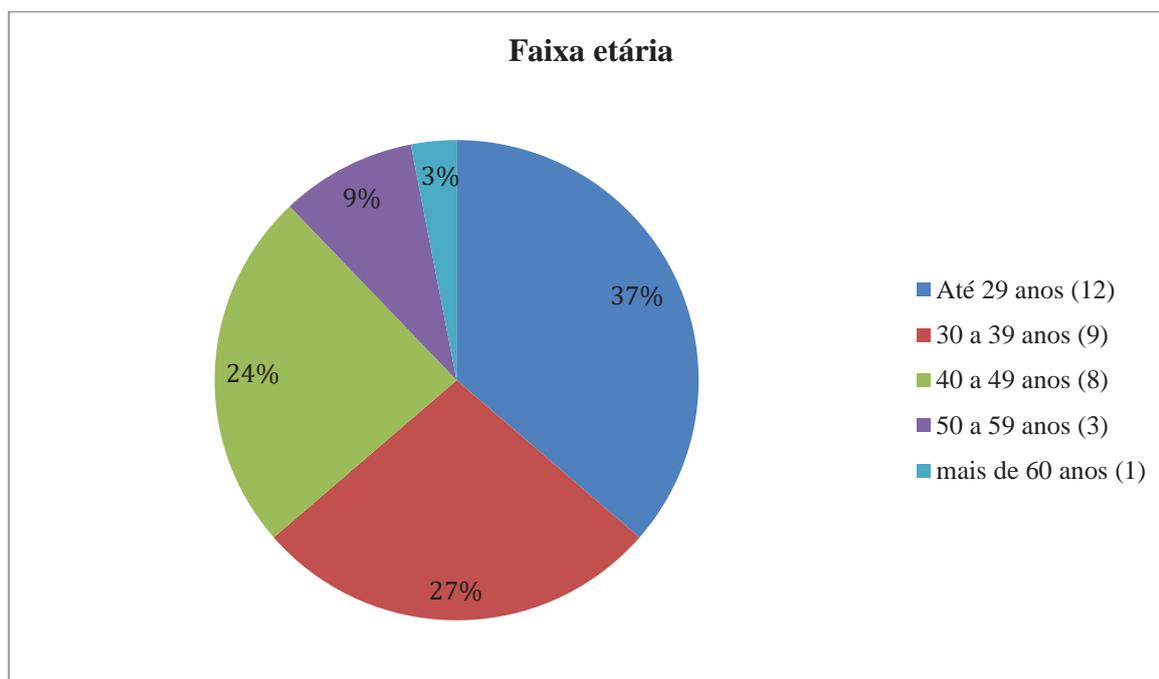
Tabela 16: suplentes que assumiram o cargo em algum momento na 3ª legislatura

Nome	Partido	Idade no dia da eleição	Profissão	Formação Superior	Local de Nascimento
Cantídio Lamaison	PSD	51	Ferrovário	S/I	Júlio de Castilhos/RS
Cirilo Leopoldo Ferst	PSD	46	Proprietário rural	S/i	Taquara/RS
Cláudio Piovesan Camargo	PL	21	Profissional liberal	Direito	Passo Fundo/RS
Delmo Alves Xavier	PSP	28	Funcionário Público/Empresário	S/i	Passo Fundo/RS
Edgar Sampaio Guimarães	PSD	44	Ferrovário	S/i	Alegrete/RS
Erion Einloft	PSP	26	Contador/Funcionário público	Ciências Contábeis	Porto Alegre/RS
Ernani Arnaldo Lampert	PL	31	Profissional liberal	Ciências Contábeis	Estrela/RS
Felisbino da Silva Rocha	PSD	45	Funcionário público	S/i	Passo Fundo/RS
Hugo Vargas	PTB	38	Empresário	S/i	Passo Fundo/RS
Lahyre Fanfa Cardoso	PL	45	Empresário	S/i	Palmeira das Missões/RS
Luiz João Reschk	PL	27	Empresário	S/i	Sarandi/RS
Octavio Goelzer	PSD	56	Proprietário rural	S/i	Passo Fundo/RS
Olga Poletto	PL	40	Professora	S/i	Passo Fundo/RS
Paulo Rocha Duarte	PTB	35	Profissional liberal	Engenheiro Químico	Passo Fundo/RS
Pedro Monteiro da Costa	PSP	28	Profissional liberal	Direito	Passo Fundo/RS
Rodolpho Rodrigues Lara	PTB	39	Empresário	S/i	Passo Fundo/RS
Sinval Bernardon	PSP	30	Empresário	S/i	Guaporé/RS
Waldo Nunes Vieira	PSD	34	Funcionário público	Si	Caçapava do Sul/RS

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir dos dados disponíveis em *Galeria de ex-vereadores de 1947 a 1988*.

A eleição de 1955 para a Câmara de Vereadores de Passo Fundo muda completamente a composição do perfil etário do legislativo municipal. A média das idades dos vereadores eleitos e suplentes que assumiram a titularidade em algum momento caiu de 42,38, para 36,48 anos de idade. Assim, temos que doze (37%) tinham até 29 anos, nove (27%) estavam na faixa entre 30 e 39, oito (24%) possuíam até 49 anos, e apenas três indivíduos contavam entre 50 e 59 anos. Somente um político tinha mais de 60 anos no momento da eleição.

Gráfico 5: Faixa etária da 3ª legislatura



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor a partir dos dados disponíveis em *Galeria de ex-vereadores de 1947 a 1988*.

Na relação entre idades e partidos políticos, o Partido Trabalhista Brasileiro contou com quatro indivíduos com até 29 anos e outros quatro compunham a faixa entre 30 e 39 anos de idade. Dois petebistas tinham entre 40 e 49 anos. Nenhum trabalhista consta na faixa 50-59, mas havia um sujeito com mais de 60, o mais velho dentre todos os relacionados. Por sua vez, os pessedistas contavam com dois indivíduos com até 29 anos e apenas um com idade entre 30 e 39 anos. Ainda, são sete os membros do PSD com mais de 40 anos: quatro na faixa 40-49 e três com idades entre 50-59 anos.

Entre os pessepistas, eram três os indivíduos com idades de até 29 anos. A mesma quantidade consta na faixa entre 30 e 39 anos, o que garante aos membros do PSP a menor média entre os partidos. O Partido Libertador, que contou com seis políticos na amostragem,

tinha três indivíduos na faixa de até 29 anos, um com idade entre 30 e 39 e outros dois políticos entre 40 e 49 anos.

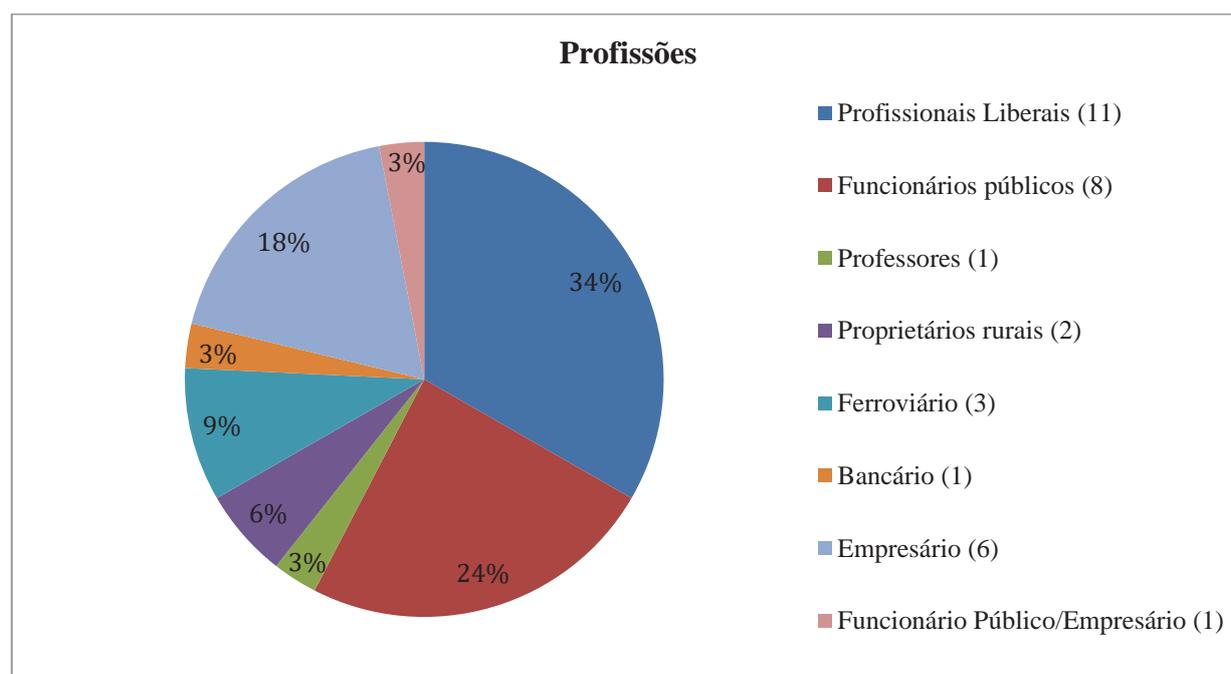
Tabela 17: faixa etária (por partido) 1955

Partido/Faixa	Até 29 anos	30-39 anos	40-49 anos	50-59 anos	mais de 60
PTB	4	4	2	-	1
PSD	2	1	4	3	-
PL	3	1	2	-	-
PSP	3	3	-	-	-

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir dos dados disponíveis em *Galeria de ex-vereadores de 1947 a 1988*.

A legislatura eleita em 1955 mostra que há a predominância dos profissionais liberais, sendo que estes somaram dez indivíduos (35%) entre os vereadores eleitos e suplentes que exerceram o cargo. Além disso, os funcionários públicos demonstraram estar dentre as preferências dos eleitores na disputa, tendo oito (25%) representantes na amostragem. Os empresários aparecem logo em seguida, com seis representantes, ou 19% do total. Ainda, temos dois proprietários rurais (6%), dois ferroviários (6%), um bancário (3%), e um (3%) dos sujeitos que exercia duas ocupações, a de funcionário público e a de empresário.

Gráfico 6: profissões da 3ª legislatura



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor a partir dos dados disponíveis em *Galeria de ex-vereadores de 1947 a 1988*.

Na distribuição das profissões por partido político, os petebistas contavam com três profissionais liberais, quatro funcionários públicos. Ao partido getulista, também pertenciam três empresários e um ferroviário. A legislatura de 1955 ainda levou três profissionais liberais do Partido Social Progressista ao seletor grupo aqui analisado, além de um bancário, empresário e do único político que apresentou duas ocupações profissionais, a de funcionário público e empresário.

No Partido Social Democrático predominam, na 3ª legislatura, os funcionários públicos. Foram quatro presentes na amostra, além de dois profissionais liberais, dois proprietários rurais e dois trabalhadores do setor ferroviário. Entre os libertadores figuravam com outros três profissionais liberais, dois empresários e com o único professor que alçou os postos mais altos do legislativo municipal.

Tabela 18: profissões (por partido) em 1955

Partido/ Profissão	Profissionais Liberais	Funcionários públicos	Professores	Proprietários rurais	Ferrovários	Bancário	Empresário	Funcionário Público/Empresário
PTB	3	4	-	-	1	-	3	-
PSD	2	4	-	2	2	-	-	-
PL	3	-	1	-	-	-	2	-
PSP	3	-	-	-	-	1	1	1

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir dos dados disponíveis em *Galeria de ex-vereadores de 1947 a 1988*.

Nos dados que puderam ser encontrados, é possível evidenciar a existência de uma significativa predominância dos formados em Ciências Jurídicas. Dos trinta e três políticos analisados nesta legislatura, nove possuíam formação na área, sendo que sete exerciam a profissão de advogado, enquanto os outros dois dedicavam-se ao serviço público, sendo um Juiz Militar, e outro não foi possível precisar a sua função dentro da burocracia estatal. Na sequência, temos dois sujeitos que tinham o curso de Ciências Contábeis, um formado em medicina, um em economia e um em engenharia química.

A primeira mulher a figurar dentre as principais lideranças políticas do município de Passo Fundo pertencia ao Partido Liberador. A professora Olga Poletto ficou entre os

suplentes de seu partido e chegou a assumir temporariamente o cargo de vereadora. Dentro do que foi possível identificar, não há políticos de origem afro-brasileira ou indígena que chegaram a alcançar posições de destaque nesta legislatura. Quanto à naturalidade, dessa vez predominam os nascidos em Passo Fundo. São quinze os que nasceram na cidade, enquanto os outros dezoito são de municípios como Santa Maria, Alegrete, Caxias do Sul, entre outros. Há também um dos políticos que nasceu na cidade de Xanxerê, em Santa Catarina, sendo o único que não era do Rio Grande do Sul.

1.8. As eleições de 1958 no Rio Grande do Sul

Seguindo a lógica apontada anteriormente no que diz respeito à alternância de poder no estado do Rio Grande do Sul, a vitória de Leonel Brizola nas eleições municipais de 1955 em Porto Alegre apontou para a vitória dos trabalhistas no pleito estadual de 1958. Os trabalhistas lançaram o então prefeito de Porto Alegre como candidato ao governo estadual e lograram a vitória, em aliança com o PRP e PSP, contudo, conforme Bemfica (2007, p. 19),

A aliança do PTB com o PRP, partido que representava os integralistas 16, e o PSP de Adhemar de Barros foi motivo de críticas veementes dos adversários, que questionavam a coligação de Brizola com um partido de orientação fascista. Petebistas e integralistas defendiam-se afirmando que os interesses do Rio Grande estavam acima das suas diferenças. Na Assembléia Legislativa, os integrantes da Frente Democrática acusavam Brizola de, para fechar o acordo com o PRP, ter se comprometido a atender a alguns pontos da plataforma integralista, como a privatização de serviços públicos do Estado.

Do outro lado, os pessedistas foram ao embate político com Walter Perachi Barcellos, apoiados pelo PSB, UDN, PSB e PL, organizados na chamada Frente Democrática.

A campanha brizolista sustentou-se no desenvolvimento econômico que o restante do país estava conhecendo sob a administração de Juscelino Kubitschek. Os petebistas admitiam apoio ao então presidente da República para que o Rio Grande do Sul pudesse aproveitar-se do momento de pujança econômica do país atribuindo à gestão de Ildo Meneghetti a culpa pela estagnação do desenvolvimento do estado, tendo em vista a pouca articulação entre o governo estadual e federal e na falta de planejamento e projetos do governo pessedista. (CÁNEPA, 2005, p. 226). Cánepa (2005, p. 242) ainda afirma que,

em linhas gerais, pode-se dizer que a campanha da Frente Democrática girou em torno dos seguintes temas principais: 1) continuidade da administração Ildo Meneghetti e valorização das obras feitas por este realizadas; 2) ênfase no modo de agir da Frente Democrática em contraposição ao modo de agir dos opositores; 3) crítica à aliança PTB-PRP e ao apoio dos comunistas ao candidato do PTB; 4)

atribuição de culpa à política do Governo da União como explicação para os problemas do Rio Grande; 5) apelo anticomunista clássico e valorização da família e da fé cristã (...); 6) busca de apoios dirigida à população em geral.

Em três de outubro de 1958 ocorreram as eleições que decretaram a vitória de Brizola com 55,18% dos votos, contra 41,20% conseguidos por Peracchi Barcellos. Novamente o PTB faria sucesso nas eleições legislativas tendo conseguido 14 cadeiras da Câmara Federal, o dobro do PSD, e 24 assentos na Assembleia Legislativa, construindo maioria absoluta junto de seus aliados. Para o senado, Guido Fernando Mondin, também do PTB, obteve expressiva sobre Carlos de Brito Velho (PSD) e Gabriel Pedro Moacyr (PR), tendo conseguido 50,08%, contra 40,71% do pessedista e 1,74% do candidato do PR. (CÁNEPA, 2005, p. 254-255).

Tabela 19: deputados federais (por partido) em 1958 no Rio Grande do Sul

PARTIDO	CADEIRAS
PTB	14
PSD	7
PL	2
PRP	1
Total	24

Fonte: TRE-RS apud CÁNEPA, 2005, p. 255

Tabela 20: deputados estaduais (por partido) em 1958 no Rio Grande do Sul

PARTIDO	CADEIRAS
PTB	24
PSD	13
PL	7
UDN	3
PRP	3
PSP	2
PDC	2
PR	1
Total	55

Fonte: TRE-RS apud CÁNEPA, 2005, p. 255

Por Passo Fundo concorreram às vagas na Câmara Federal Vitor Loureiro Issler, reeleito com 30.806 votos, sendo 1.002 no município. Daniel Dipp também conquistou reeleição ao legislativo federal com um total de 15.770 sufrágios, 7.569 deles em Passo Fundo, e ambos pertenciam ao PTB. Ficaram de fora os políticos Victor Oscar Graeff, da UDN, Odalgiro Gomes Corrêa, pessedista, e o perrepista Eduardo Zasso (DAMIAN, 2010, p. 149).

Para a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, José Lamaison Porto, do PSP, foi candidato que concorreu pelo município e conquistou a vaga. Porto recebeu 9.262 sufrágios em todo o estado, sendo que 3.862 foram em urnas passo-fundenses. O trabalhista Ney Menna Barreto, o pessedista Túlio Fontoura, Ernani Coitinho, do Partido Libertador e o pedecista Anildo Sarturi, também tiveram expressivos resultados na disputa pelas cadeiras do legislativo estadual. Menna Barreto foi o mais votado em Passo Fundo, com 3.967 votos passo-fundenses (DAMIAN, 2010, p. 161).

Antes mesmo de assumir como governador, por conta dos arranjos políticos para as eleições de 1958, Brizola conseguiu que fosse aprovado o II Plano de Obras, sendo que o primeiro havia sido aplicado pelo governador eleito quando era da equipe de Ernesto Dornelles. O II Plano previa, então, uma série de investimentos públicos em diversas áreas. A principal delas seria a educação e a cultura, que concentram 10 bilhões de cruzeiros, seguidos por transportes e armazenagens com 8,5 bilhões, e o setor de energia e comunicações com 8 bilhões de cruzeiros (BEMFICA, 2007, p. 69).

Brizola assumiu o governo em 31 de janeiro de 1959 com o Rio Grande em profunda crise econômica. Projetou seu programa no concentrado em “Educação e Desenvolvimento”. Ainda, conforme Bemfica (2007. P. 22), colocou como prioridades para seu governo os seguintes pontos:

1. Educação Popular
2. Saúde pública. Abastecimento d'água. Saneamento
3. Política social. Habitação popular.
4. Política Agrária e Produção Agro-Pastoril.
5. Política Econômica. Iniciativa Privada. Cooperativismo. Finanças e Orçamento.
6. Industrialização. Indústrias Básicas.
7. Energia Elétrica e Carvão.
8. Transporte e Armazenagem.
9. Comunicações.
10. Organização, planejamento e outras iniciativas e prestações de serviços. Política Municipalista. Outras diretrizes de ação política e administrativa do Governo do Estado.

A autora ainda aponta que os planos brizolistas para o Rio Grande do Sul não atenderiam os anseios das classes dominantes. Assim, UDN e o PL exerceram uma ferrenha oposição ao governador durante os quatro anos de seu mandato, o acusando principalmente de golpista e de defender interesses pessoais e de seus aliados (BEMFICA, 2007, p.23).

O chamado Deacálogo sintetizava as propostas do governador para sanar a crise do estado. Porém, Brizola ainda dirigiu severas críticas à política econômica adotada por Juscelino Kubitschek. Para ele, o momento difícil das contas públicas do estado do Rio Grande do Sul estava diretamente ligado às diretrizes do desenvolvimentismo juscelinistas, pois o crescimento econômico do país se dava pela industrialização do centro-sul do país, aprofundando as desigualdades regionais. As críticas do então governador ao modo como JK levava a política econômica do país acabaram por nacionalizar a política rio-grandense (CÁNEPA, 2005, p. 266).

Na esteira da superação da crise e do desenvolvimento industrial do Rio Grande do Sul, o governo Brizola promoveu a encampação de empresas de energia que operavam no estado pela Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE). Dois foram os motivos que proporcionaram a estatização: o primeiro o fato de as empresas não oferecerem bons serviços, e o segundo a grande taxa de lucros obtida pelas empresas, que estaria acima do permitido (BEMFICA, 2007, p.116). Tal medida se justificava pelo fato de que a produção energética do estado era um dos principais pontos de estrangulamento para a industrialização do Rio Grande do Sul (CÁNEPA, 2005, p. 275).

Além das encampações das empresas de energia, o setor de comunicações também teve uma importante intervenção do governo criando a Companhia Rio-grandense de Telecomunicações (CRT). A nova empresa de economia mista passou a gerenciar os serviços oferecidos até então pela Companhia Telefônica Nacional (CTN). O estado declarou que os bens da CTN no Rio Grande do Sul eram de interesse público e os desapropriou, e cassou a autorização da empresa subsidiária de um grupo norte-americano para atuar no estado. (BEMFICA, 2007, p. 117).

Desse modo o governo de Leonel Brizola andou até a renúncia de Jânio Quadros, que foi eleito presidente em 1960. O episódio de agosto de 1961 transformou o quadro político nacional e estadual, promovendo uma importante mudança durante o governo do petebista. O momento de forte radicalização política projetou o então governador do Rio Grande no cenário nacional a partir da conhecida campanha da legalidade (CÁNEPA, 2005, p. 263), que será tratada mais adiante.

1.9. As eleições municipais de 1959

A disputa eleitoral de 1959 foi marcada pelo surgimento de uma nova força política no cenário municipal. A dissidência trabalhista, liderada por Romeu Martinelli, Daniel Dipp e Mário Menegaz, tomou o protagonismo da oposição ao Partido Trabalhista Brasileiro de Passo Fundo.

A cisão do Partido Trabalhista Brasileiro passo-fundense teve início com o episódio da eleição da Ala Moça do partido. Jovens lideranças trabalhistas, como Romeu Martinelli e Justiniano Augusto de Araújo Trein, tumultuaram o processo de escolha dos dirigentes da Ala Moça petebista com o objetivo de fazer frente à Executiva local do partido. Durante este processo, aconteceu, inclusive, uma agressão física, quando Ney Menna Barreto, membro da Executiva, arremessou uma jarra na direção de Martinelli, mas acabou atingindo a cabeça do acadêmico Paulo Totti, membro da Ala Moça (BENVENGNUÍ, 2006, p. 87).

A convenção municipal de 1957, que escolheria os candidatos locais para as eleições legislativas estadual e federal de 1958, causou grande insatisfação de importantes lideranças trabalhistas. Daniel Dipp teria ficado inconformado com o fato de que, mesmo com sua ausência da cidade enquanto a convenção acontecia, o seu nome foi escolhido novamente como candidato à reeleição ao parlamento federal. Múcio de Castro também ficou insatisfeito quando a executiva partidária sequer colocou seu nome em questão na convenção de 1957 para a sua reeleição à Assembleia Legislativa. Dessa forma, os comportamentos da Executiva local trabalhista e a insatisfação de importantes lideranças do partido culminaram na cisão do mesmo (BENVENGNUÍ, 2006, p. 99).

Assim, os trabalhistas entraram no ano eleitoral divididos, com os rebeldes lançando as candidaturas de Mário Menegaz e Daniel Dipp como prefeito e vice-prefeito, respectivamente, alicerçados no denominado Movimento de Renovação Trabalhista. Em entrevista ao periódico *Dário da Manhã*, o presidente do PTB local, César Santos, tentando rebaixar o movimento dissidente, afirmou

que as candidaturas Menegaz-Dipp não irão às urnas. Foi um movimento lançado, apenas, com um fim: fazer confusão. Aliás queríamos que eles fossem às urnas, para que o chamado "Movimento de Renovação Trabalhista" fosse plenamente julgado pelo nobre povo passofundense." (*Diário da Manhã*, 28 jul. 1959, p.06).

Na mesma oportunidade, o mandatário do trabalhismo passo-fundense tratou de elucidar que a candidatura de Benoni Rosado pelo PTB. "A candidatura do Sr. Benoni Rosado está francamente vitoriosa, de vez que vem recebendo os mais espontâneos aplausos

e apoios dos trabalhistas e dos aliados do PTB, PSP e PRP, tanto na cidade como no interior do município”.

Fora do PTB, os trabalhistas dissidentes não tinham uma legenda partidária para registrarem suas candidaturas. O problema se alastrou até as vésperas do prazo para registro e os líderes da dissidência fizeram diversas movimentações para encontrar uma legenda que os abrigasse para concorrer ao pleito de novembro. Daniel Dipp foi o responsável por providenciar a legenda para que os candidatos do Movimento de Renovação Trabalhista pudessem disputar as eleições. Apesar de terem fechado a questão com o Partido Socialista Brasileiro (*Diário da Manhã*, 25 set. 1959, p. 06), a autorização dada pela direção do Partido Trabalhista Nacional e o deferimento do registro do partido na Justiça Eleitoral do Rio Grande do Sul fez com que os membros do movimento registrassem suas candidaturas por essa agremiação (*O Nacional*, 1 out. 1959, p. 01).

O trabalhismo passo-fundense apresentou, então, duas candidaturas para a disputa do poder local. A primeira formada pela dissidência trabalhista, sob o Movimento de Renovação Trabalhista, e a segunda do forte Partido Trabalhista Brasileiro. Porém, surgiu uma terceira força para a disputa das eleições locais. O PSD, PDC, UDN e o PL formaram a “Coligação Democrática de Passo Fundo”, e lançaram as candidaturas de Antônio Bitencourt Azambuja, para prefeito e Anildo Sarturi, para vice-prefeito. A notícia das candidaturas Azambuja-Sarturi, “caíram como uma bomba” nos círculos políticos da cidade, pois a junção de dois importantes líderes da oposição foi reconhecida pelo meio político como uma forte chapa à sucessão municipal (*Diário da Manhã*, 30 jul. 1959, p. 04).

A campanha eleitoral desenrolou-se, então, com seus comícios e intensa atividade dos candidatos pela cidade e pelo interior. Além disso, diversos boatos surgiram no município em torno das candidaturas.

Entre os boatos que mais circulam na cidade, refere-se à retirada da candidatura dos drs. Antônio Bitencourt Azambuja e Anildo Sarturi; o acerto do dr. Sarturi com o Deputado Daniel Dipp, em torno da presidência do Hospital Municipal; a conferência secreta do Sr. Túlio Fontoura, com o governador Leonel Brizola; a desistência do dr. Anildo Sarturi, formalizada em juízo, de concorrer como vice-prefeito; o acordo da Coligação com os dissidentes; a retirada dos candidatos da dissidência, afim de que os rebeldes venham apoiar os candidatos da coligação (...) (*Diário da Manhã*, 21 out. 1959, p. 06).

Sobre o da retirada das candidaturas de Azambuja e Sarturi, respondendo às falácias que circulavam na cidade, o candidato da Coligação Democrática de Passo Fundo a prefeito,

em pronunciamento, afirmou: “vamos para a vitória como para a derrota, com honra” (*O Nacional*, 21 out. 1959, p. 01), reiterando que iriam para a disputa.

Ao fim da campanha, as candidaturas enfrentaram o voto popular. O Partido Trabalhista Brasileiro mais uma vez demonstrava sua supremacia na cidade. Benoni Rosado foi eleito prefeito do município com 9.504 votos, contra 6.930 de Mário Menegaz e 2.661 de Azambuja. Para vice-prefeitura, o companheiro de Benoni Rosado, Sinval Bernardon, venceu os seus adversários com 8.487 sufrágios, enquanto Daniel Dipp recebeu 4.292 e Anildo Sarturi 5.896 (DAMIAN, 2010, p. 50). Podemos ressaltar a força do ideal trabalhista na cidade, embora o enfrentamento de duas vertentes dissidentes. Somadas, as candidaturas de Rosado e Menegaz atingem 9.631 votos.

Agora com 35 anos de idade, Benoni Rosado elegia-se prefeito municipal. O jovem trabalhista tinha ao seu lado Sinval Bernardon, que havia ficado na suplência nas eleições passadas, pelo Partido Social Progressista para o legislativo municipal. Bernardon era natural de Guaporé e tinha 34 anos na data do pleito de 1959. O vice-prefeito tinha suas atividades profissionais ligadas à indústria.

1.9.1. Perfil da legislatura 1959-1963

A disputa pelas cadeiras do legislativo em 1959 novamente consagrou a força política das lideranças petebistas. O partido de Jango e Brizola conquistou sete das 15 vagas da Câmara Municipal. A dissidência do PTB local, que concorreu sob a legenda do PTN, logrou três cadeiras, enquanto a representação da oposição pessedista caiu para apenas um vereador eleito. Os democratas cristãos do PDC conquistaram apenas uma vaga, mesmo número do PL. O Partido Social Progressista elegeu dois vereadores. Relacionando os eleitos no pleito de 1959 com os de 1955, temos que apenas cinco lideranças se reelegeram, o que representa uma renovação de 66,6% dos membros do legislativo municipal.

Além dos quinze políticos que lograram êxito e elegeram-se vereadores para a legislatura 1959-1963, serão estudadas, também, outras quinze lideranças municipais que ficaram na suplência, mas que em algum momento da legislatura assumiram a titularidade de forma transitória ou definitiva. Assim, temos um universo de trinta políticos.

Tabela 21: vereadores eleitos em 1959

Nome	Partido	Idade no dia da eleição	Profissão	Formação Superior	Local de Nascimento
Afonso Simões Pires Neto	PTN	39	Profissional Liberal	Medicina	São Sepé/RS
Carlos de Danilo Quadros	PTB	37	Jornalista	Jornalismo	Passo Fundo/RS
Centenário Índio do Amaral	PSP	37	Bancário	Ciências Contábeis	Passo Fundo/RS
Cricélio Antônio Menin	PTB	43	Proprietário rural/Empresário	S/i	Antônio Prado/RS
Ernesto Félix Scortegagna	PTB	33	Profissional liberal	S/i	Passo Fundo/RS
Fidêncio Garibaldi Franciosi	PSD	37	Proprietário rural/Empresário	S/i	Não-me-toque/RS
Juarez Terixeira Diehl	PDC	28	Funcionário público	Direito	Passo Fundo/RS
Justiniano Augusto de Araújo Trein	PTN	29	Profissional liberal	Direito	Passo Fundo/RS
Moacyr da Motta Fortes	PTB	42	Funcionário público	S/i	Nonoai/RS
Odilon Soares de Lima	PTB	35	Funcionário Público	S/i	Vacaria/RS
Pedro Monteiro da Costa	PSP	32	Profissional liberal	Direito	Passo Fundo/RS
Pery de Quadros Marzullo	PL	28	Profissional liberal	Direito	Alegrete/RS
Romeu Martinelli	PTN	28	Funcionário público	Direito	Passo Fundo/RS
Rodolpho Rodrigues de Lara	PTB	43	Empresário	S/i	Passo Fundo/RS
Wilson Correa Garay	PTB	29	Funcionário Público	Direito	Passo Fundo/RS

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir dos dados disponíveis em *Galeria de ex-vereadores de 1947 a 1988*.

Tabela 22: suplentes que assumiram o cargo em algum momento na 4ª legislatura

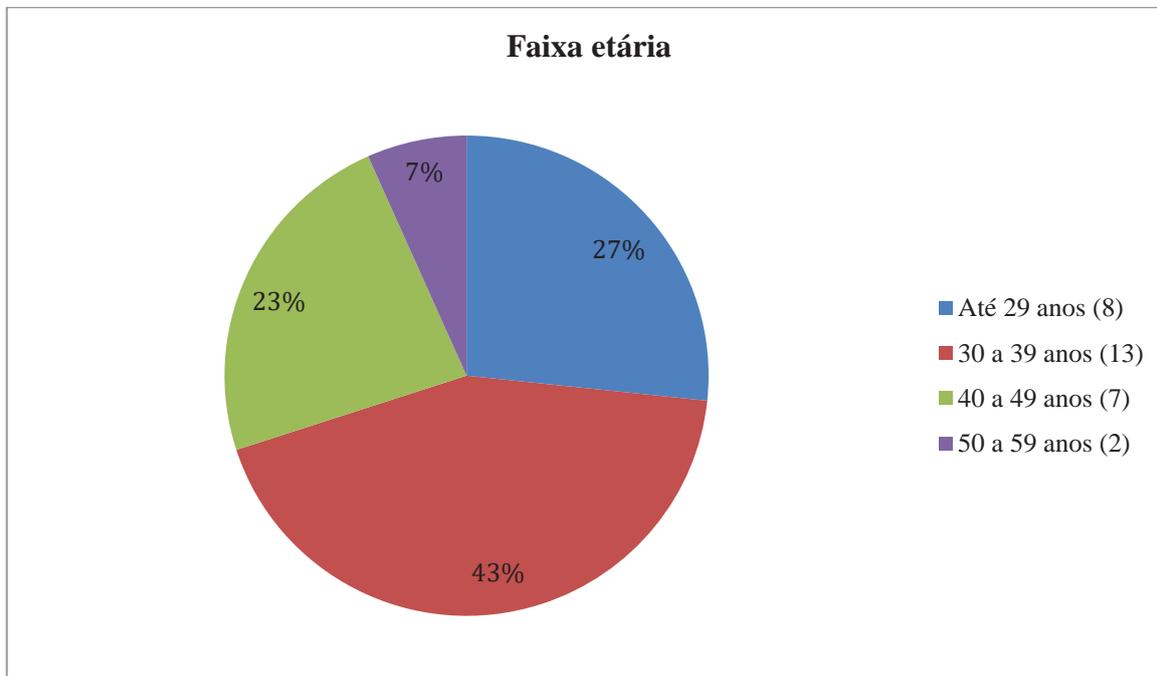
Nome	Partido	Idade no dia da eleição	Profissão	Formação Superior	Local de Nascimento
Antônio Augusto Meirelles Duarte	PTN	25	Profissional liberal	Direito	Passo Fundo/RS
Antônio Crespen	PDC	46	Funcionário Público	S/i	Passo Fundo/RS
Antônio Donin	PDC	48	Professor	Filosofia	Guaporé/RS
Antônio Frederico Knoll	PSD	30	Profissional liberal	Direito	Passo Fundo/RS
Arthur Culmann	PTN	44	Funcionário Público/Empresário	S/I	Passo Fundo/RS
Canfield					
Bernardino Sampaio Guimarães	PTB	51	Ferroviário	S/i	Alegrete/RS
Calso Antônio Busato	PTB	29	Profissional liberal	Direito	Casca/RS
Delmo Alves Xavier	PSP	32	Funcionário Público/Industriário	S/i	Passo Fundo/RS
Francisco Rodrigues da Silva	PTB	53	Funcionário Público	S/i	Júlio de Castilhos
Genuino Batista da Silva	PSP	24	Oleiro	S/i	Carazinho/RS
Nelson Petry	PTN	38	Empresário	S/i	Rio Pardo/RS
Olavo Machado Rico	PTB	43	Motorista/Proprietário rural	S/i	Passo Fundo/RS
Pedro Consalter	PDC	34	Empresário	S/i	Guaporé/RS
Rosalino Galli	PDC	32	Bancário	Ciências Políticas e Econômicas	Erechim/RS
Ruyter Carraro	PTB	34	Funcionário Público	S/i	Erechim/RS

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir dos dados disponíveis em *Galeria de ex-vereadores de 1947 a 1988*.

Nesta legislatura a média das idades permanece quase a mesma, alcançando 36,1 anos. São oito os líderes políticos com até 29 anos, o que representa 27% dos sujeitos estudados. Predominam os indivíduos na faixa dos 30 a 39 anos de idade, que são 43%, ou treze sujeitos, que figuram dentre os vereadores eleitos ou suplentes que em algum momento assumiram a titularidade. Já na faixa compreendida entre os 40 e 49 anos de idade, temos a

presença de sete lideranças, ou 23% do total. A ausência de políticos mais experientes também contribuiu para baixa média das idades.

Gráfico 7: faixa etária da 4ª legislatura



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor a partir dos dados disponíveis em *Galeria de ex-vereadores de 1947 a 1988*.

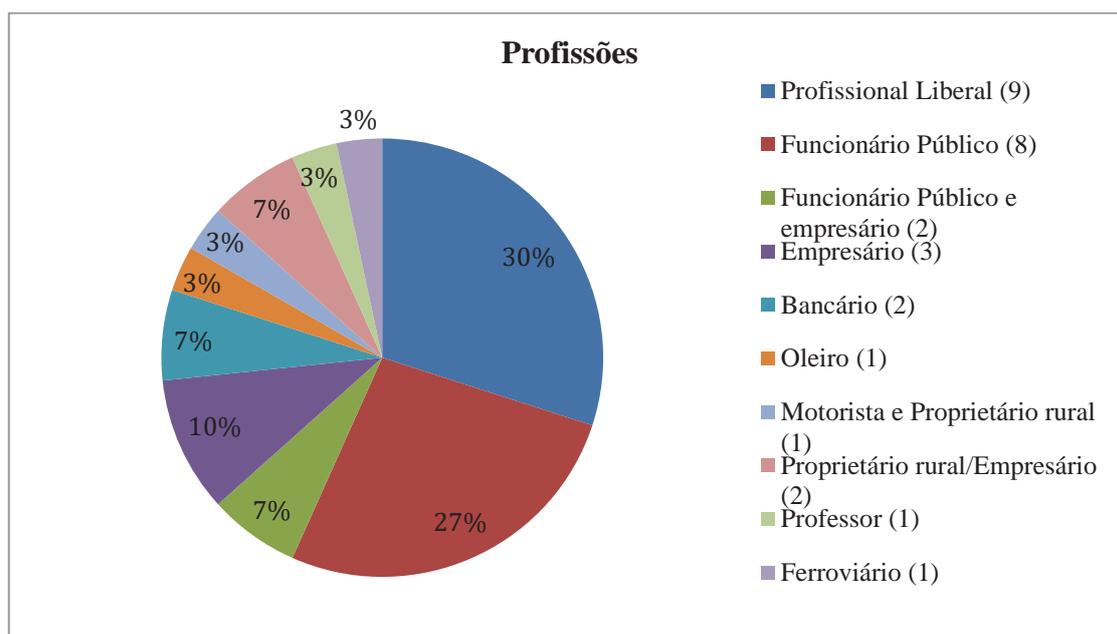
O Partido Trabalhista Brasileiro apresentou duas lideranças com idades até 29 anos, além de quatro sujeitos que tinham entre 30 e 39 anos de idade na data da eleição. Completam a lista do partido situacionista quatro indivíduos na faixa entre 40 e 49, além de dois com idades entre 50 e 59 anos. Ao PSD pertenciam dois políticos com idades entre 30 e 39. Dos cinco indivíduos do PDC, um tinha idade de até 29 anos, dois estavam na faixa entre 30 e 39, o mesmo número daqueles com idades entre 40 e 49 anos. O único representante libertador figurava dentre aqueles com até 29 anos. Dos quatro pessepistas presentes nesta legislatura, três tinham entre 30 e 39 anos e um até 29. Entre os seis políticos do PTN, três encontravam-se na faixa de até 29 anos, dois tinham entre 30 e 39 e apenas um com idade entre 40 e 49 anos.

Tabela 23: faixa etária (por partido) em 1959

Partido/Faixa	Até 29 anos	30-39 anos	40-49 anos	50-59 anos	mais de 60
PTB	2	4	4	2	-
PSD	-	2	-	-	-
PL	1	-	-	-	-
PSP	1	3	-	-	-
PTN	3	2	1	-	-

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir dos dados disponíveis em *Galeria de ex-vereadores de 1947 a 1988*.

As eleições de 1959 promoveram certa pulverização no que se refere às ocupações profissionais dos políticos estudados. Aparecem na amostra um oleiro (3%), um professor (3%), um ferroviário (3%). Cinco sujeitos apresentam mais de uma profissão, sendo que um (3%) tinha as ocupações de motorista e proprietário rural, ao mesmo tempo em que dois indivíduos (7%) eram empresários e proprietários rurais e outros dois (7%) dividiam-se entre atividades empresariais e do funcionalismo público. Apesar do aparecimento de novas profissões, ainda prevalecem os profissionais liberais nas cadeiras do parlamento municipal, somaram nove, ou 30%, dos trinta e três sujeitos pesquisados. Competem com esses os funcionários públicos, que são oito (27%). Completam a lista três empresários (10%) e dois bancários (7%).

Gráfico 8: profissões da 4ª legislatura

Fonte: Gráfico elaborado pelo autor a partir dos dados disponíveis em *Galeria de ex-vereadores de 1947 a 1988*.

O Partido Trabalhista Brasileiro, em suas fileiras, teve três profissionais liberais e cinco funcionários públicos. Aos trabalhistas também pertencia, um empresário, um motorista e proprietário rural, e um proprietário rural e empresário. Completa a lista dos getulistas. Também, o único ferroviário presente na amostragem era do PTB. Da dissidência trabalhista, figuram seis indivíduos, sendo três profissionais liberais, um funcionário público, um empresário, e um que dividia as atividades de empresário com a de funcionário público. O Partido Social Progressista aparece com um profissional liberal, um funcionário público e empresário, além de um bancário e um oleiro.

A oposição pessedista aparece com apenas dois sujeitos entre a elite política da legislatura de 1959, sendo que um deles era profissional liberal e o outro dividia as ocupações de proprietário rural e empresário. Pelo Partido Liberal, apenas um profissional liberal está entre os principais atores da política municipal. Também do bloco oposicionista, o Partido Democrático Cristão apresenta dois funcionários, um empresário, um bancário e um professor.

Tabela 24: profissões (por partido) em 1959

Partido/Profissão	Profissional Liberal	Funcionário público	Funcionário Público/Emresário	Empresário	Bancário	Oleiro	Motorista/Proprietário Rural	Proprietário Rural/Emresário	Professor	Ferrovário
PTB	3	5	-	1	-	-	1	1	-	1
PSD	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-
PL	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PDC	-	2	-	1	1	-	-	-	1	-
PSP	1	-	1	-	1	1	-	-	-	-
PTN	3	1	1	1	-	-	-	-	-	-

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir dos dados disponíveis em *Galeria de ex-vereadores de 1947 a 1988*.

No que se refere à formação de ensino superior dos sujeitos aqui estudados, temos que a formação em Ciências Jurídicas é a preferida pelos membros da amostra, sendo nove dos trinta indivíduos. Foi possível identificar a formação superior de outros cinco membros deste seletto grupo, sendo que um estudou medicina, um jornalismo, um ciências contábeis, um

formado em jornalismo, um filósofo, um formado em ciências contábeis e, por fim, um que estudou ciências políticas e econômicas.

A tímida presença de mulheres na elite política municipal não durou muito tempo. Na legislatura 1959-1963 não há representantes das mulheres sequer nas chapas dos partidos. Há apenas um descendente afro-brasileiro, o oleiro Genuíno Batista da Silva, aos 24 anos, ficou na suplência do PSP tendo assumido temporariamente em diversas oportunidades. Não há a presença de descendentes dos povos originários dentre os trinta políticos estudados nesta seção. Quanto à naturalidade, quinze dos trinta políticos aqui estudados são naturais do município de Passo Fundo, sendo que os outros quinze são naturais de cidades como Guaporé, Carazinho, Casca, Vacaria e outras. Não há a presença de líderes nascidos em outros estados.

1.10. As eleições de 1960 e 1962 no Rio Grande do Sul

Apesar de o governo Juscelino Kubitshek ter logrado grande aprovação popular, o presidente não conseguiu eleger seu sucessor. Jânio Quadros (PDC), apoiado pela UDN, venceu as eleições de outubro de 1960 com 48,26% dos votos, seguido do Marechal Lott (PSD), com 28%, e Adhemar de Barros (PSP) com, 23%. Jânio foi, então, o primeiro presidente a tomar posse na recém construída Brasília, em 31 de janeiro de 1961 (FAUSTO, 2018, p. 240). Apesar de estarem em chapas opostas, João Goulart, do PTB, foi eleito vice-presidente. Conforme aponta Benevides (1982, p. 29):

Jânio não conseguiu a maioria absoluta dos votos (48,26%), mas em momento algum os radicais da UDN – que haviam invocado tal motivo em 50 e 55 – manifestaram intenções golpistas. Uma era de confiança, um clima de “democrática pacificação nacional” parecia transformar os mais renitentes golpistas. Dois importantes fatores, no entanto, já indicavam tempestades futuras: a eleição de João Goulart para a Vice-presidência (com visível hostilidade das forças armadas e das classes conservadoras) e as características do temperamento personalista, autoritário e psicologicamente instável do novo presidente.

Quadros foi eleito com uma plataforma anti-corrupção e contra os gastos exagerados do governo JK no momento em que o país vivia uma forte crise econômica, crescente desemprego e uma alta taxa de inflação. O discurso animou amplas parcelas da população. Conforme aponta Vizontini (2004, p. 127):

Apoiando-se nesta situação contraditória e difícil, Jânio elegeu-se com a maior votação da história brasileira, prometendo a “vitória do tostão sobre o milhão”, e governando “acima dos partidos políticos”, evidenciando seu perfil populista. Aos

humildes prometia reforma, à classe média, moralidade administrativa e austeridade, à burguesia, saneamento financeiro.

Benevides (1982, p. 21) ainda aponta duas diferentes razões para explosão janista, sendo a primeira a insatisfação de diversos setores da sociedade com a alta do custo de vida, que teria despertado esses setores para a participação política exigindo os frutos do crescimento econômico da era JK. Em segundo, a crise no sistema partidário com a decadência do PSD e da UDN e o crescimento do PTB.

No governo, Jânio Quadros demonstrava um sério desprezo pelo Congresso Nacional, além de governar acima dos partidos políticos que o apoiaram. Foi o caso da UDN, principal partido de apoio à candidatura janista, que conforme Benevides (1981a, p. 117),

embora participasse do Ministério e contasse com vários governos estaduais, além de razoável bancada no Congresso, a UDN continuava, como sempre, afastada dos centros decisórios. Suas lideranças parlamentares não eram consultadas pelo presidente e o partido não dispunha de margem de manobras para distribuir cargos e vantagens, típica atribuição de qualquer esquema de poder.

Compôs um ministério diversificado, com nomes da UDN, do PTB, do PTN e do PSD, entre outros. Entretanto, a amplitude do Ministério não representava uma aglutinação de forças em torno de um projeto político. Ao contrário, aprofundou as contradições governando com forças políticas antagônicas, ora privilegiando os interesses de uns, ora de outros (BENEVIDES, 1982, p.33).

Em 25 de agosto de 1961, Jânio Quadros enviou ao Congresso Nacional sua carta de renúncia ao cargo de presidente da República sob a alegação de que “forças terríveis” teriam se levantado contra ele. Crendo que a população, os militares e a direita brasileira clamariam pela sua volta, Jânio tomou a atitude da renúncia como uma possibilidade de lograr poderes excepcionais quando retornasse ao Planalto. Entretanto, nenhuma movimentação política, militar ou popular clamou seu retorno. O presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, assume o comando do país provisoriamente, tendo em vista a ausência de João Goulart, em viagem oficial à China (BENEVIDES, 1982, p.77). Com a renúncia de Quadros ao cargo de Presidente do Brasil, tem início a maior crise política experimentada pela história brasileira.

Imediatamente após a renúncia de Jânio os ministros militares manifestaram veementemente sua repulsa à possibilidade de João Goulart assumir a presidência, em razões de segurança nacional. O golpe de Estado armou-se, mas não sem resistência. Em Porto

Alegre, o governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola organizou a contenção do golpe para defender o dispositivo constitucional que garantia a João Goulart o direito de assumir a cadeira presidencial.

Brizola mobilizou grandes contingentes de populares e soldados da Brigada Militar dando início à Campanha da Legalidade. Entretanto, ainda era necessário mobilizar o restante do país em torno da posse de Jango através de amplos meios de comunicação. Desse modo, “no dia 27 de agosto, um grupo de choque da Guarda Civil invadiu os estúdios da rádio Guaíba, colocando-a à disposição da Secretaria de Segurança”. Através da rádio, Brizola conseguia manifestar as ideias do movimento para diversas regiões do país e do mundo. A Cadeia Radiofônica da Legalidade foi de fundamental importância para a resistência (FERREIRA, 2016b, p. 327).

A tensão do momento político em torno da posse de João Goulart dividia o país. Enquanto Brizola, que recebeu o apoio do governador de Goiás, Mauro Borges, conclamava o apoio popular para a resistência, o então governador da Guanabara, Carlos Lacerda, incitava os militares a consumarem o golpe em curso. As forças armadas sob o comando do Ministro da Guerra, Odílio Dinys, ameaçavam bombardear o Palácio Piratini. Porém, Campanha da Legalidade recebeu a fundamental adesão do general Machado Lopes, comandante do III Exército.

Contrariando todas as expectativas, Machado Lopes rompeu com Dinys e, entendendo-se com o governador gaúcho, concordou que a ordem legal deveria ser preservada, garantindo-se a posse de Goulart. Quando o procurador geral do estado do Rio Grande do Sul anunciou, pelos alto-falantes do Palácio, o resultado das conversações entre o governador e o comandante, uma grande emoção tomou conta da população aglomerada na Praça Matriz. Entre gritos, risos e lágrimas, todos comemoraram com entusiasmo. (FERREIRA, 2016, p. 330).

Diante da ampla resistência, tanto da população organizada pela legalidade, quanto do congresso em votar o impedimento de João Goulart, os ministros militares redigiram um manifesto tentando intimidar o Congresso Nacional para forçar o impedimento de Jango (FERREIRA, 2016, p. 334).

A saída encontrada pelo Congresso Nacional para a crise, em acordo com João Goulart, foi a alteração do sistema de governo brasileiro. Abandonou-se o presidencialismo e adotou-se o parlamentarismo. Assim, com poderes diminuídos, João Goulart tomou posse em 7 de setembro de 1961. Nas palavras de Ferreira (2016b, p. 348) “tratou-se de uma solução que resultou de uma ampla coalizão para impedir o golpe militar, isolando os grupos civis e

militares que não se conformaram com a sua posse, garantindo, assim, as instituições democráticas”

No Rio Grande do Sul, a vitória parcial da campanha da legalidade acentuou os posicionamentos de Brizola e o movimento o impulsionou na política nacional.

De um lado passa a ser mais fortemente criticado pela oposição e pelas dissidências antigas e novas (nestas últimas incluindo-se a ruptura da aliança com o PRP) e, de outro, diante do quadro nacional e sentindo-se apoiado também fora do Estado, o governador parte para a radicalização de algumas posições políticas anteriormente mais atenuadas. Fundamentalmente, exacerba sua “posição nacionalista” e defende com obstinação as reformas de base, principalmente a de maior projeção em âmbito nacional e que implicava claramente procedimentos redistributivos, no caso, a Reforma Agrária. (CÁNEPA, 2005, p. 280).

Brizola testou sua popularidade concorrendo a deputado federal pela Guanabara, tendo sido eleito em 1962.

O acirramento da luta política e a radicalização das posições de Brizola tiveram reflexos importantes na política do Rio Grande do Sul. A partir das posições tomadas pelo então governador, a oposição decide unificar-se para as eleições de 1962 buscando apresentar um candidato único contra o PTB. Desse modo, duas candidaturas contrárias aos petebistas se formaram: a do MTR, com Fernando Ferrari à frente, e a Ação Democrática Popular (ADP), formada pelo PSD, PL, UDN, PRP e PDC, que lançou o ex-governador Ildo Meneghetti do PSD. Do lado governista, Egydio Michaelsen é o nome apresentado para a disputa. (CÁNEPA, 2005, p. 302-303).

Nas eleições de sete de outubro de 1962, Ildo Meneghetti consagra-se novamente governador do estado do Rio Grande do Sul, vencendo Michaelsen e Ferrari. O pessedista obteve 37,1%, contra 35,46% do petebista e 21,45% de Fernando Ferrari. Nas eleições legislativas, tanto para a Câmara Federal quanto para a Assembleia Legislativa, o PTB manteve sua hegemonia elegendo 14 deputados para a primeira e 23 para a segunda. Entretanto, na disputa para o Senado, a ADP saiu vitoriosa elegendo Mem de Sá e Daniel Krieger, derrotando os petebistas Brochado da Rocha e José Mariano Beck. (CÁNEPA, 2005, p. 364-365).

Tabela 25: deputados federais (por partido) 1962 no Rio Grande do Sul

PARTIDO	CADEIRAS
PTB	14
PSD	7
PL	2
PRP	1
Total	24

Fonte: TRE-RS

Tabela 26: deputados estaduais (por partido) em 1962 no Rio Grande do Sul

PARTIDO	CADEIRAS
PTB	23
PSD	11
PL	6
UDN	3
PRP	3
MTR	4
PDC	4
Aliança	1
Republicana	
Socialista	
Total	55

Fonte: TRE-RS

Passo Fundo teve três candidatos ao legislativo federal: os trabalhistas do PTB Victor Loureiro Issler e Rissoly José dos Santos; e o ex-prefeito e então deputado federal Daniel Dipp, pelo Movimento Trabalhista Renovador. Issler saiu vitorioso, reelegendo-se para mais um mandato, mas não foi o mais votado no município. O candidato obteve, no total, 12.335 sufrágios, sendo apenas 442 depositados em urnas passo-fundenses. Reissoly José dos Santos¹³ conquistou, em Passo Fundo, 5.778 e 10.568 ao todo. Daniel Dipp, fez 2.558 em seu

¹³ Era irmão de César José dos Santos, principal líder trabalhista de Passo Fundo.

domicílio eleitoral, somando 4.664, mas não conseguiu se reeleger. (DAMIAN, 2010, p. 149).

À Assembleia Legislativa, concorreram pela capital do planalto sete políticos disputaram as cadeiras do parlamento estadual, tendo sido o agora petebista José Lamaison Porto reeleito com 27.102, sendo 2.508 em Passo Fundo. Dentre os outros seis nomes que concorreram a deputados estaduais estão o ex-prefeito Wolmar Salton, do PTB, Anildo José Sarturi, do PDC, Pery de Quadros Marzullo, do PL, Fúlvio Celso Petracco, do PSB, Antônio Knoll, do PSD, e Múcio de Castro, do MTR (DAMIAN, 2010, p. 161).

1.11. A eleição municipal de 1963

Em meio à crise generalizada do cenário político nacional, gerada pela ascensão de João Goulart ao cargo máximo da República, ocorreram as eleições municipais em 10 de novembro de 1963. A vitória da oposição ao trabalhismo na disputa ao governo do estado pode ter animado a oposição local para derrotar os partidários do getulismo (BENVENGNÚ, 2006, p. 179). A ordem da vez era derrotar o PTB, que comandava a cidade desde a primeira eleição para a prefeitura. Tal objetivo uniu a oposição em uma frente composta por sete partidos: MTR, PSP, PSD, UDN, PL, PRP e PDC. Fora o MTR e o PSP, os demais compunham a Ação Democrática Passo-fundense.

As negociações entre os partidos oposicionistas visavam a formação de um “bloco granítico para a jornada eleitoral”. Bem como, com a aproximação dos anseios das agremiações, as negociações aconteceram “completamente afastadas de ambições de ordem pessoal e acima de interesse de facções, mantendo em primeiro plano os superiores interesses da comuna, sob os prognósticos de uma nova era administrativa para Passo Fundo” (*O Nacional*, 12 fev. 1963, p. 01). Tão logo o acordo oposicionista foi firmado, o industrial Mário Menegaz, do MTR, foi o indicado para concorrer à prefeitura.

Em Passo Fundo, reduto do PTB de João Goulart crescia organizadamente o Movimento Trabalhista Renovador, criado pelo Senador Fernando Ferrari, dissidente do PTB, em 1959. O candidato da aliança que trazia o MTR como partido principal, composto também por UDN, PSD, PDC e PL, era Mário Menegaz. Menegaz fora vice-prefeito de Passo Fundo, na gestão de Daniel Dipp. Tornou-se prefeito quando Dipp renunciou para assumir cadeira de deputado federal e foi candidato a prefeito derrotado em 1959. Seu companheiro de chapa era o comerciante Adolfo João Floriani. (DAMIAN, 2010, p. 53).

Formada a chapa da oposição, com Menegaz e Floriani, o presidente do PSD local, o advogado Antônio Knoll, dirigiu-se a Porto Alegre para buscar as bênçãos dos líderes estaduais do PSD. Regressou da capital do estado com grande entusiasmo pela aprovação da aliança entre os partidos oposicionistas por parte do governador eleito em 1962, Ildo Meneghetti, e do deputado Tarso Dutra, presidente regional da sigla. Ressaltando que a linha adotada em Passo Fundo condizia com o que se vinha praticando no plano estadual, Knoll afirmou que “A coligação ADP-MTR surge em Passo Fundo dentro da mesma linha dos entendimentos que recomendou a composição de uma aliança para formar a Mesa Diretora dos trabalhos da Assembléia Legislativa do Estado” (*O Nacional*, 1 mar. 1963, p. 04). A composição dos partidos foi então denominada de Coligação Popular Passofundense ou CPP.

Pela força situacionista, o então vice-prefeito do município, eleito em 1959 ao lado de Benoni Rosado, Sinval Bernardon foi o escolhido para a disputa do poder municipal. O PTB durante o período democrático, em Passo Fundo, vinha adotando a mesma estratégia na escolha dos seus candidatos a prefeito. O vice-prefeito eleito em uma eleição era, via de regra, o candidato para a eleição seguinte, como o ocorrido em 1951, 1959 e novamente em 1963. A única vez em que houve exceção foi na definição pela candidatura de Wolmar Salton nas eleições de 1955, que segundo Benvegnú: “infere-se que essa *quebra* comportamental do PTB local, prendeu-se ao fato de que Salton havia sido o vereador trabalhista mais votado nas eleições de 1951, mais respaldado politicamente para o sucesso eleitoral do PTB local” (2006, p. 181).

A crise geral do trabalhismo petebista teve seus reflexos em Passo Fundo. Embora tenha sido a força hegemônica que comandou a cidade por quase vinte anos, em sucessivas vitórias ao Executivo e ao legislativo municipal, o PTB não demonstrou a mesma força na disputa de 1963. Desde 1959, com a cisão trabalhista, embora tenha saído vitorioso nas eleições daquele ano, os petebistas perderam valorosos líderes, entre eles o jornalista Múcio de Castro, proprietário do periódico *O Nacional*, jornal importantíssimo na construção das candidaturas trabalhistas. Dessa forma, o importante instrumento que os petebistas tinham voltou-se contra o Partido de Brizola, tendo Múcio de Castro, inclusive, ingressado nas fileiras do MTR.

Ao final da eleição, saíram vitoriosos os candidatos da oposição. Mário Menegaz conquistou o voto de 12.267 passo-fundenses, derrotando Sinval Bernardon pela diferença de 2.281 sufrágios, dando fim à hegemonia do PTB no comando da Prefeitura. O candidato petebista à vice-prefeitura, João Andrade, obteve 10.349 votos, 939 a menos que seu

adversário, o libertador Adolpho João Floriani, eleito com 11.288 sufrágios (DAMIAN, 2010, p. 54). Após ter sido vice-prefeito de Daniel Dipp em 1951, e derrotado em 1959 por Benoni Rosado em 1959, o industrial Mário Menegaz estava novamente na Prefeitura Municipal. O vice-prefeito eleito, Floriani, era natural de Passo Fundo e tinha 50 anos de idade na data da eleição. Mantinha suas atividades profissionais ligadas ao comércio local.

1.11.1. Perfil da legislatura 1963-1969

Na disputa pelas cadeiras da Câmara de Vereadores o Partido Trabalhista Brasileiro conquistou o maior espaço. O petebista Delmo Alves Xavier foi o vereador mais votado, e seu partido ainda elegeu outras seis lideranças para o legislativo. As outras oito vagas ficaram distribuídas entre os partidos da Coligação Popular Passofundense, garantindo ao prefeito Mário Menegaz a maioria na Câmara. O MTR conseguiu três assentos, mesmo número alcançado pelos pessedistas. As outras duas vagas no legislativo municipal ficaram com o PDC e o PL. O PRP, a UDN e o PSP não tiveram nenhuma liderança que alcançasse um posto na elite legislativa municipal.

Sete políticos reelegeram-se para a Câmara Municipal no pleito de 1963, o que representa uma renovação de 53,3%. Nesta sessão, analisa-se o perfil de vinte e sete políticos de Passo Fundo que disputaram as eleições legislativas municipais de 1963. Além das características dos quinze vereadores eleitos naquele pleito, outras doze lideranças assumiram o cargo de forma transitória ou definitiva.

Tabela 27: vereadores eleitos em 1963

Nome	Partido	Idade no dia da eleição	Profissão	Formação Superior	Local de Nascimento
Anildo José Sarturi	PSP	42	Profissional liberal	Medicina	Tapera/RS
Antônio Augusto Meirelles Duarte	PTB	29	Profissional liberal	Direito	Passo Fundo/RS
Delmo Alves Xavier	PTB	36	Funcionário Público/Empresário	S/i	Passo Fundo/RS
Ernesto Félix Scortegagna	PTB	37	Profissional liberal	S/i	Passo Fundo
Fidêncio Garibaldi Franciosi	PSD	41	Proprietário rural/Empresário	S/i	Não-me-toque/RS
Gilberto Tubino da Silva	PTB	24	Profissional liberal	Medicina	Qaurai/RS
Hilário Anacleto Rebechi	MTR	30	Empresário	S/i	Guaporé/RS
Ivo Biazus	PSD	42	Funcionário Público/Empresário	S/i	São Francisco de Paula/RS
Laury Jesus Froes	PTB	29	Profissional liberal	Direito	Porto Alegre/RS
Otacílio Moura Escobar	PSD	53	Funcionário público	Diversas	São Borja/RS
Odilon Soares de Lima	PTB	39	Funcionário Público	S/i	Vacaria/RS
Rodolpho Rodrigues de Lara	MTR	47	Empresário	S/i	Passo Fundo/RS
Romeu Martinelli	PTN	32	Funcionário público	Direito	Passo Fundo/RS
Victor Hugo Lacerda	PL	26	Profissional liberal	Economia	Lagoa Vermelha/RS
Wilson Correa Garay	PTB	33	Funcionário Público	Direito	Passo Fundo/RS

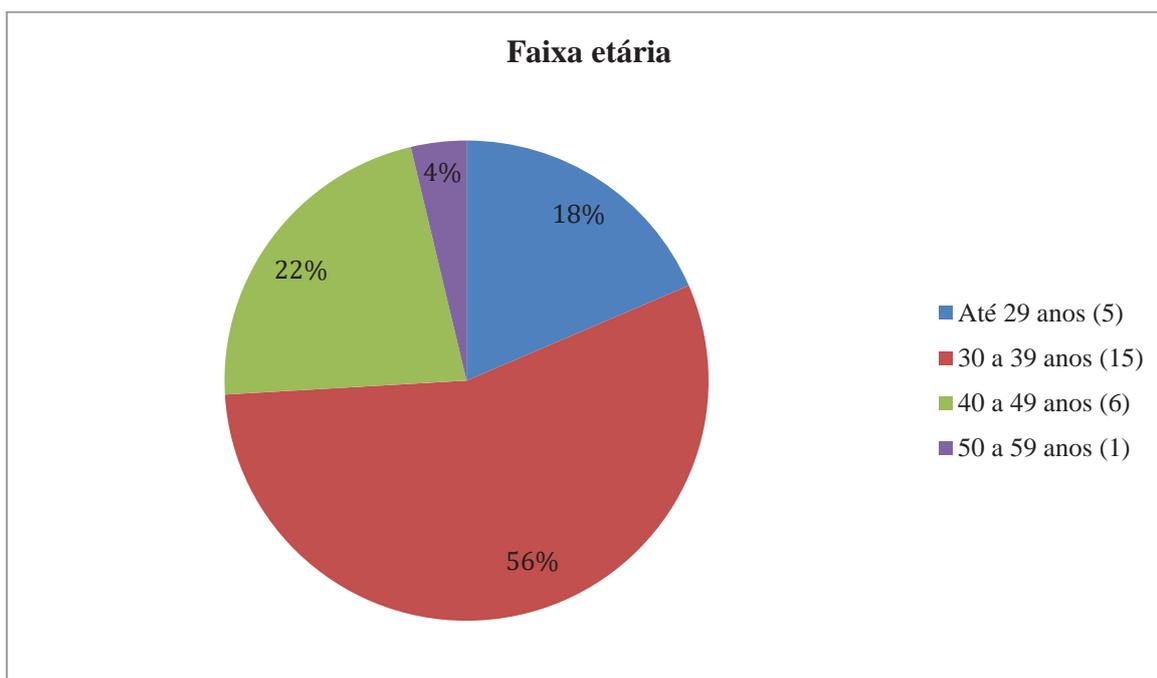
Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir dos dados disponíveis em *Galeria de ex-vereadores de 1947 a 1988*.

Tabela 28: suplentes que assumiram em algum momento na 5ª legislatura

Nome	Partido	Idade no dia da eleição	Profissão	Formação Superior	Local de Nascimento
Arthur Culmann Canfield	MTR	48	Funcionário Público/Empresário	S/I	Passo Fundo/RS
Alberto Machado	PDC	42	Funcionário público	S/i	Dom Pedrito/RS
Gilberto Morsch	PTB	32	Profissional liberal	Arquitetura	Passo Fundo/RS
Jones Santelano	PSD	35	Funcionário público	Direito	Dom Pedrito/RS
Leonildo Sacomori	PSD	37	Taxista	S/i	Erechim/RS
Nelson Bertolin Tozon	PTB	36	Funcionário Público/Empresário	S/i	Tapejara/RS
Oswaldo de Souza Lima	PTB	34	Funcionário Público	S/i	Passo Fundo/RS
Paulo Roberto Pires	MTR	23	Funcionário público	Direito	Passo Fundo/RS
Pedro Monteiro da Costa	PTB	36	Profissional liberal	Direito	Passo Fundo
Pedro Trindade	PTB	31	Empresário	S/i	Erechim/RS
Pedro Walter Mader	PTB	31	Professor	S/i	Passo Fundo/RS
Rosalino José Galli	PDC	36	Bancário	Ciências Políticas e Econômicas	Passo Fundo/RS

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir dos dados disponíveis em *Galeria de ex-vereadores de 1947 a 1988*.

A média das idades dos membros da elite política do município de Passo Fundo, que disputaram as eleições de 1963 baixou em relação à anterior. Saiu de 36,1 para 35,59 anos de idade. Novamente não há a presença de sujeitos na faixa com mais de 60 anos, o que contribui para uma baixa média. Eram cinco, ou 18%, os políticos com até 29 anos. Predominavam os indivíduos com idades entre 30 e 39 anos, sendo que 15, ou 56% do total, estavam nesta faixa. Seis (22%) tinham entre 40 e 49 anos e apenas um (4%) pertencia a faixa entre 50 e 59 anos de idade.

Gráfico 9: faixa etária da 5ª legislatura

Fonte: Gráfico elaborado pelo autor a partir dos dados disponíveis em *Galeria de ex-vereadores de 1947 a 1988*.

O único sujeito do Partido Trabalhista Nacional encontra-se situado na faixa entre 30 e 39 anos de idade. Os também trabalhistas do MTR possuem um indivíduo na faixa dos que possuem até 29 anos, um entre 30 e 39 e outros dois no intervalo entre 40-49 anos. Ao Partido Trabalhista Brasileiro, pertenciam três dos mais jovens políticos que aparecem na amostragem, na faixa de até 29 anos de idade. Completam a lista dos partidários do getulismo outros 10 sujeitos e todos eles estão na faixa entre 30 e 39 anos.

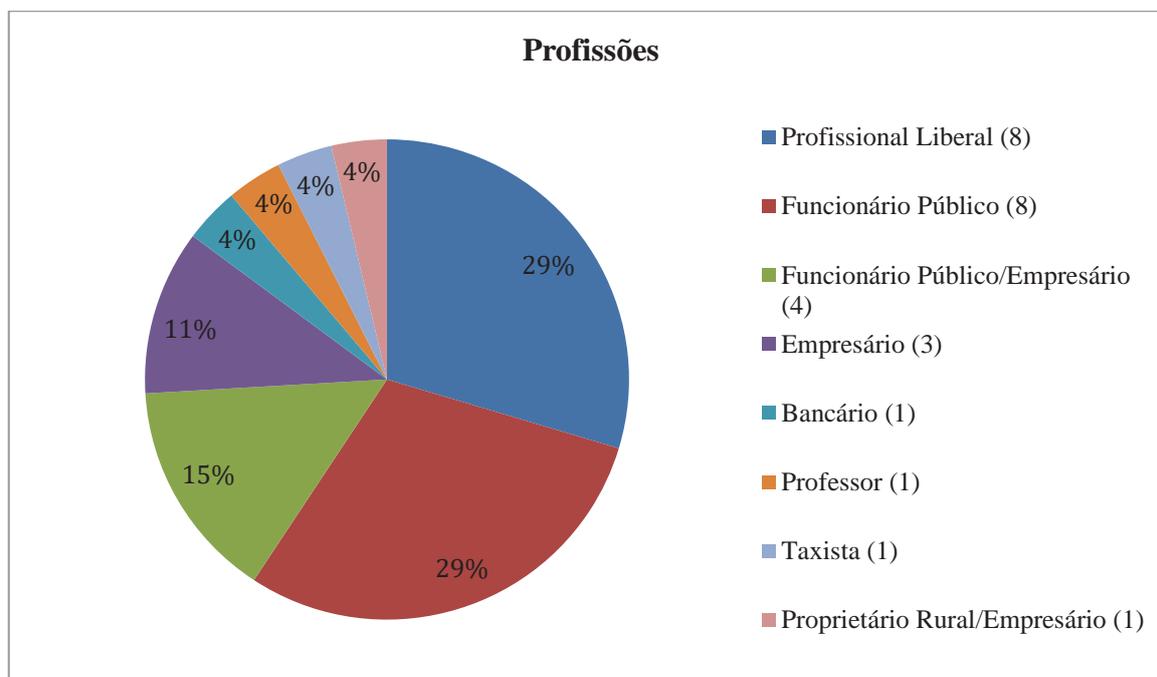
Ao Partido Democrático Cristão, temos três indivíduos na amostragem, sendo que um aparece na faixa 30-39 e dois na com idade entre 40 e 49 anos. Ao Partido Libertador pertencia um sujeito que tinha até 29 anos. Completam o quadro das idades das lideranças políticas do município os pessedistas, que aparecem com dois representantes na faixa entre 30 e 39, outros dois na faixa entre 40 e 49, e apenas um com idade entre 50 e 59 anos, este o sujeito mais velho a estar presente na amostra.

Tabela 29: faixa etária (por partido) em 1963

Partido/Faixa	Até 29 anos	30-39 anos	40-49 anos	50-59 anos	mais de 60
PTB	3	10	-	-	-
MTR	1	1	2	-	-
PDC	-	1	2	-	-
PL	1	-	-	-	-
PSD	-	2	2	1	-
PTN	-	1	-	-	-

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir dos dados disponíveis em *Galeria de ex-vereadores de 1947 a 1988*.

Se repete nas eleições de 1963 a predominância dos profissionais liberais e funcionários públicos. São oito, 29% do total, para cada segmento. Ambos destoam das demais ocupações profissionais que aparecem dentre a elite política municipal. São seguidos pelos que dividem suas ocupações entre o funcionalismo público e atividades empresariais, que somam quatro (15%). Que exercem apenas profissão de empresário são três (11%). Os demais estão divididos da seguinte forma: um bancário (4%), um professor (4%), um taxista (4%) e um indivíduo com as ocupações de proprietário rural e empresário (4%).

Gráfico 10: profissões da 5ª legislatura

Fonte: Gráfico elaborado pelo autor a partir dos dados disponíveis em *Galeria de ex-vereadores de 1947 a 1988*.

São petebistas seis profissionais liberais e três funcionários públicos. Dois petebistas dividem-se entre o funcionalismo público e atividades empresariais, um era professor e outro era empresário. Ao MTR, dissidência do PTB, pertenciam um funcionário público, um funcionário público e empresário, e dois empresários. À outra força trabalhista, o PTN, pertencia apenas um representante, que era funcionário público.

Eram pessedistas dois funcionários públicos, um taxista, e um que dividia suas atividades entre o funcionalismo público e atividades empresariais. Entre os democratas cristãos, estavam um funcionário público e um bancário, além de um profissional liberal. O Partido Libertador figura com apenas um profissional liberal.

Tabela 30: profissões (por partido) em 1963

	Profissional Liberal	Funcionário Público	Funcionário Público/Empresário	Empresário	Bancário	Professor	Taxista	Proprietário Rural/Empresário
PTB	6	3	2	1	-	1	-	-
MTR	-	1	1	2	-	-	-	-
PDC	1	1	-	-	1	-	-	-
PL	1	-	-	-	-	-	-	-
PSD	-	2	1	-	-	-	1	1
PTN	-	1	-	-	-	-	-	-

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir dos dados disponíveis em *Galeria de ex-vereadores de 1947 a 1988*.

Foi possível identificar a formação em ensino superior de treze dos principais atores da política municipal que disputaram as eleições legislativas. São sete os formados em Ciências Sociais e Jurídicas, apesar de nem todos exercerem a profissão de advogado. Ainda, dois eram formados em medicina. O restante divide-se entre os que estudaram Arquitetura, Ciências Econômicas, Ciências Políticas e Econômicas. Além de um dos indivíduos ser formado em diversas áreas.

Na última legislatura eleita ainda no período democrático se repete a lógica das anteriores: não foram identificados políticos afro-brasileiros ou indígenas entre as principais lideranças do município. Da mesma forma que, novamente, não há mulheres relacionadas,

nem mesmo na nominata apresentada pelos partidos políticos para a disputa das eleições legislativas. Também, nesta legislatura os nascidos em Passo Fundo predominam, sendo treze entre as vinte e sete lideranças políticas aqui estudadas.

1.12. Conclusão do capítulo

Ao longo deste capítulo foi possível perceber que, durante o período democrático do pós-ditadura varguista, algumas características da elite política municipal se alteram profundamente, enquanto outras se perpetuam ao longo dos quase vinte anos de sistema pluripartidário.

A idade é uma característica que sofre visíveis alterações. Nas legislaturas de 1947-1951 e 1951-1955, as médias das idades dos políticos que disputaram as eleições legislativas e foram eleitos, ou que ficaram na suplência tendo assumido em algum momento a vaga, ficou entre 41 e 42 anos de idade, com a predominância de indivíduos nas faixas entre 30-39 e 40-49 anos. Nessas duas legislaturas é que aparecem os políticos mais velhos. Somente nas eleições de 1947 e 1951 há sujeitos com mais de 60 anos de idade que integram a amostra analisada. Nas legislaturas seguintes temos uma drástica redução. A média das idades dos líderes políticos estudados caiu de 42,38 em 1951 para 36,48 em 1955 e, mesmo que muito pouco, continua caindo nas legislaturas seguintes, alcançando 35,59 em 1963.

Tabela 31: média de idade por legislatura

Legislatura	1947	1951	1955	1959	1963
Média	41,39	42,38	36,48	36,1	35,59

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir dos dados disponíveis em *Galeria de ex-vereadores de 1947 a 1988*.

É possível, então, associar a redução da média das idades com a perda da força política do Partido Social Democrático ao longo das disputas eleitorais entre 1947 e 1963. O PSD domina as eleições legislativas de 1947 em que aparecem 16 membros do partido na amostra e apresenta bons resultados em 1951 contando com nove líderes. Nestes anos, os pessedistas não apresentam sequer um político com até 29 anos e, considerando essas duas legislaturas, três dos quatro sujeitos com mais de 60 anos eram do PSD. O único não pessedista era Ernesto Morsch, do PL, eleito em 1951 aos 72 anos. Nas eleições de 1955, ainda se mantendo como a segunda força do município, o PSD continua como o partido de

lideranças mais velhas, porém a redução da média nesta legislatura se dá pela presença de jovens políticos que começam a figurar no cenário municipal.

Se pode explicar o fato de serem das fileiras do PSD os políticos mais velhos que figuram na política municipal de Passo Fundo quando se olha para as características do surgimento do partido. Com o fim do regime do Estado Novo, conforme visto anteriormente, a burocracia estatal que sustentava o governo varguista foi levada por Getúlio ao partido. Os interventores estaduais e as lideranças políticas locais que comandavam as cidades passaram a integrar as bases do partido. Ou seja, os sujeitos que há anos estavam à frente do cenário político municipal passaram a pertencer ao Partido Social Democrático e disputar o poder local com as demais agremiações que surgiram no período, sendo que estas apresentavam maior capacidade de aglutinar as novas lideranças políticas.

Ao mesmo tempo em que há a redução da média das idades, é possível observar uma significativa alteração no que se refere à naturalidade dos membros da elite política de Passo Fundo. A partir das eleições de 1955 passam a ocupar espaços no cenário municipal jovens lideranças que nasceram na cidade. A maior participação de jovens na política municipal se dá também pela organização das “Mocidades” dos partidos políticos. Os estudantes passam a se interessar pelas disputas locais, inclusive promovendo debates entre os candidatos ao Executivo municipal.

Com relação às ocupações profissionais, o protagonismo é dos empresários e dos profissionais liberais nas duas primeiras legislaturas. Nas demais, os empresários perdem espaço deixando caminho aberto para que os funcionários públicos ocupassem seu lugar. As demais profissões aparecem de forma muito residual, não havendo solidez principalmente na representação dos trabalhadores assalariados. Como exemplo, se verificarmos a categoria dos ferroviários, é possível perceber que embora fosse uma categoria organizada e participativa politicamente, são poucas as lideranças que ascendem ao legislativo municipal.

Tabela 32: profissões por legislatura

	1947	1951	1955	1959	1963	Total
Profissionais Liberais	8	9	11	9	8	45
Funcionários Públicos	3	4	8	8	8	31
Empresários	10	11	6	3	3	33
Ferrovários	2	1	3	1	-	7
Professores	1	-	1	1	1	4
Proprietários Rurais	3	2	2	-	-	7
Proprietários Rurais e Empresários	1	-	-	2	1	4
Bancários	-	-	1	2	1	4
Funcionários Públicos e Empresários	-	-	1	2	4	7
Motorista e Agricultor	-	-	-	1	-	1
Oleiro	-	-	-	1	-	1
Taxista	-	-	-	-	1	1
Sem Informação	1	-	-	-	-	1

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir dos dados disponíveis em *Galeria de ex-vereadores de 1947 a 1988*.

A única ocupação que aparece sem grandes variações ao longo das legislaturas é a de profissional liberal. Médicos, advogados, dentistas, contabilistas, arquitetos, etc. conseguem manter-se sistematicamente no seio da elite política municipal e figuram nas nominatas das diversas agremiações partidárias. Entretanto, os empresários tinham preferência pelo Partido Social Democrático e pelo Partido Libertador, em que se concentravam para as disputas eleitorais. No mesmo sentido, os funcionários públicos, em geral, pertenciam ao partido de Getúlio Vargas.

No que se refere à formação de ensino superior dos sujeitos que comandavam a política municipal, temos que os formados em Ciências Jurídicas são absolutos no comando da política local. Não somente exercendo as atividades da advocacia, mas também sendo partícipes da burocracia estatal, desempenhando funções nos poderes Executivo e judiciário, e nas forças armadas e policiais. Outros profissionais que aparecem de forma constante, embora em número muito menor que os oriundos de escolas de Ciências Jurídicas, são os médicos. Oscilando entre um e dois representantes, figuram em todas as legislaturas do período.

Tabela 33: formação superior por legislatura

	1947	1951	1955	1959	1963	Total
Ciências Jurídicas e Sociais	3	6	9	9	7	34
Medicina	2	1	1	1	2	7
Ciências Econômicas	1	-	1	-	1	3
Farmácia	-	1	-	-	-	1
Odontologia	-	2	-	-	-	2
Ciências Contábeis	1	-	2	1	-	4
Ciências Políticas e Econômicas	-	-	-	1	1	2
Filosofia	-	-	-	1	-	1
Arquitetura	-	-	-	-	1	1
Engenharia Química	-	-	1	-	-	1
Diversos	-	-	-	-	1	1
Sem Informação	20	16	19	16	14	85

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir dos dados disponíveis em *Galeria de ex-vereadores de 1947 a 1988*.

Quanto à participação das mulheres na política municipal, percebemos que é quase nula. Apenas a professora Olga Poletto alcançou a suplência nas eleições de 1955, pelo Partido Libertador, e assumiu a cadeira na Câmara de Vereadores em algum momento da legislatura. Assim, fica clara a sub-representação feminina no âmbito da política local. O mesmo ocorre com a população afro-brasileira e indígena da cidade. Somente um político afro-brasileiro, dentro do que foi possível identificar, figura entre os principais atores da política municipal: Genuíno Batista da Silva, oleiro, aos vinte e quatro anos foi suplente pelo Partido Social Progressista nas eleições de 1959. Não foi identificado nenhum político de descendência indígena.

Com relação aos políticos que saíram vitoriosos das eleições ao Executivo municipal, prefeitos e vice-prefeitos, durante o período democrático, temos as principais características desses sujeitos representadas na tabela a seguir:

Tabela 34: perfil dos prefeitos e vice-prefeitos

	Nome	Idade	Profissão	Naturalidade	Formação Superior
1947	Armando Annes	66	Empresário	Passo Fundo/RS	S/i
	Daniel Dipp	32	Profissional Liberal	Passo Fundo/RS	Direito
1951	Daniel Dipp	36	Profissional Liberal	Passo Fundo/RS	Direito
	Mário Menegaz	36	Empresário	São Francisco de Paula/RS	S/i
1955	Wolmar Salton	43	Empresário	Bento Gonçalves/RS	S/i
	Benoni Rosado	31	Profissional Liberal	Soledade/RS	S/i
1959	Benoni Rosado	35	Profissional Liberal	Soledade/RS	S/i
	Sinval Bernardon	34	Empresário	Guaporé/RS	S/i
1963	Mário Menegaz	48	Empresário	São Francisco de Paula/RS	S/i
	Adolpho João Floriani	50	Empresário	Passo Fundo/RS	S/i

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir dos dados disponíveis nos jornais *O Nacional* e *Diário da Manhã*.

É necessário evidenciar que o PTB local domina as eleições municipais com a aliança entre empresários e profissionais liberais. As duas ocupações alternam-se no poder, inclusive quando a lógica dos trabalhistas para a indicação do candidato a prefeito, apontada anteriormente, é quebrada quando o PTB indica Wolmar Salton para o Executivo.

No que se refere às idades, o político mais velho presente na amostragem é o udenista Armando Annes, com 66 anos na data da eleição. Porém, em geral, os prefeitos e vice-prefeitos eleitos entre 1945 e 1963 estão na casa dos 30-39 anos. Dos 10 políticos relacionados, quatro fogem dessa característica, sendo Annes, Salton, Menegaz em sua segunda eleição, e Adolpho Floriani. A média alcança 41,1 anos de idade.

Em suma, se pode afirmar que o seletto grupo que comanda o cenário político da cidade de Passo Fundo durante os quase vinte anos de experiência democrática vivida após o

fim da ditadura do Estado Novo é composto majoritariamente por homens, brancos, profissionais liberais, empresários e funcionários públicos. Esses são os atributos que a população passo-fundense buscava observar na hora de escolher seus representantes.

CAPÍTULO 2

**A ELITE POLÍTICA MUNICIPAL NA DITADURA MILITAR E NA TRANSIÇÃO
(1964-1988)**

No presente capítulo se analisa as principais características de prefeitos, vice-prefeitos, vereadores e suplentes durante a ditadura militar e a transição para a democracia, período compreendido entre os anos de 1964 e 1988. De início, busca-se refletir sobre o golpe civil-militar de 1º de abril de 1964, considerando a importância do papel desempenhado pela política sul-rio-grandense tanto no apoio, quanto na resistência ao golpe. Da mesma forma, estuda-se a denominada Operação Farroupilha, que transferiu a sede do governo do estado do Rio Grande do Sul para Passo Fundo, posicionando o município no centro da política estadual.

Busca-se também compreender o estabelecimento do bipartidarismo a partir do Ato Institucional nº 2, a formação da ARENA e do MDB e a organização das lideranças nacionais, estaduais e locais nas novas agremiações. Além disso, o capítulo divide-se em seções em que se examina as eleições legislativas no Rio Grande do Sul, observando a dinâmica da disputa pelo poder político estadual, observando que o estado estava enquadrado como de segurança nacional tendo eleições indiretas para o Executivo. Ao mesmo tempo, se estuda as eleições municipais de Passo Fundo e o perfil da elite política local em cada legislatura.

Por fim, são relacionados os resultados da presente pesquisa no que se refere ao perfil da elite política municipal durante a ditadura militar e transição democrática de modo geral. Assim, é feita a análise das características que predominam nos atores da política municipal no período.

2.1 O golpe civil-militar e a Operação Farroupilha

O governo de João Goulart já havia iniciado em profunda crise política e econômica, conforme visto anteriormente. De início, os poderes do presidente da República foram diminuídos pela implementação do parlamentarismo no país. Ferreira e Gomes (2014, p. 103) apontam que

a adoção do parlamentarismo foi uma solução de circunstância política, embora houvesse parlamentaristas entre os políticos brasileiros e existisse, de fato, uma

emenda com essa proposta no Congresso. Considerando-se o momento de sua adoção, pode-se dizer que o novo regime angariava muito mais descontentes do que defensores. Todos os presidencialistas ao pleito de 1965, como Juscelino Kubitschek, do PSD, e Carlos Lacerda e Magalhães Pinto, da UDN, desejavam o seu fim. Mas o maior opositor do parlamentarismo, por razões óbvias, sempre foi João Goulart

A constituição do primeiro gabinete, com Tancredo Neves, do PSD, como Primeiro Ministro, buscou dar uma aparência mais moderada ao novo governo que assumiria já enfrentando uma profunda crise econômica, herdada dos fins do governo de Juscelino Kubitschek e do breve mandato de Jânio Quadros. Com vistas a solucionar o problema econômico, João Goulart viajou aos Estados Unidos, em abril de 1962, buscando investimentos estrangeiros para sanar as contas públicas. Entretanto, retornou ao Brasil sem resultados expressivos.

Aproximando-se das eleições para os governos estaduais e para o legislativo federal, em 1962, Tancredo Neves renuncia ao cargo de primeiro-ministro. João Goulart indicou o então Ministro das Relações Exteriores, San Tiago Dantas, nome que foi recusado pelo Congresso Nacional. Jango indicou, então, o presidente do Senado, Auro de Moura Andrade. Com forte repulsa do movimento sindical, Andrade renunciou ao cargo. Assim, Brochado da Rocha foi designado ao posto, e acabou renunciando em 14 de setembro de 1962. Hermes Lima sucedeu a Brochado e assumiu o cargo de primeiro-ministro. Sob grande pressão dos movimentos sociais e das esquerdas, o Congresso Nacional aprovou a antecipação do plebiscito que decidiria sobre a forma de governo (parlamentarismo ou presidencialismo) para 6 de janeiro de 1963, que foi aprovado com ampla maioria (FERREIRA, 2016, p. 359).

O resultado do plebiscito foi extremamente positivo para João Goulart. “Objetivamente, reforçou os poderes de Goulart, que assim via restaurada a legitimidade popular de seu mandato, contribuiu para exacerbar a luta oposicionista e envolver os altos chefes militares na conspiração para a derrubada do governo” (BENEVIDES, 1981, p. 122). De acordo com Carlos Fico (2014, p. 31), a conspiração para a derrubada de João Goulart começou em 1963, quando diversas “ilhas de conspiração” militares se espalharam pelo Brasil, ainda que sem maior coordenação e isoladas.

Segundo Ricardo Antunes (2003, p. 55), a CGT foi, durante o governo de João Goulart, a expressão mais significativa do movimento sindical brasileiro. As linhas mestras da plataforma do CGT eram o nacionalismo, a modernização distributiva e as reformas sociais, traduzidas nas seguintes bandeiras: controle das remessas de lucros para o exterior; restrição aos investimentos estrangeiros; direito de voto aos analfabetos, cabos e soldados; ampliação da organização dos trabalhadores rurais; reforma agrária, urbana, bancária,

universitária e da Previdência Social; fortalecimento da presença do Estado na economia e nas empresas nacionais.

Camponeses fortemente organizados – Ligas Camponesas – pressionavam Goulart em prol da Reforma Agrária. O governo João Goulart tentava articular-se para promover, então, as denominadas “reformas de base”, que assustavam as elites burguesas e militares que acreditavam que Jango instalaria no Brasil uma república sindicalista e comunista. Entretanto, conforme explica Bóris Fausto (2018, p. 246):

As reformas de base não se destinavam a implantar uma sociedade socialista. Eram uma tentativa de modernizar o capitalismo e reduzir as profundas desigualdades sociais do país a partir da ação do Estado. Isso, porém, implicava uma grande mudança, a qual as classes dominantes opuseram forte resistência. O governo e os grupos intelectuais de classe média que se mobilizavam pelas reformas de base supunham poder contar com o apoio da burguesia nacional no combate ao imperialismo e pela reforma agrária. Nessa óptica, os investidores estrangeiros seriam competidores desleais do capitalismo nacional; por sua vez, a reforma agrária incentivaria a integração da população do campo à economia de mercado, gerando assim uma nova demanda para os produtos industriais. Na realidade, os membros da burguesia nacional preferiram seguir outro caminho, separando-se cada vez mais do governo, diante do clima de mobilização social e da incerteza para os investimentos. (2018, p. 246).

No final de 1962/início de 1963, foi criada a Frente de Mobilização Popular (FMP) que era uma frente suprapartidária que aglutinou os heterogêneos grupos nacionalistas e reformistas: os trabalhistas da ala reformista radical e do Grupo Compacto, o PCB, as Ligas Camponesas, a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), a União Nacional dos Estudantes (UNE) e organizações de subalternos das Forças Armadas (como sargentos da Aeronáutica e do Exército e marinheiros e fuzileiros da Marinha). Em suma, a FMP era uma grande coalizão das esquerdas que lutavam pelas reformas de base. Sua principal liderança era Leonel Brizola, que ganhava cada vez mais notoriedade nacional como a grande liderança nacionalista e das esquerdas, defendendo um nacional-reformismo radical e com discursos cada vez mais agressivos (Cf. FERREIRA, 2004).

Porém, a radicalização das posições políticas não eram exclusividade da esquerda brasileira. Os fracos resultados obtidos pelos diversos setores da direita nas eleições gerais de 1962 impulsionaram as reações dos grupos conservadores. Ferreira e Gomes (2014, p. 139) afirmam que havia, então, uma “dinâmica relacional de mútua influência, que alimentou escolhas radicais de parte a parte”. Também destacam a o papel exercido pela Escola Superior de Guerra (ESG) que teorizou e elaborou estratégias de contenção do comunismo no

Brasil, com ênfase na Doutrina de Segurança Nacional. Para os membros da ESG, a atuação dos movimentos sociais e das organizações de esquerda “provavam que a Guerra Revolucionária já estava em curso”.

Tendo em vista o acirramento da luta política no cenário nacional, Jango partiu para uma tentativa de reaproximar-se da massa trabalhadora. Em meio a sucessivas greves em todo o Brasil, assinou o decreto que garantia à Petrobras o monopólio da extração de petróleo e derivados e, em seguida, regulamentou a Lei de Remessa de Lucros para o Exterior. Pouco depois, editou o decreto que desapropriava vinte quilômetros de cada lado das estradas federais, açudes, ferrovias e rios navegáveis para a reforma agrária. Carlos Fico (2014, p. 48) ressalta que o comício da Central do Brasil, ocorrido em 13 de março de 1964, acirrou os ânimos dos conspiradores, que não procuraram distinguir as ponderações de Jango dos ataques de Brizola, vendo apenas a presença das massas clamando por reformas, agitando bandeiras comunistas com a foice e o martelo (que nem eram tão numerosas assim), encontrando, assim, o pretexto que buscavam para a deposição de Goulart.

A situação ficou, então, insustentável. As conspirações civis e militares ganharam força após a “Marcha da Família com Deus Pela Liberdade”. A partir daí os militares tinham apoio significativo da sociedade para prosseguir com os planos de derrubar o presidente. Conforme Fausto (2018, p. 255)

Na noite de 1º de abril, quando Goulart rumara de Brasília para Porto Alegre, o presidente do Senado declarou vago o cargo de presidente da República. Assumiu o cargo, na linha constitucional, o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli. Mas o poder já não estava mais nas mãos dos civis, e sim dos comandantes militares.

Leonel Brizola sem demoras começou a organizar a resistência ao lado do comandante do III exército, Ladário Teles. Entretanto, ao analisar a situação, João Goulart decidiu abrir mão da luta contra o golpe. Com a força dos golpistas, que tinham apoio americano por mar, a tentativa de barrar o golpe apenas serviria para instaurar a guerra civil no país. Assim, teve início o período mais obscuro da história brasileira e, segundo Fico (2014, p. 59), “logo após o golpe, inúmeras ações arbitrárias ocorreram, como prisões sem mandato, interrogatórios violentos e tortura. O golpe – como costuma acontecer nesses casos – liberaria uma onda de arbítrio”.

O Rio Grande do Sul, estado que protagonizou a resistência da legalidade em 1961, em 1964 sucumbia ao golpe. As forças conservadoras do estado mobilizaram-se em favor da ruptura institucional. Conforme Lameira (2012, p. 893):

O Estado que liderou, praticamente unificado, a resistência em 1961, em 1964 estava completamente dividido. Mérito dos articuladores golpistas que obtiveram, portanto, uma vitória parcial. A grande diferença entre 1961 e 1964: em 1961, o Governo do Estado, liderado por Brizola e o PTB, resistiu ao lado de João Goulart, com toda sua estrutura e legitimidade política; enquanto em 1964, o Governo, liderado por Meneghetti e a ADP, trabalhou pela construção do Golpe de Estado contra o Presidente, com toda sua máquina estatal e a mesma legitimidade política institucional que outrora sustentou a resistência.

Tendo em vista que as movimentações de resistência ao golpe se dariam a partir do Rio Grande do Sul, Meneghetti tomou medidas para que a resistência não conseguisse repetir o ocorrido em 1961. Por decreto, tentou tomar as empresas de comunicação sediadas em Porto Alegre, mas sem êxito, visto que estas já estavam ocupadas por tropas do III Exército sob o comando de Ladário Telles. Com a movimentação das forças de resistência em Porto Alegre, o governador do estado decide por transferir a sede do governo para o 3º Batalhão de Caçadores da Brigada Militar, em Passo Fundo, na chamada Operação Farroupilha (LAMEIRA, 2012, p. 902).

Zardo (2010, p. 45) aponta as possíveis razões imediatas para a deflagração da Operação Farroupilha. A primeira está na expedição de dois ofícios pelo então comandante do III Exército, Ladário Telles, requisitando a Brigada Militar, em meio à organização da resistência. Em seguida, uma grande manifestação de populares contra o golpe em frente ao Palácio Piratini, que precisou da intervenção de forças policiais fortemente armadas e de lideranças da esquerda de Porto Alegre, como o prefeito de Porto Alegre, o trabalhista Sereno Chaise, que trataram de acalmar os ânimos dos manifestantes para que o movimento não se tornasse uma invasão ao palácio do governo estadual.

A Operação ter escolhido Passo Fundo como destino não foi um mero acaso. Deve-se considerar alguns fatores que levaram o grupo comandado por Meneghetti a escolher a cidade do norte gaúcho. O primeiro deles seria a posição geográfica de Passo Fundo, situada nas proximidades de Santa Catarina, que poderia “facilitar tanto uma eventual fuga, quanto o reforço militar por tropas golpistas vindas do centro do país – possibilidade que se asseverou factível” (ALVES, 2004, p. 141 apud ZARDO, 2010, p. 47). Em segundo, a existência de um grande efetivo da Brigada Militar leais aos comandos do governador traria segurança à Operação e a Meneghetti, sendo que este era muito próximo do comandante do 2º BPM, major Victor Hugo Martins (ZARDO, 2014, p. 47).

Ainda conforme Zardo (2010, p. 34), é importante ressaltar a relação de proximidade existente entre o prefeito de Passo Fundo, Mário Menegaz, eleito pela dissidência do PTB

local nas eleições de 1963, após quatro sucessivas vitórias dos trabalhistas no município. Quando da sua posse e de seu vice-prefeito, Adolpho João Floriani, fizeram-se presentes o presidente da Assembleia Legislativa, Cândido Norberto, e do governador Ildo Meneghetti. A posse de Menegaz foi a única a receber a presença do governador, e alguns anos mais tarde, o próprio ex-prefeito teria confirmado que Meneghetti havia sido um grande incentivador de sua candidatura.

O jornal *O Nacional*, noticiou com grande entusiasmo o fato de que o “Governo do RGS com sede em Passo Fundo” (02 de abr. 1964, p. 01). Na mesma edição, o periódico revelava que

Imediatamente a sua chegada, ontem, aqui, o Governador Meneghetti recebeu a visita do major Victor Hugo Martins, comandante do 2º Batalhão Policial da Brigada Militar, e outros oficiais da unidade estadual sediada nesta cidade; do Prefeito Mário Menegaz, vereadores da situação municipal e de outras personalidades (...) (*O Nacional*, 02 de abr. 1964, p. 01).

A vitória do golpe civil-militar deu-se, então, quando Jango percebeu que não havia condições para resistir. Assim, exilou-se no Uruguai, deixando o governo brasileiro aos militares, que comandaram o país por mais de 20 anos em um regime de exceção, em que sua legitimidade era conferida a partir dos Atos Institucionais, que abstraíam os ditames da Constituição Federal.

As medidas repressivas do novo regime implantado a partir do golpe iniciaram imediatamente após a deposição de João Goulart. O primeiro Ato Institucional (AI), publicado em nove de abril de 1964, deu início à normatização da arbitrariedade que começou a ser praticada pelo governo militar. Apesar de ainda manter formalmente a Constituição de 1946, o AI ampliava os poderes do presidente, permitindo que ele decretasse estado de sítio, criar ou ampliar as despesas públicas, e acabava por transferir atribuições do poder legislativo ao estipular prazos mínimos para a apreciação de matérias pelo primeiro, que acabavam por ser consideradas aprovadas quando não fossem votadas pelo Congresso Nacional (D’ARAÚJO; JOFFILY, 2019, p. 19).

Carlos Fico (2014, p. 102), coloca que o ato trazia importante definição sobre a eleição do próximo presidente, determinando que seria eleito de forma indireta pelo Congresso Nacional, dois dias após a decretação do AI. Também, previa que o mandato do presidente eleito terminaria em 31 de janeiro de 1966, completando o mandato interrompido pelo golpe, o que não ocorreu dado que Castelo Branco prolongou seu próprio mandato até março de 1967. O ato ainda manteve as eleições de 1965.

2.1.1 O bipartidarismo e o processo de organização da ARENA e do MDB

O resultado das eleições diretas para governador em onze estados da federação em 1965 ligou o alerta no regime autoritário, que dava seus primeiros passos. Dois importantes governadores, Magalhães Pinto, em Minas Gerais, e Carlos Lacerda, na Guanabara, não conseguiram eleger os seus sucessores. As vitórias de Israel Pinheiro da Silva (PSD), em Minas Gerais, e Francisco Negrão de Lima (PSD), na Guanabara, representaram uma séria derrota ao regime, desencadeando uma séria crise político-militar (BATISTELLA, 2020).

Insuflados por Carlos Lacerda e Magalhães Pinto, a “linha dura” exigia que os governadores eleitos em Minas Gerais e na Guanabara não tomassem posse, pois não admitia a eleição de candidatos que a “revolução” deveria ter punido (FICO, 2014, p. 118). Embora os candidatos vitoriosos não fossem, de maneira alguma, elementos “perigosos” da oposição – pelo contrário, iriam facilmente adaptar-se e colaborar com o governo Castelo Branco –, eram vistos pelos militares radicais como pessoas ligadas a Juscelino Kubitschek – o ex-presidente cassado que, vale lembrar, havia retornado ao país, após 16 meses de exílio em Paris, justamente na manhã das eleições (KINZO, 1988, p. 24).

Os grupos de linha dura dentre os militares, adversários do presidente Castelo Branco, passaram a exercer forte pressão no então presidente no sentido de aprofundar o autoritarismo do governo. Conforme aponta Fausto (2018, p.262):

Sob pressão desses setores, Castelo Branco baixou o AI-2 em outubro de 1965, apenas 24 dias após as eleições estaduais. O AI-2 estabeleceu em definitivo que a eleição para presidente e vice-presidente da República seria realizada pela maioria absoluta do Congresso, em sessão pública e votação nominal. Reforçou ainda mais os poderes do presidente da República ao estabelecer que ele poderia baixar decretos-leis em matéria de segurança nacional. O governo passou a legislar sobre assuntos relevantes através de decretos-leis, ampliando até onde quis o conceito de segurança nacional.

O segundo Ato Institucional extinguiu os partidos políticos até então existentes. Somente a partir de 1966 é que se organizaram os partidos políticos. Segundo Fleischer (1981, p. 185), “através de negociações no final de 1965 e no início de 1966, conseguiu-se arregimentar um número de parlamentares suficientes (um terço da Câmara e do Senado) para formar dois novos partidos: Aliança Renovadora Nacional (ARENA), e Movimento Democrático Brasileiro (MDB)”. O primeiro foi a base de sustentação do regime, enquanto o segundo funcionava como oposição vigiada. Conforme aponta Madeira (2002, p. 36),

visando à construção de uma ampla base de sustentação, combinada com a existência de uma oposição não mais que formal, é instituído o sistema bipartidário, com a criação de um partido de oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), e um partido de apoio ao regime, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA).

Fleischer (1981, p. 186) ainda aponta que, a partir da formação da ARENA, considerando os maiores partidos com presença no Congresso Nacional, 90% dos deputados da UDN ingressaram nas fileiras do partido do golpe, sendo que os outros 10% migraram para o MDB. Com relação ao PSD, 64,5% foram para a ARENA e 35,5% para o MDB. Dos parlamentares petebistas, cerca de 70% migraram para o MDB. Dos demais partidos, a maior parte dos membros do PSP e do PDC no Congresso foi para a ARENA, enquanto que os parlamentares de PL, PR e PRP foram em sua totalidade para o partido da ditadura.

Madeira (2002, p. 32) ressalta que esse processo de formação de ambos os partidos no Congresso Nacional não foi simples. Para a formação do partido oposicionista ao regime, a dificuldade encontrada foi para a obtenção do número mínimo de deputados e senadores dispostos a formar a nova sigla. Já para a ARENA, o grande desafio seria conciliar as diferentes correntes políticas atraídas pela formação do partido governista, tendo em vista a presença de políticos de diferentes agremiações no interior do novo partido.

Contudo, no Rio Grande do Sul, o estabelecimento do bipartidarismo encontrou um ambiente favorável. Para Xausa e Ferraz (1981, p. 184),

A extinção dos partidos imposta pelo Ato Institucional Nº 2, afora o esperável impacto sentimental, não trouxe ao Estado seguramente nenhuma alteração de relevância nos alinhamentos políticos já existentes. Ao contrário da maioria dos demais Estados, onde ARENA e MDB aglomeraram grupos artificiais ou heterogêneos, no Rio Grande serviram apenas para confirmar e oficializar arregimentações já fixadas firmemente nas eleições de 1962, e que em 1966 foram substancialmente as mesmas, como seriam de resto sem a extinção dos partidos.

No Rio Grande do Sul, a polarização PTB/Anti-PTB ao longo do período democrático encontrou no bipartidarismo uma acomodação menos artificial que nos demais estados (TRINDADE; NOLL, 1991, p. 82).

A partir da extinção dos partidos e da reorganização do sistema político no sistema bipartidário, os deputados da Assembleia Legislativa fizeram suas escolhas entre ARENA e MDB. Segundo afirma Heinz (2005, p. 54) “Com os novos partidos políticos já organizados, a Assembleia se dividiu em dois grandes blocos, que assumiam posições distintas no plenário, o que não significa, no entanto, que sempre houve consenso nas decisões de cada uma das duas bancadas”.

Catto (2017, p. 116-117) ainda aponta a distribuição dos parlamentares na Assembleia Legislativa, por partido, entre ARENA e MDB:

Considerando os partidos isolados podemos ver movimentações maciças de adesão à MDB ou ARENA. Do total de deputados, o PSD, o PRP, o PDC e a UDN tiveram a totalidade de seus membros ingressando na ARENA; da mesma forma, os membros do PTB foram todos para o MDB. As dissidências, como já mencionado, ficaram a cargo de PL e MTR: três dos quatro deputados do MTR filiaram-se ao MDB, equivalente a 75%; já no caso do PL, quatro entre seis filiaram-se à ARENA, aproximadamente 66%.

Após o caso Cirne Lima, que será tratado mais adiante, no segundo semestre de 1966, os deputados estaduais do antigo PL, Paulo Brossard de Souza Pinto e Honório Pereira Severo, deixaram a ARENA e ingressaram no MDB.

O Rio Grande do Sul foi dos estados mais atingidos pelos efeitos dos Atos Institucionais. Entre abril de 1964 e julho de 1966, 19 deputados estaduais, de um total de 55, foram cassados pela ditadura, além de diversos suplentes (XAUSA; FERRAZ, 1981, p. 158). Notadamente, as cassações atingiram a ala composta por PTB, MTR e ARS (CATTO, 2017, p. 92).

Para Batistella (2020), a formação da ARENA e do MDB não fugiram às características encontradas em nível estadual. Os petebistas organizaram-se no MDB, enquanto os anti-trabalhistas se vincularam à ARENA. Notadamente, o grupo que formou a ARENA local foi o mesmo que formou a Coligação Popular Passo-Fundense (PSD/PL/UDN/PRP/PDC), derrotando o PTB nas eleições municipais de 1963, com a eleição de Mário Menegaz, do MTR, que migrou automaticamente para a ARENA, acompanhado de muitos dos membros do MTR.

Na composição da Câmara Municipal, o MDB constituiu maioria, com os sete vereadores petebistas Delmo Alves Xavier, Odilon Soares de Lima, Antônio Augusto Meirelles Duarte, Laury de Jesus Fróes, Ernesto Scortegagna Wilson Corrêa Garay, e Gilberto Bastos Morsch, além de Hilário Anacleto Rebechi, que era do MTR. Foram sete os vereadores que ingressaram nas fileiras arenistas: “três do PSD (Ivo Biazus, Fidêncio Garibaldi Franciosi e Octacílio Moura Escobar), dois do MTR (Romeu Martinelli e Rodolpho Rodrigues de Lara), um do PL (Victor Hugo Lacerda) e um do PDC (Anildo José Sarturi)”. Posteriormente, houve ainda a incorporação do PSP à ARENA (BATISTELLA, 2020).

Ainda conforme Batistella (2020), formação do diretório municipal da ARENA foi extremamente conturbado. A disputa entre os antigos pessedistas, apoiados por membros do

extintos PL e PDC, desejavam comandar o diretório. Ao mesmo tempo, os antigos membros dos partidos menores (UDN, PRP, PSP, PL, PDC) da ala anti-PTB e alguns ex-pessedistas, também desejavam o controle do partido. A para escolha da Comissão Diretora do partido, apesar do pedido feito pelo presidente estadual da sigla, deputado Francisco Solano Borges, para adiar o evento, foi realizada em 28 de maio de 1966 por um grupo oriundo dos partidos menores, que escolheram Comissão Executiva, mesmo com a ausência dos sete vereadores e de alguns membros do antigo PSD. Os ausentes não reconheceram a Comissão eleita, mas mesmo com o recurso interposto à direção estadual a Comissão Executiva municipal da ARENA foi homologada.

Ao contrário do partido situacionista, a organização do MDB de Passo Fundo não teve grandes embates internos. A constituição da agremiação se deu a partir das lideranças que compunham os extintos PTB e MTR. Em 20 de junho de 1966 os emedebistas realizaram uma reunião, sob a presidência do suplente de deputado estadual Múcio de Castro, que representou a direção estadual do partido, para definir a Comissão Executiva do MDB local.

2.2. As eleições de 1966 no Rio Grande do Sul

Os primeiros embates entre ARENA e MDB no Rio Grande do Sul seriam pelo governo do estado e pelas vagas na Assembleia Legislativa, Câmara dos Deputados, Senado Federal. Aquele fora escolhido por votação do parlamento estadual, em eleição indireta, enquanto os demais passariam pelo crivo popular.

Para o Executivo estadual, a definição da candidatura do bloco arenista passou pela disputa entre Paulo de Tarso de Moraes Dutra, Walter Peracchi Barcellos e Rui Cirne Lima, este último foi indicado pelos dissidentes arenistas, os ex-PL Carlos de Brito Velho, que era deputado federal, Paulo Brossard de Souza Pinto, Honório Pereira Severo e Dario Beltrão, que eram deputados estaduais, além do também deputado estadual e ex-PDC, José Sperb Sanseverino. Desse modo, a ARENA realizou, em dois de julho de 1966, sua convenção para a definição do nome que disputaria o Executivo estadual, com o compromisso de que o nome derrotado aceitaria a escolha do partido. Assim, definiu-se por Walter Peracchi Barcellos (BATISTELLA, 2020).

Ainda conforme Batistella (2020), o MDB aproveitou-se da situação de dissidência interna da ARENA, e sabendo que a ditadura não iria permitir a eleição de um candidato do partido, os emedebistas indicaram Rui Cirne Lima para o governo do estado. A candidatura do professor Cirne Lima receberia o apoio dos 27 deputados estaduais do MDB e dos cinco

deputados dissidentes da ARENA (além dos citados anteriormente, o ex-PDC Nelson Marchezan garantiu seu apoio a Cirne Lima). Para evitar a derrota da ARENA no estado, o marechal-presidente Castelo Branco utilizou do AI-2 para cassar o mandato de sete deputados da oposição, e decretou o Ato Complementar 16, de 19 de julho de 1966, que tornava nulo o voto do parlamentar que votasse em candidato de outro partido. Com isso, Cirne Lima acabou por renunciar à candidatura, Paulo Brossard e Honório Pereira Severo não compareceram à votação e migraram ao MDB. Peracchi Barcellos sagrou-se vitorioso.

A eleição para a representação do Rio Grande do Sul no Senado Federal apresentou ao eleitorado três candidatos arenistas: Guido Mondin, oriundo do PRP, Sinval Guazzelli, que era da UDN, e o ex-pedecista Mário Mondino. Para Madeira (2002, p. 91),

Com a eleição de um ex-pessedista para o governo estadual e o lançamento destes candidatos ao Senado, verifica-se uma preocupação no sentido de distribuir os principais postos políticos entre os partidos que antes integravam o “anti-PTB”, representando assim uma continuação do padrão verificado no período anterior, com o lançamento de um nome pessedista para o governo do estado e de nomes dos demais partidos para o Senado Federal.

As três sub-legendas da ARENA superaram a candidatura oposicionista. Apesar da pequena diferença, apenas 34.340 votos, Sigfried Heuser foi derrotado e Guido Mondim foi o eleito, com 322.901 sufrágios, somados aos 206.917 de Guazzelli, e aos 142.622 de Mondino.

A disputa pelas 55 vagas da Assembleia Legislativa reforçou o equilíbrio entre as duas forças. Apesar da vitória arenista no Senado, o MDB conseguiu superar o partido situacionista no legislativo estadual pela diferença de um deputado, tendo o emedebismo conquistado 28 vagas e os situacionistas 27. Por Passo Fundo, concorreram Ernesto Félix Scortegagna e Múcio Martins de Castro, pelo MDB, e Anildo José Sarturi, pelo partido governista. O primeiro conquistou 8.213 votos, sendo 6.345 em Passo Fundo, o segundo alcançou 3.945, sendo que 2.453 foram no município. Sarturi conseguiu 7.591 sufrágios, 3.777 em Passo Fundo (DAMIAN, 2010, p.162). Nenhum deles foi eleito.

Tabela 35: deputados estaduais (por partido) em 1966 no Rio Grande do Sul

PARTIDO	CADEIRAS
ARENA	27
MDB	28
Total	55

Fonte: TRE-RS

Tabela 36: deputados federais (por partido) em 1966 no Rio Grande do Sul

PARTIDO	CADEIRAS
ARENA	14
MDB	15
Total	29

Fonte: TRE-RS

Na disputa pelas vagas à Câmara dos Deputados, novamente percebe-se o grande equilíbrio que permeou as eleições de 1966 no Rio Grande do Sul. Novamente, a diferença ficou em apenas um deputado 15 contra 14, tendo o MDB eleito a maioria. O equilíbrio demonstra, nas palavras de Rafael Madeira (2002, p. 88),

também um grau significativo de estabilidade nas escolhas do eleitorado gaúcho, o que sugere que neste estado, além da transferência completa de cada um dos blocos (anti-PTB e PTB) partidários para ARENA e o MDB, tal movimento implicou também no acompanhamento das respectivas bases eleitorais, redirecionando suas respectivas bases eleitorais

Buscando representar o município de Passo Fundo, Victor Loureiro Issler¹⁴ e Daniel Dipp disputaram uma vaga no legislativo federal. Issler recebeu 21.307 votos, 644 deles em Passo Fundo, e foi reeleito. Dipp, por sua vez, recebeu 9.477 sufrágios, sendo 6.646 em Passo Fundo (DAMIAN, 2010, p. 149).

2.3. Eleições municipais de 1968

Apesar de terem sido votados para um mandato de quatro anos em 1963, o prefeito Mário Menegaz, o vice-prefeito Adolpho João Floriani e os vereadores eleitos em 1963 tiveram seus mandatos prorrogados até 1968¹⁵. Então, as primeiras eleições municipais de Passo Fundo, após o golpe de 1964, ocorreram em 1968. A nova ordem traria também alterações na forma da disputa pelo poder, com a introdução das sublegendas. As agremiações partidárias deveriam apresentar até três chapas à prefeitura, com três candidatos

¹⁴ Victor Loureiro Issler foi eleito deputado federal em 1954, 1958 e 1962 pelo PTB e em 1966 pelo MDB. Em 1950, foi eleito suplente de deputado federal pelo PTB, tendo sido convocado temporariamente em 1952 (BATISTELLA, 2020).

¹⁵ Em 1967, por meio do Ato Complementar 37 (AC-37), de 14 de março, os mandatos dos prefeitos municipais e dos vereadores foram prorrogados por mais um ano, isto é, até 31 de janeiro de 1969. Dessa forma, as eleições municipais que ocorreriam em 1967 em várias cidades do país (incluindo Passo Fundo) foram adiadas para 1968 (BATISTELLA, 2020).

a prefeito e respectivos candidatos a vice. O partido vencedor seria aquele cujas três chapas alcançassem a maioria dos votos, sendo eleitos os candidatos mais votados.

Em tempos de limitações das liberdades democráticas, as eleições em Passo Fundo só foram garantidas quando a cidade ficou fora da relação de municípios considerados de segurança nacional¹⁶. Em notícia, *O Nacional* expôs que

A não inclusão de Passo Fundo também liquidou com os temores – e esperanças de um número menor – de pessoas que esperavam que este Município viesse a perder parcialmente sua autonomia e ter seu próximo prefeito mediante nomeação do Governador do Estado (*O Nacional*, 19 abr. 1968, p. 01).

Na mesma edição, o jornal ainda salientou que ARENA e MDB já vinham em movimentações para a construção das candidaturas. Portanto, a partir da confirmação da realização do pleito de 15 de novembro de 1968, ambos os partidos intensificaram suas articulações para o problema da sucessão do poder municipal.

Os arenistas optaram por organizar uma comissão, formada pelos sete vereadores do partido, para buscar seus candidatos ao Executivo e ao legislativo local (*O Nacional*, 23 abr. 1968, p. 01). Ao mesmo tempo, estavam preocupados com a construção de uma candidatura universitária, sendo destacada a criação de um departamento universitário do partido na cidade. Tal comitê foi criado em 27 de abril, e conforme *O Nacional* (09 de mai. 1968, p. 03),

uma vez fundado, este Departamento permitirá a escolha de um elemento da classe universitária para concorrer a uma cadeira na Câmara Municipal de Vereadores, segundo já determinou o Diretório Municipal da ARENA, visando, com isso, prestigiar a nova geração arenista.

O acadêmico Caxiense Geyer foi o arenista escolhido pelo departamento universitário do partido situacionista para concorrer. Seu nome recebeu diversas manifestações de apoio, inclusive do deputado federal Amaral de Sousa que dedicou a ele “votos de pleno êxito e

¹⁶ Posteriormente, uma nova lei (Lei nº 5.449, de 4 de junho de 1968) instituiu que os municípios considerados áreas de interesse da Segurança Nacional (municípios localizados em regiões de fronteira com outros países ou em áreas estratégicas) passariam a ter os seus prefeitos nomeados pelos governadores. Portanto, além das capitais dos estados, os municípios das áreas de Segurança Nacional somente teriam eleições para vereadores, pois os eleitores estavam privados de escolherem os seus prefeitos.

O Rio Grande do Sul foi o estado mais atingindo, com 24 municípios sendo considerados como área de Segurança Nacional: Alecrim, Bagé, Canoas, Crissiumal, Dom Pedrito, Erval, Horizontina, Itaqui, Jaguarão, Osório, Porto Lucena, Porto Xavier, Quaraí, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, Santana do Livramento, São Borja, São Nicolau, Tramandaí, Tenente Portela, Três Passos, Tucunduva, Tuparendi e Uruguaiana. (BATISTELLA, 2020)

satisfação em verificara renovação da vida pública rio-grandense.” (*O Nacional*, 21 jun. 1968, p. 4). Caxiense elegeu-se com 497 votos (DAMIAN, 2010, p. 58).

De início, especulava-se que a ARENA apresentaria o nome do vice-prefeito Adolpho João Floriani para encabeçar a chapa com o então secretário da fazenda, Alcides Transcori. Justiniano Augusto de Araújo Trein e Alberto Tagliari formariam outra chapa. O vereador Anildo Sarturi colocou também seu nome à disposição da sigla para concorrer ao Executivo municipal, e o ex-prefeito Wolmar Salton teria sido convidado pelo partido para que voltasse a concorrer. Pela oposição, as especulações giravam em torno dos nomes de Nilo Zimmermann e Azir Trucolo para formarem uma das chapas. Além deles, cogitava-se as candidaturas de Sinval Bernardon, ex-prefeito, e Guaracy Marinho, sendo especulados como candidatos a vice-prefeitura os vereadores Hilário Rebechi, Ernesto Scortegagna e o dr. Jacques Ribas (*O Nacional*, 26 jun. 1968, p. 03).

No centro do partido oposicionista, diversos outros nomes foram levantados para comporem as chapas. Surgiu com bastante força a possibilidade do ex-prefeito e ex-deputado federal, Daniel Dipp disputar o Executivo municipal e Sinval Bernardon declarou que renunciaria a “qualquer cargo, dispondo-se unicamente a contribuir para que a oposição vença o pleito” (*O Nacional*, 27 jun. 1968, p. 01). Inclusive, os rumos tomados pelas discussões levaram o presidente da sigla, Carlos Mader Annes, a renunciar ao o posto que ocupava. Em nota divulgada no *O Nacional* (24 ago. 1968, p. 01), Annes expôs seus motivos:

não me tendo sido possível organizar, como presidente do MDB local, um quadro sucessório municipal com lideranças autênticas que atendessem aos postulados aqui expostos; não tendo sido permitido colocar a causa acima dos interesses e ódios pessoais – impõe-se-me uma atitude de coragem cívica.

Contudo, a maioria das suposições não se concretizou. A ARENA foi a primeira agremiação a definir seus candidatos para a sucessão municipal. As chapas foram formadas por Anildo Sarturi e Fidêncio Franciosi, Adolpho João Floriani e Ney Vaz da Silva, e Justiniano Augusto de Araújo Trein e Romeu Martinelli (*O Nacional*, 13 set. 1968). As chapas escolhidas pela oposição foram formadas por Sinval Bernardon e Hilário Rebechi, Wolmar Salton e Nilo Zimmermann, e César Santos e Guaracy Barroso Marinho (DAMIAN, 2010, p.56).

Por ocasião do lançamento do Comitê Popular Estudantil em defesa das candidaturas de Justiniano Augusto de Araújo Trein e Romeu Martinelli, o dr. Celso Cunha Fiori fez acalorado discurso contra a oposição emedebista. Fiori foi incisivo em suas acusações

Por que pensar em votar na oposição? Por que vamos querer voltar para um passado que já vai longe. Senhores: eu pergunto – esta oposição que aí está, procurando voltar ao poder, eles já tiveram uma oportunidade? Quantos anos ficou esta hoje oposição, no poder? E eles solucionaram os problemas, solucionaram os casos que havia? Normalizaram o país? Não! Deixaram tudo, até o momento em que o Exército entrevistou (*O Nacional*, 30 set. 1968, p. 05).

O empenho de Fiori em atacar a oposição e diminuir os feitos dos líderes do MDB enquanto governaram a cidade contrasta com a tentativa de Trein e Martinelli de colherem os frutos do trabalhismo. Reiteradas vezes *O Nacional* aponta familiaridade que os candidatos arenistas tinham com os princípios pasqualinistas.

O dr. Augusto Trein e o dr. Romeu Martinelli estão fazendo efetivamente campanha de marcada definição trabalhista, isto é, pregação calcada no ideário de Alberto Pasqualini e Fernando Ferrari, dentre outros ilustres teóricos do Trabalhismo. A candidatura Augusto Trein-Romeu Martinelli, chapa integrada por dois membros fundadores do antigo Partido Trabalhista do município está vinculada às origens políticas de ambos os candidatos, que se identificam com as mais legítimas aspirações da classe trabalhadora, pregando a ascensão social do operariado com soluções econômicas e políticas que permitam a utilização da capacidade dos obreiros no desenvolvimento econômico do município, o que virá em benefício de todos (*O Nacional* 05 de nov. 1968).

Apesar dos esforços arenistas, a vitória no pleito de 15 de novembro foi da oposição. Mesmo que a chapa encabeçada por Justiniano Augusto de Araújo Trein tenha sido a mais votada, com 7.863 votos, a soma das sublegendas do partido governista não foi superior à da oposição. A votação de Adolpho João Floriani não alcançou os mil votos, e a de Anildo Sarturi chegou aos 2.156. Pelo MDB, o ex-deputado César Santos tornou-se prefeito de Passo Fundo, com a preferência de 5.553 passo-fundenses, enquanto seus companheiros de partido, Sinval Bernardon e Wolmar Salton, obtiveram 4.113 e 4.365, respectivamente (*Diário da Manhã*, 20 nov. 1968, p. 06).

César Santos¹⁷ era um renomado médico e cientista, natural de Soledade-RS e tinha 64 anos na data da eleição. Político de consagrada trajetória, iniciou sua caminhada no trabalhismo passo-fundense aproximando-se do movimento quemista e em seguida se tornou a principal liderança do PTB local (BENVENGNU, 2006, p. 14). Seu vice, Guaracy Barroso Marinho, era natural de Passo Fundo, com 47 anos na data da eleição e tinha suas atividades profissionais ligadas ao setor público, no Departamento de Força e Luz do município (NASCIMENTO; DAL PAZ, 2013, p. 97).

¹⁷ Sobre a trajetória política de César Santos ver Benvengnú (2006).

2.3.1. Perfil da legislatura 1968-1972

As eleições de 1968 foram as primeiras eleições municipais no novo sistema bipartidário, elegeram a maioria dos legisladores do município pelo MDB. Foram nove emedebistas eleitos e outros oito suplentes. Por sua vez, a ARENA conquistou apenas seis vagas para a Câmara Municipal e outros oito políticos que alcançaram a suplência e assumiram a vereança em alguma oportunidade da legislatura. Dentre os eleitos, apesar das profundas mudanças ocorridas com o advento do regime militar, sete vereadores conquistaram a reeleição, o que sugere uma renovação de cerca de 53,3%.

Tabela 37: vereadores eleitos em 1968

Nome	Partido	Idade no dia da eleição	Profissão	Formação Superior	Local de Nascimento
Antônio Augusto Meirelles Duarte	MDB	34	Profissional Liberal	Direito	Passo Fundo
Caxiense Geyer	ARENA	37	Funcionário Público	Direito/Economia	Caxias do Sul
Centenário Índio do Amaral	MDB	46	Bancário	Ciências Contábeis	Passo Fundo
Delmo Alves Xavier	MDB	41	Funcionário Público/Empresário	S/i	Passo Fundo
Ernesto Félix Scortegagna	MDB	42	Profissional Liberal	S/i	Passo Fundo
Ivo Biazus	ARENA	47	Funcionário Público/Empresário	S/i	São Francisco de Paula
Jorge Alberto Pillar Bandarra	MDB	34	Profissional Liberal	Direito	Canguçu
Leopoldino Rosa	MDB	33	Radialista	S/i	Passo Fundo
Linda do Brasil Degrazzia Sarturi	ARENA	37	Profissional Liberal	Direito	Itaqui
Noé Pereira Machado	MDB	37	Funcionário Público	Direito	Alegrete
Odilon Soares de Lima	MDB	44	Funcionário Público	S/i	Vacaria
Paulo Roberto Pires	ARENA	28	Funcionário Público	Direito	Passo Fundo
Rodolpho Rodrigues Lara	ARENA	52	Empresário	S/i	Passo Fundo
Thereza Zulmira Araújo Almeida	MDB	39	Funcionária Pública	Pedagogia	Santiago
Victor Hugo Lacerda	ARENA	31	Profissional Liberal	Economia	Lagoa Vermelha

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir dos dados disponíveis em *Galeria de ex-vereadores de 1947 a 1988*.

Tabela 38: suplentes que assumiram o cargo em algum momento na 6ª legislatura

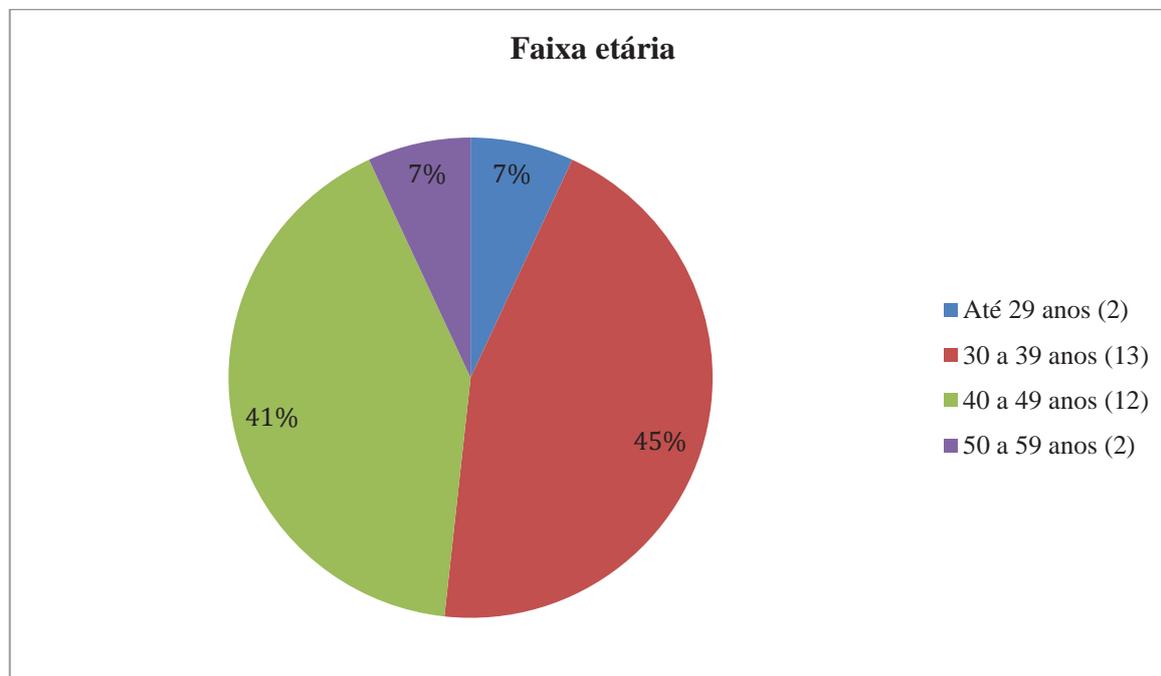
Nome	Partido	Idade no dia da eleição	Profissão	Formação Superior	Local de Nascimento
Adão Pinto Vieira	ARENA	47	Funcionário Público	S/i	Vacaria
Arthur Culmann Canfield	ARENA	53	Funcionário Público	S/I	Passo Fundo
Bertoldo Jorge Hoppen	MDB	43	Funcionário Público/Proprietário Rural	S/i	Passo Fundo
Calir Marinho Adames	MDB	29	Acadêmico/Proprietário Rural	Acadêmico	Passo Fundo
Celso Antônio Busato	ARENA	38	Profissional Liberal	Direito	Casca
Darcy Fauth da Silva	ARENA	41	Agricultor	S/i	Passo Fundo
Erion Einloft	ARENA	49	Funcionário Público	Ciências Contábeis	Porto Alegre
João Pasqual Puerari	MDB	42	Empresário	S/i	Erechim
Moacir Issler Goelzer	ARENA	34	Funcionário Público/Empresário	S/i	Passo Fundo
Pedro Consalter	MDB	43	Empresário	S/i	Guaporé
Pedro Monteiro da Costa	MDB	41	Funcionário Público	Direito	Passo Fundo
Pedro Walter Mader	MDB	36	Professor	S/i	Passo Fundo
Waldemar Tavares da Luz	MDB	36	Profissional Liberal	Direito	Lagoa Vermelha
Wilson Correa Garay	MDB	38	Funcionário Público	Direito	Passo Fundo

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir dos dados disponíveis em *Galeria de ex-vereadores de 1947 a 1988*.

Há um aumento considerável na média das idades com relação à legislatura anterior: subiu de 35,59 para 39,72 anos de idade. Apesar de nesta legislatura não existir nenhum político eleito com 60 anos ou mais e apenas dois (7%) com idades entre 50 e 59, contribui para esse aumento a pouca presença de jovens. Apenas dois (7%) elegeram-se com até 29 anos de idade. A maioria dos indivíduos listados na amostragem dessa legislatura tinha entre

30 e 49 anos, sendo que eram 13 (45%) os presentes na faixa de 30 a 39, e 12 (43%) os na faixa entre 40 e 49 anos de idade.

Gráfico 11: faixa etária da 6ª legislatura



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor a partir dos dados disponíveis em *Galeria de ex-vereadores de 1947 a 1988*.

À ARENA pertenciam os dois sujeitos com maior idade, na faixa de 50 a 59 anos, entre os listados. Ainda, faziam parte do grupo arenista quatro indivíduos com idades entre 40 e 49 e outros cinco tinham entre 30 e 39 anos. Os emedebistas não tinham lideranças com 50 anos ou mais, todavia eram oito os políticos com idades entre 30 e 39 anos, mesmo número dos sujeitos entre 40 e 49. Os mais jovens presentes na amostragem, na faixa de até 29 anos, são dois e se dividem entre ARENA e MDB.

Tabela 39: faixa etária (por partido) em 1968

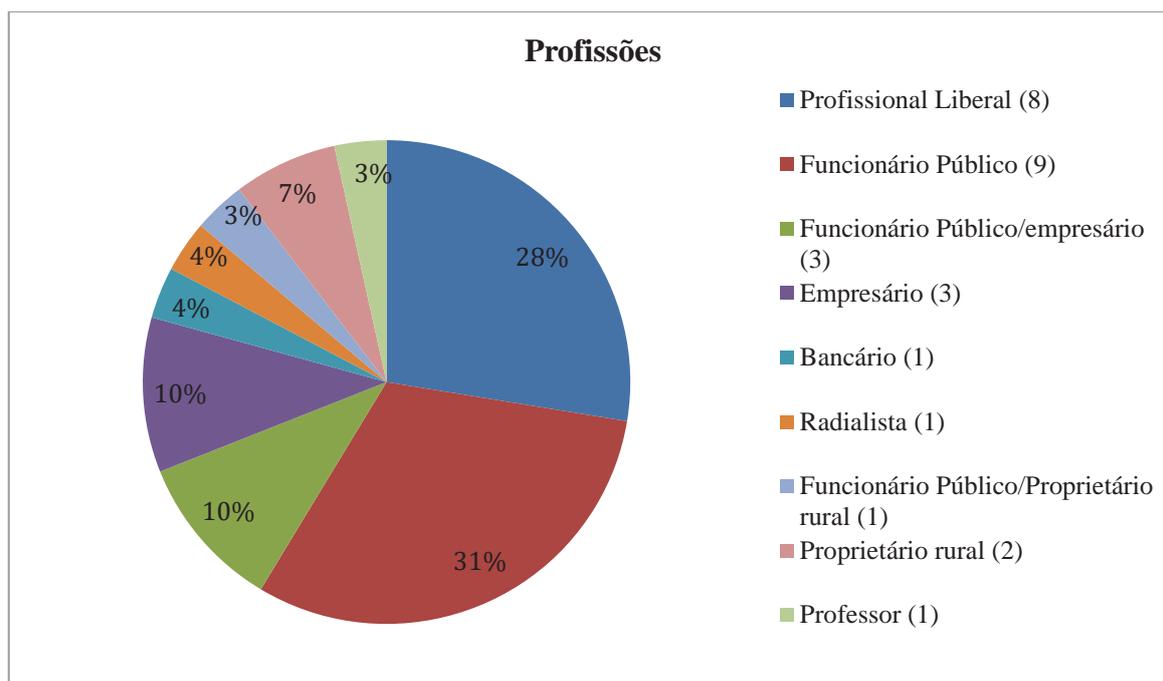
Partido/Faixa	Até 29 anos	30-39 anos	40-49 anos	50-59 anos	mais de 60
ARENA	1	5	4	2	-
MDB	1	8	8	-	-

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir dos dados disponíveis em *Galeria de ex-vereadores de 1947 a 1988*.

Com relação às profissões, receberam a preferência do eleitorado os que exerciam exclusivamente a ocupação de funcionários públicos com nove (31%) representantes. Os

profissionais liberais aparecem logo em seguida, com oito (28%). Eram empresários três (10%) dos políticos presentes na amostra. O mesmo número dividia entre as profissões de funcionário público e empresário. Dois líderes (7%) eram proprietários rurais, e outro (3%) exercia as atividades de proprietário rural e funcionário público. Os demais, um era radialista, um bancário e um professor.

Gráfico 12: profissões da 6ª legislatura



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor a partir dos dados disponíveis em *Galeria de ex-vereadores de 1947 a 1988*.

Tanto na ARENA quanto no MDB os funcionários públicos são a maioria com quatro e cinco vereadores, respectivamente. Em seguida, os profissionais liberais aparecem para ambas as agremiações, com quatro sujeitos no MDB e outros quatro na ARENA. Pertenciam à grei emedebista um funcionário público e empresário, dois empresários, um bancário, um radialista, um funcionário público e proprietário rural, um que exercia apenas a atividade de proprietário rural e um professor. Os arenistas ainda contavam com dois sujeitos que dividiam suas atividades como funcionários públicos e empresários, um empresário e um proprietário rural.

Tabela 40: profissões (por partido) em 1968

Partido/Profissão	Profissional Liberal	Funcionário público	Funcionário Público/Empresário	Empresário	Bancário	Radialista	Funcionário Público/Proprietário Rural	Proprietário Rural	Professor
ARENA	4	4	2	1	-	-	-	1	-
MDB	4	5	1	2	1	1	1	1	1

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir dos dados disponíveis em *Galeria de ex-vereadores de 1947 a 1988*.

Dos 29 sujeitos presentes na amostragem foi possível identificar que 14 tinham cursado o ensino superior. Destes, nove eram formados em Ciências Jurídicas e Sociais, além de um outro possuir formação também em Ciências Econômicas. Dois indivíduos eram formados em Ciências Contábeis, um em Pedagogia, e um formado em Ciências Econômicas. Ainda, 15 dos líderes presentes na amostragem eram naturais de Passo Fundo.

Não foram identificados afrodescentes ou indígenas dentre os integrantes da elite política local. Entretanto, a representação feminina marcou importante presença na 6ª legislatura. Foram duas mulheres que alcançaram cadeiras no legislativo municipal: Linda do Brasil Degrazzia Sarturi, advogada, esposa do ex-vereador e candidato a prefeito nas eleições de 1968, Anildo Sarturi, eleita pela ARENA, e Thereza Zulmira Araújo de Almeida, pedagoga, funcionária pública, eleita pelo MDB.

2.4. As eleições de 1970 no Rio Grande do Sul

As eleições gerais de 1970 foram as primeiras após a publicação do Ato Institucional nº 5, que marcou a radicalização da repressão ditatorial. Diferentemente do ocorrido em 1966, o MDB, por decisão do diretório estadual, sequer apresentou candidatura ao governo estadual, e a bancada oposicionista se retirou da sessão em que o novo chefe do Executivo seria escolhido. Os arenistas, por escolha do presidente Médici, indicaram o Euclides Triches para a chefia do Executivo estadual, novamente em detrimento de Tarso Dutra, que foi preterido nas eleições anteriores (MADEIRA, 2002, p. 91). Triches foi o eleito pelo parlamento gaúcho para comandar o estado.

Para a disputa pelas vagas do Senado, MDB e ARENA lançaram dois candidatos cada: Geraldo Brochado da Rocha e Paulo Brossard de Souza Pinto, pela oposição, e Tarso

Dutra e Daniel Krieger pelo partido governista. Dutra e Krieger foram os eleitos, com 929.461 e 864.505 votos, respectivamente, derrotando Brochado da Rocha, que obteve 809.296 votos, e Brossard 833.630.

Além da derrota no pleito pelo Senado, o desempenho do MDB tanto nas eleições à Câmara Federal quanto à Assembleia Legislativa foi sensivelmente inferior ao do pleito anterior. O partido perdeu duas vagas no legislativo federal e outras cinco no estadual. Rodrigues (2018, p. 82) afirma que “o partido nas eleições gerais de 1970 e municipais de 1972 é abatido pelos problemas que acometem grande parte do MDB do país, desde o repúdio da esquerda radical a legenda, que mesmo com o iminente fracasso da luta armada prega o voto nulo nas eleições de 1970”. Além disso, todo o aparato legal e repressivo montado pelo governo ditatorial prejudica a ação e sucesso dos opositoristas. O partido situacionista conquistou 27 cadeiras no legislativo estadual, contra 23 dos emedebistas. Enquanto que, para a Câmara Federal a ARENA ficou com 14 vagas e o MDB com 12.

Tabela 41: deputados estaduais (por partido) em 1970 no Rio Grande do Sul

PARTIDO	CADEIRAS
ARENA	27
MDB	23
Total	50

Fonte: TRE-RS

Tabela 42: deputados federais (por partido) em 1970 no Rio Grande do Sul

PARTIDO	CADEIRAS
ARENA	14
MDB	12
Total	26

Fonte: TRE-RS

Para a Câmara Federal, novamente Victor Loureiro Issler concorreu pelo MDB de Passo Fundo, recebendo 1.487 sufrágios no município, de um total de 34.313 conquistados por ele, tendo sido reeleito. Concorreram também outras duas lideranças locais, Anildo Sarturi pela ARENA, e Daniel Dipp, pelo MDB. (DAMIAN, 2010, p. 150).

Justiniano Augusto de Araújo Trein¹⁸, que concorreu pela ARENA, elegeu-se deputado estadual para representar Passo Fundo, conquistando o total de 18.139 votos, sendo sufragado por 10.172 cidadãos na cidade. O município contou ainda com outros dois candidatos, ambos do MDB, Jorge Alberto Pilar Bandarra, que alcançou 8.012 votos, 5.465 deles em urnas passo-fundenses, e Ernesto Félix Scortegagna, que obteve a confiança de 2.504 munícipes, atingindo um total de 4.307 (DAMIAN, 2010, p.162).

Nota-se que somados os votos recebidos em Passo Fundo pelos candidatos emedebistas à Assembleia Legislativa não alcançaram a votação conquistada pelo candidato arenista na cidade. Além disso, a votação recebida por Daniel Dipp nas eleições de 1970 é consideravelmente inferior à conquistada em 1966.

2.5. As Eleições municipais de 1972

O ano de 1972 iniciou agitado no meio político passo-fundense por ocasião da escolha das novas diretorias de MDB e ARENA em convenções, logo no mês de janeiro. A importância do momento é evidente “principalmente porque 1972 é um ano eleitoral [...] e porque dentre elementos que comporão o novo diretório sairão os dirigentes locais de ambos os partidos” (*O Nacional*, 10 jan. 1972, p.06).

No MDB, duas chapas se apresentaram para a disputa no partido. Uma foi composta e defendida pela então direção da agremiação. A outra foi liderada pela bancada emedebista na Câmara Municipal. Nomes como Daniel Dipp, Delmo Alves Xavier e Meirelles Duarte fizeram parte da dissidência interna.

Apresentamos uma chapa para convenção municipal de domingo por dois motivos – disse o vereador Delmo Alves Xavier à reportagem – o primeiro porque a atual direção não se preocupou em organizar o partido para que ele se tornasse presença marcante na comunidade, inclusive organizando uma sede que servisse de ponto de referência para suas atividades; o segundo porque a parte política sempre foi liderada pelos vereadores, que estiveram mais perto das reivindicações da população (*O Nacional*, 12 jan., 1972, p. 08).

A chapa comandada pelos vereadores emedebistas sagrou-se vitoriosa e elegeu a maioria dos membros do diretório, com 154 votos, dos 278 presentes. Na disputa interna da

¹⁸ Justiniano Augusto de Araújo Trein nasceu em Passo Fundo em 1930. Advogado e agropecuarista elegeu-se vereador em 1955 e foi reeleito em 1959. Em 1974 disputou vaga para a Câmara Federal, tendo obtido êxito. Conquistou a reeleição em outras duas legislaturas, em 1978 e 1982, abandonando a política ao final de seu último mandato, em 1987 (ABREU, 2010).

ARENA, apenas uma chapa concorreu e foi referendada pelos 351 filiados presentes na ocasião (*O Nacional*, 17 jan. 1972, p. 01).

As convenções de ambos os partidos destacaram a atuação e a liderança de dois políticos em particular: o vereador Delmo Alves Xavier, pelo MDB, e o deputado Justiniano Augusto de Araújo Trein pela ARENA. Este foi eleito presidente do diretório municipal (*O Nacional*, 17 jan. 1972, p. 01), enquanto aquele declarou que não tinha a intenção de ocupar cargos na executiva municipal emedebista, tendo em vista que “sua missão, no MDB, é outra, cabendo a direção a outros companheiros de militância política (*O Nacional*, 18 jan. 1972, p. 01). A renúncia da liderança concretizou-se quando foi eleita a executiva municipal emedebista e Ruy do Amaral Martins foi eleito presidente do diretório. (*O Nacional*, 20 jan. 1972, p. 01).

Terminadas as convenções, as lideranças políticas locais partiram para as definições da sucessão municipal. As primeiras movimentações se deram no seio do arenismo, tendo em vista a tentativa do deputado Américo Leal de lançar um candidato a prefeito na cidade. A reação de repúdio do diretório arenista local foi imediata. Em declaração a *O Nacional*, o vice-presidente do partido, Fidêncio Franciosi disse:

Em Passo Fundo temos deputado e Diretório organizado e em pleno funcionamento, com lideranças capacitadas e autênticas, razão por que, quando chegar a hora, nós mesmos vamos tratar do lançamento e da escolha dos nossos candidatos, com os nossos recursos e com o nosso potencial humano (*O Nacional*, 13 jun. 1972, p. 01).

Dias depois, o presidente da sigla no município, deputado Justiniano Augusto de Araújo Trein, também deu fortes declarações a respeito do tema: “quero meu partido prestigiado e por isso luto para que suas células básicas – os diretórios municipais- sejam os condutores e responsáveis pelo equacionamento sucessório de âmbito local [...]” (*O Nacional*, 21 jun. 1972, p. 01.). E mais adiante completou: “Sou presidente do Diretório Municipal da ARENA de meu município. Há de se entender então, porque me pronunciei discordando do dep. Américo Leal, diante da notícia de que S. Exa. Percorrera o Estado lançando candidatos, inclusive em Passo Fundo” (*O Nacional*, 21 jun. 1972, p. 01)

Encerrado o assunto da intromissão do deputado Américo Leal na sucessão da prefeitura de Passo Fundo, a ARENA postou-se para definir seus candidatos. Em um primeiro momento, foram especulados os nomes de Moisés Ribas, presidente do Centro Cívico 31 de março, como candidato a prefeito, tendo como companheiro de chapa o engenheiro Fernando Machado Carrion. Entretanto, a dobradinha não se concretizou pelo fato

de que ambas as lideranças arenistas já estavam comprometidas com a candidatura do Tenente-coronel Edu Villa Azambuja. (*Diário da Manhã*, 06 jul. 1972, p. 06).

Não obstante a candidatura de Villa Azambuja estivesse delineada, “os dirigentes da ARENA andam muito devagar e com muito desinteresse pelo pleito de 15 de novembro” (*Diário da Manhã*, 25 jul. p. 06). Somente em agosto os arenistas tornaram a discutir sobre as eleições e os demais candidatos das sub-legendas. O *Diário da Manhã* apontou as dificuldades da sigla em conseguir outros dois candidatos ao Executivo local, sendo que as principais lideranças do partido não estavam dispostas a concorrer: “Trein não deseja ser candidato. Martinelli também não. Fiori também não. Juarez Azevedo também não Juarez Diehl também não. Murilo também não” (*Diário da Manhã*, 01 ago. 1972, p. 01).

Aventou-se a possibilidade de o ex-prefeito Mário Menegaz ser novamente candidato, dessa vez pela ARENA. Inclusive, o nome de Menegaz teve boa repercussão na comunidade passo-fundense. Líderes de diversos bairros fizeram um abaixo assinado, manifestando apoio à candidatura do ex-prefeito municipal (*O Nacional*, 12 ago. 1972, p. 08). Outra importante manifestação em prol da candidatura Menegaz foi a do então governador do Rio Grande do Sul, Euclídes Triches. O governador conferenciou com Menegaz, que se encontrava no Espírito Santo, e tentou convencê-lo sem sucesso, visto que o político declinou do convite (*O Nacional*, 14 ago. 1972, p. 01).

Pelo MDB, a única candidatura consolidada desde o início das especulações foi a do ex-prefeito Wolmar Antônio Salton. Outra candidatura levantada pela grei emedebista foi a do também ex-prefeito de Passo Fundo Benoni Rosado. Conforme noticiou *O Nacional*, “são dois candidatos que o Movimento Democrático Brasileiro dispõe para disputar o pleito sucessório de novembro e que teriam seus nomes comprometidos para disputar a preferência do eleitorado passo-fundense” (*O Nacional*, 07 jul. 1972, p. 01). Dias depois, após um encontro regional do partido realizado na Câmara de Vereadores, Salton fez um pronunciamento em que “convocou os trabalhistas, o povo, as lideranças e os simpatizantes do MDB a se unirem em torno do partido nas próximas eleições, para que seja expressiva a participação nos próximos pleitos” (*O Nacional*, 11 jul. 1972, p. 08).

A partir de então, os debates internos do MDB giraram em torno da apresentação ou não de sub-legendas. Superada a especulação sobre o nome de Benoni Rosado como o segundo candidato do partido, outros nomes surgiram como possibilidades, tais como Jorge Brandarra, Noé Machado, Delmo Alves Xavier, Ernesto Scortegagna e Daniel Dipp (*O Nacional*, 19 jul. 1972, p. 01). Cogitou-se no MDB também a possibilidade de apenas

apresentar Salton como candidato pela agremiação, já que havia certa “coesão dos emedebistas” que poderia resultar numa “candidatura única” (*O Nacional*, 19 jul. 1972, p. 01).

Apenas no final do mês de agosto as chapas foram decididas. Ambas as convenções foram realizadas no dia 27 daquele mês. A ARENA definiu duas sub-legendas: “A sub-legenda n.º 1 é composta pelo vereador Ivo Biazus, como prefeito e a professora Delma Rosendo Ghem, como vice-prefeito. A sub-legenda n.º 2 está formada pelo tenente-coronel. Edú Villa de Azambuja como prefeito e dr. Juarez Paulo Zilio como vice-prefeito”. Pelo MDB também foram escolhidas duas sub-legendas, sendo a primeira formada por Wolmar Antônio Salton, como candidato a prefeito, e o Coronel Sebastião Rocha como candidato a vice. A segunda foi composta pelo vereador Odilon Soares de Lima para prefeito, e o sr. Walter Thadeu Vieira seu parceiro de chapa (*Diário da Manhã*, 29 ago. 1972, p. 08).

Com a presença de Delma Rosendo Ghem na sub-legenda arenista, foi a primeira vez que Passo Fundo teve uma mulher como candidata a um cargo do poder Executivo municipal. Delma era professora de primário e Ensino Médio no município, lecionando as disciplinas de Latim, Francês e Sociologia. Além de suas atividades profissionais ligadas principalmente ao Colégio Estadual Nicolau de Araújo Vergueiro, desempenhava diversas atividades em entidades da sociedade civil, inclusive foi a primeira mulher presidente da Academia Passofundense de Letras, além de membro do Instituto Histórico e Geográfico de Passo Fundo e de diversas outras entidades (*Diário da Manhã*, 29 ago. 1972). Por um problema de saúde, a professora acabou renunciando sua candidatura em mensagem enviada à direção da ARENA e publicada no *Diário da Manhã* (*Diário da Manhã*, 30 set. 1972, p. 08). Foi substituída por Darcy Fauth da Silva.

A campanha eleitoral desenvolveu-se de forma agitada e concorrida pela cidade e pelo interior. Foi marcada também pela presença constante de lideranças partidárias estaduais e nacionais, como a do presidente nacional do MDB, o deputado federal Ulisses Guimarães. Na ocasião, “Ulisses conclamou os passo-fundenses a sufragarem os nomes de Wolmar Salton e Odilon Soares de Lima, por que eles, junto com outros vereadores, constituem a parcela que forma o MDB, partido que está crescendo, apesar de tudo (*O Nacional*, 10 nov. 1972, p. 06). Pelo lado arenista, as lideranças que estiveram mais presentes foram o presidente regional do partido, João Dêntice, e o deputado Américo Leal. O governador do Rio Grande do Sul, Euclides Triches também teve participação importante no pleito.

No dia 15 de novembro de 1972 foram realizadas as eleições que consagraram a vitória da ARENA no município. Edú Villa de Azambuja e Juarez Zilio foram os vencedores com 9.416 votos, tendo seus companheiros de partido Ivo Biazus e Darcy Fauth da Silva, 5.788, somando 15.204. Apesar da expressiva votação da chapa Wolmar Antônio Salton/Sebastião Rocha, com 11.842 votos. A outra sub-legenda emedebista, dos candidatos Odilon Soares de Lima e Walter Vieira obteve uma votação extremamente baixa, 2.386 votos, não sendo suficiente para ajudar na vitória do MDB, partido que somou 14.228 votos (*O Nacional*, 20 nov. 1972, p. 02).

O candidato eleito, Edú Villa de Azambuja tinha 44 anos de idade e era Tenente-Coronel do Exército Brasileiro, e comandava, desde 1969, o 1º Esquadrão do 20º Regimento de Cavalaria de Passo Fundo. Cursava o bacharelado em Administração de Empresas pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de Passo Fundo. Seu vice, Juarez Paulo Zilio, tinha 30 anos, era funcionário da empresa Reunidas Planaltina S/A e formado em Direito pela Universidade de Passo Fundo. À época da eleição, cursava o bacharelado em Administração de Empresas pela mesma universidade (*O Nacional*, 15 nov. 1972, p. 07).

2.5.1. Perfil da legislatura 1972-1976

As eleições de 1972 deram à ARENA não apenas a vitória de Edú Villa de Azambuja, mas também a maioria das cadeiras do legislativo municipal. O partido do prefeito eleito conquistou 10 vagas, enquanto os opositoristas ficaram com nove. Nove suplentes assumiram a titularidade em algum momento da legislatura, sendo seis pela ARENA e o restante pelo partido opositorista. Dentre os eleitos, em comparação com o pleito anterior, há uma expressiva taxa de renovação da Câmara Municipal de 73,68%.

Tabela 43: vereadores eleitos em 1972

Nome	Partido	Idade no dia da eleição	Profissão	Formação Superior	Local de Nascimento
Adirbal da Silva Corralo	ARENA	29	Profissional Liberal	Direito	Espumoso
Airthon Colossi	ARENA	52	Profissional Liberal	Direito	General Osório
Antônio Lourenço Pires de Oliveira	ARENA	26	Profissional Liberal	Direito	Getúlio Vargas
Augusto Pigoso Homrich Cândido	MDB	51	Funcionário Público	S/I	Passo Fundo
Guarany de Rezende	ARENA	44	Profissional Liberal	S/I	Passo Fundo
Caxiense Geyer	ARENA	41	Funcionário Público	Direito/Economia	Caxias do Sul
Delmo Alves Xavier	MDB	45	Funcionário Público/Empresário	S/i	Passo Fundo
Ernesto Félix Scortegagna	MDB	46	Profissional Liberal	S/i	Passo Fundo
Ivo Pacheco	MDB	36	Empresário	S/I	Passo Fundo
Jabs Paim Bandeira	ARENA	33	Empresário	Direito	Passo Fundo
Jesus Almeida	ARENA	36	Profissional Liberal	Direito	Alegrete
Jorge Alberto Pillar Bandarra	MDB	38	Profissional Liberal	Direito	Canguçu
Leopoldino Rosa	MDB	37	Radialista	S/i	Passo Fundo
Miguel Lopes dos Santos	MDB	34	Funcionário Público/Empresário	S/I	Cruz Alta
Nelson Rosseto	ARENA	34	Empresário	Administração	Passo Fundo
Olímpio Oro	ARENA	52	Funcionário Público	S/I	Erechim
Pedro Monteiro da Costa	MDB	45	Funcionário Público	Direito	Passo Fundo
Romeu Gaspar Sales Pithan	ARENA	34	Profissional Liberal	Jornalismo/Direito	Passo Fundo
Wilson Correa Garay	MDB	42	Funcionário Público	Direito	Passo Fundo

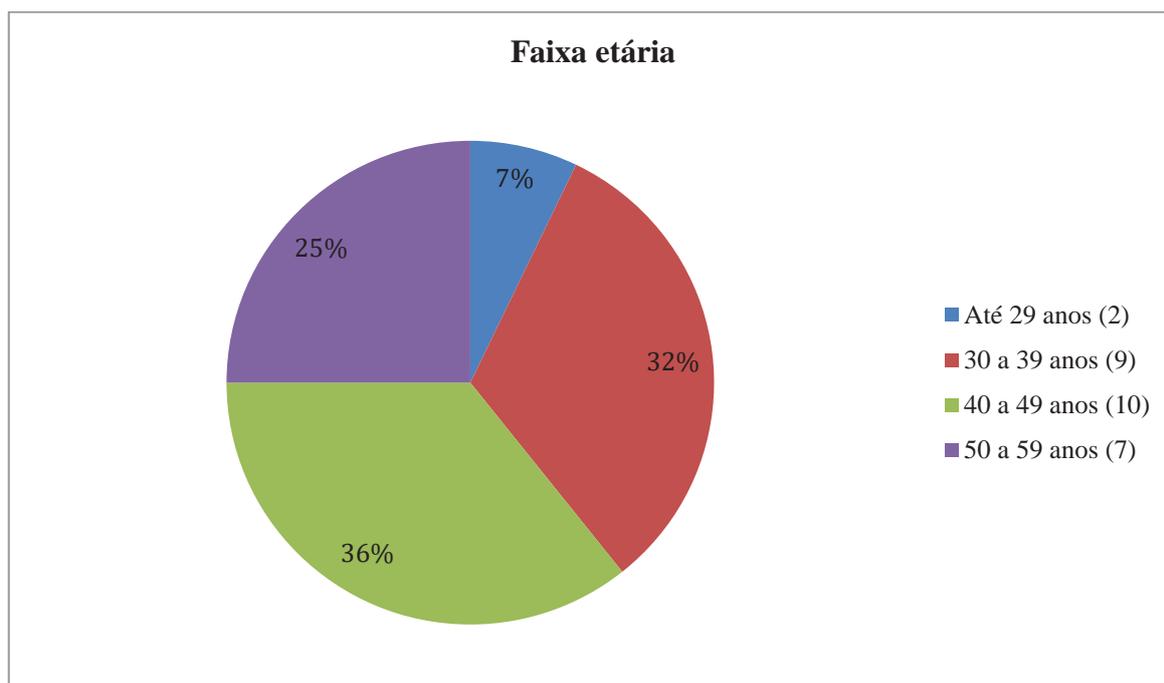
Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir dos dados disponíveis em *Galeria de ex-vereadores de 1947 a 1988*.

Tabela 44: suplentes que assumiram o cargo em algum momento na 7ª legislatura

Nome	Partido	Idade no dia da eleição	Profissão	Formação Superior	Local de Nascimento
Arthur Culmann Canfield	ARENA	57	Funcionário Público	S/I	Vacaria
Eluir José Reschke	ARENA	45	Empresário	Direito	Passo Fundo
Erion Einloft	ARENA	54	Funcionário Público	Ciências Contábeis	Passo Fundo
Jacó Stein	ARENA	49	Profissional Liberal	Direito	Passo Fundo
Lourenço de Oliveira Borges	MDB	43	Profissional Liberal	S/I	Casca
Nervilho Piovesan	MDB	50	Funcionário Público	S/I	Passo Fundo
Pedro Walter Mader	MDB	40	Professor	S/i	Porto Alegre
Polidoro Mendes da Costa	ARENA	37	Funcionário Público	Direito	Erechim
Rodolpho Rodrigues Lara	ARENA	56	Empresário	S/i	Passo Fundo

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir dos dados disponíveis em *Galeria de ex-vereadores de 1947 a 1988*.

Nesta legislatura há um novo salto na média das idades, que passa de 39,72 para 42,35 anos. Apenas dois (7%) sujeitos integram a faixa dos mais jovens, com idades até 29 anos. Na faixa entre 30 e 39 anos são nove, ou 32% do total, os líderes políticos. Marcam a faixa entre 40 e 49 anos de idade 36% da amostragem da 7ª legislatura, sendo composta por 10 indivíduos. Ainda, são sete (25%) políticos com idades entre 50 e 59 anos.

Gráfico 13: faixa etária da 7ª legislatura

Fonte: Gráfico elaborado pelo autor a partir dos dados disponíveis em *Galeria de ex-vereadores de 1947 a 1988*.

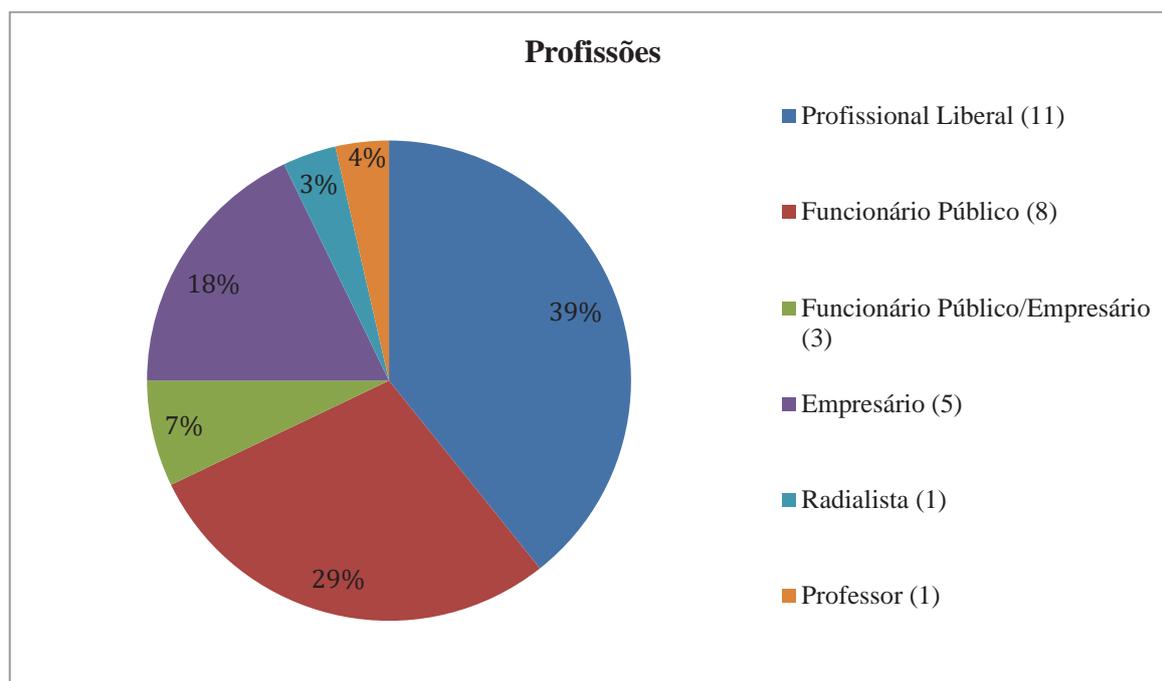
Ao contrário do que se observa na legislatura imediatamente anterior, agora os mais jovens políticos são pertencentes à Aliança Renovadora Nacional, com dois representantes na faixa de até 29 anos. Eram arenistas cinco sujeitos com idades entre 30 e 39 anos, quatro entre 40 e 49, e outros cinco entre 50 e 59 anos. À grei oposicionista estavam ligados quatro líderes políticos com idades entre 30 e 39 anos, seis na faixa que vai de 40 a 49, e mais dois indivíduos com mais de 50 anos.

Tabela 45: faixa etária (por partido) em 1972

Partido/Faixa	Até 29 anos	30-39 anos	40-49 anos	50-59 anos	mais de 60
ARENA	2	5	4	5	-
MDB	-	4	6	2	-

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir dos dados disponíveis em *Galeria de ex-vereadores de 1947 a 1988*.

Os profissionais liberais e os funcionários públicos seguem com a preferência do eleitorado passofundense na 7ª Legislatura. Nesta, os primeiros contam com 11 (39%) representantes, enquanto os segundos aparecem com oito (29%) sujeitos. São três (7%) os indivíduos que dividem suas ocupações entre o funcionalismo público e atividades empresariais. Outros cinco (18%) são empresários, além de um radialista e um professor.

Gráfico 14: profissões da 7ª legislatura

Fonte: Gráfico elaborado pelo autor a partir dos dados disponíveis em *Galeria de ex-vereadores de 1947 a 1988*.

Na ARENA prevaleciam os profissionais liberais, sendo oito sujeitos. Os demais partidários do arenismo local se dividiam em quatro funcionários públicos, e quatro empresários. Entre os emedebistas, os funcionários públicos apresentavam-se em maior número, quatro indivíduos. Os restantes eram três os profissionais liberais, dois que partilhavam suas atividades laborais entre o funcionalismo público e o setor empresarial, um radialista, um empresário e um professor.

Tabela 46: profissões (por partido) em 1972

Partido/Profissão	Profissional Liberal	Funcionário público	Funcionário Público/Empresário	Empresário	Radialista	Funcionário Público/Proprietário Rural	Professor
ARENA	8	4	-	4	-	-	-
MDB	3	4	2	1	1	-	1

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir dos dados disponíveis em *Galeria de ex-vereadores de 1947 a 1988*.

Com relação à formação superior, dentro do que foi possível identificar, novamente preponderaram, com 11 sujeitos, os formados em Ciências Jurídicas e Sociais, outros dois que, além dessa, também tinham outras formações, um em Ciências Econômicas e outro em Jornalismo. Os outros dois cujas formações em ensino superior foram possíveis identificar eram formados um em Administração e outro em Ciências Contábeis.

Apesar das duas cadeiras conquistadas pelas mulheres nas eleições anteriores, a participação de lideranças femininas nesta legislatura foi nula, inclusive, nenhuma mulher sequer disputou as eleições de 1972. Do mesmo modo, não há a presença de afro-brasileiros ou indígenas entre os vereadores eleitos.

2.6. As eleições de 1974 no Rio Grande do Sul

As eleições 1970 e 1972 foram de êxito para a ARENA. Segundo Alencastro (2014, p. 07), nacionalmente, nas eleições legislativas de 1970, o partido contou com um acréscimo de cinco milhões de votos, ampliando em 30% sua votação em relação a 1966, e alcançou a hegemonia nas disputas municipais de 1972, conquistando 92% das prefeituras do país. Dados os expressivos resultados da ARENA, conselheiros políticos do regime temiam que isso levasse a um sistema político de partido único.

Segundo Madeira (2002, p. 92), para o governo do estado, a ala pessedista da ARENA sul-rio-grandense defendia a candidatura do então vice-governador, Edmar Fetter. Porém, imediatamente o governador Euclides Triches vetou a possibilidade de Fetter ser seu sucessor e indicou à direção nacional de seu partido uma lista com três nomes, incluindo o do ex-udenista Sinval Guazzelli. Na convenção arenista, Guazzelli ficou por último na preferência de seus correligionários, atrás de Edmar Fetter, Thompson Flores e Amyr Borges. Entretanto, Guazzelli foi o escolhido e eleito pelo colégio eleitoral do estado. Madeira (2002, p. 92) ainda ressalta que a escolha de Guazzelli para suceder Triches revela “a ingerência do governo federal nas sucessões estaduais, sempre no sentido de não apoiar um nome que não representasse os grupos internos mais expressivos no interior do partido”.

Entretanto, o ano de 1974 foi de profunda transformação no panorama político nacional e estadual. O MDB lograria êxito nas eleições de novembro daquele ano, vencendo “nos principais estados e nas grandes cidades. Sobretudo, o partido emplacava 16 dos 22 senadores eleitos” (ALENCASTRO, 2014, p. 08). Por sua vez,

O Rio Grande do Sul não fugiu à regra: este estado, o candidato oposicionista Paulo Brossard (com 1.383.288 votos), vence o candidato arenista, Nestor Jost (897.803

sufrágios), por uma margem significativa de votos. A mesma tendência verifica-se na eleição para a Câmara dos Deputados, com o MDB conquistando 19 das 32 cadeiras desta casa (MADEIRA, 2002, p. 92).

Se pode atribuir o sucesso alcançado pelo MDB à flexibilização proporcionada pelo governo autoritário no que diz respeito à campanha eleitoral. Como parte da política de distensão promovida pelo governo Ernesto Geisel, a propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão possibilitou que os candidatos do MDB usassem dessa ferramenta para fazerem críticas ao governo durante a campanha parlamentar de 1974 (Cf. RIDENTI, 2014).

Contudo, há ainda outros fatores que proporcionaram o crescimento da oposição nas eleições de 1974, segundo Rodrigues (2018, p. 87), as questões de conjuntura

como o enfraquecimento da iniciativa da luta armada pela esquerda revolucionária; a maior participação da sociedade civil nas denúncias aos atos arbitrários do governo, especialmente a Igreja Católica e OAB; entre outras questões, colabora tanto para a incorporação de questões sociais na agenda da agremiação, que serão fundamentais nas eleições em 1974, quanto para a inserção e participação junto à legenda de diversos setores da sociedade gaúcha que, até este momento, não viam no partido o espaço político de intervenção política da esquerda.

Para a Assembleia Legislativa, o partido oposicionista conquistou 33 das 56 vagas. A ARENA, por sua vez, elegeu 10 deputados estaduais a menos que o MDB. Para o legislativo federal, o MDB também superou o partido situacionista, elegendo 19 deputados, enquanto a ARENA obteve 23 cadeiras.

Tabela 47: deputados estaduais (por partido) em 1974 no Rio Grande do Sul

PARTIDO	CADEIRAS
ARENA	23
MDB	33
Total	56

Fonte: TRE-RS

Tabela 48: deputados federais (por partido) em 1974 no Rio Grande do Sul

PARTIDO	CADEIRAS
ARENA	13
MDB	19
Total	32

Fonte: TRE-RS

Na busca por uma cadeira na Câmara Federal, o único candidato por Passo Fundo foi o arenista Justiniano Augusto de Araújo Trein, que foi eleito com o total de 31.417 votos, dos quais 8.762 em urnas do município (DAMIAN, 2010, p. 150). Já para a Assembleia Legislativa, quatro candidatos buscaram representar Passo Fundo: Jorge Alberto Pilar Bandarra, que foi eleito pelo MDB com 20.866 sufrágios, sendo 11.667 no município. Também pelo MDB, Delmo Alves Xavier conquistou a confiança de 7.118 eleitores, dos quais 2.801 eram de Passo Fundo. Pela ARENA, Romeu Martinelli¹⁹ e Anildo Sarturi disputaram as cadeiras do legislativo estadual, tendo o primeiro alcançado 13.645 votos, destes 6.232 em Passo Fundo, o segundo obteve 2.371 votos no município, e somou 5.228 sufrágios no total (DAMIAN, 2010, p. 162).

2.7. As eleições municipais de 1976

As movimentações na política municipal, visando às eleições, iniciaram logo no começo de 1976. O MDB promoveu encontros com lideranças políticas estaduais por toda a região, em cidades como Sertão, Getúlio Vargas, Marau, Tapejara e Passo Fundo, para, segundo vereador passofundense Leopoldino Rosa (conhecido como Dino Rosa), estar “se articulando em todos os níveis, dialogando com suas bases, através das lideranças mais expressivas das comunidades [para que] a atuação neste ano seja em termos de total coesão” (*O Nacional*, 05 jan. 1976, p. 06). Do lado arenista, as primeiras concentrações políticas do ano estiveram em torno da formação do departamento trabalhista do partido em Passo Fundo (*O Nacional*, 09 fev. 1976, p. 01).

O então prefeito, Edú Villa de Azambuja, proferiu algumas declarações ao Clube de Repórteres Políticos do município sobre o pleito que se avizinhava. Para o líder arenista, seu partido teria grandes chances de vitória tendo em vista que os feitos de sua administração deveriam canalizar votos aos candidatos de seu partido. Ainda, garantiu que a estrutura da administração municipal não seria utilizada na campanha: “A máquina da Prefeitura não será mobilizada para dar uma vitória a meu partido. Como cidadão e como filiado vou trabalhar pela vitória da ARENA” (*O Nacional*, 09 de mar. 197, p. 01). Na mesma oportunidade, o político afirmou ter convicção de que apenas 30% dos vereadores seriam eleitos novamente para a Câmara Municipal.

¹⁹ Romeu Martinelli assumiu uma cadeira na Assembleia Legislativa pela licença do deputado Firmino Girardello para assumir a Secretaria de Transportes do Estado.

A partir de daí os diretórios locais de MDB e ARENA voltaram seus esforços para definirem as candidaturas que viriam a defender as siglas no pleito de novembro. Os situacionistas mobilizaram suas principais lideranças para a formação de suas nominatas ao Executivo e ao legislativo. Em reunião partidária, em que estavam presentes Juarez Nogueira de Azevedo, o deputado Romeu Martinelli, o prefeito Edú Villa de Azambuja, dos secretários municipais Firmino Girardello e Adirbal Corralo, o vereador Jabs Paim Bandeira, líder da sigla na Câmara e outras lideranças, foi deliberado que seria elaborada uma lista com sessenta nomes de possíveis candidatos, dentre eles os nomes a prefeito e vice-prefeito (*O Nacional*, 16 mar. 1976, p. 06).

Do lado emedebista, as disputas internas tiveram certo foco na imprensa local. Principalmente quando, após declarações do presidente da sigla, Ruy do Amaral Martins, o vereador Delmo Alves Xavier o rebateu energicamente em carta enviada ao *O Nacional*. Martins declarou “existir um clima de apatia envolvendo a Oposição passofundense”. Em carta publicada no jornal citado, o vereador foi incisivo em suas críticas:

O que nos causou grande estranheza foram as declarações do Presidente do Diretório Municipal do MDB de Passo Fundo, Dr. Ruy do Amaral Martins, em que o mesmo está preocupado com a <<apatia>> do Partido em Passo Fundo. Mostrou-se descontente com a falta de apoio dos companheiros da Executiva, membros do Diretório e demais lideranças. Pergunto ao ilustre Diretor [do *O Nacional*] como poderemos colaborar com o Presidente se o mesmo somente convocou seus membros em 1974, por força de Lei, para reestruturação. Em 1975, nunca o MDB de Passo Fundo foi convocado, através de seu Presidente Ruy.

Adiante, o vereador completa: “Segundo nos consta o Presidente Ruy está disposto a renunciar à Direção do M.D.B, local estranhando a falta de cooperação de seus companheiros. Minha opinião é de que de fato, o Sr. Ruy do Amaral Martins perdeu as condições de liderar o M.D.B de Passo Fundo” (*O Nacional*, 29 mar. 1976, p. 03).

Em junho, a sucessão municipal começava a ser equacionada. Ambos os diretórios partiam para a consolidação das suas principais lideranças como nomes para disputarem o governo municipal. Pela ARENA, o principal nome era Fernando Machado Carrion, que havia sido especulado para compor uma das chapas da sigla nas eleições anteriores. “Do lado do MDB, tem-se como assentada a candidatura do industrial Wolmar Salton, que no último pleito teve consagradora votação, apresentando-se como o candidato mais votado [...]”. (*Diário da Manhã*, 26 jun. 1976, p. 01).

A primeira sigla a definir seus candidatos foi a situacionista. Em convenção realizada em 18 de agosto, a ARENA definiu três sub-legendas para a disputa local, temo como

candidatos Fernando Machado Carrion, a prefeito e Eluyr José Reschke a vice; Jesus Almeida, prefeito e Polidoro Mendes da Silva, vice; e Juarez Paulo Zilio, prefeito e Osvaldo Rodrigues Lara, vice (*O Nacional* 19 ago. 1976, p.08). Os arenistas demonstraram-se coesos na escolha de seus candidatos ao Executivo municipal durante a convenção, sendo que a votação para escolha dos nomes “resultou com a distribuição equitativa de 12 votos para cada uma e mais um voto em branco” (*Diário da Manhã*, 19 ago. 1976, p. 06).

Dias depois, em 26 de agosto, o MDB realizou a sua convenção para definir seus candidatos. Confirmou-se a candidatura mais esperada, de Wolmar Salton, para prefeito, tendo Firmino Duro como seu companheiro de chapa. As outras sub-legendas do partido foram compostas por Ruy do Amaral Martins, candidato a prefeito, e o ex-prefeito Sinval Bernardon como seu vice, e Raul Lima Lângaro e Ilmo Santos completaram a nominata emedebista (*O Nacional*, 27 ago. 1976, p.08). Diferentemente do ocorrido seio arenista, o a escolha dos candidatos da sigla oposicionista ocorreu com uma disputa mais acirrada, tendo Wolmar e Firmino recebido 16 votos, Ruy e Sinval e Raul e Ilmo 14 votos dos seus partidários (*Diário da Manhã*, 27 ago. 1976, p. 08).

Com os candidatos definidos, as agremiações partiram para suas campanhas nos bairros, centro e interior do município. Porém, algumas acusações se sucederam. Ivo Biazus, presidente da ARENA, afirmou que os candidatos da oposição “se preocupam mais em apontar defeitos dos candidatos arenistas do que demonstrar suas próprias virtudes”. Adiante, o mandatário arenista afirmou que os emedebistas “se preocupam em denegrir as realizações do Governo na área federal e estadual, já que no âmbito municipal de Passo Fundo não se atrevem a atacar a administração municipal, tendo em vista suas realizações concretas que estão à vista e ao conhecimento de toda a população” (*Diário da Manhã*, 26 set. 1972, p. 05).

Um dos principais líderes do MDB, vereador Ernesto Scortegagna, candidato à reeleição, saiu em ataque ao partido situacionista. Afirmou ser “notório que dos três candidatos arenistas nenhum conseguiu sensibilizar a opinião pública [...]”. Ainda, disse que “os problemas econômicos nacionais deverão pesar mais na balança do resultado final das eleições de novembro que as circunstâncias de âmbito local, porque o povo em situação bem menos desfavorável agora do que em 1974” (*Diário da Manhã*, 02 out.1976, p. 06).

Por fim, o pleito encerrou-se com uma expressiva vitória de Wolmar Salton. O emedebista obteve 17.809 votos, enquanto seus companheiros de partido, Ruy do Amaral Martins e Raul Lângaro conquistaram 841 e 1.225, respectivamente, totalizando 19.875 sufrágios para os oposicionistas. Pela ARENA, o candidato mais votado foi Juarez Zilio, com

8.284. Fernando Machado Carrion fez 5.880 e Jesus Almeida 4.414, tendo a legenda totalizado 18.578 (*O Nacional*, 18 nov. 1976, p. 10).

Wolmar Antônio Salton foi pela segunda vez eleito prefeito de Passo Fundo, com 65 anos de idade e seguia com suas atividades industriais no ramo madeireiro. Seu vice, Firmino Duro²⁰, era natural de Passo Fundo e formado em medicina pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tinha 50 anos na data da eleição.

2.7.1. Perfil da legislatura 1976-1982

A novidade para as eleições legislativas municipais de 1976 foi o aumento no número de cadeiras na Câmara de Vereadores de Passo Fundo, passando de 19 para 21 vagas. O MDB conquistou 12 dessas vagas, dando a maioria aos partidários de Wolmar Salton. Por sua vez, a ARENA ficou com apenas nove vagas. Somente três suplentes assumiram em caráter temporário, o que gera um grupo de 24 políticos estudados nessa legislatura. Para esta legislatura, foram 11 os reeleitos, o que significa uma renovação de 47,61% nos quadros do legislativo municipal.

²⁰ Firmino Duro assumiu o posto de Prefeito quando a Câmara Municipal de vereadores declarou a incapacidade de Wolmar Salton devido à saúde debilitada (*O Nacional*, 8 jan. 1981, p. 01).

Tabela 49: vereadores eleitos em 1976

Nome	Partido	Idade no dia da eleição	Profissão	Formação Superior	Local de Nascimento
Adirbal da Silva Corralo	ARENA	33	Profissional Liberal	Direito	Espumoso
Anoel Simplicio Portella	ARENA	34	Funcionário Público	Direito	Passo Fundo
Antônio Albery dos Santos Antônio	ARENA	44	Funcionário Público	S/i	Soledade
Lourenço Pires de Oliveira	ARENA	40	Profissional Liberal	Direito	Getúlio Vargas
Aregeu Rigo Santarém	MDB	32	Profissional Liberal	Estudos Sociais	Passo Fundo
Delmo Alves Xavier Cândido	MDB	49	Funcionário Público/Empresário	S/i	Passo Fundo
Guarany de Rezende	ARENA	48	Profissional Liberal	S/I	Passo Fundo
Ernesto Félix Scortegagna Fidêncio	MDB	50	Profissional Liberal	S/i	Passo Fundo
Garibaldi Franciosi	ARENA	54	Proprietário Rural/Empresário	S/i	Não-me- toque
Heloísa Almeida	MDB	49	Funcionária Pública	S/i	Passo Fundo
Hildo Wollmann	ARENA	42	Funcionário Público	Jornalismo	Candelária
Ivo Francisco Ferrão	MDB	45	Auxiliar de Indústria	S/i	Campos Novos/SC
Ivo Pacheco	MDB	40	Empresário	S/I	Passo Fundo
José Mário de Lima Cruz	ARENA	38	Funcionário Público	Direito	Passo Fundo
Leopoldino Rosa	MDB	41	Radialista	S/i	Passo Fundo
Miguel Lopes dos Santos	MDB	38	Funcionário Público/Comércio	S/I	Cruz Alta
Nelson Rosseto Nervilho	ARENA	38	Comércio	Administração	Passo Fundo
Piovesan	MDB	54	Funcionário Público	S/I	Passo Fundo
Odilon Soares de Lima	MDB	52	Funcionário Público	S/i	Vacaria

Ulisses Vieira Camargo	MDB	48	Funcionário Público	S/i	Passo Fundo
Wilson Correa Garay	MDB	46	Funcionário Público	Direito	Passo Fundo

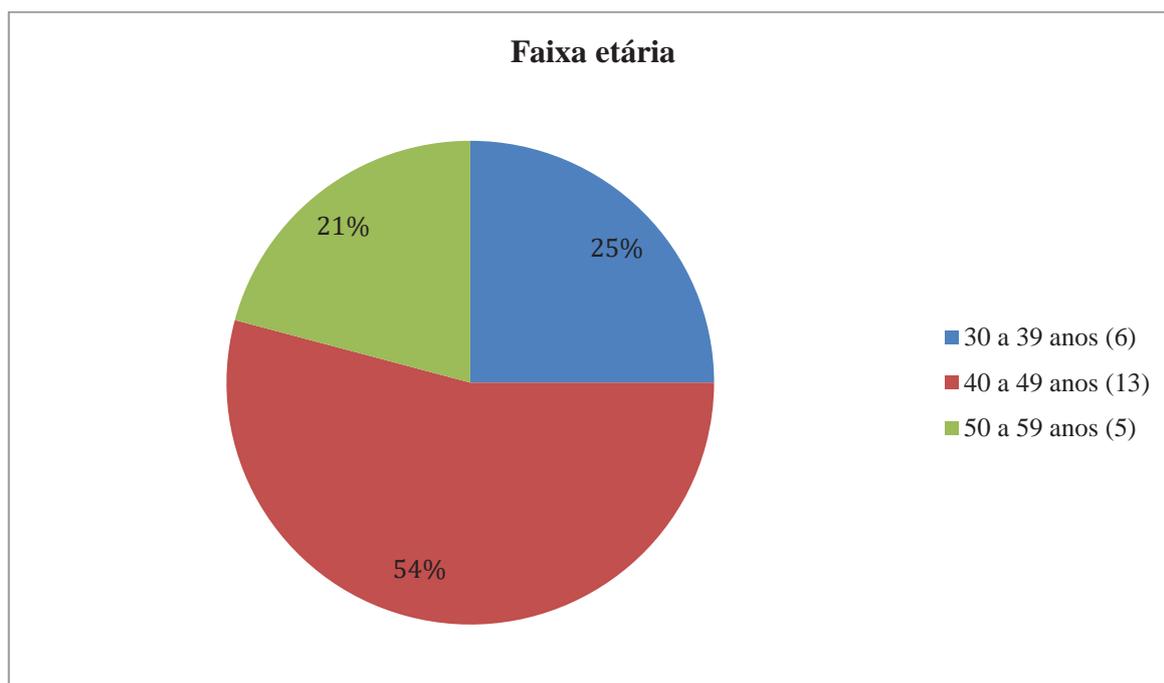
Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir dos dados disponíveis em *Galeria de ex-vereadores de 1947 a 1988*.

Tabela 50: suplentes que assumiram o cargo em algum momento na 8ª legislatura

Nome	Partido	Idade no dia da eleição	Profissão	Formação Superior	Local de Nascimento
Augusto Pigozo Homrich	MDB	55	Funcionário Público	S/I	Passo Fundo
Flávio Lima de Araújo	ARENA	45	Viajante Comercial	S/i	Passo Fundo
Pedro Monteiro da Costa	MDB	49	Funcionário Público	Direito	Passo Fundo

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir dos dados disponíveis em *Galeria de ex-vereadores de 1947 a 1988*.

Seguindo a tendência das legislaturas anteriores, a média das idades dos políticos aumentou para 44,33 anos. Entre 30 e 39 anos aparecem sete, ou 25%, das lideranças políticas locais. Dominam a legislatura os com idades entre 40 e 49 anos de idade com nove sujeitos, o que representa 54% do total. Ainda, são cinco indivíduos com idades entre 50 e 59 anos, 21% do total. Não há a presença de jovens lideranças, na faixa de até 29 anos, da mesma forma que não estão presentes sujeitos mais velhos, com idade acima de 60 anos.

Gráfico 15: faixa etária da 8ª legislatura

Fonte: Gráfico elaborado pelo autor a partir dos dados disponíveis em *Galeria de ex-vereadores de 1947 a 1988*.

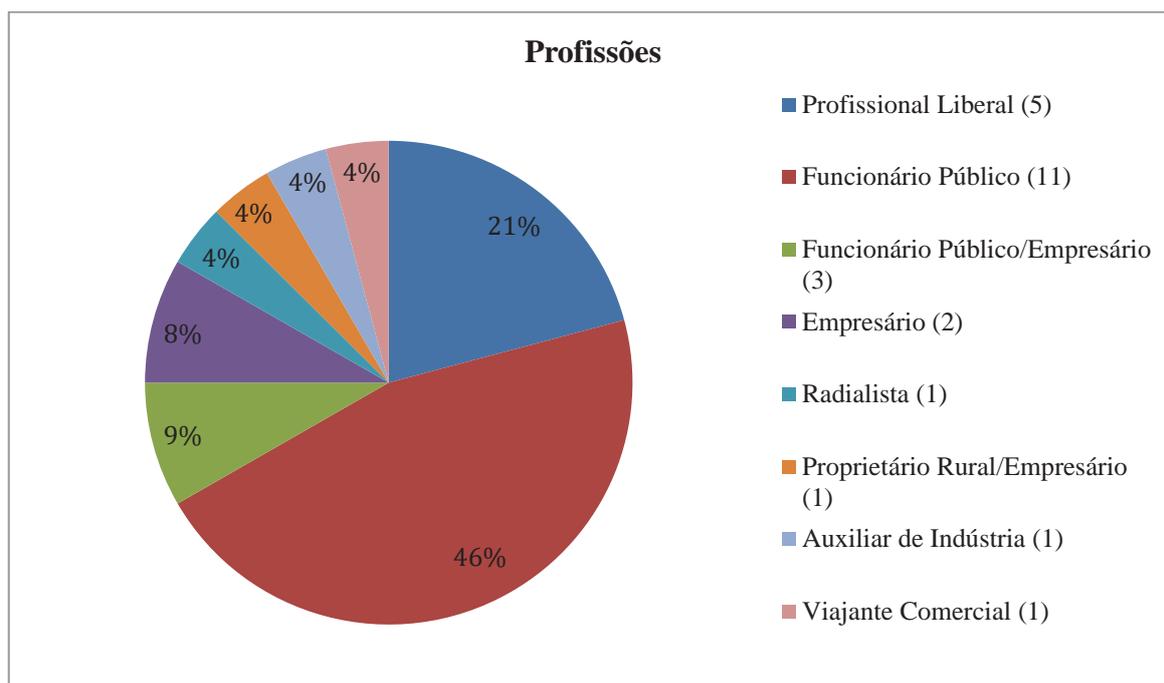
Tanto no MDB quanto na ARENA prevalecem os sujeitos na faixa entre 40 e 49 anos de idade, sendo oito pertencentes ao Movimento Democrático Brasileiro e cinco na Aliança Renovadora Nacional. Ao partido de oposição à ditadura ainda pertenciam dois indivíduos com idades entre 30 e 39 e quatro na faixa 50-59. Pela ARENA, aparecem quatro lideranças com idades entre 30 e 39 anos, e um único político no intervalo 50-59 anos de idade.

Tabela 51: faixa etária (por partido) em 1976

Partido/Faixa	Até 29 anos	30-39 anos	40-49 anos	50-59 anos	mais de 60
ARENA	-	4	5	1	-
MDB	-	2	8	4	-

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir dos dados disponíveis em *Galeria de ex-vereadores de 1947 a 1988*.

Os funcionários públicos dominaram as eleições de 1976 com 11 representantes, ou 49% do total. Na sequência figuram os profissionais liberais com cinco (21%). Dividiam suas atividades profissionais entre o funcionalismo público e o empresariado três políticos de Passo Fundo, o que representa 9%. Apenas dois (8%) dedicavam-se integralmente à profissão de empresário, e um (4%) a compartilhava com o trabalho de Proprietário Rural. Completam a amostra um (4%) radialista, um (4%) auxiliar de indústria e um (4%) viajante comercial.

Gráfico 16: profissões da 8ª legislatura

Fonte: Gráfico elaborado pelo autor a partir dos dados disponíveis em *Galeria de ex-vereadores de 1947 a 1988*.

No que diz respeito à relação entre as profissões e os partidos políticos aos quais os líderes locais pertenciam, tem-se que à ARENA eram vinculados três profissionais liberais, quatro funcionários públicos, um empresário, um viajante comercial e um indivíduo que conciliava suas atividades profissionais entre empresário e proprietário rural. O MDB, por sua vez, tinha em seus quadros sete funcionários públicos, o que representa a metade das lideranças do partido, dois profissionais liberais, dois líderes que dividiam suas atividades de trabalho entre funcionário público e empresário, um empresário, um radialista e um auxiliar de indústria.

Tabela 52: profissões (por partido) em 1976

Partido/Profissão	Profissional Liberal	Funcionário público	Funcionário Público/Empresário	Empresário	Viajante Comercial	Radialista	Empresário/Proprietário Rural	Auxiliar de Indústria
ARENA	3	4	-	1	1	-	1	-
MDB	2	7	2	1	-	1	-	1

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir dos dados disponíveis em *Galeria de ex-vereadores de 1947 a 1988*.

Dos 24 líderes do município 16 eram naturais de Passo Fundo. Foi possível apurar a formação superior de apenas nove indivíduos. Seis eram formados em Ciências Jurídicas e Sociais e os outros três dividiam-se em Jornalismo, Estudos Sociais e Administração de Empresas. Também, não foram identificados políticos afro-basileiros ou indígenas nos quadros da elite política local.

As mulheres voltam a ter representação na legislatura eleita em 1976. Heloísa Almeida²¹ foi eleita pelo Movimento Democrático Brasileiro para uma cadeira na Câmara Municipal de Vereadores. Almeida era funcionária pública e tinha 49 anos de idade no dia da eleição.

2.8. As eleições de 1978 no Rio Grande do Sul

Diferentemente dos anos anteriores, em 78 não houve disputa no seio arenista para a sucessão estadual. Os ex-pessedistas retornam ao comando do estado com a escolha realizada pelo presidente Ernesto Geisel, que preferiu o até então vice-governador Amaral de Sousa, acompanhado por Otávio Germano, que também era oriundo do PSD (MADEIRA, 2002, p.93).

O pleito de 1978 foi o último entre ARENA e MDB, tendo em vista o fim do bipartidarismo um ano mais tarde, num processo de “distensão lenta, gradual e segura” (SILVA, 2019, p. 333). O avanço dos oposicionistas nas eleições de 1974 levou o governo autoritário a promover uma série de reformas eleitorais em 1976, com a Lei Falcão, que estabelecia limites à propaganda no rádio e na TV, e em 1977 com o chamado “pacote de abril”, que, dentre outras medidas, criava a figura do “senador biônico” eleito por colégio eleitoral, com vistas a evitar que a oposição conquistasse a maioria no Senado (FAUSTO, 2018, p. 272). Essas mudanças ocorreram

Em um momento de impasse, em que a oposição, fortalecida pelas vitórias nas urnas, exige maiores concessões, e o poder militar, pressionado na retaguarda pela *linha dura*, procura manter o controle do processo de abertura, bem como de seus objetivos iniciais. O impasse avoluma-se e a crise eclode em abril de 1977, quando após uma série de desentendimentos entre o MDB e os projetos do governo no Congresso Nacional, Geisel acusa a oposição de “montar uma ditadura da maioria”, negando-se a votar as desejadas reformas na constituição. Assim, o presidente-general ordena o fechamento do Congresso Nacional e edita uma série de medidas de alteração da ordem constitucional (SILVA, 2019, p. 339).

²¹ Heloísa Almeida tentou a reeleição em 1982 e em 1988, mas não obteve êxito.

Ao Senado, concorreram pela ARENA Mário Bernardino Ramos, que obteve 620.405 votos, José Mariano da Rocha Filho, que conquistou 329.982, e Fernando Affonso Gay da Fonseca, que alcançou 140.744 sufrágios. Apesar de utilizar-se das sublegendas, os governistas não conseguiram superar os 1.751.469 votos recebidos pelo principal líder emedebista do Rio Grande do Sul, Pedro Simon. Contudo, a representação arenista estava garantida dentre os senadores do estado, visto que Tarso Dutra foi escolhido o “senador biônico”, eleito pelo colégio eleitoral (MADEIRA, 2002, p. 95).

Apesar das reformas que restringiam o MDB de acessar os meios de comunicação e a difusão de suas ideias, o partido de oposição continuou com bons resultados. Para a Câmara Federal, os emedebistas perderam apenas um deputado ficando com 18 vagas, tendo a ARENA conquistado uma cadeira a mais e somando 14 assentos. Já para a Assembleia Legislativa, a perda oposicionista foi de dois deputados, somando 31 deputados eleitos, cedendo as duas vagas ao partido da ditadura, que ficou com 25 assentos.

Tabela 53: deputados estaduais (por partido) em 1978 no Rio Grande do Sul

PARTIDO	CADEIRAS
ARENA	25
MDB	31
Total	56

Fonte: TRE-RS

Tabela 54: deputados federais (por partido) em 1978 no Rio Grande do Sul

PARTIDO	CADEIRAS
ARENA	14
MDB	18
Total	32

Fonte: TRE-RS

Buscando representar Passo Fundo na Assembleia Legislativa, seis candidatos se apresentaram para o eleitorado. Pela ARENA, Romeu Martinelli²² elegeu-se com 25.755 votos, conquistando a preferência de 6.931 cidadãos em Passo Fundo. Também pelo partido governista, Paulo Pires conquistou 14.559, 1.409 em Passo Fundo, e Adirbal Corralo 13.499,

²² Romeu Martinelli nasceu em Passo Fundo, em 1931, formou-se bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Elegeu-se vereador em 1955 e foi reeleito em 1959 e 1963 (Cf. *Galeria de ex-vereadores: de 1947 a 1988*).

sendo 5.065 de urnas passo-fundenses. Pelo MDB, Jorge Alberto Pilar Bandarra foi o mais votado, conquistando 12.825 sufrágios, dos quais 7.001 no município. Além de Bandarra, Éden Pedrosa e Delmo Alves Xavier concorreram pela oposição, tendo o primeiro alcançado a confiança de 12.375 eleitores, sendo 4.808 de Passo Fundo, e o segundo 10.561 sufrágios, 6.403 no município (DAMIAN, 2010, p. 163).

Em 1978, dois candidatos de Passo Fundo concorreram à Câmara dos Deputados: o deputado federal arenista Justiniano Augusto de Araújo Trein foi reeleito com 49.360 sufrágios, tendo contabilizado 11.972 em Passo Fundo, enquanto o vereador emedebista Ernesto Félix Scortegagna não obteve êxito (DAMIAN, 2010, p. 150).

2.9. O Retorno ao pluripartidarismo

A chegada de Ernesto Geisel à presidência da República significou o início de um processo lento e gradual de abertura política no Brasil. Teixeira da Silva (2019, p. 325) credencia como principais atores desse processo, por um lado o grupo ligado aos ideais de Castelo Branco, que esteve envolto ao projeto Geisel-Golbery²³, militares que desejavam a reconstitucionalização do país nos termos de uma transição sob a tutela dos militares, e de outro as forças políticas de oposição organizadas no MDB, tendo como principais lideranças Tancredo Neves, Ulysses Guimarães, José Richa, Fernando Henrique Cardoso e outros.

Para Kinzo (2001, p. 04), são três as fases de transição:

A primeira, de 1974 a 1982, é o período em que a dinâmica política da transição estava sob total controle dos militares, mais parecendo uma tentativa de reforma do regime do que os primeiros passos de uma transição democrática de fato. A segunda fase, de 1982 a 1985, é também caracterizada pelo domínio militar, mas outros atores não civis não passam a ter um papel importante no processo político. Na terceira fase, de 1985 a 1989, os militares deixam de deter o papel principal (apesar de manterem algum poder de veto), sendo substituídos pelos políticos civis, havendo também a participação dos setores organizados da sociedade civil.

Apesar das iniciativas liberalizantes iniciadas com Geisel em 1974, o primeiro avanço realmente significativo foi a revogação do Ato Institucional nº 5, em 1978. No ano seguinte, João Baptista Figueiredo assumiu a presidência e proporcionou a continuidade do processo de abertura e o passo seguinte foi “um dos principais pontos da agenda colocada pelo movimento popular ao governo de Figueiredo era a Anistia, item fundamental para a retomada do processo político da abertura, cada vez mais sob o risco de ultrapassagem do

²³ O projeto Geisel-Golbery “tratava-se, em verdade, de realizar a volta organizada aos quartéis, enquanto o regime ainda tinha prestígio e alguma força criativa” (SILVA, 2019, p. 333).

governo pelo movimento popular” (SILVA, 2019, p. 341). Muito embora a proposta fosse limitada aos olhos do MDB, proporcionaria o retorno de antigas lideranças políticas do país ao embate político e o restabelecimento dos direitos civis (RODRIGUES, 2018, p. 93).

O governo de Figueiredo também foi responsável pela reformulação da legislação partidária, aprovando no “Congresso Nacional a Lei da Reforma Partidária, extinguindo o bipartidarismo estabelecido em 1966 e possibilitando a criação de inúmeros partidos políticos no país que atendessem as mais variadas gamas da complexa sociedade que o Brasil já se via diante naquele momento” (RODRIGUES, 2018, p. 93). Porém, é preciso ressaltar que o interesse governista na reforma partidária era de dividir a oposição, até então reunida no MDB, para manter o controle sobre a transição (KINZO, 2001, p. 06).

O Partido Democrático Social (PDS) foi formado a partir das bases da ARENA e agrupou os políticos que apoiavam o regime autoritário. Dentro da nova organização política proposta a partir das reformas eleitorais, conforme Freire (2014, p. 300):

O carro chefe desse novo sistema, na perspectiva do governo, deveria ser o Partido Democrático Social – o PDS, o qual, em 1981, reunia grande força político-parlamentar: 212 deputados federais (de um total de 420), 36 senadores (de um total de 67), além de cerca de 65% dos prefeitos do país .

O PDS surge, então, como a grande força conservadora capaz de aglutinar as forças conservadoras do país.

Nos dizeres de Madeira (2002, p. 125), o Rio Grande do Sul é um dos estados em que a estratégia governista obtém êxito, já que conseguiu direcionar as bases da ARENA para o PDS e dividir a oposição em outros partidos. Tal êxito é consagrado pela vitória do candidato do partido governista na primeira eleição direta ao governo do estado em que a oposição disputou fragmentada.

Em Passo Fundo, a formação do PDS se deu com a migração completa dos principais líderes arenistas para a nova agremiação. Porém, houve o desconcerto dos vereadores Adirbal Corralo e Hildo Wollmann, que inclusive anunciaram a ida para o Partido Popular (PP), enquanto os vereadores Cândido Rezende e Nelson Rosseto estavam também na órbita do PP (*O Nacional*, 18 jan. 1980, p. 01). Contudo, Corralo e Wollmann “disseram que não viam muita possibilidade de criação do PP, ao menos em Passo Fundo, afirmando que o PP será um partido de oposição e que já existem dois partidos de oposição [...]” (*O Nacional*, 03 mar. 1980, p. 01).

Findada a tentativa de criar o PP²⁴, os ex-arenistas que se encontravam sem partido resolveram a questão e tomaram o rumo do PDS. Apesar do grupo arenista na Câmara Municipal ter acabado por migrar integralmente para o PDS, ficou evidenciada a disputa interna no centro da nova agremiação na dificuldade do partido em escolher entre Lourenço Pires e Adirbal Corralo a liderança da bancada no legislativo municipal. Tanto que, para conseguir participar da primeira reunião plenária da Câmara, a liderança da bancada foi exercida por Cândido Rezende que foi escolhido na ocasião por ser o pedessista mais velho (*O Nacional*, mar. 19, p. 04). Dias depois foi confirmado que a liderança do PSD no legislativo municipal seria de Adirbal Corralo (*O Nacional*, 24 mar. 1980, p. 04).

A escolha da presidência do PDS local também passou por atritos entre os grupos que compunham a nova agremiação. Dois candidatos apresentaram seus nomes para comandarem o partido: o ex-prefeito Edú Villa de Azambuja e do empresário Thadeu Annoni Nedef (*O Nacional*, 06 out. 1980). Porém, poucos dias antes da reunião que definiria a questão da presidência, Nedef retirou sua candidatura, “condenando conchavos que qualificou de sorrateiros”, fato que foi lamentado pelo ex-prefeito Mário Menegaz (*O Nacional*, 10 out. 1980). Com a desistência do adversário, Villa de Azambuja foi eleito presidente do PDS de Passo Fundo com 30 votos dos 45 possíveis, onze brancos, um nulo e três ausências. Dentre os ausentes estavam Nedef e Menegaz, cujo não comparecimento à reunião partidária foi tratado com pesar por Adirbal Corralo (*O Nacional*, 11 out. 1980, p. 01).

O Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) foi o sucessor direto do extinto MDB. Por esse motivo, aproveitou-se do crescimento obtido ao longo dos anos 70 e de todo o processo de abertura política. Segundo Freire, (2014, p. 303) “manteve vínculos estreitos com segmentos da mídia liberal, setores universitários e diferentes entidades da sociedade civil”, tais condições proporcionavam ao PMDB a oportunidade de manter-se no centro do jogo político. Entretanto, o autor ainda coloca que, ao contrário do PDS, o PMDB sofre grandes baixas na Câmara Federal, perdendo 76 deputados federais, perdeu cinco senadores e o único governador de estado que tinha (FREIRE, 2014, p. 302).

No caso sul-rio-grandense segundo Rodrigues (2018, p. 94) reorganização partidária levou a uma disputa pela herança trabalhista no estado, especialmente entre Pedro Simon, que comandou o MDB na década de 1970, e Leonel Brizola. Desse modo, para a formação do PMDB no estado, Simon

²⁴ O ex-vereador Arthur Culmann Canfield ainda tentou liderar a formação do Partido Popular em Passo Fundo, em 1981, porém a investida fracassou diante da dissolução da sigla e consequente incorporação de seus membros ao PMDB.

apoiou-se no capital político acumulado durante o período do bipartidarismo, seja via os elos nacionais que havia constituído com as principais lideranças nacionais da legenda, bem como no relativo sucesso para mobilizar seus vínculos internos e redes de lealdades que foram constituídas durante os mais de 10 anos em que esteve no controle da legenda. Na disputa com Brizola pelo espólio trabalhista, o mesmo se intitulará herdeiro da abordagem trabalhista de Alberto Pasqualini e seus princípios fundados no capitalismo solidário e justiça social, a qual combina influências do reformismo social europeu e da doutrina social católica, diferenciando-se assim do trabalhismo brizolista, o que lhe possibilitava a uma menor rigidez ideológica, necessária naquele contexto de ampliação da composição do MDB por grupos das mais variadas matizes ideológicas (RODRIGUES, 2018, p. 97).

Para a formação do diretório municipal do PMDB passo-fundense, o senador Pedro Simon se fez presente logo no início de 1980 para prestigiar o primeiro encontro do partido no município. Conforme *O Nacional*, “o referido encontro faz parte de um programa que vem sendo posto em prática por lideranças oposicionistas locais objetivando consolidar o sucedâneo do MDB também em Passo Fundo [...]” (*O Nacional*, 05 jan. 1980, p. 03).

Ao passo que no PSD ingressaram todos os vereadores da extinta ARENA, o PMDB local herdou sete legisladores municipais dos 12 eleitos pelo MDB, sendo eles “Delmo Xavier, Odilon Soares Lima, Miguel Lopes dos Santos, Ivo Ferrão, Nervilho Piovesan, Heloísa Almeida e Ivo Pacheco” (*O Nacional*, 14 abr. 1980, p. 01). Na Câmara de Vereadores, a posição de líder da bancada do partido de Simon foi ocupada por Delmo Alves Xavier, tendo como vice-líder o vereador Ivo Pacheco (*O Nacional*, 06 mar. 1980, p. 04). A agremiação também contou com a filiação do vice-prefeito Firmino Duro e teve o prefeito Wolmar Salton como seu presidente de honra.

A disputa que a nível estadual concentrava-se em Brizola e Simon teve seus desdobramentos também em Passo Fundo. As principais lideranças do PMDB local teceram diversos ataques à Brizola o acusando de “falsa liderança” e “extremista”. O vereador Miguel Lopes dos Santos declarou ao *O Nacional* que

a doutrina trabalhista não é propriedade de ninguém, mas sempre foi básica para o MDB durante os longos anos antes da atual abertura e em razão disso, o atual PTB também se constitui num fator de esvaziamento da oposição. Além de tudo isso, Miguel considera Brizola um filho pródigo ingrato por sua arrogância de superioridade por querer ser o dono do PTB e o trabalhismo em si (*O Nacional*, 26 fev. 1980).

O bloco parlamentar trabalhista da Câmara de Vereadores em resposta às declarações de Santos publicou uma nota, no *O Nacional*. Nela, os correligionários de Brizola

descreveram diversas ações do líder em benefício do estado, e suas ações em defesa da democracia às vésperas do Golpe de 1964. Também, a nota dizia

Aqueles que se utilizaram de seu nome e do nome do PTB para abocanharem votos em pleitos eleitorais e agora lhes voltam as costas com acusações de falsa liderança e extremismo, merecem apenas nossa lástima pelo errôneo caminho tomado. Estão nessa hora contra a história e a memória nacional. Respeitamos suas opiniões, embora lamentamos que pela terceira vez desde seu retorno, Brizola seja agredido na imprensa local e novamente por políticos ligados ao sucedâneo do MDB, partido criado no ventre da ditadura e saciado em sua voracidade eleitoreira sobre os despojos do velho e perseguido PTB (*O Nacional*, 28 fev. 1980, p. 08).

Os vereadores que subscreveram a nota, Argeu Santarém, Dino Rosa, Wilson Garay, Ulisses Camargo e Ernesto Scortegagna, são as lideranças que em Passo Fundo trabalharam pela criação do PTB, seguindo os passos de Brizola. Porém, por uma decisão do Tribunal Superior Eleitoral a sigla do PTB foi registrada pelo grupo liderado por Ivete Vargas²⁵ (HEINZ, 2005, p. 70), tendo o antigo líder petebista que buscar a criação de uma nova agremiação. Frente à decisão judicial, a grei trabalhista de Passo Fundo protestou e foi à imprensa local. Os líderes declararam que “entregar a sigla do PTB a senhora Ivete Vargas Martins é o mesmo que transformar o partido de Vargas num capacho do governo que aí está” (*O Nacional*, 15 mai. 1980, p. 08).

Conforme Flávio Heinz (2005, p. 70), “Em um encontro nacional dos trabalhistas, realizado no mês de maio de 1980, foi constituído o Bloco Parlamentar do Partido do Trabalhismo Democrático (PTD). Mas essa sigla logo foi substituída, sendo fundado então o Partido Democrático Trabalhista (PDT)”. De imediato, com a fundação do PDT, o grupo de parlamentares que constituíam o bloco petebista na Câmara de Passo Fundo se dissolveu e formou a bancada do PTD e posteriormente do PDT (*O Nacional*, 20 mai. 1980, p. 01).

Com menor expressão, em formou-se também em Passo Fundo o Partido dos Trabalhadores (PT). Para Freire (2014, p. 306),

é possível situar o PT como um partido-frente que reuniu em seu bojo sindicalistas, líderes de movimentos sociais, setores da Igreja popular e ex-militantes da luta armada de diferentes organizações em torno de um projeto de cunho socialista a ser construído na prática.³¹ Dois foram os alvos preferenciais do partido: a tradição conservadora e oligárquica da política brasileira, além do caráter “atrasado” e “populista” das “velhas esquerdas” representadas pelos partidos comunistas e pelo PTB varguista.

²⁵ O descontentamento gerado pela decisão de conceder o registro da sigla do PTB para Ivete Vargas era motivado pelo fato de que ela era “conhecida pelas suas práticas fisiológicas tradicionais” (FERREIRA, 2018, p.31).

O partido iniciou suas articulações ainda em 1980, estabelecendo uma comissão provisória constituída por “Clóvis Figueiredo, escriturário e presidente, Paulo César Rigo, bancário, Edgar Luiz Bierende, estudante, Josseli Pedro Souza, metalúrgico” (*O Nacional*, 229 out. 1980, p. 01). Entretanto, o PT conseguiu firmar-se no cenário político municipal no ano seguinte, realizando sua convenção no dia 21 de junho de 1981, e o presidente da comissão provisória declarou “que na medida em que a proposta, que é organizar a classe trabalhadora politicamente de maneira independente, foi sendo assimilada, discutida, o PT encontrou o seu espaço também em Passo Fundo” (*O Nacional*, 12 jun. 1981, p. 01).

2.10. As Eleições de 1982 no Rio Grande do Sul

Em 15 de novembro de 1982 ocorreram as primeiras eleições diretas para o governo do Rio Grande do Sul desde o pleito que elegeu Ildo Meneghetti vinte anos antes. Concorreram as chapas de Jair Soares e Cláudio Strassburger, pelo PDS, Pedro Simon e Odacir Klein, pelo PMDB, Alceu Collares e Otávio da Rocha pelo PDT, e Olívio Dutra e Raul Pont pelo PT.

Os candidatos do PDS e do PMDB polarizaram a disputa. Jair Soares conquistou 1.294.129, vencendo também em Passo Fundo com 19.164 votos, contra 1.272.319 do senador do PMDB, que obteve 15.746 sufrágios em Passo Fundo, uma diferença de pouco menos de 23 mil votos. Em seguida aparecem Alceu Collares, com 775.546, conquistando 13.727 em Passo Fundo, e Olívio Dutra, que obteve 50.713 e apenas 691 deles de urnas passo-fundenses (DAMIAN, 2010, p. 139). Flávio Heinz (2005, p. 71) o fator derradeiro para a derrota oposicionista no estado foi a divisão da oposição, e por consequência dos votos.

A disputa pela vaga do Senado Federal, apesar da expressiva votação, com 1.209.432, do peemedebista Paulo Brossard, que buscava a reeleição, a vaga foi conquistada por Carlos Chiarelli, do PDS, com 906.791 votos. A votação de Chiarelli se somou à do também pedessista Alberto Hoffmann, que obteve 364.781 sufrágios, tendo em vista a manutenção do mecanismo das sublegendas na eleição para senador. Concorreram também Getúlio pereira Dias, pelo PDT, que alcançou 730.069 votos, e o petista Raul Pont, que recebeu a confiança de 47.234 eleitores (MADEIRA, 2002, 126,).

O PDS foi o partido que elegeu mais deputados para a Assembleia Legislativa com 23 cadeiras. Contudo, os oposicionistas somaram 33 assentos, sendo 21 deputados estaduais eleitos pelo PMDB e 12 pelo PDT. Para a Câmara Federal, a diferença entre PDS e PMDB

foi também de apenas um assento, tendo os pedessistas conquistados 13 vagas e os peemedebistas 12. Fechando as 32 vagas, o PDT elegeu sete deputados federais.

Tabela 55: deputados estaduais (por partido) em 1982 no Rio Grande do Sul

PARTIDO	CADEIRAS
PDS	23
PMDB	21
PDT	12
Total	56

Fonte: TRE-RS

Tabela 56: deputados Federais (por partido) em 1982 no Rio Grande do Sul

PARTIDO	CADEIRAS
PDS	13
PMDB	12
PDT	7
Total	32

Fonte: TRE-RS

Romeu Martinelli, do PDS, foi o candidato de Passo Fundo reeleito para ocupar uma cadeira no legislativo estadual com 34.428 votos, sendo 11.377 em no município. Martinelli deixou a Assembleia Legislativa ao assumir a Secretaria Estadual de Segurança Pública, e posteriormente o cargo de juiz no Tribunal de Justiça Militar. Entretanto, Passo Fundo não ficou sem representação na Assembleia, visto que Guaracy Barroso Marinho, do PMDB, assumiu o cargo na vaga do deputado Celso Testa. Marinho obteve 20.609 sufrágios, 11.147 deles em urnas passo-fundenses. Outros dois candidatos concorreram pelo município. Eden Pedroso, pelo PDT, conquistou a confiança de 10.487 passo-fundenses e totalizou 15.882 votos. O pedessista Paulo Pires obteve um total de 15.329 votos, e destes foram 4.572 em Passo Fundo (DAMIAN, 2010, p. 163).

Para a Câmara Federal, o pedessista Justiniano Augusto de Araújo Trein que conquistou expressiva votação com 66.876, sendo 14.747 em Passo Fundo, elegeu-se novamente deputado federal. No município, Trein conquistou quase o dobro dos sufrágios do peemedebista Ernesto Félix Scortegagna, que somou 7.918 sufrágios em urnas de Passo Fundo, conquistando um total de 13.451 votos (DAMIAN, 2010, p. 1982).

O *O Nacional* assinalou que o município poderia ter elegido mais representantes, tanto para a Assembleia Legislativa quanto para a Câmara Federal, pois “o bairrismo não tem funcionado, na medida em que tem sido dado a candidatos de fora, que aparecem em véspera de eleição, os votos que acabam faltando para os nomes locais” (*O Nacional*, 27 nov. 1982, p.01). Na mesma oportunidade, o periódico destaca que 7.350 eleitores Passo Fundo votaram em branco para deputado estadual, sendo que Guaracy Barroso Marinho ficou na segunda suplência do PMDB por 656 votos, considerando ainda que 2.526 eleitores do seu partido²⁶ escolheram candidatos de fora do município. O mesmo ocorreu com Eden Pedroso, do PDT, que ficou apenas 394 votos atrás do último eleito pelo partido, e 1.609 eleitores do seu partido escolheram candidatos de fora. O fenômeno se repetiu no PDS, tendo 3.671 eleitores do partido optado por candidatos de outras cidades. Para a Câmara Federal, Ernesto Félix Scortegagna deixou de receber 4.322 sufrágios de pedetistas passo-fundenses, ao passo que o número de votos em branco para deputado federal alcançou 7.386.

2.11. As Eleições municipais de 1982

Após o adiamento das eleições municipais de 1980 para 1982²⁷ e a reorganização do sistema partidário, as lideranças políticas locais acomodaram-se em suas siglas e partiram para a disputa do poder municipal. Além de escolher prefeito e vereadores, a primeira eleição nas novas regras escolheu também os deputados estaduais e federais, senadores e o governador do estado. Desse modo, as discussões intrapartidárias giravam em torno da escolha de candidatos para os diferentes cargos nas esferas municipal, estadual e federal.

A primeira agremiação a definir seus candidatos a prefeito e vice, sem sublegendas, foi o Partido Democrático Trabalhista, em uma pré-convenção. “Por unanimidade dos integrantes do Diretório pedetista as candidaturas do médico Rudah Jorge a prefeito e do advogado e empresário João Salton, filho do ex-prefeito Wolmar Salton, como vice-prefeito” (*O Nacional*, 05 fev. 1982, p. 01). Os pedetistas também definiram na mesma ocasião o nome de Eden Pedroso, como candidato a deputado estadual. Entretanto, o candidato à Câmara Federal seria definido apenas na convenção do partido, com a decisão entre os nomes de

²⁶ As eleições de 1982 foram realizadas com voto vinculado, que obrigava o eleitor a escolher todos os candidatos do mesmo partido.

²⁷ Em setembro de 1980 foi aprovada no Congresso a Emenda do deputado Anísio de Souza (PDS/GO), que adiou as eleições municipais de 1980 para 1982, sob o argumento de que o adiamento era indispensável em virtude da recente reformulação partidária. No entanto, convém lembrar que a ditadura temia uma derrota eleitoral em 1980, uma vez que o país enfrentava uma grave crise econômica e inflacionária (BATISTELLA, 2020)

Ernesto Scortegagna, que fora o candidato nas eleições anteriores, e o médico Giovani Panazzolo.

Meses mais tarde, o partido de Brizola confirmou as candidaturas em sua convenção. Ernesto Scortegagna foi o nome escolhido como candidato a deputado federal pelo diretório municipal. Diferentemente do que fora aventado nas primeiras especulações pedetistas, foi definido que o bioquímico João Leonel Stery seria o companheiro de chapa do médico Rudah Jorge na disputa pela prefeitura municipal, ao invés de João Salton. A opção pelo não uso das sub-legendas foi explicada por Rudah Jorge ao *O Nacional*:

o PDT optou pela não utilização da sublegenda porque nenhum dos demais candidatos cogitados e com potencial de concorrer teriam penetração em áreas fora do partido. S explicaria o uso da sublegenda no sentido de se somar votos em áreas que não são cobertas pelo PDT. Como isso não ocorreu, a decisão foi pela candidatura única, disse Rudah.

No PDS, as discussões sobre as candidaturas a prefeitura também passaram por uma “espécie de prévia”. Os pedessistas aventaram os nomes de “Juarez Paulo Zilio, Ruy Donadussi e Fernando Machado Carrion e com uma nominata de peso buscando conquistar a maioria no Poder Legislativo” (*O Nacional*, 08 mar. 1982, p. 01). Contudo, só se concretizaram as candidaturas de Zilio e Carrion (*Diário da Manhã*, 25 jul. 1982, p. 01). Diferentemente dos pedetistas, o partido não conseguiu fechar a questão dos candidatos a deputados estadual e federal. O partido, inclusive, não conseguiu sequer a uma definição sobre se teria candidato único para as vagas na Assembleia Legislativa e Câmara Federal. Apesar dos trabalhos desenvolvidos pelos deputados Romeu Martinelli e Justiniano Augusto de Araújo Trein, “segmentos expressivos não aprovam a ideia de candidatura única” (*O Nacional*, 08 mar. 1982, p. 01).

Outra questão que envolveu o Partido Social Democrático foi a da extinção do Partido Popular. O PP nacionalmente havia sido incorporado pelo PMDB, mas no município seus membros ainda não haviam definido seu futuro. Os ex-pepistas estavam a decidir entre o PDS e o PMDB, sendo que “a Executiva pepista está deixando claro que deseja uma efetiva participação dentro da agremiação que for escolhida” (*O Nacional*, 11 mar. 1982, p. 01). A termo, a efetiva participação reivindicada pela executiva do PP era distribuição de cargos, seja na administração do então prefeito Firmino Duro, do PMDB, seja numa possível administração do PDS após as eleições daquele ano.

Em bloco os membros do PP de Passo Fundo optaram por entrar no PDS. Flávio Benvegnú, então presidente da sigla extinta, declarou que “Após uma profunda análise dos

programas partidários chegamos à conclusão de que aquele do PDS é o que mais se aproxima daquilo que os pepistas buscavam. A partir disso decidimos ingressar no PDS” (*O Nacional*, 23 mar. 1982, p. 01). Na mesma edição do *O Nacional*, o ex-vereador Arthur Canfield, entretanto, declarou que a maioria dos membros do PP estava disposta a ingressar nas fileiras do PMDB, “Os contatos porém, sempre foram difíceis e chegou a um momento que passamos a acreditar que os pemedebistas não se sentiam a vontade para compartilhar as atividades políticas”. O líder pepista ainda afirmou que sua sigla havia se tornado o “fiel da balança na política local”, e que não restaria dúvidas que o PDS sairia vitorioso do pleito que se avizinhava.

A definição dos candidatos do PMDB para o governo municipal foi polêmica e necessitou de intervenção da direção estadual do partido. O deputado federal Odacir Klein esteve na cidade para auxiliar o diretório a solucionar a questão da escolha dos candidatos.

Diante de alguns desacertos que teriam surgido à última hora e de matéria que permanece em alto segredo, sem que nenhuma fonte tenha conseguido sequer adivinhar, foi solicitada a presença do senador Pedro Simon, mas que diante da impossibilidade de vinda do presidente do PMDB rio-grandense, teria sido destacado o dep. Odacir Klein para presidir as démarches que se fazem necessárias (*Diário da Manhã*, 03 jul. 1982, p. 01).

Poucos dias depois, em convenção, o partido resolveu a questão. Foram escolhidas três chapas: João Carlos Bona Garcia e Welcy Nascimento, ambos secretários municipais, sendo o primeiro de Obras e Viação e o segundo da Educação; Maria Helena Andreis Lorenzatto, professora e diretora do 7º Núcleo do CPERS, e Meirelles Duarte, jornalista e ex-vereador; e Sinval Bernardon, ex-prefeito, e Gilberto Turbino da Silva, médico. Ainda na convenção, mesmo que contra sua vontade, Guaracy Barroso Marinho foi escolhido como candidato do PMDB local para a disputa de uma cadeira na Assembleia Legislativa (*Diário da Manhã*, 05 jul. 1982, p. 01).

Os candidatos pemedebistas receberam o apoio do Partido Trabalhista Brasileiro. A decisão petebista não se restringiu aos candidatos a prefeito da sigla, mas também aos candidatos a deputado estadual e federal, governador do estado e vereadores. Wilson Correa Garay, presidente da executiva do PTB municipal, destacou que

a opção de apoio ao PMDB se deu porque os integrantes de seu partido veem em Pedro Simon o maior expoente oposicionista na atualidade, em termos de Rio Grande do Sul e a soma do PTB a essa corrente deverá contribuir para a vitória na eleição e a mudança da atual conjuntura (*O Nacional*, 02 ago. 1982, p.01).

Durante a campanha, alguns momentos de apresentação e discussão das propostas dos candidatos à Prefeitura Municipal com diferentes setores da sociedade. Pela Universidade de Passo Fundo, foi desenvolvido o um seminário político. Em diferentes datas, os candidatos a prefeito puderam explicar suas propostas aos acadêmicos da UPF (*O Nacional*, 14 ago. 1982, p. 03). A Associação da Construção e Mobiliário promoveu um evento em que os candidatos puderam apresentar seus objetivos e foram questionados pelo público. Nessa ocasião, o candidato petista Clóvis Figueiredo, durante os questionamentos, “foi quase que esquecido nas perguntas, pois os empresários não aceitam ainda um partido que se diga do Trabalhador” (*O Nacional*, 29 out. 1982, p. 04). Outro encontro a se destacar foi o promovido pelo 7º Núcleo do CPERGS, que “teve o objetivo de informar e orientar a decisão dos professores em relação ao seu voto, através da exposição da plataforma política de cada candidato à Prefeitura Municipal” (*O Nacional*, 06 nov. 1982, p. 08).

Por fim, a chapa vitoriosa foi a do pedessista Fernando Machado Carrion, que recebeu 11.461 votos, que foram somados aos 10.910 do seu companheiro de partido, Juarez Paulo Zilio, o que definiu a vitória do PDS. Entretanto, o candidato individualmente mais votado foi Rudah Jorge, do PDT, que conquistou 13.084 sufrágios. Os candidatos do PMDB João Carlos Bona Garcia, Sinval Bernardon e Maria Helena Andreis Lorenzatto receberam, respectivamente, 8.835, 4.824, e 1.345 votos. Clóvis Figueiredo, do Partido dos Trabalhadores alcançou apenas 644 (*Diário da Manhã*, 21 nov. 1982, p. 01).

Carrion nasceu em Porto Alegre e tinha 40 anos nas eleições de 15 de novembro de 1982. Formado em Engenharia pela UFRGS, ocupou diversos cargos nos governos de Euclides Triches e Sinval Guazzelli no Rio Grande do Sul, além de manter uma propriedade rural (CÂM. DEP. p. 208, 1995). Seu vice, Lourenço Pires da Silva era natural de Getúlio Vargas e formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade de Passo Fundo, atuando como advogado no município.

2.11.1. Perfil da legislatura 1982-1988

A primeira eleição municipal após o fim do bipartidarismo elegeu em Passo Fundo 21 vereadores de quatro agremiações diferentes, sendo nove pelo PDS, seis pelo PMDB e seis pelo PDT. Quatro líderes locais alcançaram a suplência e assumiram a titularidade em algum momento da legislatura: dois pelo PDS, um pelo PMDB e o outro pelo PDT. Assim, são 25

lideranças da política local estudadas na legislatura 1982-1988. O percentual de renovação dentre os políticos eleitos para esta legislatura é de 47,61%.

Tabela 57: vereadores eleitos em 1982

Nome	Partido	Idade no dia da eleição	Profissão	Formação Superior	Local de Nascimento
Adair Rosso	PDS	34	Profissional Liberal	S/i	Passo Fundo
Adirbal da Silva Corralo	PDS	39	Profissional Liberal	Direito	Espumoso
Afrânio Peixoto					
Alves dos Santos	PDS	35	Profissional Liberal	Direito	Araranguá/SC
Alberto Poltronieri	PDS	38	Profissional Liberal	Direito	Guaporé
Anoel Símplicio Portella	PDS	40	Funcionário Público	Direito	Passo Fundo
Antônio José Jorge Cândido	PDT	40	Professor	Educação Física	Passo Fundo
Guarany de Rezende	PDS	54	Profissional Liberal	S/I	Passo Fundo
Delmo Alves Xavier	PMDB	55	Funcionário Público/Empresário	S/i	Passo Fundo
Edú Finardi Pimentel Fidêncio	PMDB	40	Autônomo	Economia Rural e Agricultura	Passo Fundo
Garibaldi Franciosi	PDS	60	Proprietário Rural/ Empresário	S/i	Não-me-toque
Genécio Cansi	PDT	36	Empresário	S/i	Guaporé
Hildo Wollmann	PDS	50	Funcionário Público	Jornalismo	Candelária
Irineu Gehlen	PMDB	41	Profissional Liberal	Direito	Palmeira das Missões
Ivo Francisco Ferrão	PMDB	51	Auxiliar de Indústria	S/i	Campos Novos/SC
Ivo Pacheco Jaime Debastiani	PMDB PDS	46 29	Empresário Profissional Liberal	S/I Medicina	Passo Fundo Marau
João Salles	PDT	49	Funcionário Público	Enfermagem	Passo Fundo
Leopoldino Rosa	PDT	47	Radialista	S/i	Passo Fundo
Miguel Lopes dos Santos	PMDB	44	Funcionário Público/Empresário	S/I	Cruz Alta

Nelson Rosseto	PDS	44	Empresário	Administração	Passo Fundo
Tadeu Karczeski	PDT	31	Funcionário Público	S/i	Seberi

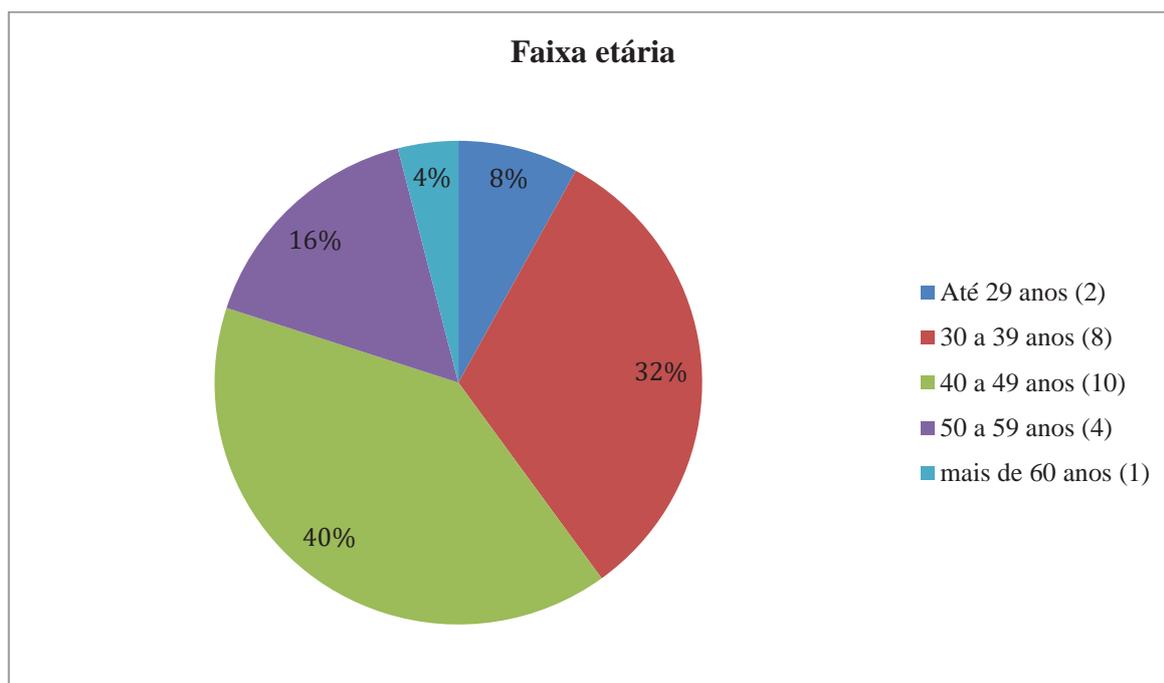
Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir dos dados disponíveis em *Galeria de ex-vereadores de 1947 a 1988*.

Tabela 58: suplentes que assumiram o cargo em algum momento na 9ª legislatura

Nome	Partido	Idade no dia da eleição	Profissão	Formação Superior	Local de Nascimento
Décio Ramos de Lima	PMDB	35	Funcionário Público	S/i	Lagoa Vermelha
Edeson Luiz Escandolara	PDS	29	Funcionário Público	Engenharia Civil	Paranavaí/SP
José Eurides de Morais	PDT	32	Profissional Liberal	Engenharia Mecânica	Machadinho
Valter Zimmermann de Mello	PDS	42	Aposentado	S/i	Passo Fundo

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir dos dados disponíveis em *Galeria de ex-vereadores de 1947 a 1988*.

O retorno do pluripartidarismo traz consigo uma redução na média das idades, saindo de 44,33 na 8ª legislatura para 41,64 na 9ª. Reaparecem os jovens nesta legislatura com dois (8%) sujeitos com idades de até 29 anos. São oito políticos com idades entre 30 e 39 anos, o que representa 32% do total. Predominam os sujeitos com idades na faixa 40-49 anos, com 10 sujeitos, ou 40%. Com idades entre 50 e 59 anos são quatro, e um acima de 60 anos.

Gráfico 17: faixa etária da 9ª legislatura

Fonte: Gráfico elaborado pelo autor a partir dos dados disponíveis em *Galeria de ex-vereadores de 1947 a 1988*.

Dentre os quatro partidos que compõe a amostra, o PDS apresenta dois sujeitos com até 29 anos, quatro na faixa 30-39, três que tem idades entre 40 e 49 anos e dois entre 50 e 59. O único membro da elite política local com 60 anos ou mais também era do PDS. Os seis representantes do PMDB se dividiam em um com idade entre 30 e 39 anos, quatro na faixa entre 40 e 49, e mais dois com idades entre 50 e 59 anos. Ao PDT pertencem três sujeitos com idades entre 30 e 39, e outros três na faixa que vai de 40 a 49 nos.

Tabela 59: faixa etária (por partido) em 1982

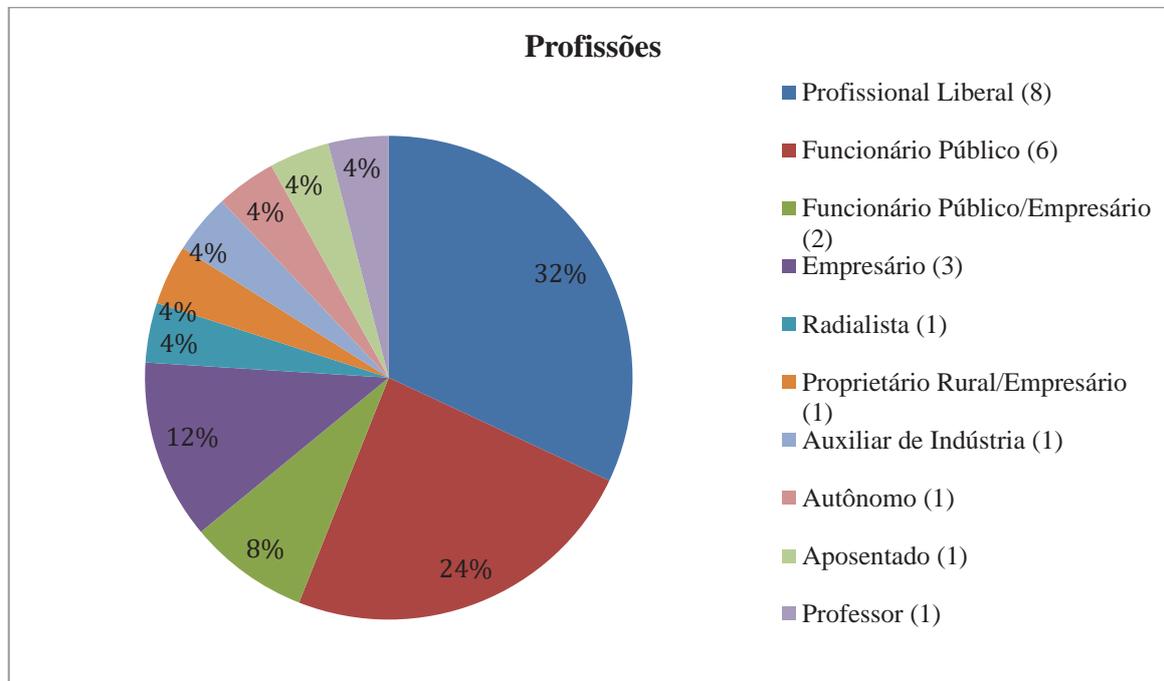
Partido/Faixa	Até 29 anos	30-39 anos	40-49 anos	50-59 anos	mais de 60
PDS	2	4	3	2	1
PMDB	-	1	4	2	-
PDT	-	3	3	-	-

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir dos dados disponíveis em *Galeria de ex-vereadores de 1947 a 1988*.

No que se refere às profissões das lideranças políticas, os profissionais liberais voltam a ser a maioria com oito (32%). Logo em seguida, os funcionários públicos aparecem com seis sujeitos, o que representa 24%. Os empresários são três (12%), enquanto dois (8%) sujeitos dividem suas atuações entre o funcionalismo público e atividades empresariais. Aparecem ainda as profissões de radialista, proprietário rural e empresário, auxiliar de

indústria, autônomo e professor, todos com um sujeito cada (4%). Por fim, um (4%) indivíduo era aposentado.

Gráfico 18: profissões da 9ª legislatura



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor a partir dos dados disponíveis em *Galeria de ex-vereadores de 1947 a 1988*.

Às fileiras do PDS pertenciam seis profissionais liberais, três funcionários públicos, um empresário, um proprietário rural e empresário, e um aposentado. Os membros do PMDB se dividiam em um profissional liberal, um funcionário público, dois funcionários públicos e empresários, um trabalhador autônomo, e um auxiliar de indústria. Dos seis políticos do partido de Brizola, um era profissional liberal, dois funcionários públicos, um funcionário público e empresário, um radialista, e um proprietário rural e empresário.

Tabela 60: profissões (por partido) em 1982

Partido/Profissão	Profissional Liberal	Funcionário público	Funcionário Público/Empresário	Empresário	Autônomo	Radialista	Proprietário Rural/Empresário	Aposentado	Auxiliar de Indústria	Professor
PDS	6	3	-	1	-	-	1	1	-	-
PMDB	1	1	2	-	1	-	-	-	1	-
PDT	1	2	-	1	-	1	1	-	-	-

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir dos dados disponíveis em *Galeria de ex-vereadores de 1947 a 1988*.

Quanto à formação superior, foi possível identificar a de 13 lideranças. Os formados em Ciências Jurídicas e Sociais continuam prevalecendo, com cinco sujeitos. Os demais, eram um formado em Educação Física, um em Economia Rural e Agricultura, um em Jornalismo, um em Medicina, um em Enfermagem, um em Administração de Empresas, e dois engenheiros, um civil e outro mecânico.

Apesar da presença de Maria Helena Andreis Lorenzatto na disputa pelo Executivo municipal, dentre as lideranças que alcançaram a vereança ou a suplência no legislativo não há mulheres. O mesmo ocorre com os afro-brasileiros e indígenas. Ademais, quanto à naturalidade, são 11 os sujeitos nascidos em Passo Fundo, sendo que os outros eram naturais de cidades como Espumoso, Guaporé, Palmeira das Missões, e outras. Três não eram nascidos no Rio Grande do Sul, dois naturais de Santa Catarina, das cidades de Araranguá e Campos Novos, e um de São Paulo, da cidade de Paranaíba.

2.12. As Eleições de 1986 no Rio Grande do Sul

Para a política estadual, as eleições de 1986 representaram o fim da hegemonia ARENA/PDS. O candidato peemedebista, Pedro Simon, venceu com 2.009.381 votos, quase o dobro dos votos do segundo colocado, Aldo Pinto da Silva, do PDT que recebeu 1.140.228, apoiado pelo PDS. Carlos Chiarelli, do PFL²⁸ obteve a confiança de 524.339 eleitores,

²⁸ O Partido da Frente Liberal (PFL) foi fundado por dissidentes do PDS, que abandonaram o partido governista após se recusarem a apoiar a candidatura de Paulo Maluf nas eleições presidenciais indiretas de 1985 (KINZO, 2001, p.07). Para Madeira (2002, p. 127), o PFL teve pouca expressão no Rio Grande do Sul, pois a base do PDS manteve-se no Partido. Em Passo Fundo, a organização do PFL se deu através da liderança do vereador

enquanto o petista Cóvis Hilguenfriz da Silva, recebeu a confiança de 256.767 eleitores e Fúlvio Celso Petrecco, do PSB, teve o voto de 254.599 cidadãos (MADEIRA, 2002, p. 128).

O sucesso peemedebista nas eleições de 1986 do estado é explicado em parte pela capitalização peemedebista do Plano Cruzado, que proporcionou um inflacionamento da votação peemedebista. Mas também, pelo fracasso da aliança entre PDT e PDS (TRINDADE e NOLL, 1991, p. 94). Entretanto, é preciso ressaltar o que aponta Madeira (2002, p. 129) sobre a aliança entre PDS e PDT que

destoa do padrão eleitoral historicamente identificado no Rio Grande do Sul dado que esta é a primeira aliança (fora a coligação entre o PRP e o PTB em 1958) entre partidos políticos considerados pertencentes a blocos partidários diferenciados. Tal aliança também é um indicador do contexto marcadamente conturbado de realinhamento partidário e de grande instabilidade eleitoral que marcaram o período.

Na disputa pelas vagas ao Senado federal, saíram vitoriosos José Fogaça, com 1.510.064 sufrágios e José Paulo Bisol, 1.166.810. Os dois senadores eleitos pelo PMDB foram beneficiados pelo mecanismo das sublegendas, o primeiro pelos votos de Gilberto Lucas Coelho, que recebeu 411.298, e o segundo pela votação conquistada por Odacir Klein que obteve 727.890 sufrágios (MADEIRA, 2002, p. 130-131).

A vitória peemedebista se deu também no legislativo estadual e no pleito pelas cadeiras do Rio Grande do Sul na Câmara Federal, estes participariam da elaboração da Constituição de 1988. Para a Assembleia Legislativa, o PMDB conquistou 27 cadeiras, seguidos pelo PDS com 10. O Partido de Brizola obteve nove vagas, o PFL cinco, e o PT apenas quatro. Para a representação do estado na Câmara federal, o PMDB conquistou 17 assentos, os pedessistas cinco, mesmo número de representantes do PDT. PFL e PT conquistaram duas vagas cada.

Tabela 61: deputados estaduais (por partido) em 1986 no Rio Grande do Sul

PARTIDO	CADEIRAS
PDS	10
PFL	5
PMDB	27
PDT	9
PT	4
Total	55

Fonte: TRE-RS

Tabela 62: deputados federais (por partido) em 1986 no Rio Grande do Sul

PARTIDO	CADEIRAS
PDS	5
PFL	2
PMDB	17
PDT	5
PT	2
Total	31

Fonte: TRE-RS

Passo Fundo elegeu dois representantes para a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul: Lourenço Pires²⁹, do PDS, eleito com 21.041, sendo 12.569 em Passo Fundo; e Édén Pedroso³⁰, do PDT, que conquistou o voto de 8.229 eleitores no município e fez um total de 16.592. Concorreram, ainda, Guaracy Barroso Marinho, pelo PMDB, que teve 18.178 sufrágios, sendo 10.658 de eleitores de Passo Fundo; o vereador do Jaime Debastiani obteve a confiança de 5.773 eleitores, 3.087 em Passo Fundo; Delmar Morschel, do PT, teve 2.864 sufrágios, sendo 1537 oriundos das urnas do município; por fim, José Marcos Mussolini, do PSB, teve apenas 338 sufrágios, 205 de eleitores de Passo Fundo (DAMIAN, 2010, p. 165).

Lutaram por uma vaga na Câmara Federal seis políticos de Passo Fundo, mas nenhum deles foi eleito. Justiniano Augusto de Araújo Trein, do PDS conquistou 26.132 votos ao

²⁹ Natural de Getúlio Vargas, nasceu em 1946. Era advogado formou-se em Direito na universidade de Passo Fundo. Foi eleito vereador em 1972 e reeleito em 1976 (*Galeria de ex-vereadores de 1944 a 1988*, p. 218).

³⁰ Nascido em Passo Fundo em 1943, era servidor público formado em Economia e Direito. Elegeu-se deputado estadual em 1986 e deputado federal em 1990. Concorreu a vice-governador pelo PT em 1994, ao lado de Olívio Dutra (ABREU, 2010).

tudo, e 9.090 em Passo Fundo. Ivaldino Tasca, do PMDB, obteve 20.783, somando 11.465 no município. Pelo PFL concorreu Dyógenes Martins Pinto, que teve a confiança de 11.832 votantes, sendo 3.105 em Passo Fundo. O pedetista Romeu Pithan obteve 2.056 sufrágios em urnas passo-fundenses, de um total de 6.262 votos. Por fim, o petista Edmar Fisch teve 802 votos em Passo Fundo e 1.171, enquanto que Emerson Brotto, do PC do B, teve apenas 295 sufrágios, sendo 215 de eleitores do município (DAMIAN, 2010, p. 151).

2.13. As Eleições municipais de 1988

As movimentações dos partidos políticos locais iniciaram com certa insegurança, tendo em vista as indefinições com relação às regras da disputa. Inclusive, *O Nacional* salientou que “Todos os partidos políticos de Passo Fundo aguardam definições sobre as eleições municipais, marcadas, a princípio, para 15 de novembro deste ano. É consenso entre os partidos que é muito difícil sair eleições esse ano” (*O Nacional*, 26 mai. 1988, p. 03).

As agremiações traçaram diferentes estratégias frente ao problema da indefinição. O PDT sequer agendou pré-convenção ou convenção, ao mesmo tempo em que o PDS adiantou-se para divulgar alguns nomes de possíveis candidatos em uma pré-convenção (*O Nacional*, 26 mai. 1988, p. 03). Já o Partido dos Trabalhadores os nomes dos sindicalistas André Agostini, Luciano Fronza e Jorge Ponzoni como pré-candidatos à prefeitura (*O Nacional*, 28 mai. 1988, p. 05). O PFL foi outro que realizou sua pré-convenção, apresentando uma lista com cinco nomes possíveis para a sucessão da prefeitura municipal (*O Nacional*. 24 mai. 1988, p. 03).

Veio de Brasília a notícia mais esperada pelos partidos políticos, tendo em vista que o Senado Federal

Aprovou o Projeto-De-Lei sobre as eleições municipais para este ano. Desacreditada por muitos, principalmente pelos próprios prefeitos e vereadores, a tese de eleições em 15 de novembro deste ano acabou sendo confirmada no Senado, a exemplo do que já havia ocorrido na Câmara dos Deputados (*Diário da Manhã*, 12 jun. 1988, p. 08).

A partir de então, as movimentações para a definição dos candidatos a prefeito e vice se agitaram. O PT sem demoras definiu a candidatura do bancário e presidente do sindicato da categoria, Luciano Fronza, sendo o primeiro partido a se definir. Na Frente Popular, formada por PSB, PC do B e PCB, o candidato deveria aceitar e defender o programa elaborado pelos partidos (*O Nacional*, 09 jul. 1988, p 03). Por sua vez, o PDS definiu o perfil de seu candidato à majoritária, estabelecendo que “Ele não deve ser político, tem que ser uma

pessoa séria, e de bom senso, equilibrado e simpático”, mesmo perfil buscado pelo PFL. No PMDB, a disputa interna do partido abria as portas para diversos possíveis candidatos, o que nas palavras do vice-presidente da sigla, Ubirajara Morsch, é saudável “por que não enfraquece, consolida a democracia” (*O Nacional*, 09 jul. 1988, p 01).

Dias depois das primeiras especulações, os diretórios locais dos partidos promoveram suas convenções para oficializar as candidaturas.

Ao invés de sete candidatos que estavam previstos concorrer à Prefeitura do municipal, seis foram confirmados. O acordo entre PDS e PFL, selado ontem à noite resultou na redução do número de candidatos a prefeito. Ayrton Dipp-Carlos Armando Salton (PDT), Eloi Taschetto-Elcio Menegaz (PDS), Ivaldino Tasca-Ubirajara Morsch (PMDB), Solange Farias-Carlos De Cesaro (Frente Popular), Edson Nunes-Maria Elizabete (PL), e Lucinano Fronza (PT) são os candidatos majoritários dos partidos que disputam a Prefeitura (*O Nacional*, 08 ago. 1988, p. 01).

O candidato do partido situacionista, em aliança com o PFL, Eloi Taschetto, apontou ao *O Nacional* as prioridades de um possível novo governo pedessista. Segundo o periódico, o candidato

salienta que pretende juntamente com Elcio Menegaz aumentar os trabalhos na área social, salientando que muito já foi feito no setor, mas que é preciso mais. Aponta como destaques da atual administração que poderão ter continuidade na próxima gestão, caso eleito, a implantação de creches e ambulatórios bem como o prosseguimento do trabalho da carrocinha dos alimentos, que já apresentou resultados uma vez que devido à alimentação da população da periferia verificou-se uma sensível queda no atendimento junto aos ambulatórios (*O Nacional*, 17 ago. 1988, p. 03).

Outra questão ressaltada pelo candidato na oportunidade foi a das indústrias. Para ele, “de nada adianta a vinda de indústrias para Passo Fundo, se existe a falta de mão-de-obra especializada” e pontuou que a solução para isto é apoiar as escolas profissionalizantes. Ainda, a criação de uma Secretaria da Indústria e Comércio serviria para dar conta dos problemas enfrentados pelas pequenas empresas do município. A reforma administrativa, necessária a partir da promulgação da Constituição Federal, seria outra problemática a ser enfrentada pela nova administração municipal (*O Nacional*, 20 out. 1988, p. 03).

Para o candidato pemedebista à prefeitura, Ivaldino Tasca, o centro do projeto do partido para a cidade é “Melhorar a qualidade de vida, em todos os sentidos, é a meta do partido e para tanto basta que a própria comunidade participe ativamente do Poder Público Municipal, em decisões como a destinação dos recursos do orçamento” (*O Nacional*, 16 ago.

1988, p. 03). Para alcançar a melhoria da qualidade de vida da população do município, a proposta era dar “uma maior atenção para a habitação, saúde, escola, calçamento, iluminação, bem como segurança, lazer, esporte e cultura” (*Diário da Manhã*, 14 ago. 1988).

A candidatura do trabalhismo local deu a tônica da sua campanha. Airton Dipp “acredita que Passo Fundo necessita de uma maior participação da comunidade e que o PDT ao contrário do PDS, que há seis anos está no governo municipal, não pretende governar o município para os pedetistas, mas sim para toda a sociedade” (*Diário da Manhã*, 14 ago. 1988, p. 10), discurso que se aproxima do feito pelo candidato pemedebista. O candidato ainda “afirmou que o ponto de partida do programa do partido, é o investimento no Ser Humano (área social), mas para que isto ocorra afirma que deverá também um trabalho visando o crescimento econômico do município visando dar emprego a população [...]” (*O Nacional*, 18 ago. 1988, p.03).

A única mulher na disputa pelo poder municipal, Solange Faria, candidata pela Frente Popular. A proposta da coligação, defendida pela candidata, era de inovar a administração municipal, sendo que “segundo ela a metodologia de trabalho se constituirá numa inversão de fluxo de poder, através dos conselhos comunitários que serão de caráter deliberativo e fiscalizador a orientar toda a ação política da administração socialista” (*O Nacional*, 19 ago. 1988, p. 03). A intenção da candidatura popular era de, caso fosse vitoriosa, socializar as relações de poder (*O Nacional*, 19 ago. 1988, p. 03).

Contudo, a Frente Popular sofreria um revés durante a disputa eleitoral. O registro da candidatura de Solange Faria foi indeferido pela Justiça Eleitoral.

Ocorre que Solange Faria, mesmo residindo em Paso Fundo há 12 anos, manteve seu título de eleitor na cidade de origem, Cruz Alta, realizando a transferência do mesmo para a 33ª Zona Eleitoral neste ano, para concorrer pelo PSB, que formou a Frente Popular com o PCB e PCdoB. A transferência do título e a própria candidatura de Solange Faria se dera porque o partido esperava que fosse incluído na lei o acordo firmado entre os partidos de que haveria mudança neste item referente ao domicílio eleitoral, entretanto não constou, e após dois dias de intensas reuniões e debates, a própria Solange Faria decidiu não recorrer, para não prejudicar os trabalhos da Frente Popular (*O Nacional*, 30 ago. 1988, p. 01).

Em uma carta aberta, a agora ex-candidata do PSB explicou os motivos que a levaram renunciar à candidatura:

Diante da problemática, agravada por impor prazos extremamente longos para um recurso jurídico, o que praticamente tiraria, excluiria o PSB e a Frente Popular de qualquer concorrência, por entender, após profunda reflexão, que a postulação da minha candidatura não pode representar fisiologismos, personalismos, ou qualquer

desses “ísmos” que sempre condenei, venho à presença de quantos me derem a honra desta leitura, comunicar que abduco da condição de candidata à Prefeitura Municipal de Passo Fundo [...] (*Diário da Manhã*, 30 ago. 1988, 09).

Para substituir Solange Faria, Caio Cabeda foi o escolhido pelo PSB e os demais partidos da Frente Popular. Cabeda afirmou que o programa defendido até então pela coligação seria o defendido por ele no restante da campanha eleitoral (*O Nacional*, 31 ago. 1988, p. 01).

O candidato do Partido Liberal, Edson Nunes, defendeu que as propostas dos liberais para a cidade “se fundamentam no tripé formado pela “Educação, saúde e desenvolvimento comunitário” *O Nacional*, 24 ago. 1988, p 03). Esses três aspectos serviriam para garantir bem-estar às pessoas, para que haja condições de produzir (*O Nacional*, 21 out. 1988, p 03). A proposta do PL colocou-se, também, na tentativa de “resgatar o valor ético da política e dos políticos. O partido pensa em trabalhar no sentido de fazer com que a política seja realmente a arte de servir e não de ser servido. A partir deste resgate entende que também estará resgatada a moralidade do setor público como um todo” (*O Nacional*, 24 ago. 1988, p 03).

Os petistas, por sua vez, através da candidatura de Luciano Fronza, defendiam “democratizar o governo municipal através da criação de mecanismos de participação e controle popular que são os conselhos populares”. Dessa forma, a população se organizaria “pela base, dando autonomia para decidir, intervir nas decisões e fiscalizar a política da prefeitura” (*O Nacional*, 20 ago. 1988, p. 03).

A campanha eleitoral se desenvolveu com algumas trocas de acusações entre os partidos, especialmente aqueles que apareciam com maiores chances de vitória. O PMDB denunciou suposta fraude praticada pelo PDT em duas pesquisas eleitorais. Chamou a atenção dos dirigentes do PMDB o baixo desempenho do candidato Tasca, tendo ele ficado em terceiro em ambas as pesquisas, com Taschetto e Dipp alternado em primeiro e segundo. Gilberto Tubino declarou que “Foi preocupado com o baixo desempenho do candidato do PMDB, que nós, da Executiva e Diretório, procuramos informações a respeito da realização desta pesquisa, qual empresa encarregada e onde fica a sede” (*O Nacional*, 20 set. 1988, p. 01).

A revolta pemedebista completou-se tendo em vista que a empresa que realizou as duas pesquisas tinha sede “no mesmo endereço do escritório contábil do presidente do Diretório Municipal do PDT, Ilmo Santos” (*O Nacional*, 20 set. 1988, p. 01). Em nota oficial, o PMDB se manifestou:

Como pode uma firma como a BS Publicidade, sem nenhuma tradição ou know how adequado, realizar, pela primeira vez, uma pesquisa eleitoral dentro do escritório do presidente do PDT e, a RBS TV – CANAL de Passo Fundo – com 25 anos de trabalhos prestados a comunidade rio-grandense, divulgá-la em forma de notícia em seu programa “REDE REGIONAL DE NOTÍCIAS”? (*Diário da Manhã*, 20 set. 1988, p. 01).

O fato também repercutiu nas fileiras do PDS. O partido reagiu com uma nota oficial, dizendo que “A COMISSÃO EXECUTIVA MUNICIPAL DO PDS-Partido democrático Social, sente-se na obrigação de comunicar à opinião pública de Passo Fundo que não está disposta tolerar a prática abusiva de pesquisas falsas e mal feitas” (*Diário da Manhã*, 20 set. 1988, p. 01). A nota ainda acusava que a divulgação de pesquisas eleitorais mal elaboradas e tendenciosas, e que serviam para produzir resultados financeiros ou eleitorais para determinadas pessoas.

Após ser acusado no caso da pesquisa eleitoral, o PDT proferiu acusações ao partido situacionista. Os pedetistas representaram junto à Justiça eleitoral local, narrando uma série de circunstâncias em que o governo municipal estaria utilizando da máquina pública municipal para favorecer os candidatos Elói Taschetto e Élcio Menegaz. Um dos fatos narrados na denúncia conta que “a atual administração municipal, vêm usando de prédios públicos para fazer apologia do seu governo, visando induzir e produzir intenção de voto para as eleições de 15 de novembro de 1988, nitidamente, dirigida para os candidatos da majoritária do PDS” (*Diário da Manhã*, 05 out. 1988, p. 10).

A resposta aos ataques do PDT veio em uma nota oficial do PDS no *O Nacional*, dizendo que “Sem hombridade e coragem cívica para manterem a compostura indispensável a uma pugna democrática, grupos adversários, em especial do PDT, desceram ao nível do argumento vil e nojento da difamação e do ataque pessoal irresponsável [...]” (*O Nacional*, 18 out. 1988, p. 01). As trocas de acusações seguiram até o final da campanha.

Faltando poucos dias para a votação, as atenções se voltaram para a decisão tomada pelo Tribunal Regional Eleitoral, que resolveu “reduzir o número de vereadores para todas as cidades do Estado, com exceção de Porto Alegre” (*O Nacional*, 21 out. 1988, p. 01). A medida gerou contestação do meio político, ao mesmo tempo em que população teria a visto com bons olhos, conforme apontou o *Diário da Manhã*: “O impacto político está sendo enorme, mas o aplauso da população à medida do Tribunal foi total, sob a alegação de que diminuirão, em muito, os gastos com os vereadores, que vem majorando constantemente seus ganhos [...]” (*Diário da Manhã*, 22 out. 1988, p.02). Depois de grande mobilização da classe política a nível estadual e municipal pelo retorno das 21 vagas na Câmara de Vereadores de

Passo Fundo, o Tribunal Superior Eleitoral anulou a decisão do TRE (*O Nacional*, 02 dez. 1988, p. 01).

Enfim, em 15 de novembro os eleitores passofundenses foram às urnas escolher os seus representantes. Com 31.297 votos, Airton Dipp e Carlos Armando Salton foram eleitos prefeito e vice. Os candidatos pedessistas Elói Taschetto e Élcio Menegaz conquistaram 23.516 sufrágios, ficando na segunda colcação, seguidos de Ivaldino Tasca e Ubirajara Morsch, com 7.165. Na sequência figuraram os petistas Luciano Fronza e Ademir Luiz Dalcortivo, com 3793 votos, Edison Nunes e Catarina Eny Timm, com 1.243, e por último os candidatos da Frente Popular, Caio Cabeda e Luís Carlos de César, que conquistaram apenas 749 sufrágios (*Dário da Manhã*, 19 nov. 1988, p. 01).

s Airton Lângaro Dipp é engenheiro civil formado pela UFRGS, filho do ex-deputado Daniel Dipp e Heloísa Lângaro Dipp. Nascido em Passo Fundo, tinha 38 anos de idade na data da eleição. Dipp iniciou na vida pública na Secretaria Municipal de Obras, entre 1977 e 1979, no governo de Wolmar Salton (CAM. DEP., 1995, p. 53). O vice-prefeito eleito, o advogado Carlos Armando Salton, era filho de Wolmar Salton e tinha 39 anos na data da eleição, formado em Ciências Econômicas e mantinha suas atividades profissionais no ramo empresarial (ANNES, 2012, p. 223).

2.13.1. Perfil da legislatura 1988-1992

O pleito de 1988, segundo após o fim do bipartidarismo e primeiro sob a nova constituição elegeu 21 vereadores, representando cinco partidos diferentes. O PDT, partido do prefeito eleito, conquistou nove cadeiras, o PDS obteve seis, PMDB quatro, PFL e PT apenas um vereador cada. Outros dois suplentes que assumiram em algum momento da legislatura fazem parte do grupo aqui analisado. No que diz respeito à renovação da Câmara de Vereadores, apenas cinco vereadores se reelegem, levando a uma renovação de 76,19% das lideranças à frente do legislativo municipal.

Tabela 63: vereadores eleitos em 1988

Nome	Partido	Idade no dia da eleição	Profissão	Formação Superior	Local de Nascimento
Adirbal da Silva Corralo	PDS	39	Advogado	Direito	Espumoso
Alberto Poltronieri	PDS	44	Advogado	Direito	Guaporé
Antônio Augusto		54	Advogado	Direito	Passo Fundo
Meirelles Duarte	PMDB				
Antônio Bolivar Doro	PDT	43	Funcionário Público	S/i	Marau
Antônio José Jorge	PDT	46	Professor	Educação Física	Passo Fundo
Auxilio Rebechi	PDT	56	Agricultor	Quarto ano primário	Marau
Célio João Polese	PDT	39	Empresário	S/i	Passo Fundo
Décio Ramos de Lima	PMDB	41	Funcionário Público	S/i	Lagoa Vermelha
Dorley Spessato	PDS	42	Professor	S/i	Passo Fundo
Flamino Mello de Lima	PDS	41	Funcionário Público	S/i	Lagoa Vermelha
Gilmar Maier de Souza	PDT	S/i	Agropecuarista	S/i	Sertão
Ivo Francisco Ferrão	PMDB	51	Auxiliar de Indústria	S/i	Campos Novos/SC
Izoldino Candaten	PDT	46	Agricultor	S/i	Constantina
Jaime Debastiane	PFL	35	Médico	Medicina	Marau
Jairo José Caovilla	PMDB	39	Médico	Medicina	Casca
Jesus Almeida	PDS	52	Advogado	Direito	Alegrete
José Eurides de Moraes	PDT	38	Engenheiro/Comércio	Engenharia Mecânica	Machadinho
Júlio Rosa da Silva	PDT	46	Radialista	Pedagogia	Porto Alegre
Paulo César	PT	S/i	Comerciário	S/i	S/i

Rigo					
Paulo Lamaison dos Santos	PDS	50	Médico	Medicina	Passo Fundo
Tadeu Karczeski	PDT	31	Funcionário Público	S/i	Seberi

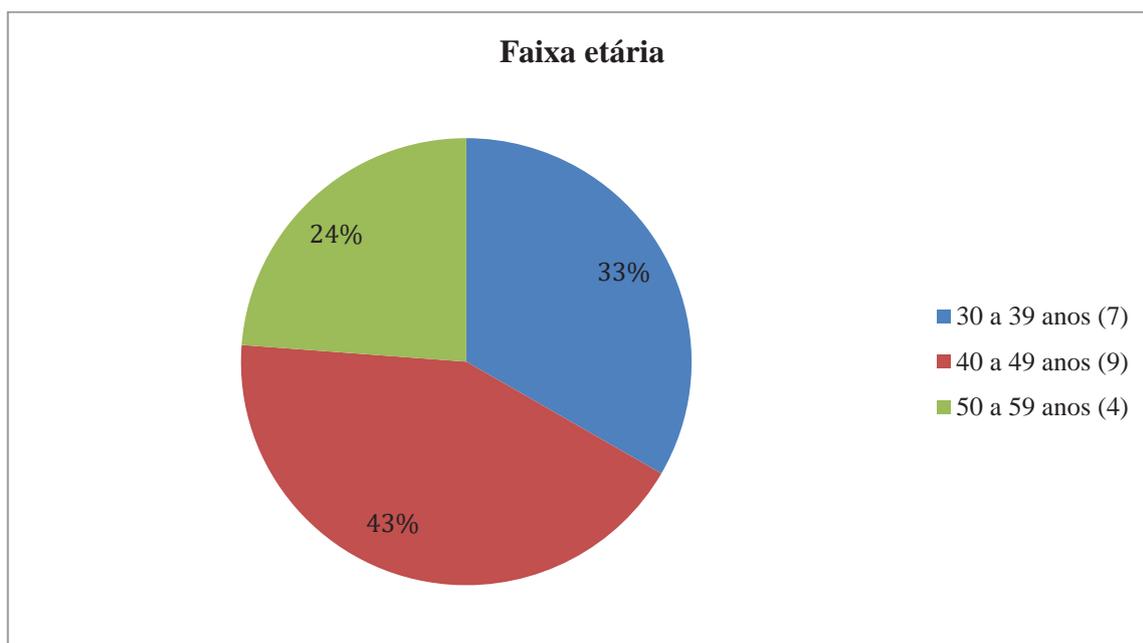
Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir dos dados disponíveis em *O Nacional*.

Tabela 64: suplentes que assumiram o cargo em algum momento na 10ª legislatura

Nome	Partido	Idade no dia da eleição	Profissão	Formação Superior	Local de Nascimento
Ivo Pacheco	PMDB	46	Construtor	S/I	Passo Fundo
Valdair Gomes de Almeida	PDT	31	Empresário	S/i	Ibirapuitã

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir dos dados disponíveis em *O Nacional*

Considerando que não foi possível apurar as idades de duas lideranças políticas de Passo Fundo, temos que a média das idades entre os eleitos e suplentes fica em 43,33 anos de idade, pouco acima dos 41,64 das eleições anteriores. São sete as lideranças com idades entre 30 e 39 anos, nove entre 40 e 49, e outros cinco na faixa entre 50 e 59 anos de idade. Não constam sujeitos com mais de 60 anos ou menos de 29, entretanto *O Nacional* apontou o vereador eleito pelo PDT, Gilmar Maier de Souza, como o mais jovem (*O Nacional*, 31 jul. 1988).

Gráfico 19: faixa etária da 10ª legislatura

Fonte: Gráfico elaborado pelo autor a partir dos dados disponíveis em *O Nacional*.

Ao PDS pertencia um sujeito na faixa entre 30 e 39 anos, outros três tinham idades entre 40 e 49 anos e eram dois os pedessistas com mais de 50 e menos de 59 anos. O PMDB contava também com uma liderança com idade entre 30 e 39, outros dois na faixa que vai de 40 a 49, e dois entre 50 e 59 anos. Nas fileiras do partido de Brizola se encontram quatro líderes que tinham idades entre 30 e 39 anos, três tinham entre 40 e 49 anos um estava na faixa entre 50 e 51. A única liderança do PFL estava na faixa entre 30 e 39 anos. Não foi possível precisar a idade do vereador eleito pelo Partido dos Trabalhadores.

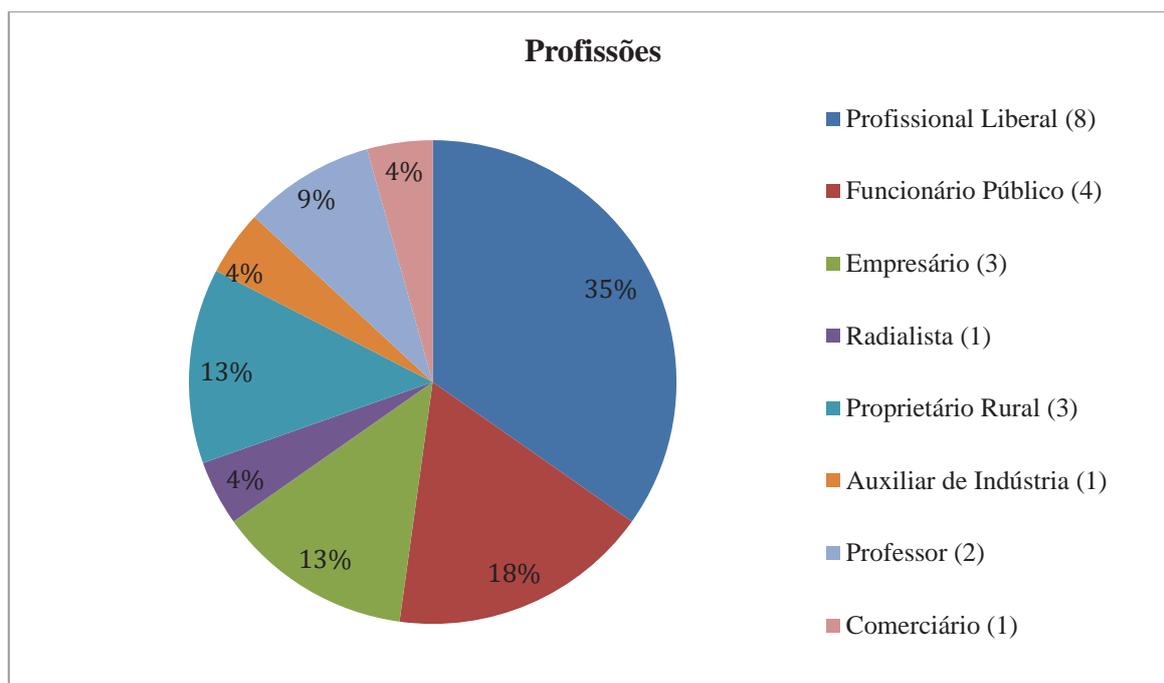
Tabela 65: faixa etária (por partido) em 1988

Partido/Faixa	Até 29 anos	30-39 anos	40-49 anos	50-59 anos	mais de 60
PDS	-	1	3	2	-
PMDB	-	1	2	2	-
PDT	-	4	3	1	-
PFL	-	1	-	-	-
PT	-	-	-	-	-

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir dos dados disponíveis em *O Nacional*

Com relação às profissões exercidas pelos componentes da amostra, temos que oito (35%) era profissionais liberais, o dobro dos funcionários públicos, que eram quatro (18%). Os empresários eram três, ou 13%, mesmo número dos proprietários rurais. Os professores marcaram presença na 10ª legislatura com dois sujeitos (9%). O restante se dividia em um (4%) radialista, um (4%) auxiliar de indústria, e por fim um (4%) comerciário.

Gráfico 20: profissões da 10ª legislatura



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor a partir dos dados disponíveis em *O Nacional*

O PDS foi o partido que mais elegeu profissionais liberais, foram quatro, seguidos do PMDB com dois, enquanto PDT e PFL elegeram um cada. Os quatro funcionários públicos distribuía-se em dois no PDT, um no PDS, e um no PMDB. Dos três empresários, dois eram filiados ao partido de Brizola, enquanto um era do correligionário de Pedro Simon. O radialista e os três proprietários rurais são pedetistas. Ao PDT ainda pertencia um professor, mesmo número do PDS. Por fim, o auxiliar de indústria eleito era das fileiras pemedebistas, enquanto o único eleito pelo Partido dos Trabalhadores era comerciário.

Tabela 66: profissões (por partido) em 1988

Partido/Profissão	Profissional Liberal	Funcionário público	Empresário	Radialista	Proprietário Rural	Auxiliar de Indústria	Professor	Comerciário
PDS	4	1	-	-	-	-	1	-
PMDB	2	1	1	-	-	1	-	-
PDT	1	2	2	1	3	-	1	-
PFL	1	-	-	-	-	-	-	-
PT	-	-	-	-	-	-	-	1

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir dos dados disponíveis em *O Nacional*.

Dentro do que foi possível identificar, são dez os sujeitos com formação superior. São quatro os que eram formados em Ciências Jurídicas e sociais. Em medicina, são três lideranças municipais que seguiram esta carreira. Completam a lista um formado em Educação Física, um em Engenharia Mecânica e um em Pedagogia. O jornal *O Nacional* destacou a baixa escolaridade de um dos vereadores eleitos, que tinha apenas o quarto ano primário (*O Nacional*, 31 dez. 1988).

Quanto à naturalidade, na legislatura anterior havia 11 lideranças naturais de Passo Fundo. Em 1988 esse cai para apenas seis sujeitos nascidos no município. Os demais provêm de cidades como Marau, Casca, Lagoa Vermelha, Porto Alegre, dentre outras. Não há a presença de mulheres nos quadros da Câmara de Vereadores na legislatura de 1988. Também, não foi verificada a presença de descendentes de povos originários. Porém, foi identificado um sujeito afro-brasileiro, o radialista Júlio Rosa, que “é o primeiro vereador negro a assumir uma cadeira na Câmara Municipal de Passo Fundo” (*O Nacional*, 31 dez. 1988).

2.14. Conclusão do capítulo

A média das idades dos sujeitos que foram eleitos vereadores ou assumiram uma cadeira no legislativo municipal em algum momento das legislaturas tem sucessivos aumentos entre as legislaturas iniciadas em 1968, 1972 e 1976, saindo de 39,72 para 44,33. Após a breve redução na legislatura eleita em 1982, retorna a subir em 1988. Em todas as legislaturas predominam os sujeitos nas faixas de 30-39 e de 40-49, o que contribui para a

pouca variação. Durante o período que compreende a ditadura militar e transição para a democracia são apenas seis os políticos com até 29 anos, ao passo que somente um estava na faixa de 60 anos ou mais, caso do vereador Fidêncio Garibaldi Franciosi eleito em 1982 pelo PDS.

Tabela 67: média de idade por legislatura

Legislatura	1968	1972	1976	1982	1988
Média	39,72	42,35	44,33	41,64	43,33

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir dos dados disponíveis em *Galeria de ex-vereadores de 1947 a 1988*.

São dois os fatores que sugerem a pouca presença de sujeitos mais jovens na política local. O primeiro pode ser relacionado com a repressão ao movimento estudantil. A ditadura militar tinha como um de seus principais alvos as entidades de organização da classe dos estudantes, que até as eleições de 1963 participou ativamente da política local, do mesmo modo em que não são mais constantes as atividades das chamadas “mocidades” dos partidos políticos. Em segundo, com exceção das legislaturas eleitas em 1968 e em 1988, ambas em momentos ímpares da disputa política, são reduzidas as taxas de renovação dentre os eleitos, o que sugere a perpetuação de algumas lideranças, elevando a média das idades.

No que diz respeito às ocupações profissionais, os profissionais liberais e os funcionários públicos são hegemônicos em todas as legislaturas. Também, os empresários aparecem com resultados importantes, apesar de muito atrás dos profissionais liberais e dos funcionários públicos, mantém uma significativa representação na Câmara de Vereadores. Ademais, nota-se que novamente representantes da classe trabalhadora aparecem de forma esporádica.

Tabela 68: profissões por legislatura

	1968	1972	1976	1982	1988	Total
Profissionais Liberais	8	11	5	8	8	40
Funcionários Públicos	9	8	11	6	4	38
Empresários	3	5	2	3	3	16
Radialista	1	1	1	1	1	5
Professores	1	1	-	1	2	5
Proprietários Rurais	2	-	-	-	3	5
Proprietários Rurais e Empresários	-	-	1	1	-	2
Bancários	1	-	-	-	-	1
Funcionários Públicos e Empresários	3	2	2	2	-	9
Funcionários Públicos e Proprietários Rurais	1	-	-	-	-	1
Auxiliar de Indústria	-	-	1	1	1	3
Viajante Comercial	-	-	1	-	-	1
Comerciário	-	-	-	-	1	1
Autônomo	-	-	-	1	-	1
Aposentado	-	-	-	1	-	1

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir dos dados disponíveis em *Galeria de ex-vereadores de 1947 a 1988*.

Os bacharéis em Ciências Jurídicas e Sociais dominam o cenário político municipal no período estudado neste capítulo. Além da prática jurídica, marcavam presença nas diversas atividades da burocracia do Estado. Nenhuma outra formação superior aparece de forma constante ao longo das cinco legislaturas do período ditatorial e de transição para a democracia, destacando que os formados em medicina aparecem apenas nas duas últimas legislaturas, ao contrário do que ocorre no período entre 1945 e 1964, quando aparecem de forma constante.

Tabela 69: formação superior por legislatura

	1968	1972	1976	1982	1988	Total
Ciências Jurídicas e Sociais	9	10	6	5	4	34
Medicina	-	-	-	1	3	4
Ciências Econômicas	1	-	-	-	-	1
Ciências Jurídicas e Sociais e Ciências	1	1	-	-	-	2
Econômicas						
Jornalismo	-	-	1	1	-	2
Estudos Sociais			1	-	-	1
Ciências Contábeis	2	1	-	-	-	3
Administração de empresas	-	1	1	1	-	3
Enfermagem	-	-	-	1	-	1
Ciências Jurídicas e Sociais e Jornalismo	-	1	-	-	-	1
Pedagogia	1	-	-	-	1	2
Engenharia Mecânica	-	-	-	1	1	2
Engenharia Civil	-	-	-	1	-	1
Economia Rural e Agricultura	-	-	-	1	-	2
Educação Física	-	-	-	1	1	1
Sem Informação	14	13	15	12	12	66

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir dos dados disponíveis em *Galeria de ex-vereadores de 1947 a 1988*.

Linda do Brasil Degrazia Sarturi, eleita pela ARENA em 1968, Thereza Zulmira de Castro eleita pelo MDB em 1968 e Heloísa Almeida eleita também pelo MDB em 1976 são as representantes das mulheres na política municipal no período que vai de 1964 a 1988. Novamente há a sub-representação da feminina na elite política municipal, garantindo que política local continuasse comandada por homens. A mesma lógica permeia a representação de afro-brasileiros e descendentes de povos originários. Apenas um político negro foi eleito no período, o pedagogo e radialista Júlio Rosa da Silva, que fazia parte das fileiras do Partido Democrático Trabalhista em 1988.

Na tabela a seguir, estão relacionadas às principais características das lideranças eleitas pra o Executivo municipal como prefeitos e vice-prefeitos.

Tabela 70: perfil dos prefeitos e vice-prefeitos

	Nome	Idade	Profissão	Naturalidade	Formação Superior
1968	César José dos Santos	64	Profissional Liberal	Soledade/RS	Medicina
	Guaracy Barroso Marinho	47	Funcionário Público	Passo Fundo/RS	S/i
1972	Edú Villa de Azambuja	44	Funcionário Público	São Borja/RS	Administração de Empresas
	Juarez Paulo Zilio	30	Profissional Liberal	Muçum/RS	Ciências Jurídicas e Sociais
1976	Wolmar Antônio Salton	65	Empresário	Bento Gonçalves/RS	S/i
	Firmino Duro	50	Profissional Liberal	Passo Fundo/RS	Medicina
1982	Fernando Machado Carrion	40	Profissional Liberal	Porto Alegre	Engenharia Civil
	Lourenço Pires da Silva	37	Profissional Liberal	Getúlio Vargas/RS	Ciências Jurídicas e Sociais
1988	Airton Dipp	38	Profissional Liberal	Passo Fundo/RS	Engenharia Civil
	Carlos Armando Salton	39	Empresário	Passo Fundo	Ciências Econômicas

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir dos dados disponíveis nos jornais *O Nacional* e *Diário da Manhã*.

A média das idades dos comandantes do Executivo municipal entre 1964 e 1988 chega a 45,4 anos. César José dos Santos e Wolmar Antônio Salton são os dois mais velhos que figuram na amostra, ambos com mais de 60 anos. Quatro políticos estão na faixa entre 30 e 39 anos, três com idades na faixa 40-49. Firmino Duro foi único líder local na faixa dos 50 anos de idade a chegar à prefeitura de Passo Fundo, ressaltando que ele assumiu

definitivamente o posto de prefeito quando do impedimento por motivos de saúde de Wolmar Antônio Salton.

Prefeitos e vices acompanham os vereadores no quesito profissão. Os profissionais liberais estão à frente do Executivo municipal. São apenas dois funcionários públicos e dois empresários que estão presentes nessa amostra, sendo o restante dois médicos, dois advogados e dois engenheiros. Ao mesmo tempo, são oito os sujeitos que possuem formação superior: dois em Ciências Jurídicas e Sociais, dois em Medicina, dois em Engenharia Civil, um em Administração de Empresas e um em Ciências Econômicas.

Ao passo que César Santos e Salton eram políticos de larga carreira política, Villa de Azambuja, Carrion e Dipp não possuíam a mesma experiência eleitoral. Villa de Azambuja sequer tinha ocupado posições de confiança em governo municipal ou estadual. Carrion já havia ocupado funções de confiança no governo do Rio Grande do Sul, enquanto Airton Dipp tinha ocupado postos em entidades de classe e no governo de Wolmar Salton.

Contrariando o padrão dos resultados eleitorais apresentados na disputa local no período democrático, entre 1964 e 1988 se percebe a alternância na disputa pela prefeitura. Dos cinco pleitos disputados, dois foram vencidos por trabalhistas que integravam o MDB, César Santos e Wolmar Salton e, em 1988, Airton Dipp conquistou a chefia do Executivo local pelo PDT, partido no qual as principais lideranças herdeiras do trabalhismo local se organizaram após a reabertura política. A mesma alternância pode ser conferida no legislativo na medida em que a conquista da maioria das cadeiras na Câmara de Vereadores acompanha a vitória das forças políticas na prefeitura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo principal desvendar as principais características da elite política municipal de Passo Fundo. Através do método prosopográfico, fez-se o levantamento dos principais atributos detidos pelos principais atores da política local, buscando comprovar a hipótese inicialmente apresentada, de que a elite política municipal era composta, predominantemente, por homens brancos, profissionais liberais e políticos profissionais, oriundos das classes média e alta. E, a partir disso, observar se as mudanças de conjuntura política entre 1945 e 1988 alteram as características estudadas.

A partir dos resultados é possível afirmar a predominância de homens brancos na constituição das legislaturas tanto no período democrático, quanto durante a ditadura militar e transição para a democracia. Dentro do que foi possível identificar, somente Genuíno Batista da Silva, suplente em 1959 pelo PSP, e Júlio Rosa, eleito em 1988 pelo PDT, são negros que alcançam os postos mais altos da política local. Apenas Olga Poletto, em 1955, Linda do Brasil Degrazzia Sarturi e Thereza Zulmira de Castro, em 1968, e Heloísa Almeida, em 1976, alcançaram os postos legislativos no município.

Não só com relação às eleitas, mas a sub-representação feminina se coloca, inclusive, na quantidade de candidatas mulheres à Câmara de Vereadores registradas pelos partidos no período. Em 1947 e 1951 há apenas uma candidata em cada ano, em 1955, duas, em 1959 e 1963 não há mulheres disputando o legislativo municipal. Na primeira eleição municipal da ditadura militar, em 1968 há apenas duas candidatas, já em 1972 não há o registro de mulheres na disputa local, enquanto que em 1976 há quatro candidaturas femininas. A partir de 1982, nota-se um considerável aumento, que pode ser associado à efervescência política da conjuntura política nacional. Nas eleições municipais de 1982 são 10 as candidatas, e em 1988 o número sobe para 15, apesar de nenhuma ter sido eleita (Cf. DAMIAN, 2010).

Ao executivo municipal, aparecem como candidatas apenas três mulheres: Delma Rosendo Ghem, pela ARENA em 1972, Maria Helena Andreis Lorenzatto, pelo PMDB em 1982, e Solange Faria, pela Frente Popular em 1988. Contudo, apenas a pemedebista foi às urnas, tendo em vista que Delma Rosendo Ghem acabou desistindo da disputa por problemas de saúde, e Solange Faria teve o registro de sua candidatura cassado pela Justiça Eleitoral.

Note-se que nas eleições o advento da abertura política promove certo fôlego às candidaturas femininas. Há um crescimento muito expressivo nas candidaturas femininas à

vereança a partir de 1982, e a presença de duas mulheres no centro da disputa do poder Executivo municipal.

Com relação à naturalidade dos indivíduos, apesar de Passo Fundo figurar como a principal cidade de origem das lideranças políticas locais, os nascidos no município não compõem nem a metade dos políticos. A presença dos nascidos em Passo Fundo cresce e se estabiliza a partir das eleições de 1955, tendo algumas breves oscilações ao longo das legislaturas. As mudanças de conjuntura política não são necessariamente determinantes para alterações nessa característica.

Quanto às profissões exercidas pelos componentes da elite local, os profissionais liberais mantém ampla vantagem em relação aos demais, com amplo destaque às profissões jurídicas. São seguidos mais de perto pelos funcionários públicos, especialmente durante a ditadura militar. Os empresários também aparecem de forma mais contundente, porém distantes dos profissionais liberais e funcionários públicos. As demais ocupações aparecem sempre de forma residual, sobretudo àquelas ligadas ao trabalho assalariado. Apesar de Passo Fundo ser sede de uma grande força trabalhista, os trabalhadores não figuram com protagonismo nem na Câmara, nem na Prefeitura.

Outra característica que não se altera é que se refere à formação de nível superior. Os diplomados em Ciências Jurídicas e Sociais são os que mais detêm a preferência do eleitorado passo-fundense e predominam entre aqueles que possuem formação superior.

Linteau (2006, p. 190), adverte que, apesar de as profissões serem um primeiro retrato da posição social ocupada pelos políticos locais, não são suficientes para a análise completa. O autor revela que para isso “seria preciso também avaliar a fortuna ou a riqueza dos indivíduos, levar em conta sua presença em instituições sociais, culturais, religiosas ou outras, e os postos de prestígio ou influência que nelas ocupam, reconstituir suas redes familiares e sociais”. Portanto, ainda é necessário um minucioso trabalho de pesquisa para desvendar a posição social exata ocupada pelos políticos do município.

O advento da ditadura militar a partir de 1964 alijou a juventude passo-fundense das disputas eleitorais. Enquanto no período democrático as entidades estudantis e “mocidades” dos partidos discutiam os problemas da cidade ativamente e tinham certo protagonismo eleitoral, nos anos de governo autoritário praticamente somem das páginas dos jornais locais as notícias relacionadas às juventudes partidárias ou de entidades estudantis. A participação de indivíduos com até 29 anos se reduz drasticamente, ao passo que a média de idade de cada legislatura aumenta em relação às legislaturas do período 1945-1964. Se pode, então,

relacionar o afastamento dos jovens de Passo Fundo das disputas eleitorais locais com o recrudescimento da repressão ditatorial.

Ao longo dos anos, nota-se que a participação dos suplentes de vereador nas legislaturas vem diminuindo. A quantidade de suplentes que assumem o cargo de vereador em caráter temporário ou definitivo oscila ao longo das legislaturas e há uma forte tendência de queda, especialmente a partir das eleições de 1972. Pode-se atribuir essa tendência a uma possível profissionalização dos políticos do município, que passam a dedicar-se de forma cada vez mais contínua às atividades políticas, muito embora ainda seja necessário analisar os motivos pelos quais os titulares das cadeiras abandonem seus cargos para que os suplentes assumam.

As taxas de renovação de uma legislatura a outra é outro ponto importante para se destacar. Durante o período democrático, as taxas iniciam elevadas. A renovação entre os eleitos em 1947 e 1951 é de 73,3%, mesma porcentagem do pleito de 1955. Em 1959, cai para 66,6% e em tem nova queda em 1963, passando para 53,3%. As taxas mais baixas e em queda a partir de 1955 revelam uma estabilização da elite que alcança os postos legislativos nas últimas eleições do período democrático. Na primeira eleição após o início do governo autoritário, em 1968, a taxa segue a mesma da legislatura anterior, mostrando que o imediato pós-golpe não traz grandes alterações no que diz respeito aos atores do cenário político local. Em 1972 tem uma nova alta e chega a 73,68%. Em 1976, se reduz novamente, chegando a 47,61%, percentual que se repete no ano de 1982. Na última legislatura analisada, eleita em 1988, os eleitos se renovam em 76,18%.

A respeito das características que predominam nos sujeitos que venceram as eleições para o Executivo municipal, podemos perceber algumas mudanças. A primeira é quanto às ocupações profissionais dos membros deste seletivo grupo. Entre 1945 e 1964, tinha-se uma associação entre profissionais liberais e empresários, que se alternavam entre prefeito e vice-prefeito a cada eleição. A partir do pleito de 1968, os profissionais liberais, apesar de predominarem, passam a dividir os espaços de poder também com funcionários públicos, além dos empresários. Também, é importante ressaltar que durante o período democrático apenas Daniel Dipp (vice-prefeito eleito em 1947 e prefeito eleito 1951) tinha formação superior dentre os dez políticos que ocuparam os cargos executivos, ao passo que, durante os anos de ditadura ocorre exatamente o contrário, sendo a exceção aqueles que não tinham formação superior.

O golpe militar trouxe também uma importante alteração na dinâmica da disputa pelo poder municipal. Ao passo que durante o período democrático o trabalhismo se constituía hegemônico na disputa pelo poder local, vencendo quatro entre cinco eleições anteriores ao golpe, entre os anos de 1964 e 1988, o que predomina é a alternância no poder. Nas cinco eleições ocorridas durante o governo autoritário e transição para democracia, duas foram vencidas pelo MDB, em 1968 e 1976, e outras duas pela ARENA, em 1972 e 1982, e em 1988, já com a nova Constituição Federal, o PDT de Brizola venceu no município.

Cabe ressaltar, porém, que esta dinâmica acompanha os resultados das eleições parlamentares no Rio Grande do Sul imediatamente anteriores às disputas locais. Em 1966 o resultado das eleições gerais no estado foi favorável ao MDB, em 1968 o MDB venceria em Passo Fundo. Em 1970 há o fortalecimento da ARENA, com importante vitória para Assembleia Legislativa e Câmara Federal, enquanto que em 1972 o partido da ditadura conquistaria a Prefeitura Municipal e a maioria na Câmara de Vereadores do município. Já em 1974 o MDB conquista importante vitória sobre a ARENA em nível estadual e abre caminho para a vitória emedebista em Passo Fundo nas eleições de 1976.

Mesmo com a alteração conjuntural expressa no retorno do pluripartidarismo e da escolha de forma direta do governador do estado, em 1982, Passo Fundo continua tendendo a acompanhar os resultados eleitorais a nível estadual. Jair Soares, do PDS, venceu as eleições para o governo estadual e seu partido elegeu a maioria dos deputados estaduais e federais (embora seguido de perto pelo PMDB). Nas eleições municipais do mesmo ano, o partido do governador conquistou a prefeitura e a maioria das cadeiras no legislativo municipal. Essa dinâmica se quebra quando ocorre a eleição de Pedro Simon, do PMDB em 1986, e em 1988 a vitória na Prefeitura Municipal foi do candidato pedetista, Airton Dipp.

Por fim, este estudo se coloca como uma contribuição para o estudo da história política de Passo Fundo, e não como uma proposta acabada. Espera-se, portanto que a partir deste trabalho novas questões sejam suscitadas e novas possibilidades de estudo das elites locais e regionais sejam despertadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 20 jan. 2020.
- ALBERNAZ, Cássio Alan Abreu. Prolegômeno historiográfico ao objeto político. *Historiae*, v. 2, p. 9-24, 2011.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O golpe de 1964 e o voto popular. *Novos estud. - CEBRAP*, São Paulo, n. 98, p. 5-11, Mar. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010133002014000100001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 29 Jan. 2020.
- ANNES, Alceu Oliveira. *Genealogia Lucas Annes: Compendio Ilustrado*. 2012. Disponível em: <https://docplayer.com.br/10499701-Genealogia-lucas-annes-compendio-ilustrado-atualizado-em-06-01-2012-alceu-oliveira-annes.html>. Acesso em 11 fev. 2020.
- ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro. *O que é sindicalismo*. 18ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- BARROS, José D'Assunção. História Política: o estudo historiográfico do poder, dos micropoderes, do discurso e do imaginário político. *Educere ET Educare*, Cascavel, v. 4, n. 10, p. 147-162, jan-jun 2009.
- BASTOS, Suely. A Cisão do MTR com o PTB. In: FLEISCHER, David V. (Org.). *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: UnB, 1981b, p. 90-108, v. I. p. 114-131.
- BATISTELLA, Alessandro. A redemocratização de 1945 no Paraná e as eleições de 1945 e 1947. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 20, n. 2, p. 436-459, 2015.
- BATISTELLA, Alessandro. O movimento Operário e Sindical em Passo Fundo (199-1964): história e política. Dissertação de mestrado defendida em Passo Fundo: 2007.
- BATISTELLA, Alessandro. *O bipartidarismo em Passo Fundo/RS (1965-1982)*. Passo Fundo: Acervus, 2020.
- BEMFICA, Flávia Cristina Maggi. *Governo Leonel Brizola no Rio Grande do Sul: desconstruindo mitos*. Dissertação de mestrado defendida em Porto Alegre: 2007.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981a.
- BENEVIDES, Maria Victória. A União Democrática Nacional. In: FLEISCHER, David V. (Org.). *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: UnB, 1981b, p. 90-108, v. I.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O governo Jânio Quadros*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BENVEGNÚ, Sandra Mara. *Décadas de poder. O PTB e a ação política de César Santos na metrópole da Serra. 1945-1967*. Dissertação de mestrado defendida em Passo Fundo: 2006.

BERSTEIN, Serge. Os Partidos. In RÉMOND, René. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 51-98, 2ª Ed.

BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: UnB, 1998.

BROTTO, Emerson Lopes. *Revisitando o PCB: uma visão a partir do norte do Rio Grande do Sul*. 2005. 192 f.: Dissertação de mestrado defendida em Passo Fundo: 2005.

CÁNEPA, Mercedes Maria Loguercio. *Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965)*. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

CÂM. DEP. *Deputados brasileiros. Repertório (1995-1999)*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros. Repertório (1995-1999)*.

CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografia coletiva: balanços e perspectivas. In: HEINZ, Flávio M. (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 41-54.

DALLA ROSA, Luísa Grigoletti. *História, saúde & poder em Passo Fundo: Instituições hospitalares entre as décadas de 1910 e 1920*. Passo Fundo: Méritos, 2007. 226 p.

DAMIAN, Marco Antônio. *Eleições em Passo Fundo: dados históricos*. Passo Fundo: Berthier, 2010.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964)*. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 167-204.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, v. 3, p. 127-154.

DOMINGOS, Charles Sidarta Machado; BATISTELLA, Alessandro; ANGELI, Douglas Souza Angeli. (Orgs). *Capítulos de História Política: Fontes, Objetos e Abordagens*. São Leopoldo: Oikos, 2018.

ELMIR, Cláudio Pereira. Armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. *Cadernos do PPG em História da UFRGS*. Porto Alegre, n. 13, dez. 1995.

FALCON, Francisco. História e poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 2011, p. 61-90.

FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2018.

FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016a, v. 3, p. 13-46.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016b, v. 3, p. 343-404.

FERREIRA, Jorge. A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n. 47, 2004, p. 181-212.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova “velha história”: o retorno da História Política. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 265-271, 1992.

FREIRE, Américo. A via partidária da transição política brasileira. *Varia hist.*, Belo Horizonte, v. 30, n. 52, p. 287-308, abr. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010487752014000100013&lng=en&nrm=iso>. access on 10 fev. 2020.

FICO, Carlos. *O golpe de 1964: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

GATTI, Isaura de Moura. Partido Social Democrático: formação e fragmentação em Passo Fundo (1945-1950). Dissertação de mestrado defendida em Passo Fundo: 2008.

HEINZ, Flávio. O historiador e as elites – à guisa de introdução. In: _____, Flávio M. (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

HEINZ, Flávio M. (Org.) *O parlamento em tempos interessantes: breve perfil da Assembleia Legislativa e seus deputados – 1947-1982*. Porto Alegre: CORAG, 2005.

HEINZ, Flávio M. Notas sobre o uso de anuários do tipo *Who's who* em pesquisa prosopográfica. In: _____, Flávio M. (Org). *História Social de elites*. São Leopoldo: Oikos, 2011. p. 154-164.

HEINZ, Flávio; CODATO, Adriano. A prosopografia explicada para cientistas políticos. In: CODATO, Adriano; PERISSINOTO, Renato (orgs). *Como estudar elites*. Curitiba: UFPR, 2015. p. 249-275.

JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: Novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. p. 180-196.

KARAWEJCZYCK, Mônica. O jornal como documento histórico – breves considerações. *Historiæ*, Rio Grande, v. 1, n. 3, p. 131-147, 2010.

KINZO, Maria Dalva G. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. São Paulo Perspec., São Paulo, v. 15, n. 4, p. 3-12, dez. 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000400002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10 fev. 2020.

LAMEIRA, Rafael Fantinel. O Governo Meneghetti e o golpe civil-militar de 1964 no Rio Grande do Sul. In: XI Encontro Estadual de História da Anpuh RS. 2012, Rio Grande, p. 890-904.

LINTEAU, Paul-André. Representação Política em Montreal, 1880-1914: evolução de uma elite municipal. In: HEINZ, Flávio. *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 177-202.

MARTINS, Marcos Lobato. História Regional. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Novos temas nas aulas de História*. São Paulo: Contexto, 2009.

MIRANDA, Fernando Borgmann Severo de. *Dados de Largo Armando Araújo Annes*. Disponível em <http://projetopassofundo.com.br/principal.php?modulo=texto&con_codigo=25648&tipo=texto>. 2012. Acesso em: 11 de agosto de 2019.

NASCIMENTO, Welci. *Dados de Daniel Dipp*. Disponível em: <http://projetopassofundo.com.br/principal.php?modulo=texto&con_codigo=12078&tipo=texto>. 2010. Acesso em: 11 de agosto de 2019.

NASCIMENTO, Welci. DAL PAZ, Santana Rodrigues. *Vultos da história de Passo Fundo*. Passo Fundo: Gráfica e Editora Pe. Berthier, 1995.

NORONHA, Andrius Estevam. O uso da prosopografia para o estudo das elites locais: o caso dos empresários de Santa Cruz do Sul. In: HEINZ, Flávio M. (Org.). *História Social de elites*. São Leopoldo: Oikos, 2011. p. 154-164.

OLIVEIRA, Lisandre Medianeira de. *O PSD no Rio Grande do Sul: o diretório mais dissidente do país nas páginas do Diário de Notícias*. 2008. 280 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

OLIVEIRA, Lúcia Maria Lippi. O Partido Social Democrático (PSD). In: FLEISCHER, David V. (Org.). *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: UnB, 1981, p. 108-114, v. I.

PERISSINOTTO, Renato Monseff; VEIGA, Luciana Fernandes. Profissionalização política, processo seletivo e recursos partidários: uma análise da percepção dos candidatos do PT, PMDB, PSDB e DEM nas eleições para Deputado Federal de 2010. *Opinião Pública*. Campinas, v. 20, n. 1, p. 49-66, abril 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-62762014000100003> Acesso em: 10 de março de 2020.

RECKZIEGEL, Ana Luíza Setti. História Regional: dimensões e teórico-conceituais. *História: debates e tendências*. Passo Fundo, v. 1, n. 1, p. 15-22, junho 1999.

RÉMOND, René. Do Político. In: _____ René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003a. p. 441-454.

RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003b. p. 13-36.

REIS, Daniel Aarão. A vida política. In: _____ (coord). *Modernização, ditadura e democracia: 1964-2010*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

RÉMOND, René. As Eleições. In: _____, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003c. p. 37-56.

RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; Reis, Daniel Aarão; Ridenti, Marcelo; (org.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014. p. 30-47.

RODRIGUES, Márcio Soares. Assimetrias na travessia: a cisão do emedebismo gaúcho. Dissertação de mestrado defendida em Porto Alegre: 2018.

SAMPAIO, Regina. O Partido Social Progressista em São Paulo. In: FLEISCHER, David V. (Org.). *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: UnB, 1981, p. 171-182, v. I.

SEGATTO, José Antonio. PCB: a questão nacional e a democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 3, p. 217-240.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil (1974-1985). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano: o tempo do regime autoritário (1964-1985)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019, v. 4, p. 313-356.

SOARES, Gláucio A. D. A formação dos partidos nacionais. In: FLEISCHER, David V. (Org.). *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: UnB, 1981, p. 7-24, v. I.

STONE, Lawrence. Prosopografia. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, junho de 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782011000200009&lng=en&nrm=iso>. acesso em 23 de julho de 2019.

VARGAS, Jonas Moreira. “Rastreamento de Indivíduos e Redes de Relações”: Algumas contribuições teóricas e metodológicas para o estudo das elites e grupos dirigentes no Brasil. In: SOARES, Fabrício Antônio Antunes; SILVA, Ricardo Oliveira da. (Orgs.). *Diálogos: Estudos sobre teoria da história e historiografia*. Criciúma: UNESC, 2017. P. 133-166.

VIANNA, Luiz Werneck. O sistema partidário e o Partido Democrata Cristão. In: FLEISCHER, David V. (Org.). *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: UnB, 1981, p. 131-171, v. I.

VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. *Relações Exteriores do Brasil (1945-1964): o nacionalismo e a política externa independente*. Petrópolis: Vozes, 2004.

XAUSA, Leônidas; FERRAZ, Francisco. O surgimento do Bipartidarismo no Rio Grande do Sul nas eleições de 1966. In: FLEISCHER, David V. (Org.). *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: UnB, 1981, p. 145-189, v. II.

ZARDO, Murilo Herpen. *Operação Farroupilha: A transferência do governo estadual do Rio Grande do Sul para Passo Fundo durante os dias do golpe civil-militar de 1964*. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa – algumas considerações metodológicas. *Projeto História*. São Paulo, n. 4, jun. 1985.

ANEXO

ANEXO 1**FOTO 1 – GENUÍNO BATISTA DA SILVA****2.10 – GENUINO BATISTA DA SILVA**

Nasceu em Carazinho, Rio Grande do Sul, dia 04 de setembro de 1935. Oleiro.

Suplente do Partido Social Progressista para a 4ª Legislatura, assumiu o mandato em diversas oportunidades.